



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE

**Políticas Públicas e Atores Sociais na Evolução da Cacaucultura
Baiana**

Francisco Mendes Costa

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES SOCIAIS NA EVOLUÇÃO DA
CACAICULTURA BAIANA**

FRANCISCO MENDES COSTA

Sob a Orientação do Professor
Renato Sergio Jamil Maluf

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no
Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, Linha de Pesquisa em Políticas
Públicas, Estado e Atores Sociais;

Rio de Janeiro, RJ
Agosto de 2012

633.74098142
M 538p
T

Mendes Costa, Francisco
Políticas públicas e atores sociais na evolução da
cacaucultura baiana/Francisco Mendes Costa, 2012
242 f.

Orientador: Renato Sergio Maluf
Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 217-232

1. Cacaucultura BA - Teses 2. - Estado e políticas
públicas na cacaucultura. - Teses 3. Institucionalidade
–Teses 4. Redes sociais. –Teses 5. Economia cacauceira.
–Teses I Maluf, Renato. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
III Título

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

FRANCISCO MENDES COSTA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Linha de Pesquisa em Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais.

TESE APROVADA EM 13/08/2012

Renato Sergio Jamil Maluf. Dr. - CPDA/UFRRJ
(Orientador)

John Wilkinson. Dr. - CPDA/UFRRJ

Nelson Giordano Delgado Dr. - CPDA/UFRRJ

Socrates Moquete Guzman Dr. - UESC

Gilberto Carlos Cerqueira Mascarenhas Dr. - MAPA

DEDICATÓRIA

In Memoriam

Certa vez, meu pai provocou o seguinte diálogo:

“Meu filho, o maior patrimônio que um pai deve deixar para os seus filhos é o conhecimento, só morro realizado quando tiver exposto nesta sala o diploma de doutor de um filho. Para isso, trabalho para educá-los, os bens materiais, cada um que os conquistes com o fruto da sabedoria adquirida”.

Estendo meu afeto e agradecimento especialíssimo ao Sr. Francino Mendes Costa (pai), um autodidata, um timoneiro na minha formação profissional e humana, a quem depositara a missão de servir como referência familiar por um título real de doutor; faleceu quando me encaminhava para a Universidade. A Amália Santos Costa (mãe), prosseguidora da meta do esposo, preocupou-se centralmente com a educação dos filhos acompanhando e orientando-os para não se desviarem desse desiderato; veio a falecer faltando 15 dias para a defesa deste projeto. Infelizmente o tempo se encarregou de desprovê-los da alegria de compartilhar deste momento único na minha vida.

"A alegria está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido. Não há vitória propriamente dita." **Mahatma Gandhi**

AGRADECIMENTOS

Quero iniciar agradecendo aos cacauicultores baianos, primeiro pelo tino aventureiro e capacidade criadora para a constituição de um território, antes selvagem, mas tornado formidavelmente próspero, capaz de imprimir o dinamismo da economia de um estado. Segundo, por ter-se tornado inesperada e repentinamente uma área de terra arrasada. Fico a refletir, porque os atuais exploradores do cultivo não levam em consideração o espírito empreendedor e de luta dos seus antepassados que souberam içar uma pujante economia, pois, ao deixarem-na afogar-se na penúria da sofreguidão, vão empurrando-a cada vez mais ao lugar comum dos monocultivos, que já tiveram o seu momento de glória no cenário nacional. Por tudo isso, o cacau passa a ser alvo das minhas reflexões. Mais que dados para a tese, aprofundi a convicção da sua importância para a vida econômica e cultural do sul da Bahia, pois o sofrimento dos que ainda estão envolvidos no cultivo, mesmo acumulando conhecimento, experiência, imponência e o *status* de ter sido um cacauicultor rico, hoje no ocaso, sustenta modo de vida singular, mas na esperança de que o cacau voltará a reinar sobre a sombra de sua majestosa capacidade de resistir ao tempo.

Gostaria de ressaltar minha gratidão: i) à Reitoria da UESC e à Coordenação do CPDA, que não mediram esforços para apoiarem a ideia e a concretização do DINTER; ii) ao Departamento de Ciências Econômicas da UESC, com destaque às figuras de Valter Nascimento, Raimundo Jorge Zumaeta, Alessandro Santana, Aurélio Macedo e Gilberto Mascarenhas, que juntos formamos a equipe idealizadora e batalhadora que, mesmo enfrentando barreiras, soube ultrapassá-las para viabilizar a meta de concretização daquilo que se despertou como a realização do sonho de uma plêiade de professores que vislumbrava a sua qualificação maior de titularidade no ambiente acadêmico.

Preciso dividir este trabalho com todos aqueles que contribuíram para a minha formação acadêmica. Agradeço à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade a oportunidade de realizar o doutorado. Agradeço a todos os professores do CPDA, sejam aqueles com quem tive o prazer de dialogar em sala de aula, sejam aqueles que conheci fora dela. Sou grato de modo especial aos professores Renato Maluf, John Wilkinson, Nelson Delgado, Claudia Smith, Sergio Leite, Luís Flávio, Jorge Romano, Fátima Portilho, Peter May, os quais contribuíram decisivamente com suas disciplinas, com a discussão do projeto de tese ou com a apreciação final deste trabalho. Ressaltar e referenciar aos membros da banca examinadora, que contribuíram decididamente na conformação final da tese.

De forma especial, enaltecer ao Prof. Renato Maluf, a quem sou imensamente grato pela oportunidade de tê-lo como orientador, pela liberdade que me concedeu para pesquisar e pelo exemplo de competência, confiança e serenidade, imprescindíveis nos períodos apreensivos de um doutorado. A sua disponibilidade, a franqueza, a didática e as contribuições foram indispensáveis para elaborar e enfim defender a tese. O professor Renato se tornou uma referência, de quem guardo eternas lembranças, encorajamento e postura.

Agradeço ainda aos colegas Jorge Zumaeta e Valter Nascimento, que, pelo pioneirismo de enfrentarmos um novo ambiente de convivência no Rio de Janeiro, onde dividimos momentos de alegrias e de apreensões durante o período em que estudamos e moramos juntos, sabendo constituir um clima de amizade pacífica e de trocas, quando a ajuda mútua passou a ser um refrão de nossas relações naquele novo ambiente. Aos demais colegas de curso, pela convivência e trocas; à CEPLAC, que favoreceu a pesquisa em sua biblioteca e com dados estatísticos, que apenas ela detém na Região; aos consultores, apoiadores e revisores que, direta ou indiretamente, tiveram papel importante na construção desta obra; a todos, os meus eternos agradecimentos.

Por fim, a realização desta tese não teria sido possível sem o apoio incondicional da minha família. Itália, minha esposa, Rodrigo e Thiago, filhos, perto ou longe, eles sempre estiveram ao meu lado, apoiando-me e acudindo em todos aqueles momentos de dificuldades em que parecia que o tempo se encarregava de aumentá-las, mas que se compensava pelas palavras de encorajamento. Aos demais parentes, irmãos e sobrinhos, que, mesmo de longe, estabeleceram correntes de oração e de energia positiva pela concretização deste ideal.

RESUMO

MENDES COSTA, Francisco. **Políticas Públicas e Atores Sociais na Evolução da Cacaucultura Baiana**. 2012. 242 p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

Esta tese tem como proposta analisar o papel das políticas públicas e dos atores sociais na evolução da cacaucultura baiana. Com vistas a entender o significado do capital social na contextualização do tema, a pesquisa leva em consideração três variáveis para explicar a evolução da cacaucultura, políticas públicas, redes sociais e preços. Por meio de uma análise sócio-histórica, buscou-se identificar os fatores que compuseram as causas para formação e extensão da lavoura cacauífera, bem como as conquistas obtidas com a amplitude de sua dimensão econômica e social, que a situou na constelação dos mais importantes monocultivos do país. Procura explicar que o desempenho da economia baiana esteve atrelado à lavoura cacauífera, assim como o cultivo sustentado em duas políticas públicas promulgadas em 1930 e 1957, oportunidades de graves crises da economia regional. Políticas executadas por dois órgãos, ICB e CEPLAC, tidos como redentores das graves crises do cacau em momentos de dificuldades da economia estadual e regional. No entanto, a incidência da vassoura de bruxa ocorrida em 1988 e a consequente falta de uma política eficaz para revitalização da cacaucultura tem deixado o cultivo numa crise sem precedentes, aliando que, entre as variáveis favorecedoras de tal situação, a fragilidade do capital social na Região se notabiliza como das mais importantes.

Palavras-chave: Políticas públicas. Capital Social. Cacaucultura. Redes sociais. Produtor.

ABSTRACT

MENDES COSTA, Francisco. **Public Policies and social actors in the Evolution of Bahia's Cocoa Farming**. 2012. 242 p. Thesis (Social Sciences Doctorship on Development, Agriculture and Society, Public Policies, State and Social Actors). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

This thesis is to analyze the role of public policy and social actors in the evolution of Bahian cocoa plantations. In order to understand the significance of social capital in the context of the topic, the research takes into account three variables to explain the evolution of cocoa plantations, public policy, social networking and prices. Through a socio historical analysis, we sought to identify factors that comprised the causes and extent of training for cocoa crop as well as the achievements obtained with the breadth of its economic and social, that stood in the constellation of the most important monocultures the country. It seeks to explain the performance of the Bahian economy was linked to cocoa crop as well as the sustained cultivation of two public policies enacted in 1930 and 1957, opportunities for serious crises of the regional economy. Policies implemented by two agencies, ICB and CEPLAC, taken as redeemers of serious crises of cocoa in times of difficulties the state and regional economy. However, the incidence of witches' broom in 1988 and the consequent lack of an effective policy for revitalization of cacao cultivation has left an unprecedented crisis, combining that between the supporters of the fragility of the situation in the capital region excels as the most important.

Keywords: Public policies. Cocoa. Prices. Social network. Producer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da mesorregião litoral sul da Bahia.....	5
Figura 2 - Mapa da microrregião Ilhéus-Itabuna.....	5
Figura 3 - CEPLAC.....	117
Figura 4 - CEPEC.....	123
Figura 5 - EMARC	124
Figura 6 - O efeito perverso do ciclo do preço/produção do cacau.....	139
Figura 7 - Relações de poder do produtor de cacau. Período 1960-1990.....	175
Figura 8 - Um modelo heurístico de análise de políticas públicas.....	183
Figura 9 - Relações sociais e de produção do cacaucultor a partir do ano 2000	201

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Produção de cacau 1900-1930.....	48
Gráfico 2 - Políticas públicas e comportamento da produção de cacau. 1900-2011.....	88
Gráfico 3 - Produção de cacau 1900-1957.....	100
Gráfico 4 - Variação dos preços do cacau com base nos valores de exportação de amêndoas e derivados. 1958-2010.....	107
Gráfico 5 - Produção de cacau 1930-1957.....	109
Gráfico 6 - Produção de cacau 1958-1988.....	129
Gráfico 7 - Comportamento dos preços do cacau no período 1957-1999.....	137
Gráfico 8 - Relação preço x produção de cacau. 1957-2009	138
Gráfico 9 - Produção de cacau 1988-2010.....	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População da Região Cacaueira da Bahia. 1970-2010.....	54
Quadro 2 - Uso do solo/empresas rurais por extrato de área. 1970-2010.....	57
Quadro 3 - Uso do solo com as atividades econômicas.....	61
Quadro 4 - Relação da exploração da área agricultável da região cacaueira.....	61
Quadro 5 - Índice de Gini referente a desigualdade da distribuição da posse da terra no estado da Bahia e na região cacaueira em 1970/1980/1990/2000/2010.....	64
Quadro 6 - Tamanho da produção e onde vivem os cacauicultores na microrregião Ilhéus-Itabuna.....	71
Quadro 7 - Anos de estudos completos da população da microrregião Ilhéus-Itabuna.....	72
Quadro 8 - Nível de instrução dos cacauicultores (classificados por produção em arrobas na microrregião Ilhéus-Itabuna.....	73
Quadro 9 - Produto Interno Bruto da Região Cacaueira da Bahia. 1980-2008.....	79
Quadro 10 - Demonstrativo do PIB setorial da microrregião Ilhéus-Itabuna.....	80
Quadro 11 - Exportações de cacau em amêndoas e derivados. 1958-2010.....	104
Quadro 12 - Dados de produção e tecnologia aplicada na cacauicultura da microrregião Ilhéus-Itabuna 1970-2010.....	133
Quadro 13 - Orçamento do PROCACAU 1977-1978.....	147
Quadro 14 - Evolução do Orçamento da CEPLAC 1980-2010.....	152

LISTA DE SIGLAS

ABEC - Associação Baiana dos Exportadores de Cacau

ABIC - Associação Brasileira das Indústrias de Chocolate e Balas

ACM - Antonio Carlos Magalhães

APC - Associação dos Produtores de Cacau

APL - Arranjo Produtivo Local

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BACEN - Banco Central do Brasil

BHC - Hexa Cloreto de Benzeno

BR-101 - Rodovia Litorânea Federal

Ca - Cálcio

CACEX - Carteira de Comércio Exterior

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CENEX - Centro de Educação e Extensão da CEPLAC

CCPC - Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNPC - Conselho Nacional dos Produtores de Cacau

COMCAUBA - Comitê do Cacau da Bahia

CONCEX - Conselho Nacional de Comércio Exterior

CONEC - Comitê Nacional de Expansão do Consumo Interno do Chocolate

COPERCACAU - Cooperativa Central dos Produtores de Cacau

CPC - Conselho dos Produtores de Cacau

CPE - Fundação Centro de Projetos e Estudos

CT&I - Ciência, Tecnologia E Informática.

DNA - Ácido Desoxirribonucleico

DESENBAHIA - Banco de Desenvolvimento da Bahia

EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EMARC - Escola Media de Agropecuária da Região Cacaueira

EUA - Estados Unidos da América

FAPESB - Fundação de Apoio a Pesquisa da Bahia

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia

FINEP - Financiamento de Ensino e Pesquisa

FPM - Fundo de Participação Municipal

FUNDAGRO - Fundação Agropecuária da Bahia

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBGE - Instituto de Geografia e Estatística

ICB - Instituto de Cacau da Bahia

ICMS - Imposto de Circulação e Serviços

INCRA - Instituto de Colonização da Reforma Agrária

IPC - Instituto Pensar Cacau

IPI - Imposto de Produtos Industrializados

K - Potássio

LABAP - Laboratório de Análise e Pesquisa

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MDIC - Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio

Mg - Magnésio

N - Nitrogênio

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

OIC - Organização Internacional do Cacau

OMS - Organização Mundial da Saúde

PBTA - Programa Baiano de Tecnologia Apropriada

PCT - Programa de Ciência e Tecnologia

POLOAMAZONIA - Programa de Desenvolvimento da Amazônia

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento do Nordeste

PFL - Partido da Frente Liberal

PIB - Produto Interno Bruto

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PROCACAU - Programa Nacional de Expansão da Cacaucultura

PT - Partido dos Trabalhadores

PSB - Partido Social Brasileiro

REDESIST - Rede Brasileira do Sistema de Tecnologia Apropriada

RTS - Rede de Tecnologia Social

SANDOZ - Denominação da Firma e do Cobre Aplicado na Cacaucultura

SEAGRI - Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas Empresas

SECTI - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

SEFAZ- Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

SI - Sistema de Inovação

SICAB - Sindicato Nacional de Expansão do Consumo Interno do Chocolate

SICM - Secretaria de Indústria e Comércio

SLT - Sistema Local de Produção

SUS - Sistema Único de Saúde

TA - Tecnologia Apropriada

TC - Tecnologia Convencional

TS - Tecnologia Social

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

UNICAMP - Universidade de Campinas

UNIFACS - Universidade das Faculdades de Salvador

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
 1 A CACAICULTURA BAIANA: Formação e Características Recentes	12
1.1 A Formação e Expansão da Lavoura Cacaueira para Recomposição Econômica da Capitania de Ilhéus.....	13
1.1.1 O Interesse Público como Estímulo à Implantação e Expansão da Cacaucultura.....	15
1.1.2 Primeiros Conflitos pela Posse da Terra.....	26
1.1.3 A República e o Poder Rural: a Figura do Coronel na Política Regional	28
1.1.4 "Coronel do Cacau": figura poderosa ou apenas lenda	38
1.1.5 A Cacaucultura no financiamento do estado baiano e na formação da burguesia do cacau	42
1.1.6 Panorama Econômico e Político Brasileiro e Baiano na Década de 30	46
1.2 Geografia, Demografia, Economia e Sociedade.....	51
1.2.1. População da Região Cacaueira da Bahia	51
1.2.2 A Distribuição de Terras.....	56
1.2.3 Uso do Solo com as Atividades Econômicas	59
1.2.4 Desigualdade da Distribuição da Posse da Terra.....	63
1.2.5 Os Órgãos de Classe e as Relações Sociais.....	66
1.2.6 Relações Sociais do Fazendeiro com a Propriedade	69
1.2.7 Os Elementos Humanos na Fazenda	74
1.2.8 As Novas Relações de Trabalho na Região.....	77
1.2.9 Externalidades da Economia Cacaueira	78
 2 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA CACAICULTURA	85
2.1 A Primeira Grande Crise.....	87
2.1.1 A Criação do Instituto de Cacau da Bahia.....	90
2.1.2 Crises de Produção Agravadas por Preços Baixos	98
2.1.3 A Cacaucultura e a Industrialização	101
2.1.4 A Crise dos Anos 50 e o Quadro Político Hegemônico Baiano.....	109
2.2 A Instituição da CEPLAC	117
2.2.1 A Pesquisa e a Extensão na Modernização da Cacaucultura	121
2.2.2 Políticas e Programas Tecnológicos Aplicados à Lavoura.....	126
2.2.3 Novo Refinanciamento de Dívidas.....	130
2.2.4 Tecnologia do Cacau e os Impactos na Produção	131

2.2.5 Os Insumos Aplicados e o Meio Ambiente	141
2.2.6 O PROCACAU	145
2.3 A Nova Crise da Cacaucultura e a Incidência da Vassoura de Bruxa	148
2.3.1 Programas de Controle da Vassoura de Bruxa	151
2.3.2 Programa Baiano de Tecnologia Apropriada – PBTA	153
2.3.3 Resultados da Implementação do Programa Cacau.....	159
3 INSTITUCIONALIDADE, REDES SOCIAIS E POLITICAS PÚBLICAS NA ECONOMIA CACAUEIRA.....	164
3.1 Institucionalidade e Estruturas de Representação da Lavoura Cacaueira	167
3.2 Políticas Públicas, Estado e Sociedade.....	182
3.3 As Redes Sociais e o Desenvolvimento.....	188
3.4 Nova Configuração de Representações na Cacaucultura.....	196
4 CONCLUSÕES	205
5 REFERÊNCIAS	217
ANEXOS	233

INTRODUÇÃO

A Bahia viveu um período de estagnação, principalmente em função da crise da sua principal riqueza, o açúcar. Além de obstáculos externos contou com a concorrência interna de outras regiões produtoras do Nordeste, que promoveu a baixa de preços ocasionando a queda da balança comercial. A província teve dificuldade de instalar novas fontes de abastecimento de produtos tropicais.

Dentro do modelo agrário-exportador, integrante da colônia ao mercado internacional, alguns cultivos foram implantados, destaque para o fumo, que tomou um caráter “acidental”, e efetivamente não se tornou um produto recuperador da economia baiana, mesmo com os incentivos para a sua industrialização (rapé, charuto, cigarro) não alcançou a externalidade desejada. A atividade extrativo-vegetal e mineral (piaçava, borracha e diamante), destinada a exportação não se enquadrou como atividades salvadoras.

A situação de crise assolada na Província prejudicava a todas as camadas da sociedade baiana, as classes produtoras viam seus patrimônios degradarem, perdia a capacidade de investimento em novas atividades, prejudicando a classe trabalhadora e escrava, cujos postos de trabalho se esvaíam com o prolongamento da débâcle econômica, graves problemas sociais passaram a ser preocupação tanto do governo, quanto das classes sociais baianas. Todos buscavam novas opções para sobreviverem.

As culturas do café e do cacau surgiram como alternativas e se tornaram cultivos carro-chefes para alavancagem da economia da província. A primeira não encontrou as condições ambientais adequadas para se expandir, passou a ser cultivada em pequenas áreas, passando a se constituir como cultivo de subsistência, juntamente ao feijão, milho, banana entre outros. Já o cacau foi como uma luva na mão cirúrgica, o sul da Bahia era o ambiente adequado para tirar a Bahia do entrave econômico envolvida.

A formação econômica do cacau, propriamente dita, se consolida a partir da primeira metade do sec. XIX. À medida que ia se convertendo em lavoura organizada, a sua evolução caracterizar-se-á através do próprio crescimento econômico, dos tipos sociais, da divisão e do assalariamento do trabalho. O reconhecimento como lavoura se tornou importante pelos resultados econômicos já demonstrados e pela sua capacidade de atrair recursos estrangeiros, pois o cacau já se situava como um dos mais preponderantes produtos na constituição da balança comercial brasileira.

Certamente a cacauicultura poderá ser considerada como uma atividade econômica, contudo, também é indiscutível se ela não pode ser exclusivamente comandada por fins lucrativos e, por outro lado, se torna indispensável considerar e conhecer a sociedade rural que dela participa como uma entidade própria, analisando a sua estrutura, as suas funções e a sua cultura específicas.

Assim, esta tese foi estruturada para alcançar todo o processo de formação econômico e social do sul da Bahia influenciada pelas políticas públicas. Portanto, o estudo objetiva avaliar se a ação governamental foi providencial para expansão e manutenção da lavoura cacaueira como a atividade econômico-rural mais importante da Bahia, desde a sua implantação no século XIX até a década de 90 do século XX, com a infecção da Vassoura de Bruxa, que veio a dizimá-la.

O estudo tem por objeto dialogar como as forças do Estado, traduzido pelas políticas públicas como essenciais para a evolução da cacauicultura, representando a redenção de uma Região e a sustentação financeira do orçamento estadual por mais de 100 anos. A análise também discute a ausência do Estado no momento mais crucial da lavoura, quando abatida pela vassoura de bruxa, representa a mais grave crise de sua existência. O governo postergou ações concretas de políticas atenuadoras deixando a crise se prolongar por mais de 20 anos.

O aporte ou não das políticas na Região está relacionado ao valor do Capital Social na constituição dos fatos predominantes da conformação do desenvolvimento da cacauicultura. Merece destaque nesta pesquisa pela sua ligação com os períodos críticos da Região demonstrados pelas oscilações dos acontecimentos de baixas performances econômicas creditadas ao desempenho tanto do produtor como da sociedade, afetados por dependerem exclusivamente das externalidades promovidas pelo cacau e não entenderam ser o produto influenciado decididamente por fatores exógenos. Os valores como solidariedade, amizade, confiança recíproca nas pessoas e nas instituições políticas da Região estiveram fragilizados. No momento atual já há formação embrionária de agregação das forças que lideram os movimentos, onde as redes sociais se apresentam como o instrumento de interação dos produtores de cacau.

A marca cacau não encontrou igualdade com as demais commodities brasileiras, pois monopolizou a formação de uma economia regional, que sempre esteve submetida a choques. As crises são amostras patenteadas do desempenho do produtor de cacau buscando a acumulação e minimizando a influência dos valores sociais e culturais como forma de manutenção prolongada da própria riqueza.

A análise busca ainda identificar as variáveis chaves e de suas interconexões, ou seja, a sua sistematização, e, assim, compreender a dialética, que estrutura o complexo regional cacaueiro, tanto pela ótica da endogenia como pela influência externa influenciadoras da formação da aludida Região.

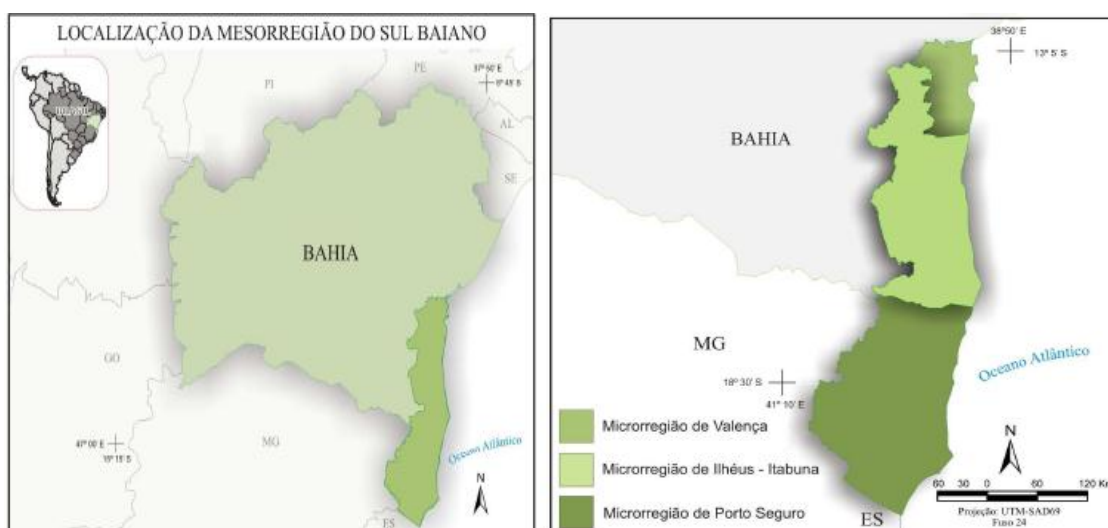
Para organizar o pensamento deste diálogo, procedemos a periodização da formação do território, enquanto objeto econômico e social formador de uma infraestrutura, que organizou um complexo de atividades sustentado numa monocultura, que foi absoluta por mais de um século. Assim, o trabalho será discutido levando em consideração as interfaces das variáveis que compõem a cadeia produtiva do cacau, destacando o papel do estado, o desempenho do produtor no tocante a aspectos inerentes a sua condição como agente de produção e ser político, o exportador e o industrial formadores do prato da balança, para onde pende a maior parte da riqueza produzida, o trabalhador, como um elo importante do cultivo pela sua importância na conformação do produto não se tornou politicamente forte para

transigir por melhores condições de trabalho e salários. Todos esses componentes compõem e determinam o ambiente de suas relações, tanto endógena e exogenamente dissertados em Capítulos, cuja estruturação começa com a sua formação histórica, tendo como pano de fundo, a exploração econômica, através da introdução de atividades agrícolas que foram benéficas a colonização do território sul baiano em estudo culminando com a caracterização da Região, através da formatação dos dados, demonstrando a existência do espaço geográfico, da economia e da sociedade regional.

Adonias Filho (1978: 27) discute se o processo cultural como se verificou não se fez apenas horizontal no sentido da absorção de uma região geograficamente igual. Tornou-se também vertical, em consequência da gestação de elementos culturais logo iam se manifestando, à proporção que novos pólos se abriam. Dentro desse raciocínio, a evolução da economia cacaueteira está dividida em 4 (quatro) capítulos para representar a sua performance como atividade que engendrou diretamente o surgimento de 70 municípios e uma população de 2 milhões de habitantes, estendendo a sua influência por outros lugares, dando origem a mesorregião Litoral Sul da Bahia, podendo ser comparado, portanto a um pequeno Estado, conforme mapas abaixo:

Mapa1. Mesorregião Litoral Sul da Bahia

Mapa2. Microrregião Ilhéus-Itabuna.



Fonte: Base cartográfica do IBGE. Org: MENDES COSTA, F

A formação econômica e social da cacauicultura na Bahia além dos fatores determinantes, que constituem a sua história será caracterizada por períodos, de modo a salientar o que eles têm de particular entre si, em que situações as ligações entre os espaços se formam, e não sejam vistos como períodos interpostos, mas evidenciando os elementos de transposição permitindo entender o processo de transformação e a própria evolução dos acontecimentos econômicos, sociais e culturais.

Embora a cronometria dos fatos nem sempre expresse continuidade da identidade factual da história, procurar-se-á ver quais relações mais próximas são passíveis de serem relacionadas com os fatos característicos da economia brasileira e, analogicamente com a

acumulação capitalista, por entender ser a implantação da cacauicultura na Bahia um processo vinculado ao ocorrido no resto do Brasil, refletindo a semelhança entre a história do cacau, café e outras monoculturas responsáveis pelo processo de colonização de várias regiões brasileiras, entretanto com as suas particularidades idiossincráticas.

A argumentação da bibliografia regional sempre se deixou dominar pelo economicismo como o maior referencial interpretativo sobre a realidade da Região. As denominações identificando o cacau como o “fruto de ouro”, “dádiva dos deuses”, “alimento dos anjos” refletem o engrandecimento do valor econômico do produto. Mesmo reconhecendo a valorizada importância monetária que o cacau representou, minimizou-se sempre a importância das interações sociais do cotidiano das práticas exercidas pelos componentes que compõem a atividade produtiva regional, onde o cacau predominou como carro chefe.

A sintomática popularização do valor material do produto constituiu durante a sua história a conotação do cacau como um bem precioso, que a natureza provém, bastando ter as condições logísticas para efetivá-lo. É como Jorge Amado pontificava: *à sombra do cacau ao produtor tudo podia*. As suas relações sociais eram concretizadas fora da Região, a depender do tamanho da produção, Salvador, Rio de Janeiro, Paris, Nova York eram as cidades onde as suas famílias viviam freqüentemente se destacando nas colunas sociais. O núcleo radicado em Ilhéus consumia preferencialmente produtos importados ou vindo de outras regiões. Até mulheres como bem de uso de lazer para o consumo sexual dos coronéis do cacau eram trazidas de outros países. (Amado, 2000:34). Para o autor, até as prostitutas os coronéis preferiam importá-las.

A memória e o simbolismo dos valores culturais como expressões que determinam o cotidiano regional serão valorizadas neste estudo por se considerarem como fundamentais na consolidação da vida do sul baiano. Segundo Geertz, (1997:28) a análise da cultura evidencia a forma como o indivíduo como um ser apto a produzir significados transmitidos historicamente modula o comportamento do sujeito e não nasce de um padrão de comportamento definido, mas de formas simbólicas para orientar a sua vida, tais formas já estão postas socialmente porque foram construídas historicamente, através de gerações anteriores. Assim, a Região Cacaueira é o que é, chegou onde está por resultado de um processo construído em todo percurso da sua existência. É como ressalta o autor: “o homem é um animal amarrado a teias de significados tecidos por ele mesmo”. Levando a entender a evolução do cultivo em razão das amarras circundadas ao povo, constituindo e prolongando o processo de colonização das terras grapiúnas¹.

No dizer de Sergio Buarque de Holanda, não é certa a forma particular assumida entre nós pelo latifúndio agrário como uma espécie de manipulação original, fruto da vontade

¹ Grapiúna denominação que indicava os moradores da Capitania de Ilhéus. Quando da fase de expansão do cultivo do cacau os estrangeiros quando chegavam em pouco tempo eram ilheense dos melhores, verdadeiros grapiúnas plantadores de roças. (Jorge Amado, Gabriela, Cravo e Canela, 19...:56) Atualmente é um termo internalizado pelo morador de Itabuna, por representar o orgulho de um município que herdou as virtudes do pioneiro desbravador da Região.

criadora um pouco arbitrária dos colonos portugueses. Surgiu, em grande parte, de elementos adventícios e ao sabor das conveniências da produção e do mercado. Nem se pode afiançar se o sistema de lavoura estabelecido, aliás, com estranha uniformidade de organização, onde todos os territórios tropicais e subtropicais da América tenham sido aqui, o resultado de condições intrínsecas e específicas do meio. (Holanda, 2006:38).

Conforme ainda Holanda, aos portugueses e em menor grau, aos castelhanos, coube, sem dúvida, a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultora adotada depois por outros povos. E a boa qualidade das terras do Nordeste brasileiro para a lavoura altamente lucrativa da cana-de-açúcar fez com que essas terras se tornassem o cenário onde, por muito tempo, se elaboraria em seus traços mais nítidos o tipo de organização agrária mais tarde característico das colônias européias situadas na zona tórrida. A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez a grande propriedade rural se tornar, aqui, a verdadeira unidade de produção. (Holanda, 2006:39).

No cacau a grande propriedade, nos moldes da cana-de-açúcar não prevaleceu. Pode-se dizer, a natureza da Região foi de uma benevolência extravagante para com a cultura do cacau, pois ela permitia o cultivo florescer em qualquer lugar determinado pelo plantador, daí a facilidade de qualquer indivíduo se aventurar a plantá-la, estabelecendo assim um território tornado culturalmente o lugar do cacau, cuja característica mais significativa foi deixar a Região dependente de sua marca.

A organização da tese compreende a sua formatação em capítulos. O primeiro aborda a história da formação e o perfil geográfico e socioeconômico do espaço constituído como território litorâneo do sul baiano, onde se instalou a lavoura cacaueira, que pela sua dinâmica de produção engendrou posições de destaque no cenário baiano e nacional, cujas externalidades são alinhadas através de fatores descritos, notadamente no âmbito econômico, mas, sobretudo pela formação de uma sociedade, cuja performance marcou decididamente para os acontecimentos que a tornaram refém do excesso de confiança na capacidade da natureza em provê-la de potencialidade geradora de riqueza inesgotável. Assim, neste primeiro momento, o estudo demonstra as variáveis, que direta e indiretamente representam o seu perfil e o próprio desempenho numa fase em que o cacau predominou como o mais importante cultivo do nordeste brasileiro.

O que marcou fortemente a alavancagem do cacau como produto importante foi a sua facilidade de reprodução, factível em todos os quadrantes do sul baiano. Adonias Filho sustentou outro fator favorável a sua implantação, a independência de grandes investimentos, bastando ter força-de-trabalho para desbravar áreas na floresta e enterrar as sementes com o bico do facão e esperar a nova árvore florescer. Foi a fase da disputa com o surgimento dos grandes plantadores, sendo base para a formação de uma classe dominante, predominando na produção do novo cultivo. O acontecimento mais marcante foi a consolidação da formação das grandes plantações e da oligarquia rural na figura do “coronel” como líder da produção e do poder político local, bem como o surgimento das cidades e povoados da Região.

Importantes variáveis foram decisivas na promoção de crises da lavoura e da economia baiana, os preços e a influência do governo federal no desprezo pelos problemas do Estado,

notadamente com o advento da Revolução de 30, que a Bahia não apoiou. Em consequência foi retaliada, determinando o que Mariani chamou de *Revolução Madrasta*, vindo a desembocar no *Enigma Baiano* entre as décadas de 30 e 50, quando o Estado da Bahia foi assolado por uma crise econômica e social eminentemente drástica.

Na caracterização da Região Cacaueira Baiana dar-se-á destaque a evolução e a migração da população por consequência das fases quando o cacau experimentou decidido fator de empreendimento da área, bem como a sua fase mais problemática, quando atingida pela endemia, que a nocauteou. Como se cristalizou a distribuição e a posse da terra, que verticalmente veio a estabelecer os métodos, formas e tamanho da produção. As relações sociais dentro das propriedades e na própria sociedade regional, como o produtor conduzia os seus negócios no passado e no presente, determinando o papel do gerente ou capataz na gestão da produção em substituição ao dono da propriedade, que se urbanizou, vindo a caracterizar a administração à distância, típico do sistema absenteísta de gerir a produção. A importância do pacote tecnológico na alavancagem da produção e a consequente externalidade econômica e social produzida.

O segundo capítulo é marcado pelas grandes intervenções governamentais, destacando a importância das políticas públicas, tidas como providenciais para arrematar as fortes crises que no século XX assolaram a lavoura cacaueira. A primeira delas foi a criação do Instituto de Cacau da Bahia- ICB, organismo dotado de arcabouço legal para apoiar a reestruturação da lavoura, que passava por crises de produção e preço. Há de se referenciar as fortes transformações da economia baiana, ditadas pelas grandes mudanças nacionais, marcadamente influenciadas pela Crise de 1929. Após a sua criação até 1945, o Instituto promoveu interessantes transformações na economia cacaueira melhorando as condições da produção, comercialização e infraestrutura regional. Entretanto, problemas na gestão do órgão, o fez perder força política e financeira deixando o produto desprotegido, marcando decididamente a débâcle da cacauicultura.

O enfraquecimento do ICB na década de 50 deixa a cacauicultura mais uma vez em apuros, influenciados pelo pós-guerra mundial e a ressaca consequente representada pelas dificuldades econômicas da Europa e dos EEUA, que fizeram os preços mais uma vez recuarem verticalmente, promovendo e estendendo a crise da lavoura cacaueira, que internamente era atingida por uma seca sem precedentes, reduzindo a produção a níveis inigualáveis. É uma fase em que as lideranças da lavoura se articulam e convencem o governo da União a intervir em favor da Região, que em contrapartida promulga a segunda e mais importante política de proteção da cacauicultura, a criação do Plano de Recuperação Econômica da Lavoura Cacaueira – PRELC, administrado por uma Comissão com representantes do Banco do Brasil e entidades ligadas a cacauicultura constituindo a CEPLAC, com a finalidade de financiar o produtor para limpar o passivo da lavoura e recuperá-la dos graves problemas tecnológicos. Fase marcada pelo uso intensivo de insumos agrícolas e ascensão da produção física do cacau.

Não obstante ser a política pública mais abrangente e positiva promulgada para uma lavoura no país, quando várias ações ou programas, desde a pesquisa à infraestrutura era

operacionalizada por um só órgão, mesmo assim, já em 1971, a lavoura volta a se imergir numa nova crise, dessa vez, a iliquidez do produtor, que o levou a um endividamento voraz aprofundando a perda de capacidade em atender a manutenção da lavoura, bem como a aplicação do pacote tecnológico sugerido pela CEPLAC. O órgão implementa o Plano de Refinanciamento de Dívidas, vindo a liberar as amarras do produtor, que se tornara inviabilizado a tocar a operacionalização do seu negócio.

A liberação das dificuldades da lavoura fez a produção evoluir consideravelmente os 05 anos seguintes, razão para encorajar a CEPLAC em 1976 propor a promulgação de um Programa Nacional para o Cacau, o PROCACAU, a mais contundente política de expansão da cacauicultura no país, cuja meta era aproveitar o remanescente das áreas potencialmente adaptadas ao cultivo no país. Assim, o cacau passou a ser cultivado tecnicamente nos Estados do Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sudeste, cujos resultados vieram a transformar regiões, antes intocadas, mas que se tornaram viáveis a lavoura, também a outros cultivos tropicais.

Em 1988 se instala uma nova crise em razão de uma doença (vassoura de bruxa), decretando o mais severo desequilíbrio econômico do sul baiano com a destruição de milhares de hectares da lavoura. É uma fase, onde as políticas públicas foram minimizadas ao cultivo, mesmo pela importância que exerceu na sua trajetória como produto de exportação e base da economia estadual e nacional, não recebeu o reconhecimento necessário para retirá-la do embate que deflagrou a débâcle. Situação envolvendo a CEPLAC na perda da capacidade de evitar a penetração da doença na Região. Neste caso, as políticas efetivadas foram insuficientes e atrasadas, denotando abandono por parte do governo federal, que limitou ações mais eficazes, enquanto o governo estadual para contemporizar a ausência da União inclui o cacau no Programa Baiano de Tecnologia Apropriada, cujo objetivo visava aproximar o produtor de cacau das organizações formadoras de tecnologia agrícola unindo ciência e saber popular na condução de pesquisas e inovações nas técnicas de produção até então operacionalizadas na lavoura cacaueira. Apesar dos benefícios programados pelo Programa os resultados não estabeleceram em tempo o socorro esperado pelas lideranças do cultivo.

O terceiro capítulo está voltado para a análise do processo de sistematização, institucionalização e a estrutura de poder da economia cacaueira. Nesta parte a pesquisa menciona a influência da CEPLAC na organização do esquema de funcionalidade da economia regional. O fato do cacau monopolizar a base de sustentação econômica da Região e a marcante presença do órgão na dinamização da atividade cacaueira no sul do Estado se tornava necessário estabelecer regras e orientações para o perfeito funcionamento da sua economia. Assim, os arranjos organizacionais construídos nos 30 anos da dominação da cacauicultura no sul baiano foram evidenciados pela influência da CEPLAC na vida da Região

O quarto capítulo insere as crises e as políticas públicas numa concepção teórica para representar o perfil do capital social e das redes sociais na economia cacaueira. Demonstra ainda um comparativo do perfil das lideranças quanto a busca de providências para remediar a crise, que se prolonga. Assim, nesta seção será utilizado o referencial teórico da análise de

políticas públicas e de redes sociais para explicar as formas do uso do poder e das relações sociais na Região Cacaueira baiana.

A presente pesquisa procura comprovar nas suas conclusões que a cacauicultura baiana foi uma atividade econômica dependente do apoio governamental, cujas políticas implementadas durante 60 anos (1930-1990) foram indispensáveis para manter a atividade agrícola como a mais importante da Bahia. A saída do Estado como elo de sustentação deixou a Região produtora desprotegida e enterrada numa crise, desde 1990.

Para sustentar e enriquecer a presente narração o autor se utiliza do institucionalismo como referencial teórico para demonstrar como as regras, as organizações e a própria sociedade regional se comportam frente a sua existência.

Metodologicamente, a pesquisa foi do tipo exploratório, envolveu levantamento bibliográfico, entrevistas e questionários. O Anexo do trabalho explicita os passos realizados para consecução desta metodologia.

Por ultimo, as conclusões e reflexões, com base na pesquisa ora concluída esperando converter em contribuições para futuros estudos acerca das tratativas dos fenômenos regionais, certamente foram fatores que direta e/ou indiretamente contribuíram para a formação da história econômica e social do Sul da Bahia. Há de se considerar ainda, está esse estudo fundamentado para dirimir questionamentos e possíveis proposições para encontrar nas pesquisas alternativas que indiquem a solução de graves problemas regionais, notadamente a redução da concentração de renda, ensaiada com o desabamento da riqueza, antes centralizada nas mãos de 1% da população regional.

CAPITULO I

1. A CACAUCULTURA BAIANA: FORMAÇÃO, EXPANSÃO, CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, ECONÔMICO E SOCIAL.

A discussão aqui apresentada pretende reacender os debates existentes a cerca da formação econômica e social do sul da Bahia, tentando ampliar e acrescentar novas análises aos estudos existentes e narradores da história baiana e da cacauicultura. O cacau como elemento potencializador de mudanças do cenário econômico que a Bahia vivia foi marcada por indicações do poder público, mas determinada pela força de braços fortes, capazes de edificarem uma economia pujante, até mesmo de conflitos, mas que desenvolveu um território considerado o mais potencial para ajudar a alavancar a Província, depois Estado, cujo desenvolvimento foi dependente da capacidade geradora de riqueza advinda do cacau. Esta narrativa começa pelo surgimento do cacau como produto de grande aceitação pelo mercado

européu já constituído como um alimento indispensável para o continente, a sua trajetória como lavoura no sul da Bahia e a sua capacidade de criar mecanismos para a edificação de um território, cuja civilização foi marcada pela conexão de interesses econômicos e patrimoniais da sociedade nele instalada durante a descrição de sua existência.

A relevância das idiosincrasias formadas no seio da cacauicultura gerada pelas perspectivas promissoras que a lavoura despertava oferecia conotações de aventura, pois a disputa era o espírito expressado por muitos plantadores, que na Região aportava por busca de riqueza, criando assim sérios conflitos pela posse da terra. A forma como o poder político foi constituído e a sua interação com o Império foi uma ameaça a democratização da formação da lavoura. A formação da aristocracia rural regional representada na figura do coronel e o seu papel na colonização e na expansão da lavoura cacaueira, assim como as relações políticas estabelecidas com o governo baiano e a República, apesar da concentração estabelecida em mãos de poucos, serviu ainda para estimular a migração de colonizadores e trabalhadores. Também será contextualizada a correlação do cacau com a industrialização baiana e a crise econômica instalada no Estado e suas repercussões no cenário regional e nacional.

Ainda neste Capítulo serão apresentadas características que formam e distinguem a Região Cacaueira Baiana, sob o exame da sua plenitude geográfica, econômica, antropológica, social e política, analisadas sob a ótica da sua influência na composição do complexo cacaueiro baiano. Assim, serão constituídos dados e comentários sobre a população, posse da terra, uso do solo com as atividades econômicas, desigualdade da distribuição da terra, órgãos de classe e as relações sociais, relações sociais do fazendeiro com a propriedade, os elementos humanos na fazenda, as novas relações de trabalho na região, externalidades da economia cacaueira sob a ótica da riqueza gerada e sua distribuição. A descrição deste capítulo pretende inserir na análise os fatos e as causas dos graves problemas ocorridos na economia cacaueira, considerando fatores físicos e humanos como decisivos na conformação do perfil do território sul baiano.

A literatura utilizada nesta seção apoiou-se em bibliografia de autores consagrados da própria região complementada por autores destacados nacionalmente na corrente do patrimonialismo, na oligarquia da República, no coronelismo como forma de poder.

1.1 A historiografia da formação e expansão da lavoura cacaueira como alternativa para recomposição econômica da Capitania de Ilhéus

Os esforços do Estado português, tendo uma colônia com potencialidades para a produção em grande escala do produto, era mudar da posição de importador para exportador de cacau na Europa, não tendo que depender da produção de cacau na América Espanhola, pois os conflitos de interesses entre os rumos da Espanha e Portugal reforçavam a disposição de conter a dependência em ambas, vividas sempre em litígio político e econômico. (Brito, 1924: 14).

Quando os terrenos dos Engenhos de Açúcar passam a se tornar ociosos pela redução das áreas destinadas a cana, mostrada inviável, em razão da crise mundial do produto, os

plantios do cacau tomaram ritmo de expansão. A Coroa Portuguesa começou a estimular o plantio, primeiramente através da introdução de política de crédito para os Engenhos, cujos proprietários sinalizavam precariedade financeira para novos investimentos. A reboque dos incentivos da Coroa, o capital financeiro e mercantil se instala em Salvador e em Ilhéus para financiar a expansão da lavoura cacauaieira. (Barros, 1918:162).

Como a exploração da terra voltada para a cacauicultura era fruto da saga aventureira dos desbravadores objetivando tirar proveitos econômicos mais abundantes, eles preferiam se aventurar com familiares ou poucos aliados para conquistar áreas mais férteis e espalhar as sementes do “fruto de ouro”. A não utilização de trabalho compulsório era uma forma de redução de custos. Primeiro, por ser uma forma de tornar a atividade menos intensiva em capital e, segundo, porque não tinha disponibilidade financeira para tal, em sua maioria, ex-escravos, nordestinos, exauridos da seca, portanto, o risco da atividade era assegurado pela presença do desbravador diretamente no negócio. Era, portanto, uma cultura aberta a todo mundo, desde os mais pobres, os senhores de engenho que transformavam o capital do açúcar em plantios de cacau, até capitalistas de outras Regiões, aqui aportados para adquirir grandes glebas de terras, entrando na onda do novo produto, representada como uma alternativa futurista para a agricultura da Província.

Inicialmente, como relata Vieira (1976:22) o cacauieiro foi cultivado na Bahia como uma planta exótica, diferente das existentes naquela região. A conquista da terra, o plantio dos cacauais, a formação das roças tiveram lugar em meio a episódios marcados pela coragem de homens decididos e obstinados. As condições de solo e clima, entretanto, mostraram-se tão favoráveis ao seu cultivo que as plantações foram se estendendo e se ampliando.

A colonização do sul baiano, com base na cacauicultura, na época, marcada pela dispersão, também sofreu da falta de conexão com um centro tradicional do produto, no caso o Pará, que já registrava exportação de cacau em amêndoa, cujo volume exportado ultrapassava 1.800 toneladas. Na análise de Santos (1979:36) era resultado de algumas plantações que mais tarde vieram a se desorganizar com o surto da borracha. Nesse período, produtos como açúcar, algodão, minérios, madeiras, tabaco e couros, representavam a totalidade das exportações coloniais, e por consequência, tornavam-se produtos com amparo da Coroa solidificando o quadro da estrutura produtiva e da economia da época.

Na segunda metade do século XIX, o sudeste brasileiro, notadamente São Paulo, começa a alterar o seu quadro de produção agrícola, atrai mão de obra mais qualificada, estimula a atração do imigrante europeu para colonizar suas terras, através do plantio de café, vindo a se converter no mais importante produto de exportação². A expansão da economia cafeeira repercutiu em todos os setores da vida nacional, marcando um novo ciclo de produção na economia do país, durante o qual, o centro econômico e político se deslocaram

² O café foi introduzido no Brasil no século XVIII, iniciando-se, desde então, uma história de grande sucesso. A cafeicultura brasileira foi durante várias décadas a atividade econômica mais importante da nação, sendo suplantada aos poucos e apenas recentemente pelo setor industrial. A sua introdução foi patrocinada por políticas tanto da Província de São Paulo como do governo federal. (Zylberstajn et al, 1993:17)

do nordeste para o sudeste, como também grande parte da sua mão de obra ser liberada pela combalida agroindústria açucareira, alterando também o processo de colonização do sul baiano, estabelecendo uma queda nas ações de desbravamento da área.

O cenário produtivo brasileiro veio a se modificar com o desestímulo a cana-de-açúcar, produto de dominação de toda a faixa litorânea. Esta ao entrar em decadência, permite que o quadro inicial de plantio experimental e não consequente evolua para o plantio sistemático e consolidado da atividade cacauieira. O cacau significou para a Bahia como o algodão representou para Pernambuco, o café para São Paulo em substituição à cana-de-açúcar, criando uma alternativa em termos de produtos exportáveis para a economia nacional, em especial a litorânea.

No sul baiano, dois municípios despontavam como os dois grandes pólos de cana-de-açúcar: Ilhéus e Canavieiras, polarizando a economia regional e sendo afetados precocemente pela crise do produto, revertidos pela aglutinação de algumas iniciativas para alterar o processo de decadência da cultura, intensificando a substituição dos canaviais por cacauzeiros, sendo desaconselhável criar gado ou plantar algodão. A crise da economia colonial reflete o quadro da economia brasileira, constituída por um conjunto de sistemas articulados em dois polos principais: a economia do açúcar e a exploração do ouro³.

1.1.2 O interesse público como Estimulo a Implantação e Expansão da Cacaucultura

A partir de 1830, o plantio do cacau comercial se inicia, quando efetivamente o desbravamento começa. É a fase das fracassadas tentativas de colonização e penetração portuguesa marcada pela estagnação com consequências desastrosas para toda a economia brasileira, destarte a baiana.

Ademais, segundo Faoro (2001, p. 205) a aliança do poder aristocrático da Coroa com as elites agrárias locais permitiu construir um modelo de Estado que defenderia sempre, mesmo depois da independência, os intentos de segmentos sociais donos da propriedade e dos meios de produção. É dessas constatações que se pode auferir a confluência paradoxal; de um lado, da herança colonial burocrática e patrimonialista; de outro, de uma estrutura socioeconômica que serviu e sempre foi utilizada não em função de toda a sociedade ou da maioria de sua população, mas no interesse exclusivo dos donos do poder.

O poder econômico do açúcar comandante da política baiana já no limiar da terceira década do século XIX necessitava manter o status patrimonialista representado pelos engenhos. Para a substituição da base econômica articulavam novos instrumentos para acelerar a povoação econômica do sul baiano, já identificada como a área mais promissora da Província. Nos moldes do café, o governo baiano estimulava a entrada de imigrantes para

³ Os esforços da Colônia se multiplicavam para exaurir cada vez mais as riquezas produzidas no Brasil. Rezende, (1991: 28)

colonização mais rápida da Região. Assim, a vinda de colonos europeus fez a região passar a ser vista como uma área de futuro garantido pelas peculiaridades: sua riqueza natural, florestas intensas, rios caudalosos e solos férteis. Isso foi razão suficiente para buscar alternativas de expansão da fronteira agrícola para a Capitania de Ilhéus. O plantio de cacau irradiou-se entre os proprietários de terras da Capitania, no depoimento de Adonias Filho (1978:21), veio a florescer como cultivo, dando início e revelando os componentes econômicos e sociais de um futuro espaço geográfico, denominado de Região Cacaueira da Bahia.⁴

No início do século XIX, começou a correr notícias da fertilidade dos solos e da riqueza representada pelo cacau, milhares de homens, vindos de todas as partes, começaram a chegar ao sul da Bahia, em busca do novo Eldorado. Na sua maioria, eram lavradores nordestinos, principalmente sergipanos e alagoanos, trabalhadores tenazes e de índole simples, atraídos pelas histórias corridas de boca em boca falando de outros homens havidos ficado ricos plantando cacau. Esses lavradores se adaptaram as condições endêmicas da Região, sendo o passo mais positivo para a aceleração do plantio de cacau na Província Baiana. Graças aos nordestinos o sul da Bahia pode ser enfim colonizado, mesmo enfrentando as vicissitudes, que tal desafio impunha para desbravar território tão árido e cruel.

O financiamento do produtor de cacau acontece com a consolidação das agências do capital comercial patrocinada pela Coroa, se constituindo como uma densa política de crédito rural. O plantio de cacauais teve como artífice a figura do “desbravador” que realizava e expugnava os indígenas das terras em um caso raro de “acumulação primitiva.” O desbravador não se confundia com o produtor colonial, pois este se acomodava em áreas mais próximas e de fácil domínio. O primeiro, originalmente, extrator de madeira, utilizava o trabalho assalariado dissociado dos meios de produção em suas expedições destinadas a consolidar a ocupação e a implantar os cacauais. Recebia adiantamento do capital comercial, contratava força de trabalho para suas expedições, construção de infraestrutura e plantio do cacau.⁵

A cacaucultura nascendo sob o patrocínio do capitalismo comercial, indica sua implantação nascida pela busca do lucro, cuja figura do desbravador se traduzia em um aventureiro, tendo no capital a maior aspiração para se converter num latifundiário, dirigente do processo produtivo.

⁴ O topônimo “Região Cacaueira” na concepção de Sauer (1981: 75) define a área geográfica em análise, porquanto o conceito praticamente esgota o que existe na área: o cacau- fator marcante em torno do qual ou por causa do qual, em última análise, gira a economia da região. A cacaucultura é aí a atividade econômica dominante sendo diretamente responsável pela conformação socioeconômica local, determinando seus comportamentos e aspirações.

⁵ Barros descreve a formação da cacaucultura como um processo resultante da conturbação vivida pela Província da Bahia para apressar a introdução de cultivos alternativos à cana-de-açúcar. Vários métodos de ocupação foram acionados na Capitania de Ilhéus para que o cacau respondesse imediatamente a importância econômica deixada pela cana. (Francisco Borges de Barros. Memória de Ilhéus. Tipografia Baiana, 1915)

A cultura em formação ao exigir sombreamento permanente limitava a produção de cultivos de subsistência, integrantes da pauta das atividades complementares. Levando-se em conta o fato da cacaucultura ser uma lavoura de ciclo longo, com período de amadurecimento econômico a partir do sexto ano não motivava a entrada da produção familiar. Os financiamentos tinham encargos exorbitados, gerando dessa forma ônus pesado para o produtor. Para sobreviver necessitava trocar o que produzia por produtos manufaturados, que o cacau não lhe compensava inicialmente. A unidade de produção familiar foi surgindo como resultado de divisões da propriedade da terra ou por algum tipo de acumulação conduzida por posseiros e contratistas⁶.

A pequena produção familiar se constituiu preponderante porque o número de propriedades foi se tornando representativa em volume de produção, e se tornou importante no processo de reprodução do capital, seja por gerar excedentes, seja por se constituir em fonte de força de trabalho para a unidade capitalista. Esta força de trabalho familiar oriunda dos ocupantes das pequenas propriedades rurais, enquanto esperava a frutificação do cacau, vendia seus afazeres aos grandes fazendeiros, vez a exploração de lavouras de subsistência não combinar com a do cacau, por depender de sombreamento, não sobrando, portanto, áreas para cultivá-los.

O cacau era uma lavoura bem mais rentável comercialmente, tornando-se uma prática até certo ponto conflitiva, pois nas áreas de plantio sem mata, a bananeira era usada como sombreamento, passando a ser o seu parceiro de cultivo, não dando margem à expansão de lavouras de subsistências como mandioca, milho, feijão e pecuária leiteira. Neste particular, Caldeira (1954:12-20) sugere ter sido o surgimento da cacaucultura no sul da Bahia um processo com predominância em pequena escala, se mantendo como a maior parte de unidade de produção. Neste particular, pode-se entender, porque a Região Cacaueira foi um território de pouca intervenção de política de redistribuição de terras no Sul da Bahia.

Garcez (1976:588) confirma a pequena unidade produtiva preceder a grande em termos formativos. No entender de Baiardi (1978:54) é um equívoco semelhante ao de Caldeira, pois não há indícios que permitam generalizar neste sentido, a grande propriedade tanto pode formar-se à custa de pequenas unidades familiares como se constituir a base de apropriações de terras devolutas ou de extensões, com posse legalizada, mas desocupadas de fato. Aliando os pensamentos dos autores acima com dados da CEPLAC (1976:34), que classifica o produtor de cacau a partir do tamanho da propriedade, 10% deles tem fazendas acima de 300 ha, mostrando a ocupação das unidades produtivas ser classificada como 70% de pequenas e 20% de médias, situação para assegurar a certificação do quadro que não se alterou significativamente no decorrer do tempo, e marcada profundamente pelos mecanismos de garantia de direitos adquiridos. Foi uma colonização sem conflitos pela posse da terra. De

⁶ Barros ressalta que o sistema de financiamento para plantio do cacau tinha como garantia o próprio plantio e a área demarcada pelo posseiro. De acordo o autor, várias casas financeiras se tornaram grandes proprietárias de fazendas de cacau recebidas por cobrança de dívidas dos pioneiros plantadores. (Memória do município de Ilhéus, 1915).

acordo Adonias Filho (1978:85) o judiciário de Ilhéus se tornou um poder respeitado pela sua presença atuante e deliberante, que amainava as beligerâncias antes mesmo de serem levadas a termo.

O Sul da Bahia, detentor de vasta área de terras férteis, teve a sua ocupação caracterizada de forma surpreendente ao se diferenciar do sistema feudal da sociedade agrícola, quando poucas famílias dominavam vastas extensões de terras, assumindo o poder econômico e político local. Essa região não teve uma classe de proprietários fundiários naqueles moldes e a classe que se apropria da terra, o fez porque tem meios de explorá-la, recebendo-a por doação, enquanto no feudalismo a terra é o maior patrimônio do seu detentor. Na citada região, a terra, na época, Andrade (1980: 36) não é uma mercadoria de troca, não se compara à renda capitalizada, sendo tão somente uma dádiva da natureza, necessária à produção. Bastava o colono reunir recursos produtivos necessários para a produção que a doação era líquida e certa.

Houve um grande fluxo de pessoas devido a uma seca muito forte nos sertões da Bahia e de Sergipe. Os migrantes, pessoas humildes e semi-analfabetas, traziam primeiro a família nuclear, depois os parentes mais distantes. O cacau não conheceu a mão de obra escrava por ser uma cultura pobre, de agricultura familiar em pequenas glebas, Garcez (1977:21).

O florescimento da lavoura cacaueira começa a atrair empresários de Salvador, necessitados de recompensar-se das perdas dos seus Engenhos localizados no Recôncavo e sucateados com a crise da cana-de-açúcar buscar as terras do Sul do Estado para se restabelecerem como produtores de um bem com relativa aceitação no mercado internacional, e o cacau já dava mostras dessa importância pela penetração no mercado europeu e americano. Também empresários do Rio de Janeiro, bem como da Europa eram atraídos pelo cacau, tanto que entre os principais produtores, parte significativa era de imigrantes ou descendentes diretos dos primeiros estrangeiros a chegarem à Região.

O cacau tomou uma relevante posição de destaque dentro e fora do Brasil. Isso denota o interesse despertado pelo produto a técnicos e empresários estrangeiros. De acordo Pereira Filho (1959: 23) de 1808 a 1822, alemães e suíços habitavam as terras do magnífico Vale do Almada, e por lá estiveram visitando a localidade, sábios e príncipes, tais como Von Martius, Von Spee e Maximiliano, Alexandre Wied Newied, este príncipe.

Para o autor, o cacau no município de Ilhéus teve a sua origem no maravilhoso Vale do Rio Almada, no lugar Provisão. As fazendas, as maiores da redondeza se destacavam pelo trato das plantações, da produtividade e cuidado das pastagens. Os trabalhadores livres e escravos, brancos e pretos se encontravam nas grandes fazendas e vivia uma existência, segundo as crônicas, de gente assalariada, de gente pobre servindo a patrão rico, mas humano no trato com os seus semelhantes. Do outro lado, nas matas de Castelo Novo, agricultores ativos cultivavam as suas terras de corpo e alma na ânsia de a transformarem em cacauais. (PEREIRA FILHO, 1959: 26).

Esses abnegados produtores, entre tantos outros, largados no fundo das selvas, atolados nos pântanos, sem assistência médica, sem transportes e, por cima de tudo isso, sem

segurança individual construíram uma Região, até essa data, mesmo com o espírito aventureiro a formavam com métodos pacíficos, onde o respeito à posse, até então, era um acordo de cavalheiro de convivência tácita. O silêncio que rodeava o espírito do homem do trabalho só o convidava a manter entre si, um ambiente de convivência pacífica.

Para abrir novas áreas de plantio tinha de ter mão de obra escrava, mas o bloqueio imposto pela Inglaterra no comércio de negros para o Brasil extinguiu a entrada dessa força de trabalho, dificultando assim, a expansão do cultivo por falta de mão de obra. Restava à própria mão de obra familiar ou contratada para dar continuidade ao dinamismo da lavoura até então alcançado. (Adonias Filho, 1977:25). A “lei das Terras” de 1850 veio a se configurar como o apoio legal e logístico para sustentar um tipo específico de relação de produção que é o “contrato”. Através do contrato, o então latifundiário com suas terras delimitadas passa a estabelecer com o trabalhador livre um relacionamento contemplando a entrega de terra para plantios de subsistência, tendo como pagamento uma espécie de renda-produto, identificado como o cacau formado.

Neste período, o plantio do cacau se reinicia. Em 1895, a exportação já atinge pouco mais de 100 mil sacos. É o segundo momento marcado pela consolidação do desbravamento, nas palavras de Adonias Filho (1978:28) “conduzido a fogo, pólvora e machado”. É a fase, hoje lendária, dos desbravadores, que tiveram de se valer da força de trabalho assalariada e de toda sorte de aventureiros dispostos a se colocar firmes na tarefa de cabruçar, expulsar indígenas, enfrentar feras e endemias para plantar cacau e fundar povoados. A utilização da força de trabalho escrava se circunscreveu as fazendas originadas dos engenhos, tendo no escravo a sua principal mão de obra. A lei áurea transformou a mão de obra escrava em assalariada e até proprietária de pequenas propriedades. A mão de obra adaptada as intempéries da Região foi a nordestina, vindo a se tornar a verdadeira pioneira na expansão de novas áreas de plantio.

Mahony (2007:745) aborda o surgimento de uma nova elite em meio a um contexto marcado por um período de crises e instabilidades entre forças tradicionais e forças decorrentes das tensões sociais e econômicas advindas também da abolição da escravatura. Contudo, diferentemente dos engenhos, as plantações de cacau utilizavam a mão de obra escrava em escala mínima não sendo o trabalho escravo como a única forma de mão de obra utilizada durante a fase de implantação do plantio comercial do cacau. Com isso, o impacto da abolição na lavoura cacaueira se deu de forma mínima como pondera Adonias Filho (1978:52) quando relata que a Abolição se concretiza com repercussão imediata em toda a infraestrutura econômica do País, a lavoura cacaueira baiana não se ressentiu ao mínimo e por isso mesmo não altera o crescimento. Sete anos após, precisamente em 1895, a Abolição não evita que o Brasil se situe como um dos primeiros polos produtores de cacau do mundo.

Segundo Freitas (1979:12) após 25 anos de regularidade da produção, a exportação de cacau experimenta índices de crescimento importantes, marcando o estabelecimento de um fornecimento regular de amêndoas para o exterior e, conseqüentemente, o marco de aglutinações ao cultivo do cacau – a produção para exportação elevou-se de 47 para 304 t em 1850. A adesão de novos produtores provocou uma revolução agrícola na Região,

demandando a introdução de novas variedades, melhorando o intercâmbio com a Região amazônica, havendo trocas de sementes, fase que cimentou a introdução da variedade “Pará” vindo a se consolidar como a mais produtiva e adaptada às condições ecológicas da região. Em pouco tempo veio a assumir papel de destaque na pauta de exportação brasileira.

Quando a Região começa a experimentar grandes avanços nos plantios, a mão de obra escrava remanescente era extinta, reforçando completamente as relações de trabalho. A reestruturação das formas de produção com o advento da mão de obra contratada ou das parcerias com nordestinos migrados acentua o método de produção por contratos, definindo assim uma nova ocupação na Região na figura do “contratista”.⁷

Amado alude como forma dos patrões manterem o contratista plenamente na empreitada, se utilizar de expedientes como o de fornecimento de adiantamentos monetários e de mercadorias de primeira necessidade, através dos “barracões”⁸. Conta o autor, tais adiantamentos serem assinados através de recibos em branco, preenchidos posteriormente sempre para a soma ultrapassar os valores adquiridos pelo trabalho. O autor alcunha esse negócio de “caxixe”⁹, a forma mais cabal de engabelar alguém, ao tirar proveito da sua ignorância, inocência e desproteção. Os contratos passaram a ser uma forma legal de enganação praticada pelos donos de terras aos seus trabalhadores, que de forma indireta se comportava como um escravo do patrão. (AMADO, 2000: 21)

Na época a Região era uma verdadeira frente de trabalho, teve a audácia de formar em menos de meio século o parque produtor de cacau, fonte de riqueza para um Estado, que teve como alternativa de retomada econômica uma monocultura, mostrada forte e altaneira. (Barros, 1918:171). O aumento da produção de cacau ia abrindo novos mercados de consumo¹⁰. O chocolate passou a ser uma inovação de mercado, cuja criação motivou novos hábitos de consumo na Europa e nos EEUU. Aumentava o avanço de novos consumidores de chocolate, estabelecia novas preferências, por sua vez, estimulando novas adaptações ao produto, fator de indução para entrada de novos produtores de cacau no mundo. O Brasil se constituía como o primeiro produtor mundial, cujo sucesso promovia a entrada de novos

⁷ Contratista era o empregado de fazenda cacaueira, a quem o patrão entrega alguns hectares de terra para que plante o cacau e tudo quanto for preciso para a subsistência, devendo a terra ser restituída, mediante indenização pelos cacaueiros plantados e em frutificação, (Aurélio, 1986:468). Normalmente o prazo desses contratos durava entre 06 e 08 anos, período em que o cacaueiro começava produzir economicamente.

⁸ Barracão era a denominação de pontos de venda das grandes fazendas de cacau. Funcionavam como supridores de mercadorias de primeira necessidade, alimentos com prioridade (jabá, farinha, feijão, açúcar, café), além do kerosene, que era a energia dos candeeiros e fífós utilizados na iluminação das residências rurais. Os fazendeiros aplicavam sobre-preço nas mercadorias como forma de retirar a renda do trabalho dos seus operários. (Amado, 1986:)

⁹ De acordo com Aurélio o Caxixe era uma negociata feita em torno de terras produtoras de cacau. (Aurélio, 1986:376)

¹⁰ A lei de Say prevalecia como pensamento neoclássico, cuja teoria defendia que a oferta estabelecia a sua própria demanda. Na época, o fluxo de criação de novos produtos industriais era uma dinâmica advinda da Revolução Industrial, o chocolate aparecia como novidade no mercado europeu.

países produtores, com destaque para a África que se assemelhava pelas condições de solo e clima como as brasileiras.

O ambiente de mercado era razão para o governo da Bahia promover política de expansão da lavoura cacaueira. Para isso passou a ampliar as ações no Sul do Estado, notadamente no alargamento das relações políticas com as autoridades sediadas no município de Ilhéus. Começava para a Região Cacaueira a experiência de uma nova época, assentada em novo regime de lutas, de preocupações, mas de lutas de objetivo econômico, de batalhas no setor da produtividade.¹¹ O objetivo da Região era multiplicar as plantações, as colheitas e os lucros das vendas do cacau. Não havia estradas, não havia vizinhos, as sedes das fazendas eram distantes, as doenças eram endêmicas, havia toda sorte de infecção, a derrubada das matas descompensava o ambiente, o paludismo passou a ser o grande matador, morria toda sorte de gente, mesmo assim, essas dificuldades não detinham o espírito aventureiro do plantador de cacau, cuja meta era expandir a área de plantio do cacau, certeza de sucesso. (ADONIAS FILHO, 1977:23).

O cacau passou a despertar o nordestino, como forma de fugir da seca e da pobreza insana começa a aportar na Região, pois aqui era sinônimo de enriquecimento ou de melhoria de vida. Esses nordestinos passaram a constituir a mão de obra necessária para expansão da lavoura cacaueira. Foram deles também que se fizeram grandes produtores de cacau, e por consequência grandes fortunas. Também pioneiros na fundação de vilas e povoados na Região. Itabuna teve como reduto, abnegados sergipanos, que transformaram as terras férteis e pouco exploradas do Rio Cachoeira em nicho de produção privilegiado, daí surgindo o povoado de Tabocas, transformado depois na cidade de Itabuna (Jorge Amado, 2000: 89), centro produtor e comercial mais movimentado do Sul da Bahia, hoje o mais populoso e maior centro comercial e de serviços da Região. Jorge Amado cita os sergipanos que fizeram grandes fortunas no sul da Bahia, se tornaram “coronéis do cacau”, através de métodos tidos como desapropriadores do esforço e do sofrimento de pequenos plantadores de cacau formando grande patrimônio¹².

Com a regularidade da produção, a comercialização se tornou fundamental para expansão enquanto negócio. A amêndoa se convertia em mercadoria, permitindo o retorno ampliado do capital possibilitando por sua vez, a compra da força de trabalho em um mercado em expansão, formado por migrantes nordestinos, que não se arriscavam à peregrinação ou a

¹¹ Artur Dias comentando sobre essa época da lavoura e o seu reflexo na economia local: “Ao entardecer do Império havia o anoso núcleo atingido o máximo grau de decadência. Tudo estava ali em ruínas. Mas os vastos cacauais plantados havia dez anos antes daquela época começaram a frutificar. Daí veio dinheiro em abundância, afluíram capitais, chegaram imigrantes e Ilhéus entrou no quadro do progresso, da vida animada do adiantamento material”. Em *Brazil actual: informações geográficas, políticas e commerciaes : impressões de viagem, dados pittorescos e descriptivos sobre as principaes cidades brasileiras : homens e coisas da actualidade; graphicos e dados algarismaes*. (Imprensa Nacional, 1904, 501 p.).

¹² Jorge Amado em *Terras do Sem Fim*, nomeia alguns “coronéis do cacau”, que se destacaram não somente pelo patrimônio, mas pelo papel dominador e de pioneirismo. Na sua lista se destacam Sinhô Badaró, fazendeiro poderoso, com muitas terras e homens a seu serviço. Só mata, segundo ele mesmo, quando as alternativas foram todas esgotadas. O Coronel Horacio, fazendeiro rico, ex-tropeiro, de quem se contam histórias de valentia e malvadeza, tais como, ter vendido a alma ao diabo e conseguido prendê-lo numa garrafa sob a cama. É inimigo figadal dos Badarós.

se arrastarem até o longínquo sudeste. Além disso, também aspiravam através do assalariamento ter uma oportunidade de se diferenciar como produtores não capitalistas, e posteriormente como produtores capitalistas. O fato de a terra não se generalizar como mercadoria, facilitou em determinados casos a materialização dessa aspiração, vários trabalhadores nordestinos vieram a compor a lista dos mais bem sucedidos produtores de cacau da região, bem como fundadores de inúmeros povoados, constituídos hoje como as grandes comunidades do espaço geoeconômico cacaueiro.

Conforme relata Mahony (2007:781), ainda que a lavoura cacaueira fosse aberta à maior parte da população, nem todos os agricultores tinham condições de plantar muitos pés de cacau. Em investigação realizada pelo governo baiano no ano de 1866 encontrou grandes diferenças entre os produtores agrícolas de Ilhéus. Esse diagnóstico detectou 520 roças de cacau e café, 09 (nove) engenhos de cana de açúcar, 12 (doze) engenhocas para aguardente e 18 (dezoito) serrarias de madeira em funcionamento. Não foi possível pelos investigadores do governo indicar quem eram os donos dessas “fábricas”, mas consideraram que umas 100 roças de cacau e café estavam nas mãos de fazendeiros bem estabelecidos, outras 120 pertenciam a agricultores mais ou menos estabelecidos, e umas 300 eram propriedade de “pobres” que o governo nem chamava de agricultores. Não disseram que as melhores roças de cacau e café pertenciam a um pequeno grupo de grandes proprietários, os quais também eram os donos dos engenhos, engenhocas e serrarias, assim como de muitas terras e escravos.

A autora reforça a percepção não alcançada pelos inventariantes do governo baiano:

O que não disseram foi que as melhores roças de cacau e café pertenciam a um pequeno grupo de grandes proprietários, os quais também eram os donos dos engenhos, engenhocas e serrarias, assim como de muitas terras e escravos. Os oficiais também não mencionaram que muitos dos lavradores “pobres” eram escravos dos grandes proprietários ou dos bem estabelecidos e que estes cativos cultivaram cacau na terra dos donos como parte da economia interna da escravidão, às vezes chamada de “brecha camponesa” na literatura brasileira. Outros lavradores “pobres” eram descendentes dos povos indígenas que haviam sido aldeados em Almada, Ferradas, Catulé ou Olivença no período colonial ou nas primeiras décadas do Império. Em outras palavras, os funcionários do governo baiano não diziam que a economia cacaueira estava intimamente ligada ao sistema escravocrata e à hierarquia social da Bahia e do Brasil. (Mahony, 2007:785).

Nos vinte anos seguintes, a economia cacaueira cresceu, mas as diferenças entre os produtores de cacau não foram apagadas. Em 1880, a maioria das roças de cacau estava nas mãos de pobres com um pouco mais ou um pouco menos de mil cacaueiros, enquanto outro grupo de agricultores possuía entre cinco e dez mil pés. Mas os grandes proprietários tinham conseguido plantar entre cinquenta e duzentos mil pés de cacau¹³. Os diferentes tamanhos das roças de cacau refletiam a grande diferença quanto à posse de recursos por parte dos agricultores de Ilhéus. O maior desafio para todos os produtores de cacau, como para todos os

¹³ Relatório do inventário da cacaucultura realizado pelos funcionários do Estado em 1886.

agricultores do Brasil, na época, era o acesso à mão de obra. Terra para plantar cacau era razoavelmente fácil de encontrar em Ilhéus no século XIX, mas a mão de obra para trabalhá-la, não. Só alguns poucos produtores dispunham de muitos trabalhadores - fossem escravizados ou livres. A maioria dos agricultores em Ilhéus só podia contar com sua própria mão de obra ou dos membros de suas famílias, uma vez não possuir escravos nem poder pagar a trabalhadores livres. Na verdade, em muitos casos, esses lavradores eram ex-escravos que complementavam a renda familiar prestando trabalho temporário nas grandes propriedades. Então, era difícil para eles plantar muito cacau - ou, aliás, qualquer outro cultivo, fazendo com que as desigualdades já existentes na região fossem intensificadas no processo de implantação da nova lavoura. (CAMPOS, 2006:323-335).

Nesta direção, Mello (1991:27-31) enfatiza não se poder pensar a cacauicultura, apesar disso, como determinada unicamente por incentivos externos. Em menor grau que o café, o cacau apresenta, contudo, certa semelhança com a economia mercantil nacional, formada a partir da crise da economia colonial, estando seu movimento determinado mais por fatores internos que externos. Foi do capital comercial nucleado em Ilhéus, de onde partiram as decisões e os estímulos à implantação da cacauicultura.

O autor acrescenta que a região do cacau fora povoada principalmente por imigrantes sertanejos, provenientes do centro e do norte do Estado, e também de Sergipe. Os imigrantes ocuparam as terras com base em pequenas glebas. Pequenos produtores, não dispunham da posse legal da terra, sendo normalmente ocupantes primários de terras devolutas do estado. Os grandes produtores com frequência compravam a produção dos pequenos, que sofriam maiores perdas na comercialização. A falta de regularização jurídica das terras levou à prática do “caxixe” como forma de organização dos patrimônios fundiários, com a formação de grandes estabelecimentos produtores e a evolução da pequena para a grande propriedade, através da aglutinação das roças vizinhas a um núcleo original. Sem poder recorrer a empréstimos bancários por falta de títulos de posse da terra, os pequenos agricultores recorriam a empréstimos dos grandes produtores e comerciantes. Em desvantagem em relação à comercialização dos produtos, se descapitalizavam e acabavam por perder as terras. (BARROS, 1915:188).

O cacau aparece nas pautas de exportação, dando sua contribuição na obtenção de divisas. Até 1908/1910, a liderança mundial da produção cacaueira pertencia ao Brasil, ao lado dos demais países americanos respondendo por 77% de todo o cacau produzido no mundo. A África cabia apenas 19%, a Oceania os restantes 4%. Poucos anos depois, as posições dos países produtores sofreram uma brusca alteração. Entretanto, como deixa implícito Cano (1993:92-104), mesmo o cacau sendo o mais importante produto de exportação ele não participa do complexo nordestino.

A partir de 1860, o cacau se converteu em objeto de desejo de fábricas de chocolate da Europa e dos Estados Unidos. Praticamente toda a safra era exportada, pois não existia o costume de se consumir o fruto e seus derivados no país. As primeiras manufaturas nacionais só apareceram na virada do século. É justamente nesse momento que a cacauicultura viveu seu ápice. O Brasil ocupou o posto de maior produtor mundial até meados da década de 1920.

No mesmo período, a região sul da Bahia assistiu a uma verdadeira guerra entre os fazendeiros. Época em que os poderosos fazendeiros – descendentes daqueles primeiros humildes desbravadores – não mediam esforços e nem violência para expandir seus negócios mediante a apropriação de plantações pertencentes a agricultores menos abastados.

1.1.3 Primeiros Conflitos pela Posse da Terra

De 1885 a 1889, o ambiente da Região Cacaueira se transformou. Crimes se sucederam a crimes, ao ponto de em apenas um ano, por denúncia de um Conselheiro Municipal terem se perpetrado 228 crimes, entre os quais 48 homicídios. O município de Ilhéus desembocou num clima de intranquilidade e intolerância perpetrada por Gentil de Castro, um aventureiro que aportou em Ilhéus para se tornar rico em detrimento de quem já havia construído uma base patrimonial importante na Capitania, graças ao trabalho e esforço de pioneirismo de muitos dos produtores da Região. Gentil tratava aos pioneiros como seus adversários, para isso praticava o fiscalismo e a perseguição, chegando a casos de retenção de embarcações e cargas vindas das fazendas localizadas nas vilas de Almada e Castelo Novo, seu alvo principal. PEREIRA FILHO, (1959:28-33)

Gentil de Castro havia tomado a deliberação de exterminar os bandeirantes do cacau. Ou abandonavam as fazendas ou deixavam de plantar cacau ou se acabariam todos eles. Para Gentil a lei era ele próprio. Os produtores tinham a informação de Gentil desfrutar do apoio do governo, por isso, faltavam-lhe escrúpulos como agia cercado de capangas armados e com certeza da tropa de Ilhéus obedecer às suas ordens, além do Visconde de Ouro Preto dar-lhe todo amparo contra os plantadores de cacau. Vários fazendeiros vieram a fazer parte da lista de eliminação que tinha em mente. Assim, várias fazendas foram invadidas, incendiadas, saqueadas, fazendeiros e trabalhadores mortos. (PEREIRA FILHO (1959:37)).

As contendas pela posse de terras na Região se tornaram um assunto discutido em todo o Estado da Bahia, chegando a ser alvo de descrições de jornalistas e historiadores da época. Braz do Amaral (1921: 186) contou os acontecimentos em Ilhéus ultrapassando os limites da compreensão em uma sociedade que se forjava pelo caminho do interesse e da intriga. Para o autor o cacau estava imprimindo uma seara de disputa e de arrogância, beirando o insuportável para um território até então tido como culturalmente pacífico¹⁴.

O relato de Pereira Filho a cerca das investidas criminosas de Gentil de Castro, lembra os métodos utilizados, as pessoas e as fazendas atingidas. Ressalta o relator, as intrigas perpetradas por Gentil terem atingida a toda comunidade, envolvendo os políticos e autoridades que davam cobertura para as suas estripulias, ao povo em geral direto e indiretamente era afetado pelo clima de beligerância instalado na Região. Esse ambiente de

¹⁴ Braz do Amaral relata que nos anos de 1885 e 1886 a lavoura de cacau tomava ali cada dia maior incremento e por causa disso os possuidores de terra se tornaram muitas vezes vítimas da ambição de pessoas poderosas, que os pretendiam despojar. Sendo a política o meio mais seguro de fazer calar os juízes políticos, tais interesses se procuraram acobertar com os partidos, pelo que acharam os homens pretextos para perseguições e disputas infundadas. Rompeu-se por tais causas lutas muito sérias, com o séquito vergonhoso dos assassinatos, atrocidades e espoliações. (Braz do Amaral. Recordações Históricas, Typographia Econômica, Porto, 1921, 336p.)

guerrilha só teve fim com a Proclamação da República, pois o Gentil fora um imperialista empedernido, fazia campanha aberta a favor da manutenção do Império.

Apesar de a Região estar vivendo momento de intenso progresso e tranquilidade é surpreendida pela intromissão de corsários estrangeiros. Para surpresa dos invasores, o povo da cidade já alarmado e prevenido de outras investidas se mantinha preparado para se defender, expulsando-os. Conforme o autor, sobre o episódio, o que existe de mais interessante é o telegrama do Barão do Rio Branco ao governador do Estado, naquela época, explicando o ocorrido: “Trata-se de um punhado de aventureiros dirigido por um louco”. PEREIRA FILHO (1959:70).

O povo ilheense acostumado com intromissões, jamais se alarmou com as investidas estrangeiras, como um povo que desde as suas origens, sempre viveu rodeado de perigos, nos ataques dos índios, nos assaltos dos holandeses, no saque dos franceses, nas perseguições de Gentil de Castro, e nas lutas, nas selvas, contra as serpentes, as feras, as moléstias dos climas das terras do cacau. O assalto de corsários foi mais uma ocorrência desastrosa sobre o município, mas sem abalar a sua economia, nem o animo do seu povo valente.

A história de Ilhéus se desenvolveu condicionada pela natureza geográfica e por uma condição que somente ela possuía: recursos naturais abundantes na Província da Bahia. Há de se considerar ainda haver várias causas, pois a história não é uma simples sucessão de causa e efeito. (Basbaum, 1957:5). Não é uma simples enumeração de alguns fatos expostos sem ligações uns com os outros e simplesmente justapostos.

Desse período até a virada do século XIX, a cacaucultura se expande, ampara e permite a entrada de novos plantadores, que em pouco tempo se torna os novos ricos da Região. A riqueza gerada vai engendrando a formação de uma classe dominante, distinguida dentre os grandes plantadores, por circunstâncias do próprio sistema capitalista incorpora a riqueza ao poder como forma de garantir a sua manutenção e ampliação. Assim a economia cacauera formou nos grandes cacaucultores a classe decisória das relações da Região com o poder político estadual e nacional, se coligando ao novo poder central brasileiro, que se estabelecia. O advento da República era o mote que a Região tanto necessitava para promover melhorias num território, potencialmente rico demonstrando índices de total abandono social. Nela, “apesar de farta, faltava tudo”. Ao Império só interessava a receita gerada pelo cacau, a República representava novos desígnios para uma Região abandonada.

1.1.4 A República e o Poder Rural na figura do Coronel para consistência do novo regime político no interior do país.

O advento da República é um dos fatos promotores de mudanças políticas efetivadas em Ilhéus e na Bahia, retirando toda a supremacia angariada por Gentil, evadido para o Rio de Janeiro, onde fora assassinado da mesma forma como fizera com as suas vítimas do Sul da Bahia. A República patrocinou a paz na Região, novos ventos sopraram para amparar os produtores de cacau e por consequência a própria área de produção com destaque para Ilhéus

e Itabuna os dois grandes polos urbanos e da lavoura cacauzeira. (PEREIRA FILHO, 1959:49-63).

Com a República, Ilhéus e a Região se encheram de ufanismo, pois uma nova ordem de tranquilidade e de esperança foi instalada¹⁵. Através dela, apresentou-se o clarão de liberdade, agora os produtores de cacau tinham a certeza de proteção, pois a monarquia que patrocinou a opressão agora estava sepultada, a crueldade e o abandono deixariam de fazer parte da vida dos abnegados agricultores do sul baiano. Os lavradores agora podiam trabalhar sossegados, podiam adentrar e avançar pelas matas semeando aquela que viria a ser a semente de ouro, pois dela frutificaria a riqueza advinda de um fruto amarelo. A partir daí se estabeleceu uma verdadeira correria em busca da riqueza, invadindo a mata rude e o clima adverso. Os lavradores armavam suas barracas cobrindo-as com palhas, folhas e cascas de madeira construindo o seu refugio para proteger-se da adversidade do ambiente hostil, pois o ambiente selvagem se transformava em desafio para promover um patrimônio, que se avizinhava como promissor.

Esse boom da produção de cacau permitiu se formar na região grandes produtores, automaticamente constituída em uma classe dominante. O maior interesse dessa classe era assumir o poder local, mesmo para isso, ter de aderir ao poder estadual e nacional para garantir a proeminência de um poder regional duradouro. Como a característica peculiar da política brasileira da República Oligárquica foi a “Política dos Estados”, vulgarmente conhecida como “política dos governadores”, instituída no governo de Campos Sales, os políticos baianos e a sua extensão na Região se agregaram ao novo ambiente da política nacional, que endossava forte poder as lideranças locais para patrocinar o crescimento da Comarca de Ilhéus.

O método político de descentralização, que oferecia grandes poderes a política regional e local foi instituído no governo Campos Sales, que assim definiu sua política dos Estados:

Neste regime, disse eu na minha ultima mensagem, a verdadeira força política, que no apertado unitarismo do Império residia no poder central, deslocou-se para os Estados. A Política dos Estados, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União é, pois, na sua essência, a política nacional. É lá, na soma destas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados pensa a União! (CAMPOS SALES, 1983).

Quem organizava a vida política, diretamente no contato com a população nos municípios, era a figura “carismática” do “coronel”. Sempre fazendeiro, sendo geralmente o líder da maçonaria local, o coronel, apesar do nome, era um líder essencialmente civil, em um

¹⁵ Apesar das expectativas positivas dos produtores de cacau com o advento da República, Leôncio Basbaum (1957:20) discorda dos seus efeitos, pois ela não modificou a dependência do país do capital e do mercado externo, a predominância das monoculturas na pauta de exportação nacional, o baixo nível de vida das massas camponesas ou da cidade, a burguesia frágil e covarde, ligada à terra e ao capital financeiro, corrompida pela política colonialista de nações mais fortes.

país com 80% de sua população rural, onde tinha que se caminhar muito para fazer política. O coronel era o elo entre a população e o poder estatal. Era o chamado governos dos fazendeiros¹⁶.

O coronel garantia os votos locais do Presidente do Estado (hoje se diz Governador), em troca do apoio do governador à sua liderança política no seu município, no qual dispunha de grande poder devido ao fato da Constituição de 1891 ser descentralizadora, garantindo aos estados e municípios, grande autonomia legislativa e de polícia.

A nova burguesia do cacau, bem como a burguesia rural brasileira amplia a sua presença e visibilidade perante a sociedade, surgindo assim um fenômeno chamado de coronelismo, que como discute Pang, (1979:21) acaba por ser um exercício de poder monopolizante por um coronel, cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status de senhor absoluto. O fenômeno do coronelismo, baseado no prestígio pessoal e familiar, estabelece uma rede de poder que se originava do micro para o macro, quando o coronel de vez em quando, poderia alcançar cargos a nível estadual ou nacional.

Para Pang, o coronelismo “*representava a antítese da aceitação de uma autoridade maior*”. Aqui não se verificava a “veneração hegeliana” do Estado. Assim, a institucionalização do coronelismo dependia de esquemas econômicos para transferirem, via Estado, subsídios para os produtores, chefes políticos.

Leal, (1976:20) define o coronelismo como “*...o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada,*”. Para o autor, o fenômeno era fruto de um fato político e uma conjuntura econômica. O fato político apontado como desencadeador do coronelismo foi o federalismo implantado no país pela Carta de 1891, concedendo ampla margem de autonomia aos estados, em detrimento dos municípios, e criou um novo ator político - os governadores, passando a ser eleitos a partir das máquinas estaduais. A relação política de compromissos e trocas assimétricas estabelecida em um regime político de extensas bases representativas, unidas a um poder privado exorbitantes. “É a forma peculiar de manifestação do poder privado.”. (Leal; 1976:20)”. O privatismo se conjugaria aqui com o mandonismo, o filhotismo, o paternalismo. O excessivo poder dos chefes locais resultaria na perseguição a opositores, na proteção desmesurada (com nomeações públicas) dos próximos e indiferença à lei quando preciso para promover alguma benesse, geralmente à custa de um prévio acordo. O governo estadual daria “carta-branca” ao poder local dos “coronéis” (conferia “*autonomia extralegal*”), para promover melhorias nos

¹⁶ Sobre o assunto a obra referencial mais discutida foi a do geógrafo francês Pierre Monbeig, que em seu estudo “Pioneiros e fazendeiros de São Paulo”, denominou o governo estadual paulista de “O governo dos fazendeiros”, dado a influência da aristocracia rural paulista no governo do estado. Sobre o tema, outra denominação caracterizou tal situação, a famosa frase “café com leite”, designando, o mando do governo nacional pelas lideranças do café de São Paulo e do leite de Minas Gerais.

serviços e utilidades públicas, trazendo também eleitores – estes dependentes do “coronel” devido à estrutura agrária – que legitimassem a eleição dos candidatos estaduais.

O coronelismo¹⁷ no sul do estado é diferente daquele observado nos engenhos ou na pecuária dos sertões, tendo como força motriz o latifúndio. No caso do cacau, o coronel mais forte era o que produzia mais. Não se comprava terra, mas pés de cacau, Garcez, (1995)¹⁸.

Leal prova ao longo dos anos, desde a Colônia até a Constituição de 1946, o poder municipal foi paulatinamente se fortalecendo. E ao mesmo tempo se consolidaram condições de extinção do poder dos chefes locais, tais como a mudança na estrutura familiar, a abolição da escravatura, a decadência do modelo agrário-exportador. Não havia mais concentração de riqueza ou poder suficientes para os senhores rurais, sustenta Leal, fazendo com que eles buscassem amparo dos poderes estaduais. Dá-se então a conservação residual do poder privado frente à crescente ingerência do poder público através do sistema. A dialética ou dualismo entre público e privado é prejudicado; há nesse caso um entrelaçamento entre ambas as esferas que se nutrem uma da outra. O Estado proveria os cargos públicos, o controle da polícia e o erário ao poder local; o coronel proveria votos para os líderes estaduais e melhorias públicas para o município e seus dependentes. (LEAL,1976:31).

Socialmente, coronel tornou-se sinônimo de chefe político; as pessoas preferiam ser chamadas de coronel, em vez de “senhor”, uma designação mais mundana. “Senhor coronel” e “Senhor doutor” eram usados para realçar o respeito por um superior (Pang, 1979:30). No sul da Bahia, o coronel era um título que superava a todos os demais, pois era quem detinha o poder econômico e político na Região, e como tal, tinha o reconhecimento de superioridade e autoridade’. (AMADO, 2000:23).

Faoro (2001:256) menciona também sobre a figura da propriedade rural brasileira, economicamente vivendo em regime quase autárquico, sendo uma espécie de território soberano, onde o proprietário, como nos velhos senhorios europeus, fazia justiça e mantinha força militar própria, para defesa e ataque. Entre o senhor e as autoridades do Estado, como no plano internacional, estabeleciam-se relações de potência a potência, fundadas na convenção bilateral do Estado se comprometendo a respeitar a autonomia local do senhor, ao passo que este como coronel da Guarda Nacional, obrigava-se a manter a ordem na região, emprestando à autoridade pública o concurso de seus homens de armas para a eventual guerra contra o estrangeiro, ou a episódica repressão aos levantes urbanos.

¹⁷ Coronelismo conforme Aurélio (Dicionário) é um brasileirismo usado para definir a complexa estrutura de poder que tem início no plano municipal, exercido com hipertrofia privada (a figura do coronel) sobre o poder público (o Estado), e tendo como carecteres secundários o mandonismo, o *filhotismo* (ou *apadrinhamento*), a fraude eleitoral e a desorganização dos serviços públicos - e abrange todo o sistema político do país, durante a República Velha. Leal, (1997), Carone, (1971:85). Era representado por lideranças que iam desde o "áspero guerreiro" Horácio de Matos a um letrado Veremundo Soares, possuindo como "linha-mestra" o controle da população. Carvalho, (1984, Como forma de poder político consiste na figura de uma liderança local - o *Coronel* - que define as escolhas dos eleitores em candidatos por ele indicados. Janoti , (1992).

¹⁸ Entrevista a Gazeta Mercantil em 12/03/95 em A Saga do Cacau).

Os coronéis do cacau diferentemente dos donos de engenhos e de cafezais, tinham na cidade as suas moradias, interferindo diretamente na estrutura das cidades, trazendo a dita “modernização”. Essa tal prosperidade acabava transformando assim a imagem da região cacaueira, tendo em Ilhéus o referencial de terra rica e próspera. (Adonias Filho (1977:31), Ribeiro (2005:40-51), Pang, 1979:24). Tais intervenções substituíram a sua fisionomia colonial e elementos estéticos considerados antiquados para a época. O coronel desempenhava varias funções na Região, que num regime político mais evoluído seriam normalmente de responsabilidade do Estado.

Baseado no pressuposto do sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do “município” (Leal, 1980:13) ampliava as suas análises acerca do coronelismo estabelecendo uma concepção, a qual o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos.

Os compromissos e as interferências dos coronéis do cacau contribuíram para o desenvolvimento das cidades de Ilhéus e Itabuna determinada pelos interesses pessoais no comando político das cidades, determinando um jogo de disputas e influências junto à população dos locais. Pang, (1979:40) construiu uma tipologia simples e descritiva das oligarquias no Brasil, introduzindo o termo “familiocracia”, significando a predominância de uma família na política local ou municipal. Assim, a nova elite que se formava tinha esse cunho do prestígio familiar, sendo que os casamentos geralmente eram feitos por interesses econômicos e políticos para proporcionar a introdução ou continuidade na Região.

Carvalho, (1997:2) evidencia Leal para ampliar a sua análise e enfatizar que a conjuntura econômica era a decadência dos fazendeiros. Esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção do poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influencia na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico quando se deu essa transformação foi a Primeira República, entre 1889 até 1930.

De acordo o autor essa foi uma fase que o coronelismo se distinguiu pela noção de *mandonismo*. Este talvez seja o conceito mais próximo do caciquismo na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário impedindo-o de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O *mandonismo* não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania. (CARVALHO, 1997:3).

Ribeiro, (2005:40-55) faz uma análise histórica do processo de formação dos coronéis e das intervenções na cidade de Ilhéus, tratando do progresso advindo da ascensão do cacau. A construção de uma Ilhéus moderna, tendo do ponto de vista das intervenções com a cidade tornada símbolo do progresso advindo com a ascensão da lavoura cacauaieira. Esse processo deveu-se principalmente a iniciativa da elite emergente, visando criar um espaço e valores novos, que favorecem seu estabelecimento enquanto liderança econômica e política.

Adonias Filho, (1976:63) pontificou os coronéis exercendo suas influências com a ampliação da produção de cacau, passando a ter papel preponderante entre ele. Para alicerçar o poder ele necessitava se aproximar do local das decisões, a própria cidade, onde as grandes discussões eram processadas. Para o autor, desde que o coronel chegou às cidades e assumiu o comando do poder municipal implantou uma estrutura regional tão singular que acabou por conformar a civilização do cacau.

A construção da nova elite era a extensão do predomínio da produção de cacau, que vaticinava a glória daqueles que conseguiam angariar riqueza. A partir daí, a busca do poder político era eminente, gerando assim grupos antagônicos de cunho familiar, que viam na ausência de um estado forte a possibilidade de uma hegemonia social. Assim, Ribeiro, (2005:42) traduz essa conjuntura como a rarefação do poder público no Brasil favorecendo a ascendência dos coronéis, que exerciam informalmente grande parte das funções do Estado na Região.

Silveira (1979: 26-31) traduz em forma de Crônica a prática dos Coronéis do Cacau para expansão das suas plantações. O autor transforma um fato real acontecido entre os idos de 1905 a 1910, como praxe da vida cotidiana dos coronéis nas terras grapiúnas. Sob o título de “Os Contratistas” o autor comenta o comportamento explorador do Coronel Miguel Ferreira, um dos mais proeminentes cacaucultores da Zona de Ferradas, pertencente à Vila de Tabocas, hoje Itabuna:

O homem colheu pra mais de 40 mil este ano. Carrego de luxo! Deu 14 contos. Não tem quem possa contar o dinheiro que ele ganhou, falou Zé Balbino apontando para os cacaueiros, ainda carregados da Fazenda Rancho Alegre propriedade do Coronel Miguel Ferreira Pereira. (Silveira, 1979:26)

Conta o cronista que o Coronel tinha dois contratistas, que através do trabalho árduo e a esperança de com o resultado dos seus esforços poderem também conquistar uma pequena área de terras para se tornarem pequenos produtores. No final do contrato obtiveram grande saldo financeiro, através da produção de muitas arrobas de cacau e mais a indenização de uma extensa possessão de terra plantada com cacau. O sonho dos trabalhadores foi curto. O coronel contratou capangas para matar um deles, depois apontou o outro como o assassino do parceiro, que preso foi julgado. O coronel em seguida mandava anexar à Fazenda Rancho Alegre, a área explorada pelos contratistas. Após cada contrato a área do coronel ia se tornando cada vez maior, ampliando o seu patrimônio. Destacava-se como grande produtor, obtendo respeito, prestígio e autoridade na localidade onde residia.

O aumento de produção dos Coronéis, obtido pelo sacrifício dos seus contratistas ia delineando o ambiente no qual o cacau passaria a crescer em importância na pauta estadual, Freitas (1979:15) mostra o quadro da escalada do cacau, passando de 0,5% em 1850-51 para 15% em 1885-86 e 35% em 1905 marcando a liderança das exportações do Estado da Bahia a partir do início do séc. XX, quando o mercado externo absorvia quantidades crescentes da amêndoa produzida no Sul do Estado, e com o setor produtivo dando provas de elasticidade respondendo a estes estímulos. Mesmo obtendo a ascensão de primeiro e principal produto de exportação baiana, o cacau teve um comportamento diferenciado, criando uma relação direta com os canais de exportação, que o levou a um isolamento e a falta de maiores articulações com a economia baiana e brasileira, reforçando o caráter de atividade agroexportadora que tinha¹⁹.

Havia, entretanto, uma intensa luta política entre as famílias aristocráticas e a elite de novos ricos, que procurava se legitimar socialmente. Gradualmente, a nova burguesia encontrou formas de expressar o seu poder social e político. A maioria deixou de residir nas fazendas e construiu palacetes na cidade que, ao lado dos seus túmulos, foram os símbolos urbanos mais utilizados para dar visibilidade ao seu prestígio socioeconômico. (Ribeiro, 2005:51). Essa aristocracia como mecanismo de perpetuação da riqueza e do sobrenome depositava nos filhos masculinos a incumbência de estudar em Salvador ou Rio de Janeiro para com o retorno como doutores (bacharéis, engenheiros ou médicos) passassem a representar ou substituí-los nos cargos públicos utilizando, contudo, os mesmos mecanismos de apropriação do poder político.

Ribeiro, (2005:44) descreve ainda as relações familiares de parentesco direto e de afinidade (casamento e compadrio) poder servir de instrumentos para a manutenção dos bens materiais e simbólicos constituintes do patrimônio das famílias. O casamento preferencial entre membros do mesmo grupo familiar, a endogamia é uma forma de preservação da identidade grupal. No município de Ilhéus, esse tipo de casamento foi realizado com relativa frequência entre primos herdeiros de propriedades vizinhas. A estratégia de matrimônios dentro do próprio grupo social, desenvolvida entre as famílias de grandes proprietários, possibilitou sua coesão e seu domínio, tanto econômico quanto político, no contexto regional.

As relações desse familismo vão ser delineadas pelo eixo irreduzível da unidade produtiva da propriedade rural, fator importante lhe dando fisionomia no plano social. Classe poderosa, detentora dos meios de produção de uma lavoura que sustentava despesas do Estado, sempre ensejou a pergunta por que como fração mais forte da classe rica da Bahia até 1930 nunca impôs no sistema estadual de dominação política com uma postura homogênea. Falcón indaga se a acomodação com a estrutura conservadora do poder oligárquico estadual

¹⁹ Esse pequeno Estado é uma Região, cuja história foi marcada pela especialização na cacauicultura. Entre 1890 e 1930 foi representado pela historiografia tradicional regional como os tempos áureos, nos quais viveram os chamados “donos dos frutos de ouro”, os coronéis do cacau. Foi um período glorioso, delineado na memória social como a conhecida: região do cacau.

teria resultado em reforço e garantia para a burguesia cacaueira fazer prevalecer os interesses fundamentais numa zona de riqueza, cobiça e morte. (MATOS, 2011) ²⁰

De acordo Ribeiro (2005:43) costuma-se atribuir o fenômeno do coronelismo à hegemonia social do proprietário de terras. Poder exercido especificamente sobre os dependentes de um determinado fazendeiro, que constituem o lote de votos sob o seu controle. Esse era o quadro no município ilheense, fragmentado politicamente em diversas áreas de influencia individual ou familiar. O agrupamento dos fazendeiros nos distritos sob a chefia de um deles e o dos chefes distritais sob a influencia do chefe político municipal fez cada um desses distritos sofrer a influência política de uma ampla quantidade de famílias proprietárias de terras

Falcón, (1995:19) entende o coronelismo como manifestação singular do poder privado no Brasil lastreado nas origens patrimonialistas do Estado nacional. Tomou curso em nosso regime federativo, que requeria pretensa base representativa para consolidação de um fato social revestido de conteúdo econômico e político.

Amado (2000:44) retrata a relação do compadrio na Região, onde os elementos considerados inferiores e dependentes submetiam-se ao coronel pela proteção e persuasão. Esses compadres favorecidos assinavam um diploma de submissão, pois desde a missão de vigilante da casa grande, contador de historias até assassino de aluguel eram tarefas que os coronéis lhes atribuíam. Acaso houvesse alguma resistência ou *pisada em falso* eram expulsos da fazenda, perseguidos e assassinados impunemente, servindo de exemplos aos outros afilhados.

O coronelismo sobreviveria depois da Revolução de 30, conservando em seu raio de ação social, entre outros elementos configuradores, o clientelismo, a falsificação de votos e o filhotismo. Fixava suas bases no território de Ilhéus quando o município era o maior produtor de cacau do sul da Bahia. Reunia durante a República Velha, para se consolidar no mandonismo local, três elementos essenciais ao controle do poder: a força econômica, o prestígio político e a violência.

Linhares, (2004:11) comenta a luta de classes entre lavradores de cacau e os coronéis do sul da Bahia, da década de 30, apresentada por Jorge Amado no romance Cacau. Constata as lutas de classe terem surgido de maneira atenuada, devido ao traço hereditário do patriarcalismo presente na obra do autor. Portanto, ao contrário das ferrenhas lutas de classes ocorridas em séculos passados, em países extremamente industrializados, no Brasil, da época dos grandes latifundiários, a figura do coronel, fenômeno social e político, neutraliza qualquer hipótese de Revolução no campo, não porque esse “chefe político” não deixe de gerar meios de perpetuação das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração para manter sua dominação,

De acordo a autora, agindo dessa maneira a figura do capitalista na imagem do coronel uniformizava interesses contraditórios, escamoteava, mascarava as diferenças e impedia que a

²⁰ Entrevista do escritor Cyro de Matos ao Blog dos Blogs da Costa do Cacau em 10/06/2011.
<http://oblogdosblogs.wordpress.com/tag/rabat/>

outra parte da sociedade reconhecesse o profundo antagonismo existente nelas. Do ponto de vista marxista, a ideologia é indispensável à dominação da classe, ela é ilusão, abstração e inversão da realidade e, por isso, permanece sempre no plano imediato da aparência social.

1.1.5 "Coronel do Cacau": figura poderosa ou apenas lenda²¹

De acordo com Silveira (2007:1), o Coronel do Cacau foi um desses ousados homens que se dedicaram a desbravar terras na região cacaueira, no sul da Bahia. Foram os mesmos que enfrentaram desafios, conheceram a fartura e fizeram a história da região. Ainda de acordo com o historiador, o Coronel do Cacau é uma mistura de lenda e realidade, ora nos livros de Jorge Amado, como um libertino, 'tocaieiro' e forte, ou nas obras de Adonias Filho, sagaz desbravador, caçador ou um ambicioso calculista. Para o próprio historiador, ele foi um desbravador. "Muito antes de atingir as pompas do "coronelismo", o homem que aqui se fixou lutou e desbravou". A imagem dele tem sido muito focada como empresário de tocaias e instigador de caxixes. "É certo que nestas bandas registraram-se muitos crimes envolvendo posse de terras, domínio político ou a supremacia machista, mas é prudente que se faça um estudo mais objetivo do que poderia ter sido o Coronel do Cacau". "Um personagem que chegou aqui pobre e sem instrução. Apenas um entre muitos que vieram se juntar a outros e descobrir o eldorado". Homens praticamente analfabetos, sem dinheiro, os primeiros coronéis iam pessoalmente fazer o desbravamento. Pegavam na foice e no facão, no "papo amarelo" (espingarda) e na mochila de carne seca e farinha.

Na narração do autor outro detalhe que diferencia o Coronel do Cacau de "outros homens comuns" é que o primeiro vivia em casebres no meio da floresta, dormindo em redes ou cama de esteira. Nas matas brutas e hostis plantava seu cacau. Foi a partir desse clima de lutas e desconforto, em meio ao perigo, aos índios selvagens e doenças, que surgiu a personalidade do verdadeiro coronel. Homem destemido e acostumado a não receber nada nas mãos, mas buscar com seus esforços. Foi por tudo isso que, no decorrer dos anos, ele ganhou o respeito e a obediência dos habitantes da região.

Como processo natural veio a riqueza e a força política. E novas vilas e cidades foram surgindo, tudo a partir daqueles homens rústicos de antigamente. Os verdadeiros Coronéis do Cacau não tiveram sua linha política mantida pelos descendentes. Todos os pensamentos e ações foram enterrados com os próprios coronéis. Hoje eles são relíquias do passado. Lembrados apenas por alguns historiadores que ainda tentam preservar a Memória Grapiúna.

Na Bahia, portanto, as oligarquias caminhariam de forma relativamente autônoma até 1930, quando o Estado, finalmente, criaria as condições para institucionalizar as relações

²¹ Entrevista concedida ao Jornal A Região em 28/07/2007, pelo historiador regional Adelindo da Silveira como resposta a indagações- daquelas que povoam as mentes dos grapiúnas, nascidos e criados nas terras do fruto de ouro?

coronelísticas; não propriamente fazê-las declinar, como entende Leal (1986: 62), mas ordená-las conforme os interesses dos novos grupos dominantes. Haveria, portanto, modificações, não declínio. Isso implicaria na preservação da autonomia também econômica do interior, dificultando sua integração ao mercado interno de produtos manufaturados. Desse modo, concluiu Pang, as estradas de ferro e as rodovias não tinham porque ultrapassar as fronteiras do Recôncavo.

Até 1930, o cacau já é a base econômica do Sul e mesmo de todo o Estado da Bahia, as colheitas situam o Brasil entre os maiores produtores do mundo. É a fase, hoje no relato de Adonias Filho (1978:28) também lendária dos “coronéis”, que remanescentes ou descendentes dos desbravadores consolidam economicamente a lavoura e transformam povoados em vilas, e de uma vila como Itabuna, fazem uma grande cidade, e de uma cidade como Ilhéus a capital da Região. O que caracteriza este ciclo é a expansão da cacauicultura, convertida na base econômica do Sul da Bahia, liderar as exportações baianas e situar o Brasil entre os maiores produtores. Este período sucede a “acumulação primitiva” e tem como grandes traços o crescimento das atividades urbanas de comercialização da amêndoa e de todos os tipos de bens necessários às populações rurais, o que leva ao crescimento e consolidação das vilas e cidades.

O fluxo monetário gerado pelo cacau torna próspera a região e possibilita um novo estilo de vida ao produtor capitalista da amêndoa. De desbravador ele se torna “coronel”, passa a viver nas cidades e a levar uma vida mais amena, sem as ostentações típicas do produtor de café e do senhor de engenho, mas de todos os modos, observa-se uma acentuada diferenciação social. Na condição de desbravador, o capitalista se misturava com aos trabalhadores em várias tarefas produtivas. Na narração de Adonias Filho (1978:60-61) e Freitas (1979:78-102), da condição de coronel ele já não habita a rústica casa da fazenda, urbaniza-se e passa a interferir na política e na administração das cidades que se formam.

Este é o período da ascensão produtiva em larga escala da atividade, quando a magnitude do negócio passa a exigir infraestrutura de transportes, assistência técnica e financiamento oficial. Os rios com suas cheias periódicas destruindo as culturas ciliares, já não são vias de escoamento confiáveis. Há necessidade de adentrar as culturas e garantir o transporte da amêndoa em prazos e condições que não comprometam sua qualidade. Segundo a CEPLAC (1976:8-19) é o período das primeiras rodovias vicinais, da construção da ferrovia ligando Ilhéus a Itabuna e os melhoramentos no porto de Ilhéus, que passa da condição de entreposto interno que remete em pequenas quantidades as bagas para exportação em Salvador para a condição de exportador direto, recebendo embarcações estrangeiras, ainda de pequeno calado.

No fim do século XIX é quando se observa mais nitidamente o início de um fenômeno de certa forma peculiar à Região estudada, consistindo na prática, na convergência de interesses entre segmentos dos grandes produtores e os comerciantes compradores de cacau. Pode-se afirmar no caso em estudo, não se generalizar antagonismos entre o capital comercial e o agrário. Estas frações do capital em permanente conflito na grande maioria das situações acontecem em virtude da feição assumida pela complexificação econômica e social resultante

do processo histórico regional, dando lugar a um grupo misto, com interesses originariamente distintos, mas com capacidade a partir de determinado momento desempenhar funções comuns, formando uma só classe dominante. Freitas reforça esse pensamento com a descrição a seguir:

“Desde as primeiras roças e logicamente com a ampliação da área cultivada e do volume da produção, se fez presente de forma decisiva a classe agro comercial através de seus agentes, prontos a financiar os fregueses em operações financeiras justificadas pela falta de crédito, mas que estabeleciam as condições para posterior avanço da fração comercial sobre as atividades produtivas”. Freitas (1979:24).

A participação de segmentos do capital agrário nas casas exportadoras, consequentemente desempenhando a função de financiamento de safra passou a se dar com maior frequência à medida que se ia magnificando a acumulação e a medida que o “coronel” passava a residir nas cidades. Tal processo provocou o surgimento de uma única classe dominante, a burguesia cacaueira, sustentada em duas frações, a produtora e a comercial, cuja diferenciação só é possível a partir da definição da maior área de interesse, seja a produção ou a comercialização de amêndoas no dizer de FREITAS (1979:29-32).

Dados da CEPLAC (1976:8-67) supõem o cacau em 1920 responder por 45% do valor das exportações da Bahia. O mesmo foi responsável pela criação de um próspero mercado regional para essa indústria nascente, a qual, entretanto, tinha seus segmentos regionais, pois não se havia verificado ainda a formação de um mercado nacional de porte e unificado. O mercado de alimentos também se expandiu e era atendido na quase totalidade por produção de fora da Região, da Bahia ou de outros estados. Até o início da década de 20, tudo leva a crer que o quadro geral era de prosperidade e que a falta de braços para tocar a expansão intensificou o processo de migrações internas sem que isso acarretasse em um primeiro estágio a queda dos salários.

Moreira (1979:122) incita para o conjunto da agricultura brasileira não existir indícios de elevação da taxa de exploração do trabalho no período. E para Adonias Filho (1978:84), a alimentação, que responde substancialmente pelo salário real do trabalhador, era no período rica e variada, de modo a constituir uma dieta não muito diferente da do “coronel”. Entretanto, o que dá mais respaldo a essa possibilidade é a seguinte ordem de fatores:

- a débil articulação da Região com o mercado produtor do Centro-Sul que dificultava o comércio de alimentos mais diferenciados;
- a existência de frentes de expansão que possibilitavam a pequena produção autônoma;
- a existência de recursos naturais abundantes como a caça e a pesca o que permitia melhorar o padrão da alimentação.

O cacau passou a ser a base de sustentação e o termômetro da economia do Estado da Bahia. Os orçamentos governamentais eram elaborados em função da arrecadação financeira proporcionada pelo cacau. A rentabilidade das fazendas era altamente compensadora e representava um estímulo ao surgimento de novas plantações que continuaram se estendendo até ocupar quase todas as terras disponíveis para cacau. A produção aumentava

expressivamente, conforme a CEPLAC (1979:67) chegando a 900% em apenas trinta anos, passando de 193.000 sacas em 1900 para 1.712.520 sacas em 1929.

1.1.6 - A Cacaucultura - suas influências na Economia, no financiamento do Estado Baiano e na formação da burguesia do cacau.

A agro exportação é a forma de inserção da economia brasileira na economia mundial desde a época colonial e imperial. A República Velha é o momento de auge e ruptura desta forma de inserção. Cada período foi marcado por um produto que dava dinâmica ao Balanço de Pagamentos e a economia: ciclo do açúcar, do ouro, do café para o Brasil, do cacau para a Bahia. A atividade agroexportadora estabelece, porém, vulnerabilidades das economias pelo alto peso do setor externo na economia, destacando a dependência de variáveis fora do controle das autoridades nacionais, como demanda externa, oferta de países concorrentes, comercialização internacionalizada, entre outros.

Em função da conjuntura internacional, o mercado do cacau foi tendente às oscilações pela dependência de preços fixados e a variação da quantidade exportada, segundo critérios alheios ao controle dos produtores e exportadores, afetou não só o comércio do cacau, mas toda a região cacaueira. Desde 1903, o cacau passou a liderar as exportações baianas, proporcionando destaque ao Estado da Bahia na produção mundial, ostentando o segundo lugar, atrás apenas de Gana na África. A dependência baiana por um produto único de exportação determinou no âmbito estadual, sérias dificuldades. (CEPLAC, 1976:41).

O cacau como produto de exclusivo consumo dos países desenvolvidos ficou a mercê da capacidade dos importadores ao estabelecerem os preços. Assim, desde o início do século XX até a década de 40, as oscilações das exportações de cacau sofrem sucessivas variações, as quais determinavam concomitantemente o aumento e recuo da expansão das áreas de produção, conforme problemas da própria lavoura (clima, práticas de cultivo) e principalmente ao comportamento das Bolsas de Compra dos EEUA e da Europa. Quando do período de altas de preços, vai se conjugar aumento do plantio de novas áreas. Nas duas primeiras décadas do século XX, o período de 1913-1918, foi onde a perda de produção foi mais significativa, havendo uma queda de 5.000t/ano. Esse decréscimo esteve ligado a problemas climáticos e as restrições impostas pelos Estados Unidos quanto a importações do produto, criando grandes dificuldades para os produtores. (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE ILHÉUS, 1918).

Já em 1919 com a abertura das importações americanas, o cacau obtém aumento de preços, passando de Cr\$ 35.000,00 para Cr\$ 83.000,00 representando uma elevação da ordem de 240%. Nos anos de 1926 a 1931 é quando a intensidade da produção se caracteriza como a mais promissora. (Associação Comercial de Itabuna, 1931). Nos anos de 1926 e 1927 o crescimento no volume e no valor da exportação, da ordem de 80%, quando o preço interno variou de Cr\$ 102.000,00 para Cr\$ 183.000,00 entre um ano e outro. Em 1929, a crise atingiu o comércio do cacau mais em relação aos preços do que ao volume. Em consequência, ao lavrador e também ao exportador, foi imposta uma política baseada no aumento da produção e

do volume exportado. Esse aumento deveria compensar, em termos de renda, a redução dos preços e das compras. (CEPLAC, 1976:42).

Há de se considerar o esforço do produtor para aumentar as áreas de plantio, e mesmo de melhorar as práticas de produção se fazia também na perspectiva de compensar a queda de preços, que por outro lado, elevava as despesas da fazenda. No momento de fechar as contas se descobria o déficit que o negócio vinha acumulando. A saída para o cacau baiano era de prospectar novos mercados, notadamente o da própria América Latina, caracterizada como potencial. (TOSTA FILHO, 1960:9).

O desenvolvimento da lavoura cacauieira em bases capitalistas se deu em primeira mão pela influencia do crédito, formado com capital resultante da acumulação prévia em outras partes do Estado concentrada em anos da burguesia comercial e a presença relativamente farta de capital estrangeiro no Brasil, por esta época. Distribuíram-se filiais das casas comerciais, dos agentes compradores de cacau, dos agentes financeiros, representantes de bancos estrangeiros e nacionais, escritórios de companhias de navegação e representantes diplomáticos (FREITAS, 1979:30).

De acordo ainda Freitas, o processo de desenvolvimento da economia cacauieira nas primeiras décadas do século XX, está ainda nos seus primórdios. A estrutura fundiária é bastante desconcentrada e predominam massivamente as pequenas propriedades. A situação foi a maior responsável pelo destaque dos comerciantes na vida econômica e social da região e pela dependência do “burareiro do cacau”²² ao quadro político baiano, em que pese a já constituída liderança do cacau na economia agroexportadora estadual. Controlando a intermediação comercial e financeira, os comerciantes detinham assim a parte do leão na partilha da mais valia e relegavam o pequeno produtor a um papel social também secundário. Foi lento o processo de formação da hegemonia dos cacauicultores, o qual se desdobra pelas três primeiras décadas do século XX. Nesse período a burguesia cacauieira não consegue expandir o seu poder além das fronteiras da região produtora, em que pese sua hegemonia econômica. (FREITAS, 1979:32).

A formação da burguesia cacauieira foi respaldada na grande propriedade fundiária, formada de um lado pelo caxixe, de outro pelo crédito hipotecário, se tornando método próprio da Região, até então, um território de aventureiros, cuja visão era o do enriquecimento, mesmo o do trabalhador migrado de outras regiões dentro e fora do Estado, aportado pela fama de riqueza, que o cacau proporcionava. O grande proprietário expandia suas terras pela violência e pelo terror. O comerciante estendia o seu capital contra a garantia das terras do produtor, no interesse de se tornar também cacauicultor, via instrumento legal da execução das hipotecas, se tornando método usual para promover a acumulação das terras em mãos do capital financeiro e do produtor tradicional.

A burguesia da cacauicultura ou a classe dominante deteve os meios de produção e apropriou-se do excedente gerado no processo produtivo. O proletariado ou despossuído –

²² Burareiro, dono de burara ou fazendola, que mantém a propriedade somente com a ajuda das pessoas da casa. Burara pequena fazenda ou roça de cacauieiros. (Aurélio, 1986:293).

constituiu a substância criadora da mais valia, excedente ou riqueza, sobreviveu através da venda da força de trabalho para terceiros – capitalista. (Poulantzas,1985). Lucro, juro e renda expressam as formas de manifestação da mais valia, exploração do trabalho humano, apossada na Região cacaueira pelo empresário agrário, comercial e financeiro.

A concentração da propriedade fundiária pelos dois métodos de aquisição foi assim definida por Freitas como “unidade consolidada entre produtor e comerciante”. Regionalmente os comerciantes, inicialmente, e logo após, os grandes produtores apareceram como fornecedores de crédito para custeio das safras. Enquanto, os primeiros colocavam em giro não só capital de propriedades das firmas comerciais, mas também das casas bancárias representantes dos grandes produtores que se utilizavam do excedente retido originalmente com as primeiras roças e fazendas. (FREITAS, 1979:30)

Na descrição da autora seria um equívoco identificar como exclusividade da fração comercial o fornecimento de capital para financiamento da produção. Esses capitais eram também originários dos grandes produtores, mas nem por isso devem ser entendidos como de origem diversa do colocado em giro pelos comerciantes. Tanto, um como o outro ingressavam na produção na forma de capital financeiro, o qual poderia reproduzir-se através da cobrança de juros, como também abrir caminho para o recebimento do bem penhorado na forma de hipoteca. (FREITAS, 1979:31).

O ritmo crescente e expansionista opera transformações e cria um novo espaço econômico fazendo com que atrás do desenvolvimento da lavoura cacaueira e do respectivo crescimento material, a mesma proporciona a vinda dos investimentos em infraestruturas, tais como as inversões de capitais em casas comerciais e/ou exportadoras, estabelecimentos bancários e também no setor transportes ferroviários. A região se organizava em um modelo econômico agrário-exportador, apêndice complementar das economias desenvolvidas, ou seja, “a cacauicultura ao incorporar crescentes faixas de terra do litoral sul tornando-as produtivas, se integrou no circuito da economia agroexportadora do Estado” (FALCON, 1995:43).

Para o estudo da posição hierárquica do proprietário de terra há de se levar em conta o caráter essencialmente comercial do cacau, tornando o próprio plantador interessado na comercialização do produto e, de certa forma, conduzindo o desenvolvimento agrícola com interesses especificamente comerciais (AGUIAR, 1960:189).

Conforme enfatiza o autor, aliada à ausência de vias de transporte e comunicação e a inexistência de órgão financeiro, a posição do proprietário da terra foi constantemente ameaçada e, em varias situações perdida para os diferentes participantes do processo de comercialização. Estes ao assumirem o papel de financiadores da lavoura, tornaram-se, em função das próprias oscilações do comércio do produto, os proprietários de roças de cacau. A exceção é constituída pelos grandes proprietários que aliaram às suas atividades produtoras outras, de caráter comercial e financeiro.

A chegada da ferrovia na região baiana produtora de cacau representou a consolidação do modelo agrário-exportador e sua implantação resultou do interesse do capital transnacional em áreas tropicais fornecedoras de produtos “exóticos” com ascendente demanda no mercado internacional. Para tanto, era necessária a implementação de uma estrutura de transporte

“moderna” que aumentasse substancialmente a velocidade da circulação da produção local e que fizesse escoar a mesma aos portos exportadores. (AZEVEDO JUNIOR, 2011:63).

Relata ainda o autor o próprio desenvolvimento da lavoura cacauzeira não sendo possível sem a construção, naquele momento histórico, da estrada de ferro, pois o sistema anterior de transporte em lombo de mulas não podia escoar uma grande produção que já se espalhava por dezenas de milhares de quilômetros quadrados. Anteriormente já era notado “a ausência de um meio de transporte mais rápido e eficiente causava sensíveis transtornos à exportação do cacau pela Bahia, que era prejudicada por não contar com um transporte mais adequado à circulação da sua principal riqueza” (VIANNA, 1996:69).

1.1.7 Panorama do ambiente econômico e político brasileiro e baiano na década de 30

Entre 1925 e 1929 os produtos agrícolas de exportação (café, cacau, algodão, fumo) obtiveram importante crescimento de produção. Em 1929 a crise da Bolsa de Nova York inviabilizou o sistema de sustentação dos preços desses produtos e levou à falência inúmeros empresários de todas as atividades econômicas (agricultura, comércio e serviços). O Brasil era apenas um fornecedor de produtos agrícolas - principalmente o café - e um mercado cativo dos produtos industriais ingleses, importados a preços de monopólio. Diante dos preços baixos pagos pelo café, a oligarquia cafeeira, para garantir lucros, usava o governo que dominava para empréstimos nos bancos ingleses e assim comprar a safra - os estoques de café chegaram a 10% do Produto Nacional Bruto, enquanto o país se endividava e os empréstimos eram pagos pelo trabalho da população, que ia se desempregando por falta do trabalho na indústria ocasionando a miséria e a fome. O empreendimento industrial era bloqueado, não havia estímulos governamentais para assentamentos de unidades produtivas industriais, além do predomínio, tipo um misto de feudo no poder político da oligarquia cafeeira nacional, que financiava a fraude eleitoral e a violência. (GRAZIANO DA SILVA, 1993, KAGEYAMA, ET AL, 1989).

A República no governo do Presidente Washington Luís estabeleceu a interrupção das constantes desvalorizações que beneficiavam os cafeicultores, mas tornavam os produtos importados cada vez mais caros. Adotou nova política monetária substituindo o mil-réis pelo cruzeiro, com uma cotação fixa diante da libra inglesa. Todavia, tendo ocorrido uma super safra em 1929, apenas a metade foi exportada e os cafeicultores queriam novas desvalorizações, não autorizadas pelo presidente. O café teve seu auge em 1928 e perdeu mais de 50% do valor cinco meses após o “crash” na Bolsa de Nova York. (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

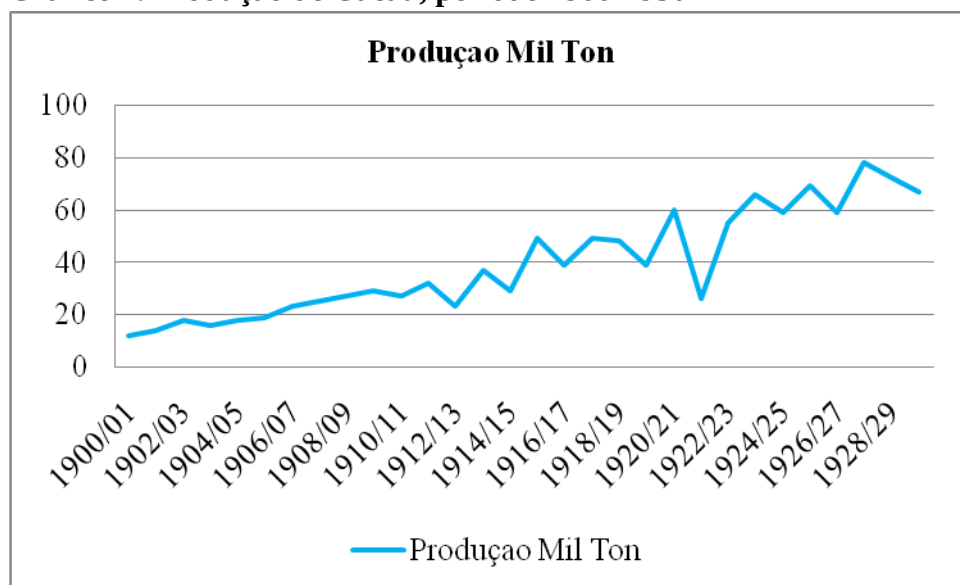
Para segurar as cotações, o governo brasileiro promovia a queima do produto estocado, com o objetivo de reduzir a oferta mundial, mesmo assim, grande parte dos agricultores, que até então dominavam o cenário da economia brasileira, simplesmente quebrou. Como ocorreu nas demais crises globais, o valor do dólar duplicou no Brasil em um ano, inviabilizando as importações, mas fomentando e diversificando a indústria nacional. (Ibis).

Apesar de ter compartilhado da hegemonia política e econômica do país a sociedade baiana passa a vivenciar na década de 30 o ápice de uma grave crise de desenvolvimento. Sem as condições edafo-climáticas para participar do cultivo do café, a Bahia, apesar do cacau, não participava do dinamismo que envolvia o Sul e Sudeste do país.

O cacau, embora tido a sua fase de expansão a partir do final do século XIX, conseguiu o grande pico de produção nas três primeiras décadas do século XX, paritariamente ao do café, mas não tinha condições para impor uma dinâmica de grandes proporções na Bahia. De um lado, havia as limitações de um mercado internacional relativamente estreito, de outro, havia as limitações de infraestrutura interna, que inviabilizavam a expansão acelerada da lavoura. Assim, mesmo com um preço relativo muito superior ao café, o desenvolvimento engendrado pelo cacau era limitado.

A produção de cacau até 1930 apresentava um perfil de ascendência alquebrada, mesmo estando a Região passando por um processo de expansão do plantio. Esse comportamento demonstra que no período, o produtor tentava contrabalançar a queda do preço com o crescimento de novas áreas plantadas por cacauzeiros. O gráfico 1 caracteriza o potencial do cacau para a economia baiana no período 1900-1930:

Gráfico 1. Produção de Cacau, período 1900-1930



Fonte: CEPLAC/SEAGRI

Apesar da curva ascendente mostrada pela figura, salienta-se o número de produtores, bem como a área ocupada em 1930 como sendo três vezes maior que no início do século XX. Ressalta-se da maior queda acontecida no ano de 1921 originando a largada da crise da lavoura. Entre esta data até 1930, mesmo com o crescimento da produção, os preços não

acompanharam na mesma proporção, acentuando a crise, cujas consequências foram o débacle da economia regional.

A Bahia, como todo o Nordeste não participam do dinamismo do café, por isso passa a perder posição relativa na economia nacional. Não se pode dirigir a fatores meramente quantitativos a perda de importância do Estado no cenário econômico nacional, mas acima de tudo o modelo de colonização e mesmo de exploração das atividades agrícolas, que marca um forte diferencial em relação ao sul e sudeste brasileiro. A expansão da cafeicultura deveu-se muito a intensa imigração de europeus provocando profundas transformações sociais. A qualidade desse recurso humano ajudou o Brasil a criar e difundir novos padrões culturais, empresariais e tecnológicos, fundamentais ao desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial. A imigração na Bahia não impactou no mesmo molde as atividades econômicas, sociais e culturais do Sul e Sudeste, acredita-se a fatores climáticos a causa maior de inadaptação dos estrangeiros no sul da Bahia. (MARIANI, 1997:62).

No cacau a economia baiana encontra forças para soerguer-se de seu declínio secular. Também a partir do cacau se desenvolveu a economia capitalista na Bahia e se rearticulou a principal fração de sua classe dominante. Esse produto aparece na pauta de exportação baiana desde meados do século XIX, mas no século atual se desenvolvem as condições materiais para a sua cultura em bases capitalistas. Desde 1904, o cacau assume a liderança das exportações baianas para não mais deixá-la. Alguns elementos são importantes na determinação desse desenvolvimento e da forma capitalista que o orientou. Em primeiro lugar, por se tratar de uma cultura exigente por condições climáticas e geológicas bastante específicas, sua exploração em escala comercial restringiu-se a uma pequena faixa do território nacional, bastando lembrar, a esse respeito, o sul da Bahia responder por mais de 90% da produção brasileira. (GUIMARÃES, 1982:18).

O tratamento dado pelo governo da União ao cacau também um importante produto de exportação foi diferenciado ao do café, havia certo desprezo do governo central com os problemas do Estado da Bahia, até então dependente das exportações do seu principal produto, o cacau. Os anos 30 passaram a se constituir num forte marco da decadência econômica e política do Estado da Bahia, para Mariani (1997:64) denominado como *Revolução Madrasta*. A Bahia, devido ao espírito conservador e jurídico das suas elites e ao apoio que deu à chapa vitoriosa na eleição presidencial e liquidada pela Revolução, assiste ao declínio do seu prestígio político em escala nacional graças a distancia mantida com o movimento que conduziu Getúlio Vargas ao poder²³.

Os reflexos da Revolução foram cruciais para a área econômica baiana, que perdeu sistematicamente a ligação com a economia nacional. Mariani (1997: 64), alertou desde esse período, a economia baiana dependia destacadamente do seu comércio exterior ficando

²³ De acordo Sá Barreto, Getulio Vargas foi o maior fenômeno político brasileiro, infelizmente houve dois estados mal tratados por ele, a Bahia e São Paulo. Nomeou logo como interventor João Alberto, aquilo para o paulista foi uma coisa terrível, e na Bahia Juracy, onde houve aquela reação. (Sá Barreto em Testemunho para a História, Série Preservação da Memória Regional. 2001:145)

subjugado à vontade discricionário do Chefe do Governo e das forças que o apoiam, perdendo expressividade frente ao conjunto da nação.

As elites baianas foram tomadas de perplexo diante da degradação da economia estadual começada em 1930 tomando a conformação de um cenário fortemente adverso para o Estado, chegando ao ápice para ensejar um estágio de desilusão, como se a economia baiana tivesse caído num buraco negro sem perspectivas de reequilíbrio. A conjuntura promoveu o surgimento da expressão *Enigma Baiano*, pois a situação econômica e social chegava a nível desesperador, sem uma justificação plausível. Para Almeida (1997:47) como a Bahia se vale das suas receitas cambiais, com uma economia sujeita à instabilidade dos mercados exteriores financiava também importações essenciais à industrialização de outras regiões, destacadamente o sudeste brasileiro. O retorno recebido pela Bahia era ficar em desvantagem em relação a outras áreas do País.

A hegemonia é sempre a expressão, nas arenas políticas e ideológicas, de certa organicidade que tem as classes no plano da produção. Mas é também um pacto que possibilita, ao mesmo tempo, a manutenção ou alteração daquela organicidade já que a continuidade da hegemonia depende, substancialmente, da garantia de um terreno onde os compromissos e os interesses possam se reproduzir e se reorganizar. (GUIMARÃES, 1982:22).

De acordo o autor, faltava aos objetivos “revolucionários”, como se expressaram na Bahia nos anos 30, a possibilidade de forjar uma hegemonia. A Revolução de 30 interpretada a posteriori como uma revolução burguesa, i.e., de construção de um estado burguês, faltou, justamente, a classe que conduzisse aquela revolução. A burguesia cacaueira era pouco desenvolvida para movimentar-se fora dos horizontes agrários, enquanto a oligarquia do Recôncavo e dos sertões era uma classe economicamente prostrada, sem perspectivas históricas. Daí a contradição, apontada por muitos historiadores, da revolução “burguesa” ter sido conduzida por “tenentes” e, para firmar-se, ter recorrido a um pacto de forças oligárquicas, cujo conceito é, aliás, ampliado para caber à burguesia agrária²⁴. (GUIMARÃES, 1982:22).

Nos territórios onde existem uma economia já montada, um tecido social relativamente coeso e capacidade de ação coletiva por parte dos grupos sociais existentes, a ação governamental pode assumir um caráter mais indutor do desenvolvimento ou mais facilitador de novos empreendimentos. (LEITE ET ALL, 2009:16), usando a classificação utilizada por (SENRA,2007). O estímulo ao empreendedorismo, mudanças nas relações com o mercado, novas articulações e alianças com atores de fora do território, por exemplo, podem

²⁴ Marx descobre em sua crítica da economia política por trás das “coisas” econômicas as relações que tem sido reificadas e cristalizadas no processo do fetichismo, igualmente poderíamos pensar que detrás destas “coisas” (por exemplo, as armas) o que existe são relações de poder entre as pessoas. O âmbito do poder é aquele onde se produzem, se constituem e se reproduzem as relações sociais. O âmbito onde se formam e se realizam (a partir de relações anteriores) relações sociais, depois do qual tem lugar seu processo de reprodução. (Kohan, 2001:41).

ser suficientes para reforçar as energias latentes existentes no território, de modo a deslançar processos de desenvolvimento.

Alguns elementos são importantes na determinação do desenvolvimento e da forma capitalista orientadora da economia baiana. No caso do cacau por se tratar de uma cultura exigente de condições ecológicas bastante específicas, sua exploração em escala comercial restringiu-se a uma pequena faixa do território baiano, não obstante, tomou uma dimensão importante no cenário agrícola nacional, graças a sua iminente capacidade produtiva e destaque pela geração de formidável riqueza em uma restrita área territorial nordestina. Mesmo assim, a cacauicultura passa por fases de retração e expansão, ou seja, crises cíclicas tumultuam a vida dos segmentos sociais envolvidos com a exploração desta cadeia produtiva. Desestruturação econômica normalmente atrela-se aos baixos preços auferidos pela amêndoa de cacau no mercado (RANGEL, 1982:22).

1.2. Caracterização geográfica, demográfica, econômica e social

1.2.1. População da Região Cacaueira da Bahia

A microrregião de Ilhéus-Itabuna, também denominada de Região Cacaueira é uma das [microrregiões](#) do Estado da [Bahia](#) pertencente à mesorregião Litoral [Sul Baiano](#). Sua população foi estimada em [2010](#) pelo [IBGE](#) em 997.957 habitantes e está dividida em 41 [municípios](#). Possui uma área total de 21.309 [km²](#). É a microrregião com mais cidades em toda Bahia. (Quadro 1), cujas localidades são o focus do domínio de produção do cacau, indicando os locais onde o cacau mais se adaptou. Foi esse território o que mais sofreu a influência do processo colonizador dos portugueses, destarte, o que mais foi envolvido pelas suas potencialidades como fundadores da formação da cultura do cacau. Há de se considerar também a proximidade com a sede da Capitania e da Província como um fator legitimador das experiências com a implantação do plantio da lavoura.

O comportamento da população regional, (Quadro 1) demonstra que as taxas de crescimento populacional dos seus municípios variaram de acordo com o desempenho da economia regional. O exemplo da microrregião Ilhéus/Itabuna é um sintoma da importância do cacau como atrativo para ocupação da mão-de-obra no meio rural.

A característica marcante da cacauicultura é a sua capacidade de fixação do homem no local da sua atividade: a própria fazenda. Dados da CEPLAC (1985:81) indicam que para cada 1000@ produzidas são necessários cinco homens fixos na propriedade, podendo variar para mais em caráter temporário, quando eventos inesperados, como excesso de produção, incidência da doença da “podridão parda”, provocada pelo fungo *Phitophora Palmivora*, moléstia que apodrece os frutos do cacaueiro, normalmente nos anos de inverno mais frios e chuvosos, cujo prejuízo abatia até 40% da produção. Para controlá-la havia necessidade de aplicação de fungicidas a base de cobre em Aparelhos Costais, que demandavam maior

qualificação do operário para manejá-los, além do recebimento de bônus por tal especialidade. Desta forma, os cálculos técnicos indicam que a cacauicultura absorvia diretamente nas propriedades o equivalente a 150 mil trabalhadores fixos mais outro tanto de temporários, de acordo com o surgimento de eventos na lavoura.

Circula a informação na Região, dando como entre 200 a 250 mil o número de trabalhadores absorvidos pela cacauicultura, induzindo a abstrair em determinado período, principalmente o do boom de produção nas décadas de 70 e 80, quando eram aplicados os pacotes técnicos orientados pela CEPLAC, as fazendas de cacau ampliavam a sua necessidade de mão-de-obra, havendo exemplos de propriedades que contratavam até três vezes a sua necessidade média, o que leva a cálculos em determinados anos, a lavoura ter absorvido até o número por demais decantado na Região, cálculos acima de 2,5 mil centenas de operários.

A grande absorção de trabalhadores na atividade cacauieira, por outro lado, ampliava a população das fazendas de cacau e nos seus entornos, promovendo o surgimento de povoados ou de pequenas aglomerações de habitações, onde pequenos estabelecimentos fornecedores de gêneros de primeiras necessidades eram instalados para suprir a população que se aglomerava no campo da Região.

O quadro 1 mostra a população e o seu comportamento no período 1970-2010, cujo perfil foi consequência da performance da cacauicultura nos períodos de crescimento absorvendo mais mão-de-obra. Nas crises, liberavam significativos contingentes de trabalhadores, notadamente, nas duas últimas décadas, quando o meio rural é esvaziado, em razão da crise do cacau.

Tomou-se por base o ano de 1970 para comparação dos dados populacionais, tendo em vista que o crescimento populacional da Região Cacaueira sempre foi positivo desde os idos tempos que marcaram a formação geográfica e econômica da microrregião em estudo, mas foi a partir dessa data que o crescimento populacional se acentuou, notadamente com o boom da cacauicultura, após a implantação do pacote tecnológico proposto pela CEPLAC. Os dados populacionais visam também comparar a importância das crises nos rebates sobre a população. As crises anteriores da cacauicultura promoveram desastres econômicos, mas nenhuma provocou acentuado êxodo da população regional como a atual.

Freitas (1979:27) indica um elevado crescimento populacional como umas das principais características da sociedade cacaueira. Falcón (1995:57) acrescenta que os preços amplamente favoráveis no mercado internacional funcionaram como capazes de expandir a cacauicultura e atrair novos moradores para a Região, principalmente nordestinos²⁵ que sofriam com a seca constante em suas regiões.

²⁵ Os nordestinos em sua maioria eram alagoanos e sergipanos que migraram para o sul da Bahia constituindo a principal entre as correntes migratórias que chegaram à região. Havia outra corrente interna composta por baianos do norte do Estado, e que a terceira corrente, de caráter externo, era composta por europeus e árabes, sendo que o fluxo mais importante foi constituído por libaneses, cristãos, maronitas e sírios. Ribeiro (2005:35)

A abundância de mão-de-obra no sul da Bahia favoreceu o aumento da produção. Atribui a interação definitiva do cacau ao mercado internacional às inúmeras inovações, também foram responsáveis pela maior disputa fundiária e acrescenta que em menos de 30 anos (1892 e 1920), a população dos maiores municípios produtores - Ilhéus e Itabuna – passou de pouco mais de sete mil pessoas para 105 mil, o equivalente ao crescimento de 1.500%, representando mais de 53% a.a, demonstrando crescimento proveniente de forte migração, pois o natural acontecia entre os níveis de 2 a 3% a.a. (FALCÓN, 1995: 42).

Quadro 1. População da Região Cacaueira da Bahia. Censos de 1970 a 2010.

MICROREGIÃO ILHÉUS-ITABUNA	1970		1980		1991		2000		2010	
MUNICÍPIOS	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Almadina	3.606	4.114	4.797	4.349	6.028	3.976	5.416	2.446	5.080	1.277
Arataca	-	-	-	-	4.456	9.138	5.483	5.735	5.588	4.804
Aurelino Leal	5.297	7.003	8.476	7.902	9.268	6.469	13.940	3.209	11.426	2.169
Barra do Rocha	2.126	6.006	2.731	6.862	3.065	6.625	3.425	4.649	3.806	2.507
Barro Preto	1.916	4.062	3.396	4.804	4.589	6.012	5.159	3.443	5.295	1.158
Belmonte	8.126	12.944	9.994	12.562	10.860	11.210	10.806	9.226	11.420	10.378
Buerarema	7.160	11.729	10.197	14.678	15.959	4.880	16.249	2.869	15.277	3.328
Camacan	8.502	14.142	14.997	25.503	16.364	20.659	24.282	6.773	24.685	6.787
Canavieiras	12.270	21.190	14.668	27.454	20.658	12.361	26.343	8.979	25.903	6.433
Coaraci	13.898	7.861	16.353	11.059	21.659	9.405	23.269	4.583	19.130	1.834
Firmino Alves	2.678	3.283	3.648	2.386	3.793	1.730	3.806	1.364	4.337	1.047
Floresta Azul	5.680	9.748	6.727	11.709	7.766	6.174	7.548	4.066	7.343	3.317
Gandu	6.753	11.285	13.346	15.924	19.597	6.864	22.060	5.100	24.848	5.488
Gongogi	4.701	4.942	4.454	3.889	5.676	3.275	6.250	4.272	5.358	2.999
Ibicarai	15.095	11.057	18.160	12.818	19.332	11.228	19.333	9.528	17.885	6.387
Ibirapitanga	2.890	10.433	4.634	15.676	6.697	20.087	6.363	15.814	6.163	16.435
Ibirataia	6.070	8.358	9.999	9.978	15.369	7.325	18.726	6.015	15.742	3.201
Ilhéus	66.046	41.925	80.831	50.625	144.232	79.518	162.125	60.002	155.281	28.955
Ipiaú	18.232	9.390	27.410	11.665	36.408	8.837	37.924	5.697	40.384	4.006
Itabuna	94.827	17.894	137.724	15.615	177.561	7.716	191.184	5.491	199.643	5.024
Itacaré	2.656	11.448	3.005	10.202	4.275	14.156	7.951	10.169	13.642	10.676
Itagibá	2.910	13.060	4.636	14.370	7.284	12.632	8.767	8.424	9.572	5.621
Itaju do Colônia	2.342	7.573	2.839	7.995	2.885	6.888	6.441	2.139	5.860	1.449
Itajuípe	10.682	9.146	12.840	12.146	15.972	8.959	16.123	6.388	16.839	4.242
Itamari	1.644	3.681	3.332	4.765	4.649	4.182	5.488	2.859	5.839	2.064
Itapé	3.492	9.198	4.950	6.453	7.565	8.079	8.666	5.973	7.180	3.815
Itapebi	3.487	10.299	4.597	6.466	6.396	4.682	8.542	2.584	8.268	2.227
Itapitanga	3.733	5.817	5.096	5.291	6.095	4.379	7.095	3.287	7.591	2.616
Jussari	-	-	-	-	4.609	3.861	5.124	2.432	4.876	1.598
Mascote	1.093	9.474	1.278	17.949	1.573	18.605	11.853	4.240	11.679	2.961
Nova Ibiá	-	-	-	-	2.358	8.144	2.534	4.632	2.807	3.841
Pau Brasil	5.680	9.455	8.742	10.034	9.279	6.900	8.740	4.308	7.382	3.470
Santa Cruz da Vitória	4.466	3.772	4.363	2.612	4.527	2.126	4.988	2.037	5.076	1.597
Santa Luzia	-	-	-	-	7.410	8.909	8.329	7.174	8.072	5.272
São José da Vitória	-	-	-	-	5.217	3.551	5.154	1.056	5.162	553
Teolândia	976	7.021	1.218	8.035	1.759	10.674	3.606	8.966	5.068	9.768
Ubaitaba	4.903	6.357	9.393	6.637	12.508	8.554	18.582	5.272	17.598	3.093
Ubatã	12.582	4.792	16.981	6.267	19.430	6.470	17.847	3.956	17.951	7.053
Una	4.177	18.167	7.233	30.368	5.347	18.410	15.274	15.987	15.030	9.080
Uruçuca	5.477	9.646	9.571	12.365	9.040	21.723	14.158	6.165	15.779	4.058
Wenceslau Guimarães	1.228	14.007	2.422	13.880	4.033	13.221	6.790	17.136	7.511	14.678
TOTAL	357.401	370.279	495.038	441.293	691.548	438.594	801.743	294.445	803.376	217.266

Fonte: IBGE. Adaptação: Mendes Costa, F.

*Municípios emancipados após a Constituição de 1988.

Numa posição invertida verifica-se a taxa de crescimento a partir de 1991 declinando, a migração acontece de forma inversa, a população, principalmente a representada pelos trabalhadores rurais vai a busca de outras regiões, cujas performances dão sinais de progresso econômico. Esse foi um período, quando a contaminação da lavoura pela vassoura de bruxa já dava sinais de que a produção de cacau repercutia na manutenção da população trabalhadora na Região. A doença tornando-se endêmica reduzia drasticamente os níveis de produção e renda das propriedades, razão da dispensa de massa de trabalhadores, tanto no meio rural como urbano, fato motivador da migração de parte considerável de famílias operárias em busca de ocupação para sustento dos seus familiares.

Observa-se no quadro 1 que por duas décadas (1991-2010) a Região Cacaueira teve crescimento negativo da sua população, (-0,35, -0,61, -0,88) significando um percurso na contramão ao que estava acontecendo no Brasil, no mesmo período tendo crescimento médio de 2,0%, cuja situação demonstra a forte influência da “vassoura de bruxa”, doença instalada nos cacauais, promovendo a mais inédita queda na produção de cacau na Região. Com a enfermidade, as propriedades cacaueiras perderam mais de 2/3 da produção histórica, conseqüentemente provocando a liberação dos trabalhadores na mesma proporção, ou seja, houve um esvaziamento da população rural, que buscava compensação nas grandes cidades dentro e fora da microrregião.

A maioria das cidades da Região tem um perfil semelhante. São economias baseadas na cacauicultura, sem atividade industrial e com dependência umbilical do setor público. Nelas, o maior empregador é a prefeitura, que por um lado, vê a demanda por serviços públicos aumentar, por outro lado, vê a arrecadação diminuir. Por duas razões as prefeituras perdem receitas, a primeira pela queda das cotas do ICMS, em função da perda da atividade econômica municipal, que tem como base geradora o cacau. A segunda pela queda do FPM, ocasionada pela diminuição da população, que estabelece o índice de distribuição do tributo federal pelo coeficiente populacional. A redução da população nos municípios da Região foi o aditivo mais abrasador para diminuir a capacidade das Prefeituras investirem em atividades compensatórias à ausência dos recursos financeiros proporcionados pelo cacau.

Além do recuo das prefeituras, o setor privado também foi pressionado a reduzir as atividades econômicas pela queda da geração de renda advinda da cacauicultura, além da saída de mais de 150 mil trabalhadores da atividade produtiva tradicional, por cadeia promove a saída de um expressivo número de trabalhadores da economia urbana. Assim, o declínio forma uma cadeia negativa, onde toda a população é afetada, provocando em contrapartida a migração de parte desse contingente para regiões mais promissoras.

A pouca capacidade financeira do cacauicultor em dinamizar as atividades do cultivo do cacau, por conta própria, fez com que as fazendas de cacau perdurassem como empresas falidas, cuja solução continua sendo a promulgação de política pública de refinanciamento de dívidas, tendo no seu bojo o perdão de parte significativa do débito dos produtores junto ao sistema de crédito agrícola oficial e injeção de novos financiamentos para replantios de

lavouras com clones resistentes e de alta produtividade. O plantio de novas variedades resistentes à vassoura de bruxa como técnica de substituição dos cacauzeiros velhos restabeleceria a capacidade de recrutamento de novos trabalhadores da lavoura para voltar a níveis anteriores. A medida promoveu o retorno da massa populacional, que se evadiu para outras regiões do país.

1.2.2 A distribuição de terras

A elevada densidade demográfica, o desenvolvimento de atividades agropecuárias rentáveis, o uso de tecnologias e fatores históricos, dentre outros, contribuíram para o recurso terra ser mais bem utilizado nesta microrregião, não se constituindo exclusivamente em elemento utilizado como reserva de valor ou explorado de forma meramente extensiva.

Mesmo com a cacauicultura passando por crise, a pequena propriedade se mantém preservada ao representar o maior número de empresas em exploração. Pelas características democráticas de exploração, a lavoura cacauzeira é um cultivo adaptado a qualquer tipo de explorador, onde o trabalho é o fator mais importante para o seu cultivo. Até uma pequena família se torna capaz de conduzir o seu manejo, respeitando as condições de sustentabilidade²⁶ da atividade. O quadro 2 demonstra como o fator terra está sendo distribuído por propriedades rurais na Região do Sul Baiano.

Quadro 2. USO DO SOLO/ Empresas Rurais por Extrato de Área. Dados comparativos para os anos de 1970 e 2010.

Extratos	Estabelecimentos	Estabelecimentos	Área	Área	Estabelecimentos	Estabelecimentos	Área	Área
	1970	2010	1970	2010	1970	2010	1970	2010
					%	%	%	%
0-10	4.776	6.087	21.975	34.890	18,74	29,12	1,4	2,62
10-20	5.120	3.085	69.497	59.186	20,09	14,76	4,41	4,45
20-50	8.194	5.749	249.563	119.219	32,17	27,52	15,84	8,97
50-100	4.154	3.047	276.688	261.974	16,3	14,58	17,57	19,7
100-200	1.923	1.610	251.718	225.555	7,55	7,7	15,98	16,95
200-500	982	995	282.851	298.892	3,85	4,76	17,95	22,47
500- 1000	232	231	148.492	161.974	0,91	1,1	9,43	12,18
1000	99	92	274.414	168.493	0,39	0,46	17,42	12,66
TOTAL	25.480	20.896	1.575.198	1.330.183	100	100	100	100

Fonte: CEPLAC- Diagnóstico Socioeconômico /CEPLAC/SisCENEX/. Adaptação: Mendes Costa, F.

O quadro 2 demonstra o perfil da distribuição da terra na microrregião Ilhéus-Itabuna relativa ao ano de 1970 e 2010. Os dados visam comparar o comportamento da posse da terra em períodos antagônicos, o primeiro por refletir momento da cacauicultura em plena ascensão produtiva, o segundo, por estar passando por uma fase crítica, quando a produção se arrasta pela queda da produção e da produtividade em razão da vassoura de bruxa, doença que a

²⁶ A sustentabilidade da lavoura cacauzeira decididamente depende da conservação da Mata Atlântica, em cujo ambiente o cacau se adaptou por ser um cultivo dependente do ciclo normal de chuvas, sombreamento natural de árvores de grande porte e o bioma originado da floresta costeira.

debilitou. Observa-se nos dois períodos a preponderância do número de mini empresas, com área menor de 20 hectares, representando no ano de 1970, 9.896 empresas e para o ano de 2010, 9.172 estabelecimentos, portanto, áreas abaixo do módulo rural regional, configurando como áreas de minifúndio, o que caracteriza relativa distribuição da posse da terra, equivalendo a 38,83% e 38,63%, respectivamente do número de empresas, evidenciando inalteração na Estrutura. Mesmo com a enfermidade, o número de mini empresas foi preservado. Em termos de áreas ocupadas, representam 91.472 e 94.076 hectares respectivamente, o equivalente a 5,81 e 7,07% da área total sendo cultivado por agricultura familiar nos dois anos em análise, indicando, apesar de manter os mesmos números de propriedades, um rápido avanço na área ocupada por essas empresas.²⁷

Em 1970, a pequena propriedade com área entre 20 a 50 hectares em número de 8.194 representa um percentual de 32,17% do total das propriedades ocupando 249.563 hectares, equivalente a 15,84% da área total, enquanto em 2010 há uma diminuição do número de empresas, passando para 5.749 ocupando a área de 119.210 hectares, mostrando transformação importante neste perfil, revelando uma redução da ordem de 29,84% do número de empresas e 52,24% da área ocupada. Apreende-se, que a mudança em tela se deve a incorporação dessas propriedades a outras maiores, significando a saída de um número representativo de produtores da atividade cacau. O fato se deve a pouca capacidade financeira da modalidade do tipo de produtor para a continuação da atividade em níveis rentáveis.

A mini e a pequena propriedade em 1970, apesar de concentrarem o maior número de unidades produtivas, somam 18.090 empresas, correspondente a área de 341.035 hectares, representando 71,0% do total de propriedades e 21,6% da área ocupada da Região. Em contrapartida ao elevado número de empresas, as mesmas abrangem apenas 1/5 da área agrícola. Os números apresentados indicam que o fato da maioria das empresas se constituírem como de pequenas glebas, elas não representam unidades produtivas capazes de fixarem o homem na atividade rural, inclusive produzindo um leque variado de cultivos capazes de tornar a Região auto-sustentada em bens alimentares para a sua própria subsistência, porque o cacau é o desejo permanente de enriquecimento. O quadro apresentado para o ano de 2010 indica uma queda de 17,52% no número de propriedades, pois de 18.090 ela regride para 14.921 empresas, enquanto a área ocupada diminui de 341.035 para 213.295 hectares, correspondendo a 37,5% de regressão da quantidade de terra sob posse desse tipo de

²⁷ Além do pagamento da dívida com os historicamente explorados trabalhadores rurais, apesar de oito mil famílias ainda aguardarem pelo lento e burocrático processo de desapropriação de fazendas pelo governo, no sul da Bahia, as autoridades precisam encarar de frente outros dois grandes desafios: a recuperação e a diversificação da produção. “Com o cacau não existe “embeleco”, explica Roque Coutinho, um dos agricultores do assentamento Nova Vitória, em Ilhéus. Ele quer dizer que, com um punhado de amêndoas no bolso ou um caminhão transbordando de sacas, é impossível não achar comprador. “E as fábricas de moagem pagam de imediato. Não é como o boi que o dono leva trinta dias para receber. Mesmo com toda a crise, a liquidez se manteve”, completa Isidoro Gesteira. (Entrevista cedida a Gazeta Mercantil, 12/04/95 em A Saga do Cacau).

produtor. Entende-se a razão da desvalorização do preço da terra da pequena propriedade tornando mais vulnerável para venda ou incorporação.

O perfil descrito acima se encaixa para a análise das pequenas propriedades com áreas entre 50 e 100 hectares. De 4.154 empresas em 1970 reduziu-se para 3.047 estabelecimentos em 2010, representando uma queda de 26,65%. Quanto à área envolvida, de 276.688 hectares passou para 261.974 hectares com uma redução de apenas 5,32%. Os dados denotam o tipo de estabelecimento que mais passou pelo processo de incorporação. Da mesma forma, a média propriedade, entre 100 e 200 hectares passou pelo mesmo tratamento, em 1970 o número de estabelecimentos de 1.923 foi reduzido para 1.610 em 2010, o equivalente a (-16,3%), enquanto a área ocupada diminuiu de 251.718 para 225.555 hectares, representando 10,4% de redução da quantidade de área ocupada pelas empresas médias. O atual perfil da média propriedade demonstra o percurso enfrentado pelo referido tipo de estabelecimento refletindo a situação geral do conjunto de empresas rurais da Região, reduzida a todos os níveis, denotando abandono de considerável quantidade de estabelecimentos agrícolas, especialmente os de cacau.

A grande propriedade com área acima de 200 hectares possui 1.313 empresas em 1970 e 1318 em 2010, representa 5,14 e 6,32% respectivamente do total de propriedades, concentrando proporcionalmente a maior quantidade de área territorial por empresa. De 479.566 hectares, equivalente a 36,42% da área total, em média cada grande empresa ocupa a área de 662,38 hectares. Para os moldes da cacaucultura é considerada uma vasta área de exploração à propriedade, cujo tamanho significa uma empresa de grande potencial de produção. As médias e grandes propriedades, apesar de ser minoria, representam 64,27% da área, significando que 2/3 da área ocupada por propriedades agrícolas da microrregião estão concentradas em mãos de 2.928 proprietários, soma proporcional a 12,3% do total de empresas, produzindo a maior quantidade de cacau, representando 75% da produção regional. Isso significa a concentração não somente da produção, mas, sobretudo da riqueza gerada.

1.2.3 Uso do Solo com as atividades econômicas

No objetivo de relacionar o uso do solo com a exploração econômica o Quadro 3 mostra a ocupação da terra distribuída por exploração. Tal denominação estabelecida pela CEPLAC representa propriedades com as diversas atividades de plantios, atendidas pelo serviço de extensão rural do órgão. De alguma forma são empresas que aplicam algum tipo de tecnologia orientada pela CEPLAC.

O referido quadro indica a quantidade de exploração econômica das propriedades agrícolas da Região. Numa mesma propriedade várias atividades são exploradas. Os dados representam um novo perfil das fazendas da microrregião Ilhéus-Itabuna, antes exploradoras

da monocultura cacau começam a diversificar suas atividades implantando novos cultivos já perfeitamente adaptados. Em termos comparativos outras variedades de plantas existentes nas fazendas da Região foram introduzidas pela própria natureza, no dizer regional, eram plantas nativas da própria floresta, elas brotavam pela aquiescência da natureza generosa. Na conjuntura atual observam-se interesses dos produtores em introduzir novos cultivos, mesmo ainda ocupando pequenas áreas do território da microrregião.

Pela amostra do Quadro 3 verifica-se o leque de cultivos implantados surgindo como alternativa a cultura do cacau, que se desequilibrou em razão da doença vassoura de bruxa, e por sua vez dizimou importantes e consideráveis áreas de cultivos do principal cultivo regional. O quadro 4 analisa o quadro 3, quanto à relação do cultivo do cacau com as demais culturas até então implantadas.

Apesar da crise e da vassoura de bruxa instalada, o produtor rural continua acreditando no cacau como um cultivo indissociável da vida econômica e social da Região. É como um mal menor, “ruim com ele, pior sem ele.” A área cultivada com a lavoura do cacau, conforme Quadro 4 demonstra o crescimento do cultivo, mesmo com o incentivo para introdução de outras atividades agrícolas, a cacauicultura abrange 89,4% da área ocupada com cultivos, representando 35,8% da área total da Região.

Quadro 3. Uso do Solo com as atividades econômicas

		Área em Hectares				
1.CULTIVOS ECONÔMICOS	Nº Prod.	Desenv.	Safreira	Total * A	% A/B	% A/C
Cacau**	30.469	42.016,60	543.429,10	585.441,30	89,4	35,8
Eucalipto#	42	16.555,00	19.960,00	36.515,00	5,5	2,23
Seringueira#	524	784,2	5.929,60	6.713,80	1,12	0,41
Café#	614	543	3.629,80	4.172,80	0,65	0,25
Mandioca	3.091	1.985,20	2.169,40	4.154,60	0,64	0,25
Coco #	805	1.132,70	2.657,30	3.790,00	0,58	0,22
Banana da Terra	1.696	1.620,50	1.836,50	3.457,00	0,52	0,2
Piaçava	208	203,5	1.716,10	1.919,60	0,29	0,12
Banana da Prata	899	702,5	1.046,20	1.748,70	0,27	0,11
Pupunha	306	454,2	1.114,20	1.568,40	0,24	0,1
Dendê#	29	28	1.313,90	1.341,90	0,2	0,08
Graviola	455	423,5	240,7	664,2	0,1	0,04
Guaraná	349	172,1	307,6	479,7	0,07	0,03
Cravo-da-índia#	168	24	372,1	396,1	0,06	0,02
Cupuaçu#	108	206,4	75,5	281,9	0,04	0,02
Outros cultivos	1.218	1.017,30	1.497,40	2.099,00	0,32	0,12
Total das áreas dos cultivos	40.981	67.868,70	586.875,30	654.744,00	100(B)	40
2. CULTIVOS NATURAIS						
Pastagem	17.080	6.521,20	513.022,70	519.543,90	52,96	31,75
Capoeira	14.542	513,6	245.534,30	246.047,90	25,1	15,1
Mata	11.030	331,5	210.403,00	210.744,50	21,5	12,9
Várzea	188	-.-	2.310,50	2.310,50	0,24	0,14
Lamina d'água	195	4	1.825,80	1.829,80	0,2	0,11
Total dos cultivos naturais	43.035	7.370,30	973.096,30	980.476,60	100	60
Total Geral		75.239,00	1.559.971,60	1.635.220,60	100 ©	100

Fonte: CEPLAC/SISCENEX-2011. Adaptação: Mendes Costa, F.

*A relação dos cultivos não aparece por ordem alfabética. Obedeceu ao critério da importância de ocupação.

**Cacau sob as várias formas de produção e consorciação.

cultivos permanentes

Quadro 4. Relação da Exploração da Área Agrícola da Região Cacaueira

Unidade/Cultivo	Cacau	Café	Total	Cultivos Naturais	Total de Uso	A/C	B/C	A/E	C/E
		Mandioca							
		Coco							
		Outros							
	A	B	C	D	E				
Nº de Produtores	29.478	8.557	38.035			77,5	22,5		
Área cultivada	654.744,00	69.302,70	724.046,70	980.476,60	1.635.220,60	90,40	9,60	40,00	44,30

Fonte: CEPLAC/SISCENEX. Elaboração: Mendes Costa, F.

Os dados denotam a importância do cacau pelos produtores agrícolas, mesmo em crise. A cultura do Eucalipto, pertencente à cadeia de agricultura empresarial começa a abranger área significativa, substituindo inclusive áreas antes ocupadas por pastagens, pois diversas fazendas de pecuária foram adquiridas pela Veracel, multinacional da celulose.

A Veracel substituiu atividades antes tradicionais para uma nova modalidade de cultivo com vistas a atender ao mercado de celulose internacional, sendo a segunda maior monocultura da Região em ocupação de área plantada, representando 5,5% da área aproveitada pelas culturas econômicas e 2,23% da área total. A seringueira vem se expandindo alcançando atualmente 1,12% da área de cultivos, mas representando apenas 0,41% da área total.

As demais explorações reunidas representam 3,58% da área de cultivos, equivalente a 1,56% da área total da Região. Em termos globais, tais explorações ainda aparecem como incipientes, representando pequenos investimentos em diversificação econômica- agrícola.

Uma das razões justificáveis a uma espécie de obsessão pelo cultivo do cacau é a liquidez das amêndoas, um traço cultural que não faz distinção entre pequenos e grandes produtores no sul da Bahia. Alguns fazendeiros até apostaram na diversificação da sua propriedade. Por isso, o café, a pecuária, banana, coco, pupunha e outras, também acenaram com a possibilidade de ampliar por mais espaço, porém a falta de maiores investimentos em outros cultivos esbarra ainda na dúvida reinante sobre a substituição do cacau. A mudança de mentalidade não se processa de uma hora para outra. Uma das características tradicionalmente atribuídas às sociedades rurais é o seu aparente imobilismo. (Mendes, 2011:1)

De fato, no passado, as transformações dessas sociedades eram, por via de regra, muito lentas. Essas transformações foram induzidas principalmente pela industrialização e pela urbanização, mas traduzem-se em modificações internas aos próprios meios rurais e atingem-nos em todos os níveis da realidade social e cultural e em todos os setores da atividade.

Quanto aos cultivos naturais, verifica-se a Pastagem ocupando o primeiro lugar no item, representando 52,96% da área de cultivos naturais, significando 31,75% da área total da Região. A pecuária representa a segunda exploração mais importante, pois a bovinocultura disputa a maior ocupação de área com o cacau, abrangendo 35,8% da área e demonstrando uma diferença de apenas 4%. Salienta-se, a pecuária de corte como um cultivo tradicional, sempre surgiu como paralela ao cacau. O grande cacaicultor acreditava na pecuária como atividade complementar a cacaicultura. Elas representaram as explorações agrícolas de maior concentração econômica da Região, normalmente um grande cacaicultor era também um grande pecuarista.

A atividade leiteira aparece como exploração menos importante na pecuária regional, pois ela acontece como ato de coleta no período de lactação após parto dos bezerros, que serão separados para o objetivo de corte. São raras as propriedades de bovinocultura que criam raças específicas voltada para o fim de produção de leite na Região. (CEPLAC, 1998:72).

Em relação à área ocupada por Matas e Capoeiras, verificam-se as duas juntas somando 46,6% da área de cultivos naturais e 28% da área total da Região. De acordo Alger e Caldas (1996: 21) nesta Região se encontra o maior contingente de áreas intocadas do remanescente da Mata Atlântica do país. A região localizada entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo é única pela presença de diversos táxons tipicamente amazônicos. Uma riqueza extremamente elevada de espécies de plantas tem sido documentada perto de Una, na Região Cacaueira baiana -454 espécies de árvores por hectares- (AGUIAR ET ALL, 2005:119).

1.2.4 Desigualdade da distribuição da posse da terra

Há de se considerar que na atualidade os conflitos pela posse da terra na região são contidos, vez não serem percebido latifúndios por extensão. As empresas com mais de 600 ha, consideradas grandiosas para a Região, são ocupadas pelo cacau, pecuária e florestas, portanto, propriedades consideradas produtivas.

Observa-se com isto uma menor concentração fundiária, comparativamente às outras regiões do Estado; todavia os valores do índice de Gini indicam a existência de distribuição não equitativa das terras, conforme quadro 5.

Quadro 5. Índice de Gini referente à desigualdade da distribuição da posse da terra no Estado da Bahia e na Região Cacaueira, em 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.

Local	1970	1980	1990	2000	2010
Região Cacaueira	0,680	0,701	0,731	0,737	0,755
Estado da Bahia	0,801	0,826	0,841	0,845	0,875

Fonte: IBGE (2010). Adaptação de Mendes Costa, F.

Até o surgimento da vassoura de bruxa no cacau, a palavra Reforma Agrária na Região era só vista nos compêndios. Nunca houve qualquer movimento de ocupação em propriedades da Região, talvez o fato da lavoura cacaueira, atividade econômica de elevado padrão empregatícia não ter despertado nos trabalhadores rurais a necessidade de ocuparem as grandes fazendas. Ressalta-se, apesar da microrregião Ilhéus/Itabuna predominar a pequena propriedade, representa apenas 35,7% da ocupação das terras. As grandes propriedades não ultrapassam (1000) mil hectares, que para os métodos de ocupação não se enquadravam, pois eram consideradas produtivas e de tamanho abaixo dos padrões para desapropriação pelo INCRA na Região.

O quadro 5 apresenta informações importantes acerca da concentração de terras na Região. Observa-se que entre as décadas de 1970 e 2010 o Índice de Gini da distribuição de terras passou de 0,680 para 0,755, representando um crescimento de 11,0%. Entre 1970 a 1990 se credita a alta de preços do cacau, que promoveu a ampliação do capital monetário em mãos do grande produtor, que aplicou boa parte das sobras adquiridas para ampliar o número de propriedades. De 1990 a 2010, a concentração aumentou em razão do empobrecimento geral dos produtores tradicionais, que tiveram de vender as suas propriedades a entrantes na atividade ou a especuladores adquirentes das propriedades para revendê-las posteriormente,

após pequenos tratos, embutindo sobre lucros importantes, tornando o negócio de compra e venda de terras boa aplicação do capital especulativo.

A simples origem e a falta de recursos dos primeiros homens que se aventuraram mato adentro para formar suas roças, explica outra característica interessante da região, visível ainda hoje, o baixo número de latifúndios. Ali não ocorreu o processo de doação de sesmarias, uma das raízes da elevada concentração de terras no Brasil. “Além disso, com pequenas áreas já se tem uma grande produtividade e uma boa rentabilidade. A cultura do cacau não tem necessidade de grandes glebas. Por outro lado, conforme Vargens (1995) a concentração fundiária no sul da Bahia se dá de outra forma: “um proprietário pode ter várias fazendas de porte reduzido”²⁸.

O trabalhador se mantinha na condição de prestador de serviço obediente, havia receios de recidivas do patrão por manifestação de insubordinação constatada. Amado, (2000:33) relata os métodos de tratamento, impostos pelos coronéis aos seus operários. Além do trabalho semi-escravo as formas de pagamento pelos serviços eram aviltadas ou até negado sob o pretexto de mau serviço prestado. Constituiu-se na Região uma prática de repressão ao trabalhador, até como estratégia para reduzir as possibilidades de invasão de terra na Região. O fato tornava o trabalhador duvidoso da possibilidade de se tornar possuidor de uma área de terra para plantio, cuja crença multiplicou a idéia de que terra na Região tinha o “preço de ouro”, portanto, só com muito capital para ter acesso a uma pequena propriedade.

Caldeira (1954: 35-39) traça o perfil do trabalhador das empresas cacaeiras entre as décadas de 20 e 50 do século XX, sob a análise da sua formação profissional, cultural e escolar. Em princípio, a maior parte, quase absoluta era de analfabetos. Não expunha manifestações culturais, pois não exerciam atividades de lazer e festas populares nas propriedades, até as festas religiosas, a exemplo das juninas, tradicionais no nordeste eram timidamente comemoradas. No entender do autor, a razão do trabalhador ser desprovido dessas qualidades, subordinava-se a todo tipo de submissão instituída pelos patrões, por não residirem nas fazendas davam pouca significação as atividades culturais nas suas propriedades e ao próprio trabalhador. Assim, o trabalhador era tolhido a indicar manifestações de cunho intelectual, por si só submetido a uma condição de dominação.

²⁸ Fernando Vargens, chefe da unidade de Itabuna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). (Entrevista cedida a Gazeta Mercantil, 12/04/95 em A Saga do Cacau).

Conforme Santos, (2009:23) acredita-se que as pessoas trabalhadoras do cacau possuíam um modo de vida comunitário, no qual vigorava um sistema de crenças, constituído por uma dinâmica sócio histórico específica que emoldurou as condutas de sociabilidade e reciprocidade. Estabelece uma relação entre memória e religião, na medida em que busca circunscrever uma “invenção do cotidiano” das fazendas de cacau. De acordo a autora, sabe-se das funções próprias à memória de lembrar e esquecer. Existe um excesso de lembrança sobre a produção econômica no discurso historiográfico. O exagero, ao passo que fixou um imaginário do cotidiano nas fazendas de cacau como homogêneo, todo dedicado à produção agrícola, também contribuiu para o esquecimento das atividades culturais.

Com a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho e a formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Região Cacaueira, relativas mudanças nas relações de trabalho foram implantadas, principalmente o pagamento do salário mínimo e os encargos sociais do trabalho rural. Assim, com o trabalho assalariado as empresas rurais de cacau tiveram de estabelecer novas relações com o seu trabalhador, fato que aumentou a oferta de trabalhadores para as atividades da fazenda de cacau, provocando a migração de lavras de operários de outras microrregiões e mesmo de outros Estados do Nordeste.

Foi instalado o sistema de turnover nas fazendas de cacau, a busca do bom trabalhador estabelecia contratações provisórias de acordo com a demanda dos serviços. Os Sindicatos de Trabalhadores tinham a função de fiscalizar o cumprimento da CLT, salvaguardando os direitos dos trabalhadores nas suas relações contratuais com as fazendas de cacau. (CEPLAC, 1985: 41)²⁹

1.2.5 Os órgãos de classe e as relações sociais

“O sindicato é a vossa arma de luta, a vossa fortaleza” Getulio Vargas, 1º de maio de 1951.

Getulio Vargas criou no Brasil as bases da organização sindical, fortalecendo os sindicatos por categoria e incentivando a mobilização popular como um dos alicerces do seu governo. Desde o início do governo da Revolução de 30, Vargas empreendeu uma longa jornada para criar as bases da organização sindical no Brasil. Instituiu a unicidade sindical para garantir a unidade dos trabalhadores e o imposto sindical, que estruturaria as entidades e permitiria a construção material da organização trabalhista.

²⁹ Os Sindicatos de Trabalhadores não exerciam a liderança de movimentos de trabalhadores rurais por posse de terra na Região, tal comportamento, se assemelha ao do próprio Sindicato Patronal, cujos diretores se revezavam nos cargos, apenas como troca de poder e vantagens pecuniárias advindas das receitas dos órgãos, que não eram fiscalizadas pelos associados. (Entrevista com o Presidente do Sindicato Rural de Itajuípe, 08/2011)

Há de se destacar uma questão fundamental: a fragilidade ou a rigor, a inexistência mesmo de um associacionismo agrário-sindical, no decorrer de experiências políticas tão diferenciadas como a República Velha, o Estado Novo e todo o desenrolar do período compreendido como a democratização do pós-guerra. Nos referidos períodos, as organizações associativas rurais não ultrapassavam, por seus objetivos e sua composição, os limites da representação oligárquica dos interesses sociais de produtores-exportadores. Quer no campo do estudo das possibilidades agrícolas, como no âmbito das políticas macroeconômicas, essas organizações se atinham exclusivamente à problemática que, atingindo conjunturalmente segmentos dominantes da agricultura – sobretudo câmbio e preços -, poderia vir a afetar sua hegemonia no plano prospectivo. (STEIN, 2001:152).

A Região Cacaueira foi a primeira do norte-nordeste brasileiro a aderir ao chamamento do governo, aqui se organizaram os primeiros sindicatos de produtores e trabalhadores da Bahia. O pioneirismo no desenvolvimento do sindicalismo rural no Estado da Bahia ocorre em 1952 com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna, reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1957. Até 1960 a Bahia contava com 03 (três) sindicatos, entre as 08 (oito) entidades sindicais, as quais possuíam este estatuto em todo o país. Os 09 (nove) sindicatos de trabalhadores rurais fundados e legalmente reconhecidos no período compreendido entre 1957-67 concentram-se todos no Sul do estado e a maioria na própria área cacaueira. (Oliveira, 1983:5).

Ainda no período da predominância do coronelismo na Região, houve manifestação de organização de movimento dos trabalhadores relatada por Amado, na sua obra Cacau, que já evidenciava discordância das relações trabalhistas entre o capital e o trabalho, exacerbado pela grave crise de preços do cacau entre as décadas de 20 e 30 do século XX. A conjuntura provoca a redução dos salários dos trabalhadores rurais do cacau, que Amado o descreve relatando a confissão de um personagem de sua obra, alcunhado de Sergipano, que lidera uma revolta para evitar a desvalorização do salário do trabalhador, chegando à ínfima importância de 3\$000, cujo valor não compensaria o árduo esforço do operário na lida do cacau.

Esta é a declaração do trabalhador, contada por Amado:

Sergipano “diz” ao chefiar uma revolta, mas a greve não se concretiza:

O cacau começou a cair. Desvalorizou-se e o coronel andava uma fera. Despediu trabalhadores e nós, que restávamos, trabalhávamos como burros. Ameaçava-nos com diminuição de salário.

[...] Um dia, por fim, diminuíram os salários para 3\$000. Eu chefieei a revolta. Não voltaríamos às roças (AMADO, 2000:125).

A diminuição dos salários para 3\$000 aproxima as personagens da idéia de uma greve, mas o movimento, apesar dos propósitos de manter os salários ao nível pré-crise, a situação era nacional, nordestina, cuja Região era dizimada pelas secas. Assim, Sergipano concluiu:

– Nem pense... Chegou trezentos e tantos flagelados que trabalha por qualquer dinheiro...e a gente morre de fome (AMADO, 2000:125).

Desta forma é difícil e até impossível o raciocínio de imaginarmos uma greve campesina em *Cacau*.

De acordo Caldeira, (1954:39) a utilização da mão-de-obra agrícola apresenta duas modalidades: o trabalho manual (a jornada) e a empreitada. Não existem elementos que permitem conhecer em termos numéricos as proporções destes sistemas na cacauicultura baiana. Sabe-se que o contrato de empreitada adquiriu, de alguns anos a esta parte, extraordinária importância no campo das relações de trabalho. Não obstante, o salariado puro e simples, se não é a forma predominante, ainda desempenha papel de grande relevo.

Acrescenta o autor em ambos os sistemas, que os trabalhadores são agregados à fazenda, com direito a casa e lenha, mas com alimentação por conta própria. Trata-se, conforme é fácil verificar, de um salário de composição mista, onde parte é paga em dinheiro e parte em morada e combustível. Apesar de a remuneração ser em dinheiro, a circulação monetária dentro da fazenda encontra um fator limitante na presença quase invariável do barracão³⁰, contingência a que só dificilmente o trabalhador se pode furtar, mesmo quando há comércio nas proximidades.

Dada à variedade de níveis de salários na região, torna-se difícil determinar o salário modal do trabalhador agrícola. Essa dificuldade é tanto maior quanto é certo que a remuneração varia em função das categorias não só de zona a zona como de fazenda a fazenda. Comumente, porém, as escalas de salários vão de 15 a 30 cruzeiros, sendo mais usual a diária de 20 cruzeiros. (Caldeira, 1954:40).

É grande e antiga a debilidade profissional, do movimento reivindicatório dos assalariados do cacau. (Oliveira, 1983:5). Notícias de lutas de alguma envergadura remontam à década de 1930 e, mais recentemente, aos anos 1950. Segundo revela levantamento exaustivo de informações contidas nos Boletins Estatísticos da Justiça do Trabalho da região cacaueira, de 1960 a 1975, os problemas trabalhistas aí registrados em sua grande maioria "estão relacionados a questões de aviso prévio, férias e 13º salário" (Ramalho, 1977:22). Não abarcam, como se vê, reivindicações salariais e iniciativas coletivas de maior alcance. É justo supor, ainda assim, a existência de conflitos sociais localizados, cujo registro se perdeu ou mesmo não alcançou a memória coletiva do movimento proletário no estado da Bahia (Oliveira, 1983:5).

1.2.6 Relações Sociais do Fazendeiro com a propriedade

³⁰ O barracão foi na sua origem uma imposição das próprias condições de isolamento da fazenda cacaueira. Para muitos, porém, significava como ainda hoje se verifica uma fonte adicional de renda paralela à da exploração agrícola. Supria-se o fazendeiro de gêneros alimentícios e outras mercadorias nas casas fornecedoras das cidades. Por se tratar de compra a crédito, essas mercadorias eram sempre majoradas nos seus preços e de qualidade inferior. Expostas à venda no barracão, os preços que o trabalhador devia pagar pela sua aquisição absorviam praticamente os seus ganhos. (Caldeira, 1954:39)

A expressão fazendeiro de cacau, (cacaicultor ou mesmo produtor), usada para designar indiferentemente os que possuem fazendas desse ramo, nem sempre implica uma atividade profissional específica. Na realidade, nem todos os fazendeiros são agricultores no verdadeiro sentido, dedicados exclusivamente às lides rurais. Por outro lado – o fato é comum – muitos agricultores de origem se despem, a rigor, dessa condição, trocando as atividades na fazenda pela vida nas cidades. Mas tanto num como noutro caso, ser fazendeiro que apanha anualmente algumas mil arrobas de cacau é ter “status social” definido. (Caldeira, 1954:35)

De acordo o autor, é grande a variedade de categorias profissionais associadas à condição de fazendeiro do cacau: advogados, comerciantes, dentistas, engenheiros agrônomos e civis, farmacêuticos, funcionários públicos, médicos, serventuários da justiça, juízes e promotores, toda uma gama de pessoas na quase generalidade sem qualquer tradição de vida rural, sendo os comerciantes, o elemento mais numeroso. Com o dinheiro ganho no negócio e as facilidades de crédito permitidas por sua situação, compram fazendas, adquirindo automaticamente a condição de fazendeiros. Para eles, como para os demais que obtiveram propriedades a dinheiro e nalguns casos em cobrança de dívidas ou por simples herança, a lavoura de cacau é apenas uma inversão de capital, um negócio posto a render e do qual devem auferir resultados com um mínimo de esforço. (Caldeira, 1974:35)

Esta circunstância projeta luz sobre uma das principais causas do absenteísmo³¹ do proprietário na lavoura cacaueira. Houve uma distorção do sentido tradicional da organização agrícola para se tornar possível o isolamento do proprietário em relação à empresa – a administração da fazenda através de terceiro, o administrador ou gerente. Embora considerado fazendeiro, este homem nada tem de comum com o ambiente rural, do qual vive ausente. A propriedade, visita por uns dias, na época das colheitas, ou quando algum assunto urgente torna imperioso a sua presença. Daí o desamor à casa da fazenda, adquirida a outrem e só eventualmente ocupada por ele ou pela família. A viagem episódica à “roça” é uma espécie de obrigação irrecorrível. (Caldeira, 1974:35)

A riqueza trouxe, apesar da aparência de fartura, modificações de caráter psicológico e de formação àqueles homens controvertidos – os pioneiros do cacau. Estes nem sempre eram preparados para a fortuna proporcionada pela lavoura. Bons e rudes a um só tempo, os desbravadores das matas virgens, talvez pensando nas amarguras que sofreram ao penetrarem lentamente na floresta tropical, tendo vivido na pele a alternativa da chuva e do sol, e derrubado árvores com suas próprias mãos, desejavam para seus filhos uma vida melhor, somente possível com formação escolar e educação superior.

Assim, os jovens-herdeiros de grandes fortunas seguiam cedo para a Capital e se formavam em direito, medicina ou engenharia, deixando atrás de si as cidades de origem por

³¹ O absenteísmo, como sistema, é fenômeno dos médios e grandes fazendeiros, já que o pequeno, via de regra, não pode ausentar-se da empresa que dirige, com a ajuda da família e, eventualmente, na fase de maior atividade, de pessoal assalariado. Não obstante, há casos de pequenos fazendeiros absenteístas, restringidos, porém, às pessoas que desenvolvem sua atividade principal nas cidades ou vilas. Ainda há casos de numerosas fazendas integrarem o patrimônio de algumas grandes casas exportadoras, que as adquiriram por compra ou em cobrança de dívidas. (Caldeira, 1954:36).

falta de escolas regionais. Essa orientação de levar os novos às faculdades, afastando-os da terra, traz como benefício a melhoria do nível cultural, prejudicando, entretanto, a lavoura cacauífera, que perdeu fazendeiros e ganhou doutores. Na mente de seus pais, a cidade do Salvador era tão importante, que carinhosamente o chamavam de “Bahia”. Estudando na “Bahia” e vivendo longe das plantas, só visitando-as nas férias, a segunda geração, na sua maioria, não trabalhou diretamente com a terra, e à medida que desapareciam os pioneiros, surgia à figura do administrador de fazenda, geralmente contratado pelos herdeiros ou por seus procuradores para cumprir tarefas e funções antes exercidas pelo próprio dono da fazenda. (MENDES COSTA, 2002:16-17).

Claro para Asmar, (1977:111) que esse tipo de fazendeiro (cacaucultor) mantém algum vínculo com sua fonte de renda principal – o cacau-, porém ao destacar terceiros para tomar decisões, transfere a sua autoridade para o seu representante na fazenda. O absenteísmo dos cacaucultores é característica marcante na microrregião, havendo correlação direta entre quantidade produzida e distância da residência até o local de suas fazendas. Assim, quanto maior sua produção, mais esse cacaucultor procura os polos de crescimento da microrregião, Salvador, Rio de Janeiro e mesmo o exterior.

Para o autor, o absenteísmo entrava bastante à adoção de modernas práticas agrícolas, uma vez que muitas decisões estão ligadas ao proprietário, que raras vezes visita a fazenda ou o Escritório de Extensão da CEPLAC, não usando plenamente sua capacidade.

O quadro 6 apresenta como se comportava o cacaucultor, quanto à gestão da sua propriedade cacauífera. De acordo os dados do quadro 6, a maioria dos burareiros reside na propriedade (63,46%), enquanto 21,88% do grande produtor preferem morar também na fazenda. O que chama atenção é que até o burareiro, ao considerar a pequena produção, 36, 54% residem fora da propriedade, enquanto de modo geral entre todas as classificações constata-se que de 33 a 80% dos fazendeiros residem afastados da propriedade.

Quadro 6. Tamanho da Produção e Onde Vivem os Cacaucultores na Microrregião Itabuna-Ilhéus

Localidade	Burareiro	Peq.Produtor	Med.Produtor	Grd.Produtor
	1 a 400	401 a 1.500	1.501 a 6.000	+ de 6.000
	%	%	%	%
Na Fazenda	63,46	34,38	21,21	21,88
Município da Faz.	23,08	25	17,32	9,38
Outro Município da Microrregião	11,54	29,02	28,14	20,31
Fora da Microrregião	1,92	11,6	33,33	48,43
Total	100	100	100	100

Fonte: CEPLAC- Dados elaborados por Asmar et al.

Os pesquisadores anotaram ainda, que quanto maior a produção, mais afastado o fazendeiro vive. Assim, também a distância de moradia determina o número de visitas desses fazendeiros ao(s) imóvel (is) de cacau. O maior percentual de visitas diárias foi registrado para os cacaucultores que moram no município da fazenda (62,5%), Uma vez por ano ou

menos que isso é os que moram fora da microrregião; anualmente (62,79% e raramente (48,33%).

Asmar, (1977:10) pontificou uma frase, eternizada como expressão de efeito na Região “A Pobre Região Rica”, sintetizando a realidade socioeconômica de uma microrregião dependente da produção e da política do cacau. Traduzia a perversa concentração de renda em poder de poucos produtores e exportadores, em detrimento da grande massa, principalmente de trabalhadores e de pequenos comerciantes.

O autor diagnosticou os níveis de pobreza da população regional encontrando dados estarrecedores caracterizando a contradição existente com a riqueza da Região. O autor a denominou de Geografia Social para medir o perfil da população que habita o espaço do cacau, conforme dados a seguir:

Em 1970, existiam 124.587 residências na microrregião Ilhéus-Itabuna, sendo 68% delas servidas por fogão a lenha e carvão, enquanto apenas 13% se utilizavam de fogão a gás. O instrumento de informação das residências era o rádio, representando 42% das famílias servidas por esse equipamento, enquanto a geladeira estava presente em apenas 11% delas. Quanto a veículos, eles representavam singelos 3% das habitações.

Relativo a Instrução, 53% da população acima da idade escolar eram de analfabetos, não obstante os esforços do MOBREAL para levar a alfabetização ao meio rural. Quanto aos Anos de estudos completos da População, o autor encontrou esse perfil, conforme o Quadro 7.

O resultado mostrou um comportamento esperado, com um percentual decrescente de pessoas a cada categoria de mais anos de escolaridade. Essa correlação inversa apresenta menos de 0,5% (meio por cento) da população que concluiu um ou mais anos de curso superior, e pouco mais de 5,0% (cinco por cento) da população total que terminou um ou mais anos do curso primário.

Quadro 7. Anos de Estudos Completos da População da Microrregião Ilhéus-Itabuna

Sexo	Elementar 1 a 5 anos	Médio 1º ciclo 6 a 9 anos	Médio 2º ciclo 10 a 12 anos	Superior 3º Ciclo 13 a 17 anos
Masculino	18.720	3.341	2.960	955
Feminino	19.847	3.592	3.621	334
Microrregião	38.567	6.933	6.581	1.289
%	6,28	1,13	1,07	0,21

Fonte: Asmar et al.

Asmar et al encontraram também outro quadro de instrução junto aos produtores de cacau, que reflete a realidade da população em geral. O quadro 8 demonstra o perfil educacional do cacaucultor.

Quadro 8. Nível de Instrução dos Cacaucultores (Classificados por Produção em arrobas) na Microrregião Ilhéus-Itabuna.

Nível de Instrução	Burareiro	Pequeno Produtor	Médio Produtor	Grande Produtor
Analfabeto/Primário (0 a 5 anos)	85,5	71,2	49,2	38,3

Secundário (6 a 12 anos)	7,7	16,8	28,4	25,0
Superior (13 a 17 anos)	6,8	12,0	22,4	36,7
Total	100	100	100	100

Fonte: CEPLAC- Dados elaborados por Asmar et al.

O quadro 8 mostra que a esmagadora maioria dos burareiros é composta de pessoas analfabetas ou de curso primário, completo ou não. Somente 5,8% chegaram a freqüentar o curso superior. Enquanto os pequenos produtores estão com melhor nível de instrução aos burareiros, porém a diferença é muito acentuada, apesar de apresentarem o dobro (12%) de pessoas com curso superior. Os médios produtores possuem instrução bem mais elevada aos anteriores, tendo quase 50% com nenhuma instrução ou curso primário e 22,4% no curso superior. Já os grandes produtores obtiveram mais instruções que as outras categorias, chegando a aproximar os coeficientes de analfabetismo/curso primário com os de curso superior. Para fazer uma associação entre instrução e renda (produção de cacau), os cacauicultores de maior nível de instrução são os que produzem mais cacau (maior renda) – quadro 8.

O desempenho do cacauicultor pode ser causa da fraca formação de redes sociais, bem como da morte ou da falência dos organismos e entidades representativas da classe na Região?

A mudança na estrutura do poder e uso das propriedades também contribuíram para o início de uma fase de declínio, agravada pelo envelhecimento das plantações. Por outro lado, verifica-se também o aproveitamento na compra de fazendas, principalmente por parte de profissionais mais ambiciosos, recém-instalados na Região, sem a mínima raiz nas terras do cacau, mas de fácil acesso à rede bancária e as conseqüentes facilidades de crédito. Além disso, o frágil poder de resistência dos cacauicultores ante o comércio altamente especulativo e, às vezes, até mesmo inescrupuloso, contribuiu para afastar e até aniquilar famílias pioneiras de plantadores de cacau. Tudo ocorria pela ausência de um trabalho sistemático de orientação técnica e pela pouca sensibilidade das novas gerações para com a terra (VIEIRA, 1976:87).

1.2.7. Os Elementos Humanos na Fazenda

O capitalismo constitui sistema social histórico quanto à evolução e singular realidade concreta. *Lócus* caracterizado pela incessante acumulação de capital (WALLERSTEIN, 1999). A expansão do capital depende da incorporação da força de trabalho, venda da capacidade física e mental do assalariado age no sentido de garantir a própria reprodução e intensificar a acumulação. No processo de trabalho o operário conserva os meios de produção, reproduz seu próprio valor e proporciona capital adicional – mais valia ou excedente. A lei da produção capitalista expressa relação estreita entre capital, acumulação e salário. A reprodução do sistema acarreta incremento da riqueza ou capital social e população

trabalhadora supérflua, ultrapassa as necessidades de expansão do capital – incremento na produtividade do trabalho (MARX, 1985).

No tocante às relações sociais de produção existentes no interior das pequenas e das grandes propriedades, não há como negar as desigualdades, constituindo duas formas de produção distintas. O Diagnóstico Socioeconômico das Regiões produtoras de cacau identificou nuances, envolvendo as cadeias produtivas dos produtos explorados no sul e sudeste baiano. O diagnóstico apresenta dados relevantes acerca da natureza da força de trabalho utilizada tanto pelas unidades de produção familiares quanto pelas unidades tipicamente capitalistas presentes na região cacaueira. Entre as empresas capitalistas o trabalho assalariado representa 91,42% da força de trabalho global. (CEPLAC, 1976:34).

As unidades familiares mostram um emprego ínfimo de trabalhadores assalariados (4,07%), sendo a maioria destes de assalariados temporários (88,57%). Nota-se, por outro lado, que 20% da força de trabalho de familiares trabalham para terceiros, representando ponderável componente de proletarização. A ocorrência deste fenômeno serve para relativizar qualquer ilusão taxativa de um progresso econômico linear e geral da pequena produção familiar no cacau. (ARAUJO, 1979: 12). A Região possui 9.172 propriedades com até 20 hectares (Quadro 2). De acordo o tipo de exploração dessas pequenas fazendas (quadro 3), apenas 6.491 delas produzem cultivos típicos do pequeno produtor, significando 70% do total dessas propriedades serem exploradas por minifundiários, representando a exploração de agricultores familiares numa proporção de 31% do total de propriedades da Região.

Entre as empresas capitalistas o trabalho assalariado representa 91,42% da força de trabalho global. Interessante constatar que os trabalhadores permanentes correspondem a 62,18% do contingente de assalariados, contra 37,82% de trabalhadores temporários. CEPLAC, (1976:36). O perfil vem caracterizar o predomínio do capital produto em mãos de poucos possuidores do grande patrimônio regional, a terra, demarcando assim, as classes sociais pela posição que ocupam na divisão social do trabalho ou processo produtivo. A burguesia ou a classe dominante no sul da Bahia é o segmento proprietário dos meios de produção, explora trabalho assalariado, apropria-se da mais valia ou excedente social gerado pelo contingente de operários absorvidos pelo mercado de trabalho. A classe proletária ou trabalhadora depende da venda da força de trabalho para garantir a produção e reprodução, subsistência e reposição de trabalhadores (MARX, 1985).

Os pequenos produtores familiares expropriados pela concentração fundiária encontram como destino reprodução nos espaços marginais à exploração cacaueira, assalariamento nas fazendas de cacau ou êxodo para regiões de atração. O avanço da grande propriedade provoca persistente deslocamento e dispersão da pequena produção pelo espaço estudado. Parcela deste contingente constitui o operariado exigido pela cacaucultura (AFONSO, 1991:19).

Baixos salários e precárias condições de trabalho observadas nas atividades urbanas se devem em boa parte ao potencial de mão-de-obra de reduzido custo, na qual o campo oferece e concorre no mercado de trabalho, deprime o preço da mercadoria força de trabalho (PRADO JÚNIOR, 1987:74). O minifúndio torna-se refúgio fornecendo emprego ou subemprego com

níveis decrescentes de renda aos trabalhadores. Aumento da densidade demográfica do minifúndio e diminuição da unidade produtiva acelera a migração (CHONCHOL, 1989:63). Superpopulação e subemprego no meio rural resultam da distribuição desigual da propriedade da terra, produz exército de reserva de trabalhadores ao impedir a aplicação de métodos intensivos de exploração do solo (SINGER, 1988:34). O sul da Bahia apresentava a maior taxa de turnover do Estado com a chegada ininterrupta de grupos de trabalhadores advindos das Regiões brasileiras sofrendores com as secas, podendo inferir ser uma atividade de atração permanente de trabalhadores sem qualificação, portanto com o perfil de salários reduzidos, em relação à oferta proporcional dessa força de trabalho, que era contínua, pois ao cacau em qualquer época do ano, o trabalhador era o recurso mais importante para a sua produção, bastando ser jovem e forte.

Os produtores de cacau na onda do movimento associativo dos trabalhadores e no afã de institucionalizarem a representação da classe criam os Sindicatos Rurais, cuja iniciativa recebeu importante adjutório da CEPLAC, dispensando valores significativos para a construção das sedes dos Sindicatos na Região. A decisão promoveu a edificação de mais de 80 prédios para funcionamento dos sindicatos de produtores nas cidades sobre a influência do cacau. Nesses sindicatos, se instituiu a figura do Presidente eterno, pois o sistema de revezamento era precário, havendo exemplos de sindicatos em que a diretoria permaneceu por mais de 30 anos, só revezando posições entre o grupo que fazia parte do enclave.

A crise da vassoura de bruxa promoveu o abandono dos sindicatos³² e das propriedades e a conseqüente dispensa do trabalhador da cacauicultura. Em tais circunstâncias é que o INCRA, estimulado por movimentos sociais desapropriou fazendas de cacau para inserção de trabalhadores, antes dispensados venham a se tornar, o que antes era inconcebível, proprietário de uma gleba de terra para produzir além do cacau, outros cultivos de subsistências da própria família, se constituindo em agricultores familiares³³.

³² Este pesquisador visitou diversos municípios da Região para identificar a situação dos Sindicatos Rurais Patronais e de Trabalhadores. Em apenas um deles encontrou o Presidente na sede da entidade com quem conversou sobre a situação da cacauicultura e da causa associativista da Região. Os demais se encontravam fechados, alguns a mais de 05 anos, dois deles se encontravam sem telhado, sem portas, como se estivessem em reforma, ao contrário, serviam apenas como residência de moradores de rua. Em um caso, a sede de um Sindicato de Trabalhadores era a própria residência do Presidente, pois a sede da entidade se deteriorou, estando próxima a desabar, não havendo recursos para reforma da mesma.

³³ “A vassoura de bruxa é a madrinha da reforma agrária aqui na região”, define Júlia Oliveira, coordenadora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag-BA). Prova disso é que, dos 113 assentamentos localizados naquela área, onde residem aproximadamente seis mil famílias, a esmagadora maioria foi criada na década de 90 em grandes fazendas abandonadas por proprietários descapitalizados. Justamente porque o principal gasto para fazer a manutenção de uma roça de cacau e, conseqüentemente, o melhor remédio para combater a vassoura, ainda é a mão-de-obra. Mas isso os assentados têm de sobra. “A agricultura familiar tem tudo para fazer com que a cacauicultura possa se reerguer numa outra base econômica”, analisa Fernando Vargens, do Incra. (Gazeta Mercantil, 12/04/95 em A Saga do Cacau).

1.2.8 As novas relações de trabalho na Região

A incidência da vassoura de bruxa culminou e agravou a crise da cacauicultura, promoveu o abandono de propriedades, havendo casos de proprietários entregarem a fazenda em troca de encargos trabalhistas a grupos de trabalhadores vinculados há muito tempo em suas terras. Houve, portanto, dispensa em massa dos operários rurais até então ligados às fazendas de cacau da Região, mas por outro lado, era um patrimônio construído com sacrifícios ou herdado por famílias de tradicionais produtores, teria de prolongar a atividade, mesmo com as limitações criadas pela doença do cacauzeiro no Sul da Bahia. Assim, essas dificuldades foram cruciais para se transformar as relações trabalhistas nas fazendas de cacau, como alternativa para manter a propriedade produzindo teria de encontrar um método motivador para o trabalhador fixado na atividade, esse método mudou completamente as relações de trabalho, agora de empregado o operário passava a sócio, na qualidade de parceiro da produção.

O sistema de parceria tomou vulto na Região, vindo a ser a forma mais condizente para manter a fazenda viva, e com um número ideal de famílias para dar conta dos trabalhos de manutenção da lavoura, notadamente, a eliminação da vassoura e clonagem dos cacauzeiros velhos para dinamizar a produção despencada em 2/3 da sua série histórica.

A relação constituída com esse modelo de produção divide as responsabilidades entre proprietário e parceiro. O resultado da produção, deduzido os gastos com insumos aplicados, sendo o produto dividido em partes iguais, equivale ao modelo utilizado universalmente nas fazendas da Região. O proprietário se livra dos encargos sociais da contratação do trabalho, e o trabalhador se posiciona também como produtor, apostando na melhoria da renda, mesmo perdendo os direitos trabalhistas, mas mantendo-se ocupado no ambiente em que está adaptado.

Com o método de relação de produção constata-se a ampliação do absenteísmo do proprietário, entregando a responsabilidade da condução da fazenda ao parceiro ou parceiros, escolhendo um deles para fazer o papel de gestor das atividades do lugar, enquanto continua residindo fora da propriedade. Apesar da diminuição do padrão de vida e das condições adversas das iniciais, o produtor, mesmo mantendo apenas o cacau como fonte de renda,

continua no mesmo comportamento de visitador do seu negócio, mesmo com a mudança de status com a crise.

Com esse sistema e na condição de meeiro da produção de sua propriedade, o ranking de produção da cacauicultura foi alterado significativamente, pois mesmo a fazenda mantendo a mesma área ou até ampliada, não se mantém a produção do passado. Proprietários antes classificados como grandes ou médios se transformaram no momento atual em médios e pequenos produtores, modificando completamente o ranqueamento considerado pela CEPLAC, levando em conta o tamanho da área.

1.2.9 Externalidades da Economia Cacaueira

A economia cacaueira proporcionou uma riqueza regional, cujos limites abrangeram 70 municípios durante a sua existência dependendo do cacau como patrocinador. O poder público estadual e o regional tiveram as suas receitas atreladas a renda gerada pelo produto. O ICMS é o tributo municificador dos recursos para esses poderes. A União se beneficiava através das taxas de exportação e de IPI, geradas pelo cacau. Além das receitas tributárias tidas generosas para o Estado, o cacau teve a capacidade de irradiar a sua riqueza pelos municípios formadores de patrimônios valiosos representados pelas fazendas, a capacidade de gerar empregos e de fixar fatia preponderante da população no meio rural e de estendê-la no meio urbano, cujo comércio tinha nos trabalhadores parte considerável de consumidores. O quadro 9 representa a riqueza da Região e a sua variação, de acordo o impacto da principal crise, que a abateu.

O quadro 9 demonstra o desempenho da economia regional no período 1980-2008, indicando a relação entre o ano de 1991 comparada a 1980 ser de crescimento negativo (-0,84%) no total da produção dos municípios da microrregião.

Quadro 9. Produto Interno Bruto da Região Cacaueira da Bahia. Período: 1980 a 2008.

Municípios	PIB 1980	PIB 1991	PIB 1996	PIB 2004	PIB 2008
Ilhéus	823.078	844.046	779.100	1.464.765	1.632.810
Itabuna	460.864	538.156	530.501	1.308.336	1.945.414
Demais Municípios	1.252.075	738.648	554.844	2.003.264	2.673.365
TOTAL	2.536.017	2.120.850	1.864.445	4.776.365	6.251.589

Fonte: IBGE. Elaboração: Mendes Costa, F. Valores em R\$ 1.000,00

O comportamento se deve a queda de produção de cacau, a partir de 1988, quando a vassoura de bruxa se instala na Região provocando baixa importante no volume do produto. Os municípios de Ilhéus e Itabuna foram menos prejudicados, porque já mantinham os setores

industriais e serviços em crescimento. Em contrapartida, arrefeceu o efeito da perda com o cacau. Os demais municípios, dependentes exclusivos da cacauicultura sofreram demasiadamente com a queda de produção.

No período 1996-1991, a posição se mantém em fase decrescente, (-0,88%) dessa vez, toda a Região vê o seu produto se despencar, até os dois principais municípios são alcançados pela crise. É nesse período que a vassoura de bruxa provoca drástica redução na produção de cacau, situação no qual todos os setores são afetados, não havendo compensação dos setores urbanos (indústria e serviços) para atenuar a defasagem promovida pelo cacau.

Nos períodos 2004 e 2008 a Região encontra alternativas de produção, mesmo a partir do cacau começando a reagir à doença instalada, os produtores fazem o controle da vassoura de bruxa, clonando os cacaueiros, os preços internacionais reagem, enfim a conjuntura começa a auxiliar a Região. Ilhéus e Itabuna ampliam as suas áreas de serviços, onde a educação, a saúde e o comércio são impulsionados, reagindo e compensando a falta do cacau como o grande propulsor da economia regional. Assim, observa-se o PIB da Região tomando rumos ascendentes e aliviadores da crise agudizada na década anterior. O setor serviço se organiza como a alternativa capaz de diminuir o espaço deixado pelo cacau e historicamente como a base de sustentação do sul baiano. O quadro 10 especifica o PIB por setores, demonstrando individualmente a força de cada um na formação da riqueza produzida na Região.

Quadro 10. Demonstrativo do PIB Setorial da Microrregião Ilhéus-Itabuna

Municípios	1980			1991			1996			2004			2008		
	Agropec.	Ind.	Serv.	Agropec.	Ind.	Serv.	Agropec.	Ind.	Serv.	Agropec.	Ind.	Serv.	Agropec.	Ind.	Serv.
Ilhéus	699.616	41.154	82.308	422.023	253.214	168.809	194.775	272.685	311.640	366.191	439.430	659.144	408.202	489.843	734.765
Itabuna	391.735	23.034	46.086	226.025	107.631	204.499	106.100	159.150	265.250	195.250	457.918	654.168	194.541	583.624	1.167.249
Demais Municípios	997.724	63.037	191.323	558.453	138.101	142.094	390.207	27.847	136.781	1.201.958	100.167	701.142	1.604.019	133.668	935.678
Total	2.089.075	127.225	319.717	1.206.501	398.946	515.402	691.092	459.682	713.671	1.763.399	998.512	2.014.454	2.206.762	1.207.135	2.837.692

Fonte: IBGE/SEFAZ, Bahia. Elaboração: Mendes Costa, F. Dados da evolução do produto em R\$ 1.000,00.

O quadro 10 compara o PIB por setores de produção, visando demonstrar a influencia do cacau na composição do produto na Região. Observa-se em 1980 o PIB Agropecuário representando 82,4% do PIB total da Região. A cacauicultura é preponderante na formação da riqueza. Demonstrando os outros setores da economia regional como ainda tenro pouco influenciando na composição do produto da área.

Para o ano de 1991, o PIB agropecuário tem uma queda de 42,3% em relação à década de 80, já indicando a influência decisiva do cacau na formação do setor. Com a crise, a queda de sua produção foi determinante na descensão do produto agrícola regional.

Para o ano de 1996, o PIB agropecuário continua caindo, representando menos 43% em relação ao período anterior. Nesta década quando o cacau beira o “fundo do poço”, além

de baixa produção, os preços atingem os mais baixos níveis na Região. É o período quando a crise se aprofunda e as políticas de apoio a cacauicultura são ineficazes para a conterem, se avolumando e deixando o produtor de cacau sem condições de manter a lavoura em condições de se realavancar.

O ano de 2004 começa a aliviar a situação caótica da lavoura. Os preços começam a subir, motivando o produtor a melhorar os tratamentos culturais em busca do aumento da produção e produtividade. A partir desse período, as políticas públicas auxiliam na alavancagem da economia regional, através da clonagem e da aplicação de insumos na cacauicultura. Assim, a produção inicia sinalizando o crescimento do produto regional.

O ano de 2008 demonstra não somente o crescimento do setor agropecuário, mas, sobretudo o setor Serviços, paritariamente alcançam grandes índices de crescimento, demonstrando os serviços de educação superior, saúde especializada, comércio (Shopping Center Jequitibá em Itabuna) e lojas especializadas nas duas cidades melhorando significativamente o volume de negócios de consumo da Região. Mesmo com o crescimento do Setor Serviços, o Agropecuário se mantém como a segunda forma de criar riqueza na Região, conforme demonstra o quadro 10 entre os valores formados pelos citados setores.

Há de se concluir, portanto, que a historiografia relatada denota inicialmente o interesse da Corte portuguesa, depois do governo baiano como indispensável e estimulador para a implantação e expansão do cacau no sul da Bahia, até então território detentor de fortes condições edafoclimáticas ideais para difusão de cultivos típicos de exportação. A formação da cacauicultura se tornou um processo diferenciado de outras monoculturas predominantes na formação dos ciclos brasileiros. Inicialmente, pelo produtor de cacau ter ficado até essa fase (1830-1960) distante de um modelo tecnológico de produção mais dinâmico. O cacau, dependente da exclusividade da mão de obra como fator predominante, o insumo de produtividade ficou creditado a poucas práticas agrícolas manuais, que reagiam na planta tão somente com a força da natureza, garantindo a sua rusticidade ao ambiente e multiplicação nos quadrantes do sul baiano. O utilitarismo também foi determinante na instalação de conflitos pela posse da terra e da economia criada pelo cacau. A capacidade da planta do cacau em atrair novos plantadores proporcionou naturalmente o processo aventureiro incorporado ao cultivo para surgimento desses conflitos em plena fase de expansão do cultivo na Região, situação criadora de grandes interesses e vastos envolvimento particulares de investidores, quanto de políticos e do Estado, notadamente na fase do governo Imperial.

O advento da República foi preponderante para expansão da cacauicultura, notadamente com a conformação da figura do coronel, que assumiu o poder regional, como mecanismo de substituição da presença do Estado federal nos municípios, constituindo uma troca de favores políticos, quando o coronel representava a força eleitoral em benefício da nova forma de governo e da política regional e nacional. Foi assim, que o sul da Bahia prosperou na fase inicial da sua colonização, através da cacauicultura. O coronel foi ao mesmo tempo uma figura real e lendária, marcadamente quando decantado pela literatura regional, que o tornou um símbolo do espírito aventureiro e expensor da lavoura cacaueira baiana.

O cacau influenciou decisivamente para a conformação da economia baiana e formou uma burguesia representada pelos exportadores, banqueiros, comerciantes e grandes produtores, que equivocadamente aplicaram seus excedentes em atividades fora do Estado e da Região ou em setores, que a reprodução não proporcionou os resultados almejados como alavancadores do crescimento da economia regional.

A partir da CEPLAC são incentivadas novas práticas com o uso de insumos e equipamentos agrícolas, que melhoraram a produtividade, bem como a ampliação da área plantada, mesmo em regiões periféricas, de solos não férteis, mas de fácil adaptação ao cultivo. O individualismo como opção para surgimento da concentração da riqueza gerada, através de métodos ortodoxos de condução da lavoura, além da mais valia obtido em detrimento da força de trabalho. Também há de se creditar ao coronel do cacau a formatação de uma sociedade, cujas relações criaram um território potencializador de uma cultura calcada no enriquecimento e no esbanjamento, tão bem decantada pelos grandes escritores regionais.

No período relatado, a cacauicultura no imaginário do produtor se pontificou como uma riqueza inexorável e carro-chefe eterno da economia baiana. Apesar da liderança econômica, o surgimento da liderança política na figura do coronel do cacau, não o tornou líder estadual, a sua influência se circunscreveu ao território dos municípios sul baianos. O coronel se contentou a ser chefe da esfera meramente urbano-rural sob a influência das suas propriedades, o poder estadual estava distante das suas pretensões pessoais e políticas, fato que determinou o distanciamento histórico da Região do poder político estadual e federal.

O perfil traçado da Região oferece significado importante para situar a cacauicultura como algo inexorável a vida de Ilhéus e Itabuna como pólo de convergência de um território, que teve a sua formação e sobrevivência por grande período (200 anos) sustentado num único produto, podendo ser distinguido como exemplo raro na descrição historiográfica da formação econômica brasileira, exemplo de uma monocultura predominar como principal e única riqueza por tanto tempo numa mesma área geográfica. Esta caracterização serve também para oferecer mais significado a análise de toda a trajetória e os pontos de fortalecimento da lavoura, bem como a sua fragilidade, diante de fatores endógenos e a influência decisiva da exogeneidade no desempenho da economia regional, sob o reflexo do cacau.

Na segunda parte desta seção, os dados populacionais são uma amostra da influência e da consequência do cacau como efeito catalisador para o equilíbrio da economia regional. O fluxo migratório promovido pela atual crise demonstra como a débâcle da economia foi primordial para redução da população regional. A distribuição de terras, o uso e as desigualdades da distribuição e a posse do solo na Região demonstra a diferença da sua ocupação das demais regiões baianas, apesar da decantada concentração da riqueza gerada pelo cacau, na prática a concentração da posse da terra foi a mais democrática, pois a maioria das propriedades é formada pelas pequenas fazendas de cacau, que após a crise promovida pela vassoura de bruxa se transformaram em agricultura familiar, onde são produzidos outros cultivos como atividades principais.

As relações sociais nas propriedades e como tal no seio da sociedade regional estarão representadas pelo perfil dos recursos aplicados na lavoura do cacau, o produtor, o gerente ou

capataz, o trabalhador, enfim, a pessoa humana envolvida diretamente na condução do negócio cacau na Região.

O surgimento dos Sindicatos de Trabalhadores na década de 50 já dava mostras dos conflitos trabalhistas na Região. Foi uma iniciativa, cujo exemplo demonstrava a conexão existente entre as lideranças trabalhistas com os acontecimentos políticos nacionais. A Região respondeu imediatamente ao apelo governamental como mecanismo para fortalecimento do associacionismo agrário sindical, que se mostrava frágil e no nordeste quase inexistente. Havia urgência na melhoria das relações entre capital e trabalho, quando a mão de obra era colocada numa posição de servir sem a valorização do seu papel na formação da riqueza no agribusiness nacional. O Sindicato Rural patronal surgiu a reboque dos trabalhadores, a sua criação deu origem a melhor representação política do produtor. A criação do Conselho Nacional dos Produtores de Cacau foi consequência do amadurecimento do papel dos Sindicatos Rurais, que transigiram da CEPLAC apoio financeiro para edificação das sedes em todos os municípios da Região. Ressalta-se que a maioria dessas entidades, tanto patronal, quanto a de trabalhadores se encontram fechadas, houve abandono por suas instalações, remetendo a que se identifiquem como inativas.

As Relações Sociais do Fazendeiro com a propriedade, independente do tamanho da propriedade ou da produção demonstra ser a cacaucultura uma atividade não exigente da presença do dono para a sua administração, normalmente entregue a terceiros, que num sistema de confiança recebia as orientações a distancia. O produtor era ausente à rotina das atividades desenvolvidas na fazenda, o que caracterizou o absenteísmo contumaz nas decisões do negócio agrícola regional. Não obstante o fato da ausência como variável marcante, o analfabetismo predominou na maioria dos produtores de cacau, o que pode indicar muito das mazelas ocorridas no desempenho da economia regional.

A característica principal da lavoura cacaueira é a sua capacidade aglutinadora de mão de obra, tanto direta e indiretamente. Quando o cacau era o carro-chefe da economia regional as fazendas reuniam ao seu redor uma população rural importante, chegando a ostentar até 70% dos habitantes da Região residindo no meio rural. Há de se notar que mais de 90% da força de trabalho utilizada na lavoura se dava na modalidade de assalariado, que se dividia entre trabalhadores permanentes e temporários. O pequeno produtor na sua maioria, quando utilizava o assalariamento, o fazia de forma temporária, chegando em determinadas épocas do cultivo se tornar também trabalhadores das grandes propriedades. O que quer dizer, podia ser patrão e também operário da modalidade temporária.

Em razão da catástrofe econômica e financeira das fazendas de cacau, muitas delas foram abandonadas, algumas entregues aos trabalhadores em troca de direitos trabalhistas devidos. A maioria dessas propriedades ainda sob a posse dos seus proprietários é explorada em parceria com ex-capatazes e ex-trabalhadores, constituindo uma nova relação de trabalho na Região, o trabalhador passando da posição de servidor para sócio de um negócio, antes o mais cobiçado para quem tinha a meta de se tornar um rico nas plagas sul baianas.

A capacidade do cacau externalizar benefícios para a economia regional foi demonstrada, através da riqueza gerada. Os dados do PIB demonstram a potencialidade do

produto, principalmente quando era base de fomento da Região. Observa-se que o impacto da crise vai desembocar durante os 15 anos após a introdução da vassoura de bruxa, acontecendo a retomada da riqueza com a introdução de investimentos notadamente no setor terciário (comércio, educação e saúde), que por outro lado, também alimentou a melhoria do setor agropecuário, que a partir de 2004 vem dando sinais de reabilitação. No dizer de Hirschman (1958) o desenvolvimento é uma cadeia de desequilíbrios e que a escassez induz novos investimentos, criando novos desequilíbrios. Em outras palavras, a solução de um gargalo faz a economia crescer bruscamente, criando novos gargalos em outros setores. Assim está acontecendo com a economia sul baiana, que para compensar a economia do cacau encontrou no setor serviços esse gargalo, que o autor indica.

CAPITULO II

2. AS POLITICAS PÚBLICAS E SEUS IMPACTOS PARA A CACAUCULTURA, O ESTADO E AS INSTITUIÇÕES.

Este capítulo apresenta o papel das políticas públicas, tanto federais e estaduais na manutenção da cacauicultura do sul baiano, estudadas pela importância como debeladoras de crises, tornadas cíclicas no desempenho da economia regional e estadual. O estudo demonstra as relações do poder político regional ao estadual e federal, que a tornaram dependentes da ação pública para dirimir os enclaves surgidos com as sucessivas pendências, em razão do empirismo dominante na produção regional.

Além do tradicionalismo marcante em termos produtivos, também a prática exclusivamente regional de fazer política para dentro³⁴, isolou cada vez mais o sul baiano das decisões centrais do poder nacional, levando a liderança da lavoura a mendigar ações do estado para atender a Região, cuja luta desesperada levava longos anos até sensibilizar o governo a atender as causas da cacauicultura.

A razão da implementação de políticas governamentais em benefício da lavoura cacauera pode-se creditar a importância do cacau como gerador da entrada de valiosos recursos financeiros para a Região produtora, bem como o promotor do maior aporte de contribuição tributária para os cofres do tesouro estadual, além da sua influente participação no equilíbrio da balança comercial brasileira.

³⁴ Entende-se como fazer política regional para dentro, a natureza da irrelevância dada a formação de bancadas legislativas com deputados da Região ou comprometidas com ela. É uma prática regional a população em anos eleitorais se envolver somente com a eleição de prefeitos. Como se uma herança do coronelismo, quando o sistema político se caracterizou circunstancialmente local.

O fato de ser um produto de exportação e o mercado controlado pelos compradores, passa a ser um bem, cujo retorno depende essencialmente dos interesses do cartel, que administra as compras nas Bolsas de Mercadorias sediadas no exterior, tornando-o refém dos preços estabelecidos pela demanda. Essa condição, aliada a ausência tecnologia de produção fortalecia o surgimento de crises, que se tornaram repetidas e cada vez mais potentes, deixando o setor produtivo sempre mais debilitado. Pela magnitude que as crises se apresentavam, o governo era convidado a intervir para determinar o reequilíbrio da economia baiana e regional, que eram dependentes do cacau.

Assim, as políticas públicas efetivadas em favor da cacauicultura se notabilizaram pela abrangência de amparo ao sistema envolvendo toda a cadeia produtiva do cacau. Para concretizar as ações do Estado no sul da Bahia duas experiências tiveram impactos para a expansão da lavoura cacaueira, a primeira com o advento do Instituto de Cacau da Bahia – ICB, pelo governo baiano em 1930, cuja trajetória de ações se circunscreveu a apenas 20 anos, quando mais uma vez a economia cacaueira se desmorona em razão de fatores tecnológicos, de mercado e da fragilidade do órgão. A segunda intervenção governamental na busca do equilíbrio do complexo sistema do cacau foi proporcionada dessa vez pelo governo federal. Para atender as reivindicações da lavoura lança o Plano de Recuperação, que pela sua dinâmica funcional veio a se constituir na mais aperfeiçoada política de amparo a um cultivo permanente no país, a criação da CEPLAC em 1957.

A montagem do arcabouço organizacional e institucional pertenceu a propósitos considerados positivos pelos resultados auferidos, cujas externalidades tiveram impactos nos índices de crescimento da produção, no aumento da capacidade de atração da massa de trabalhadores no cultivo e no meio rural, na concentração da riqueza, na organização social, na estrutura de poder, nas relações sociais.

A CEPLAC instituiu diversos Planos de Ações, considerados como políticas da política mãe. Esses planos ou programas surgiram por consequência do reforço que as principais ações demandavam para evitar que novas crises viessem a afetar a lavoura do cacau. Ressalta-se, que o Refinanciamento de dívidas em 1971 e o PROCACAU em 1976 foram políticas de eficácia comprovadas. Na análise dos impactos das ações da CEPLAC ainda na década de 70, se observa o estímulo a implantação de um Polo de Manufaturas para o cacau com sede na cidade de Ilhéus, apenas para evitar a exportação de amêndoas, porém sem retornos benéficos para o produtor, cuja medida passamos a denominar de Industrialização Tardia do cacau no sul da Bahia. Com o advento da doença vassoura de

bruxa, o Programa de Rebaixamento de Copa do cacau para conter a enfermidade foi um desastre para a cacauicultura baiana, cujo principal impacto foi a destruição de milhares de hectares do cultivo e o endividamento do produtor. Já o Programa de Baiano de Tecnologia Apropriada vem tendo pouca eficácia na reestruturação da lavoura do cacau.

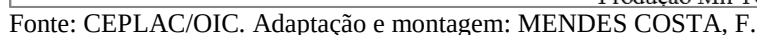
A análise dessas políticas será contextualizada de acordo a cronografia de sua promulgação.

2.1 Políticas Públicas do Cacau

As interferências do poder público aconteceram por duas razões, uma pela crise de preços e outra por queda de produção, fatos redutores de arrecadação para o Estado. Mesmo a produção estando em ascensão, os preços praticados no mercado não compensavam os investimentos, períodos em que os custos de implantação da lavoura eram altos e a inflação reduzia a possibilidade do lucro do produtor. Período em que a lavoura cacauí se inviabilizava como atividade econômica capaz de restituir o investimento e a sua própria manutenção. Verifica-se também, que o propósito do produtor era suplantando os preços com a expansão de áreas de produção, porém sem o patrocínio de tecnologia, situação determinante de duas crises responsáveis por acelerar os problemas enfrentados pela lavoura. Momentos cruciais, que demandaram o socorro do patrocínio do Estado, atendidos via políticas de criação de programas, trazendo no seu bojo linhas de créditos e de tecnologias para garantir o progresso da cacauicultura como atividade mantenedora da economia regional e fonte de tributos estaduais e federais. As políticas eram amparadas em estruturas organizacionais dotadas de recursos financeiros e humanos capazes de operacionalizarem ações transformadoras na Região produtora.

Há uma correlação entre as políticas públicas promulgadas para a Região Cacauí e o desempenho da cacauicultura em termos da produção durante a trajetória produtiva do cacau no Sul da Bahia. O gráfico 2 apresenta os períodos em que essa relação aconteceu, ratificando a ideia de que a importância do cacau para a Bahia e para o Brasil foi fator decisivo para intervenção do Estado no equilíbrio de crises constatadas, conforme o gráfico 2 mostra e descreve nos itens a seguir:

Gráfico 2. Políticas Públicas e Comportamento da Produção de Cacau



Essa crise teve forte repercussão na região do cacau, traduzida pela violenta queda dos preços e limitação na quantidade exportada, revertendo a condição de riqueza dos anos anteriores desorganizando a cacaucultura, que se desestruturou plenamente frente a essa nova realidade. Este momento de crise, com falências e produtores endividados gerou uma série de reivindicações dos produtores de cacau por políticas de apoio à lavoura. Foi apenas o marco final de uma crise desenrolada desde a segunda década do século. A região reclamava por modernização na produção, também de normatizações comerciais e financeiras, incluindo a oferta de crédito agrícola.

69

Arthur Neiva, Interventor do Estado da Bahia, confiar a questão ao então Secretário da Agricultura do Estado, Ignácio Tosta Filho, um entusiasta da cacauicultura³⁵.

Pode-se atribuir a decisão política do governo brasileiro (Governos Estadual e Federal) de instituir o Programa de Recuperação da lavoura cacauieira, através da criação de um órgão de assistência, à determinação dos produtores, mesmo após dois anos de crise, enfim estabelecer uma política pública para amparar os problemas do cacau³⁶. Para Diniz e Croco, (2006:16) é possível observar uma clara transição dizendo respeito às políticas de desenvolvimento regional, pois até meados da década de 1970, as políticas regionais eram do tipo *Top-Down*. O desenho das políticas regionais centradas na estrutura *Bottom-up*, focado na produtividade endógena das economias regionais e locais era exemplo raro no Brasil, quando a Região cacauieira demonstrava ser este um exemplo no nordeste ao saber transigir e convencer o governo a intervir com ações imediatas e benéficas para a lavoura do sul baiano³⁷.

2.1.1 A criação do Instituto de Cacau da Bahia

A crise da lavoura cacauieira, em parte desencadeada pela quebra da Bolsa de Nova York, mas, sobretudo do baixo conhecimento das técnicas de cultivo, as plantações envelhecendo, os solos se exaurindo, o baixo beneficiamento das amêndoas, e as dificuldades de comunicação compunham um glossário de problemas enfrentados pela cacauicultura. Graças à influência pessoal do Secretário junto a políticos e governantes, o Governo do Estado em convênio com o governo federal cria o Instituto de Cacau da Bahia- ICB, em 1931³⁸. No entendimento de Sá Barreto, (2001:260) a criação desse órgão foi tratada a partir

³⁵Mediu, finalmente, o Governo Federal a responsabilidade que adviria de sua indiferença aos reclamos dos produtores de cacau, e, em boa hora, firmou o convênio, já em vigor, que garante ao Instituto de Cacau da Bahia, durante o período de 2 anos, amplos recursos técnicos e financeiros para a defesa do cacau, que não poderia ficar à parte, como um dos esteios de nossa economia interna.(NEIVA, 1931).

³⁶ É impossível dissociar a palavra “crise” da história do cacau. Como toda commodity, ele sempre foi refém do temperamento intempestivo dos mercados internacionais. O crack da bolsa de Nova York em 1929 representou o primeiro golpe na economia agroexportadora da Bahia. Naquela época, os coronéis estavam em pleno apogeu, até que os problemas internos dos Estados Unidos – então os maiores importadores e amêndoas brasileiras - desesperaram fazendeiros acostumados a acender cigarros em notas graúdas de dinheiro. Como medida de socorro, o governo federal autorizou a criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB), uma espécie de cooperativa que ajudava no financiamento e na comercialização das safras, dois anos após o incidente que abalou as estruturas norte-americanas. (Gazeta Mercantil, 1995:7).

³⁷ Para definir redes de política como o resultado da cooperação mais ou menos estável não hierárquica entre as organizações – e/ou indivíduos – que se conhecem e se reconhecem, negociam, trocam recursos e partilham, em medida variável, de normas e interesses. (Romano, Rhodes e Marsh (1992 e 1995) e Hassenteufel (1995). Assim as redes conformadas por laços institucionais, mas também por relações interpessoais, desempenhariam um papel importante na elaboração da agenda, no processo de decisão e na implementação da ação pública. (ROMANO, 2004:228).

³⁸O decreto de criação do ICB (Decreto Estadual n. 7.430 de 8 de junho de 1931) criava a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Instituto de Cacau da Bahia, “obra integral de racionalização das atividades produtivas, visando a obtenção do melhor produto pelo menor preço”. Tosta Filho divide a história do Instituto

dos impulsos evocados pela própria lavoura, quando enfim a participação dos atingidos ecoou no ambiente de decisão política.

Por ter sido o seu maior defensor e idealizador, Ignácio Tosta Filho fora nomeado como primeiro presidente³⁹. O ICB teve o objetivo de disciplinar a comercialização de cacau e fomentar a produção, incluindo todas as dimensões dos problemas relativos, desde o plantio a comercialização do cacau.

A lavoura cacaueira ansiava pelo amparo de um sistema técnico científico para defesa da atividade agrícola regional, bem como um modelo de crédito paritário a de outros cultivos nacionais, que pudesse amparar o produtor das vicissitudes da própria lavoura, a qual por excelência se diferenciava das demais monoculturas do país. O produtor reclamava por crédito hipotecário de longo prazo, a juros baixos; por monitoramento do Estado às regras da comercialização do produto, até então era explorada por firmas exportadoras, subsidiárias do grande oligopsônio instalado nas bolsas dos EEUA e da Europa; a infraestrutura necessária para o próprio desenvolvimento das regiões produtoras. Havia escassez de energia, estradas, transportes e comunicação. As reivindicações do cacaucultor incluíam desde o amparo técnico ao cultivo a obras de infraestrutura regional.

O Instituto foi a primeira importante política pública⁴⁰ representando a afirmação do apoio do Estado a uma lavoura que vinha se consolidando como a principal fonte produtora da economia baiana, capaz de devolver ao estado um lugar de destaque no cenário econômico nacional, perdido após um longo processo de empobrecimento. Tratava-se de uma autarquia estadual, regulando uma atividade realizada predominantemente no Estado da Bahia, concentradora da produção nacional. Sua atuação significava prestigiar o estado e garantir sua expressividade política no contexto nacional, além de abrir a possibilidade da reversão do quadro de crise e do retorno da Bahia a um papel de relevância na economia nacional, além de sua projeção no contexto internacional. Na primeira década do século XX, o cacau constituía o 1º produto nas exportações baianas. (TOSTA FILHO, 1933: 51)

O advento do Instituto de Cacau, como resposta à crise de 1929, mas também ao retardo do apoio governamental era imperativo para o Estado da Bahia, dependente

em duas fases. A primeira corresponde ao regime de Sociedade Cooperativa, que durou de sua criação até 1941, quando um ato do Governo do Estado o transformou em Autarquia Administrativa.

³⁹ Tosta Filho foi um grande benfeitor da região, o Instituto ele ajudou a criar, que foi uma iniciativa do Eusignio Lavigne, de um grupo daqui, de uma comissão que ocorreu ainda no governo de Washington Luiz, chegando lá Washington caiu, eles foram a Getúlio, o ministro de Getúlio facilitou tudo, eles fundaram o Instituto. Eusignio rompeu porque eles nomearam para diretor do Instituto o Coronel Eustáquio Bastos, que Eusignio achava incompetente. (Entrevista de Sá Barreto em Testemunhos para a História 2001:260).

⁴⁰ De modo geral, ainda que de forma simplificada, pode-se dizer que para a teoria da Escolha Pública as políticas públicas resultam da confrontação de interesses divergentes nos diversos mercados políticos que estruturam o sistema político como um todo. Porém, pouco se diz das regras institucionais que influenciam os padrões de interação desses mercados políticos. Ora, se as informações são assimétricas e os agentes potencialmente oportunistas, os mercados políticos operam com elevados custos de transações, isto é os custos vinculados da dificuldade de estabelecer padrões de cooperação entre os atores (North 1990, Moe, 1990). Na perspectiva neo-institucionalista da escolha racional, a importância desses custos associados aos mercados políticos depende em grande parte dos arranjos institucionais, formais e informais, que estruturam os padrões de interação entre os diferentes participantes do jogo político. Nesse contexto, as instituições políticas têm um custo para a formulação de determinadas políticas públicas. (FLEXOR & LEITE, 2006:5).

basicamente das receitas oriundas das exportações de cacau⁴¹. A intervenção do Estado foi uma decisão para atender primordialmente aos interesses do governo baiano, era imperativo para o erário não perder divisas com o desequilíbrio da lavoura cacaueira. No entender de Diniz e Croco, (2006:17) uma política promulgada para atender desejos do Estado é uma política top-down, primeiro o Estado, mesmo as consequências se estendendo a classe produtora.

O Estado precisava criar as condições estruturais de reprodução do capitalismo, implicando em financiar a infraestrutura para a produção capitalista e combater a tendência da queda da taxa de lucro média, sendo uma vocação do capitalismo, segundo Marx (1988). O estado é a principal forma de regularização das relações sociais nas sociedades de classes e se caracteriza por ser uma relação de dominação de classe mediada pela burocracia (VIANA, 2007:12)⁴².

O Instituto de Cacau da Bahia seria também a concretização do atendimento a interesses da classe produtora, que estabelecesse nova dinâmica a lavoura, através da regularidade da lógica produtiva para o aumento da produção do cacau. Celso Furtado conceituou o desenvolvimento do ponto de vista das características da acumulação de capital e de inovações tecnológicas. Num primeiro momento, destaca que o desenvolvimento econômico consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção tendentes a aumentar a produtividade do trabalho, seja através de inovações técnicas, seja por meio de combinações de novos fatores. Arremata o conceito de desenvolvimento econômico atrelado fundamentalmente ao processo de acumulação de capital, que o cacaucultor não entendia, pois se assim o fizesse, a economia cacaueira independeria tanto do amparo de políticas governamentais⁴³. (FURTADO, 1972:31).

A própria lógica da crise capitalista deprimiu o interesse do capital mercantil nos anos 30 na Bahia, com o passar dos anos, naturalmente viria a se concentrar. Isso possibilitou a burguesia mercantil-financeira ressurgindo na esfera econômica, como a classe capaz de comandar o processo de desenvolvimento capitalista na Bahia. Essa classe era representada por alguns poucos e grandes grupos exportadores, bancários e industriais, como Wildberg, o

⁴¹ O momento de crise da produção em face das oscilações do mercado internacional, do câmbio desfavorável às exportações e das pragas que atacavam as áreas produtivas fazia-se necessário um esforço oficial no sentido de elaborar políticas capazes de reverter a situação adversa, apesar de estar concentrada fundamentalmente no Estado da Bahia, a cultura do cacau era vista naquele momento como uma questão de economia nacional, e não apenas baiana. *Boletim do Campo* n.58 (ano IX), de abril de 1953

⁴² O Estado capitalista não é um instrumento neutro que pode ser apropriado por qualquer classe social. O caráter capitalista do Estado se revela não através da identificação de quem está no governo, mas sim na sua essência enquanto relação de dominação de classe. A dominação de classe, por sua vez, tem como razão de ser a exploração. Isto revela a ligação entre Estado e Modo de Produção. Segundo a Escola Derivacionista, o Estado é derivado do modo de produção, o que mostra a relação indissolúvel entre ambos. Por conseguinte, em cada modo de produção existente há um estado correspondente. (Viana, 2007, apud Salama & Mathias, 1983; Carnoy, 1988).

⁴³ Furtado, defendia a participação estatal na economia, por meio de investimentos nos setores mais estratégicos e, em relação às políticas monetária e cambial, estas deveriam ser submissas aos objetivos do desenvolvimento, tanto no que se referia à participação do Estado na reforma agrária quanto na redistribuição de renda (SOUZA, 1999:218).

Banco Econômico da Bahia, o Banco da Bahia, o grupo Barreto de Araújo, entre outros. (GUIMARÃES, 1982:23).

2.1.2 O ICB como agente alavancador do desenvolvimento regional

Apesar da expressão econômica do cacau, as lideranças políticas demoraram a reconhecer o seu valor. Como consequência, os investimentos do Estado em obras de infraestrutura na região da lavoura eram pequenos. O crédito rural também era precário, apesar da atuação de grandes bancos na região. Os atendimentos se davam em caráter emergencial, de atendimento aos produtores em dificuldades financeiras. Em longo prazo, oferecer à lavoura apoio permanente de caráter técnico, financeiro e de infraestrutura, visando lançar as bases para um desenvolvimento duradouro da região do cacau era a missão do órgão recém criado. (TOSTA FILHO, 1933: 18).

Com a constituição de uma sociedade de caráter cooperativo, o ICB tentava por em prática uma política de promoção da lavoura cacaueira e de atendimento aos legítimos interesses dos lavradores. Visava também melhorias técnicas, aproveitamento de subprodutos e ao fomento de outras culturas e indústrias. Os recursos com que contou o ICB procederam em grande parte, da própria cultura do cacau (cotas calculadas sobre o valor da propriedade e taxa de Cr\$ 2,50 sobre cada saco exportado da Bahia). Os serviços prestados pela carteira hipotecária do ICB, nesses primeiros anos, conseguiram minorar os efeitos da grande crise. (CEPLAC, 1976:39).

O objetivo pioneiro do ICB era de construir uma aparência de modernidade e de desenvolvimento. A falta de infraestrutura exigia ações rápidas, tudo estava a fazer, pois as dificuldades estruturantes ocasionavam sérias limitações, tanto do lado produtivo, bem como de toda a cadeia regional, que perdia renda com a qualidade do produto. Modernizar a região do cacau por duas vertentes, a primeira pelo lado da produção, que por falta de assistência técnica os níveis de produtividade da lavoura eram baixos. A segunda pelo lado social, marcada pelas intrigas e violências patrocinadas pelos coronéis, que implantaram ambiente hostil entre os produtores, aumentando a disputa pela posse de terras. Jorge Amado (1933:48) romanceou a utilização dos métodos de ampliação do patrimônio dos coronéis com o uso de jagunços e a proteção da polícia, através do método da “treita” e do “caxixe” ⁴⁴. De acordo

⁴⁴ Jorge Amado retrata a ambição por terras e mesmo cacauais no sul da Bahia, representado em sua obra CACAU, publicada em 1933: “Deus deu de herança a Caim e Abel uma roça de cacau p’ra eles dividirem. Caim que era homem mau, dividiu a fazenda em três pedaços. E disse a Abel: esse *premero* pedaço é meu. Esse do meio meu e seu. O último, meu também. Abel respondeu: não faça isso meu irmãozinho, que é uma dor do coração....Caim riu: ah! É uma dor de coração? Pois então tome: Puxou do revolver e – pum- matou Abel com um tiro só.

Tosta Filho, (1933: 28) antes do Instituto predominava a precariedade das condições sanitárias e comunicações. O ICB teria sido capaz de reverter este quadro de atraso, caracterizando a eficácia da ação do Estado corroborada pela resposta de tais medidas alcançadas no Sul da Bahia.

Outros objetivos o ICB foi construindo ao longo da sua existência, pois o Sul da Bahia se apresentava ainda numa etapa rústica, silvestre, rude, apenas 04 municípios, (Ilhéus, Itabuna, Canavieiras e Belmonte), cujas cidades reuniam a pouca presença dos serviços públicos na Região. Existiam inúmeras povoações, mas isoladas e voltadas para uma só meta, plantar e produzir cacau com métodos empíricos. Assim para fazer frente a falta de crédito agrícola e a bagunça fundiária que se instalou na Região, onde o *laissez-faire* permitia a implantação da “lei do mais forte”, o pequeno produtor era ultrajado pelos grandes, através do financiamento ganancioso e humilhante, que eram submetidos. (TOSTA FILHO, 1933: 24)

O ICB disciplinou o crédito aliando-o a assistência técnica. Para melhorar a comunicação, como também promover o progresso material da região cria a Companhia Viação Sul - Baiano para prestar serviço de transporte de passageiros em ônibus, operada diretamente pelo Instituto, para facilitar as relações dos produtores com as comunidades mais desenvolvidas com destaques para Itabuna e Ilhéus, as duas cidades líderes da área. Teve de construir armazéns e de prédios onde suas agências se instalaram nas cidades da zona cacauífera. Havia ainda a necessidade de melhorar as condições de habitação e de higiene do meio rural, cujas instalações foram alvo de financiamento especial. É quando as propriedades melhoram os métodos de fermentação e secagem das amêndoas, ajudando na classificação do cacau pelas firmas exportadoras do produto, melhorando os preços finais. (TOSTA FILHO, 1933:41-43).⁴⁵

De acordo o autor, além do mais era imperativo o estímulo e o desenvolvimento de pesquisas para a melhoria do cultivo. Para isso, reaparelhou a Estação Experimental de Uruçuca⁴⁶, de onde eram emanadas as orientações para melhoria dos tratamentos da lavoura. A Estação assumiu o lugar de um Centro de pesquisas especializado em cacau, cujos técnicos eram reconhecidos nacional e internacionalmente. Edificar armazéns e serviços de inspeção, beneficiamento, e ensacamento do produto, e atuar em sua comercialização. A concretização dos objetivos traçados desencadeou várias obras de infraestrutura na região produtora⁴⁷. O

⁴⁵ Policies constitutivas (constituent policy, Lowi, 1972) ou policies estruturadoras – Beck fala de “políticas modificadoras de regras” (Beck, 1993:17) determinam as regras do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos, ou seja, as condições gerais sob as quais vem sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias. (K. Frei, 1999:15)

⁴⁶ O Estado, através de instituições científicas, foi um fator decisivo para o desenvolvimento da agricultura no seu marcante trabalho para a expansão das monoculturas brasileiras. Monbeig, (1984:13). Após a Estação de Uruçuca, a cacauicultura foi aprimorada tecnicamente com a difusão das pesquisas na região produtora.

⁴⁷ Na fase da avaliação de políticas e da correção de ação (‘evaluation’) aprecia-se os programas já implementados no tocante a seus impactos. Trata-se de indagar os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir disso consequências para ações e programas futuros. A avaliação ou controle de impacto pode, no caso de os objetivos do programa terem sido alcançados, elevar ou à suspensão ou ao fim de ‘policy cycles’, ou no caso contrário, à iniciação de um novo ‘policy cycle’, ou seja, a uma nova fase de percepção e definição e à elaboração de um novo programa político ou à modificação do programa anterior. K. frei, 1999:19)

ICB organizou a malha viária, com a construção de 300 km de estradas, a reconstituição de 100 km das antigas rodovias. A participação do Instituto nas exportações de cacau subiu de 15,0% para 41,0% do total exportado pelo Estado na própria década da sua criação⁴⁸. (TOSTA FILHO, 1960:46).

Milhares de fazendeiros estavam escravizados a grupos de especuladores do dinheiro e do comércio, mas graças as suas ações o ICB normalizou a economia regional, deu-lhe consistência, revigoramento, foi marco do seu progresso e da sua prosperidade. De acordo Pereira Filho:

O mar de rosas, todavia durou poucos anos. Armou-se para combater o ICB, a política em função dos especuladores do mercado. A política conseguiu empréstimos para protegidos e afilhados, mal amparados com garantias dúbias. Os especuladores tramaram toda sorte de operações de concorrência desleal, até que alcançaram enfraquecer a poderosa organização. (Pereira Filho, 1959:90).

A segunda guerra mundial desencadeou nova crise em consequência da Portaria n. 63 da Coordenação da Mobilização Econômica, estabelecendo o monopólio do comércio do cacau para o ICB. Além disso, o governo americano fixou o preço teto, durante a guerra em 08 (oito) centavos de dólar por libra peso, quando realmente valia trinta centavos, o produto. Em razão da Portaria, o cacauicultor entregava o produto recebendo por conta o adiantamento ínfimo de treze cruzeiros por arroba, registrando-se prejuízos incalculáveis. O ICB não possuía condições, nem aparelhagem para receber por força de um decreto, a produção de toda a região cacauífera. Houve lavradores que jogaram o cacau no mato, que não colheram os frutos e outros que despejavam e espalhavam em ruas das vilas. Conforme Pereira Filho, (1959:92) “cenas como essas se passavam pela região cacauífera, sem as associações e a imprensa poderem reclamar, arrolhadas pelas severas censuras do estado de guerra e a intolerância do interventor Aleixo, que ameaçava mais que os bombardeios de Londres ou os ataques dos submarinos alemães”.

O Instituto de Cacau da Bahia ao penetrar na área do comércio, atingiria provavelmente o setor mais vulnerável da economia cacauífera. Divulgando os preços e fazendo operações de compra, de acordo com os mesmos, o órgão tentou impedir a especulação generalizada e caracterizada pelo comércio local. Calcula-se (Tosta Filho, 1960:8), dentro dessa política primordialmente voltada para o produtor, do preço obtido pela mercadoria na fazenda viesse a atingir cerca de 70% do valor FOB, já deduzidos os impostos estaduais e municipais, despesas de manipulação e outras. Antes de 1932, o mesmo estudioso

⁴⁸ A grande importância das exportações cacauíferas no balanço dos pagamentos internacionais do Brasil era o estímulo para a adoção de todas as providências apropriadas para melhorar quantitativa e qualitativamente a produção nacional e para aumentar a capacidade de concorrência do cacau brasileiro no mercado mundial. (ICB, 1936).

estipulava uma media entre 55 e 60%, “salvo para a pequena minoria favorecida pela sua posição social ou política, ou menor dependência financeira dos exportadores”. Ibid.

A atuação do ICB no processo de comercialização constituiu um obstáculo aos grupos, até então auferindo parcelas importantes da renda dos negócios com o cacau. O advento da segunda guerra mundial, embora tenha determinado uma diminuição da procura em face da perda de alguns mercados (Europa Central, principalmente), acarretou o início do controle do comércio do cacau, quer interna quer externamente. Para esse fim, entre os anos de 1940 e 1946 é estabelecida uma regulamentação específica sobre o assunto, destacando-se a Portaria 63 de 19.05.1943.

Essa “intervenção” não atendendo aos interesses das casas exportadoras, incentivava os negócios do chamado “mercado negro”, em virtude da limitação imposta às casas exportadoras de só poderem comprar cacau por preços fixados pelo ICB⁴⁹. (CEPLAC, 1976:40).

Alguns governos do Estado não deram a assistência precisa, não ampararam o Instituto. Ao contrário, perseguiram-no com intromissão desastrosa. Os interventores Landulfo Alves e Renato Aleixo foram os mais nefastos, os mais cruéis para o ICB. Tosta Filho, seu criador, seu organizador, foi quase levado ao calvário, experimentando terríveis decepções, imerecidas e injustificáveis. O enfraquecimento do ICB diminuiu a sua ação no cenário comercial da lavoura e no amparo econômico do produtor. Mas o trabalho moral realizado de politização da lavoura despertou no produtor o sentimento associativo, dando ao cacaicultor a noção da sua expressão, do seu poderio, imprimiu novos e definitivos rumos à política econômica da região. (PEREIRA FILHO, 1959:91).

A partir de 1952, o ICB abandona a comercialização, em virtude do desaparecimento da sua Carteira Comercial, onerada em função da falta de recursos e da desatualização de taxas e impostos, (como a permanência de Cr\$ 2,50/saco de cacau como taxa de fomento). CEPLAC, (1976:40). Com o ato de transformar o ICB em autarquia, as Cooperativas surgem como alternativa para a comercialização do cacau. A “Cooperativa Central dos Cacaicultores”, uma espécie de substituto da Cooperativa Instituto de Cacau, abriu caminho para outras, todas congregando produtores, os quais procuravam, dessa forma, diminuir os efeitos da especulação. Apesar de formada por agricultores, as cooperativas não conseguiram afastar a figura dos intermediários “menores”, que continuaram agindo principalmente junto aos pequenos lavradores (AGUIAR, 1960:194).

⁴⁹O Instituto de Cacau da Bahia foi transformado em autarquia estadual pelo Decreto nº 11.861 de 27.03.1941, ficando encarregado dos negócios externos, mediante uma comissão de 3%. A Resolução nº 25 de 10.12.1945, do Conselho Federal do Comércio Exterior, objetivando a safra de 1946/47, no entanto, não prorrogou as citadas portarias. Instituiu-se um regime entre o ICB e as antigas firmas exportadoras, rapidamente encerrado. Retomando o comércio o seu caminho anterior à guerra, o ICB e as cooperativas voltam a ficar encarregadas do processo de comercialização, juntamente com as casas exportadoras. Por esse regime misto, cabia ao ICB privativamente, fechar as vendas, sendo as mesmas rateadas entre o Instituto, Cooperativas e Exportadoras. O comércio interno, contudo, permaneceu em regime de inteira liberdade. (CEPLAC, 1976:40).

O que se apreende do Estado reverter as suas políticas foi antes o ICB ser capaz de modernizar e organizar a produção. Desta vez, o governo retira o apoio inibindo e prejudicando a sua ação para solucionar a comercialização do cacau, o maior gargalo da cacauicultura. No período de 1939-1945, as lideranças da cacauicultura se calaram, apesar do clima de guerra, que afetava drasticamente a comercialização do cacau⁵⁰ a níveis internacionais, demonstrando as intervenções da política de modernização e associativismo instalada pelo ICB não foi internalizada proficuamente pelos produtores, como também pelas lideranças políticas municipais.

A dependência do desenvolvimento dos agentes econômicos privados se revela ainda mais grave nas áreas rurais, onde o setor privado é o principal responsável pela modernização da agricultura das ultimas décadas e onde, por outro lado, a presença do Estado como agente de modernização, sobretudo através da prestação dos serviços públicos à população rural é bastante limitada. A fragilidade da cidadania rural está desta maneira relacionada à quase inexistência de uma esfera pública nas áreas rurais em que conflitos em torno da distribuição de tais recursos, pela sua própria inexistência, poderiam ser travados. (Frei, 2010:264). O autor acrescenta a sua análise o pensamento de Santos:

“O homem do campo brasileiro em sua grande maioria está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos e de se defender contra as oscilações dos preços externos e internos, e a ganância dos intermediários” (Santos, 2007a:42)

2.1.3 Crises de produção agravadas por preços baixos

O Instituto de Cacau da Bahia sem o apoio do governo do Estado entra em dificuldades institucionais, a sua administração passou a ser gestada por políticos ou por apaniguados. O órgão ancora o sistema de nepotismo e cabides de protegidos, promovendo o desvio dos seus objetivos e da sua missão maior, o de proteger a lavoura. No período 1950 a 1954, foram cheios de altos e baixos. A safra de 1950 foi de 150 mil toneladas, enquanto a seca de 1951 reduziu drasticamente a safra, promovendo uma queda para 80 mil toneladas, significando uma baixa de 47%. Uma estiagem prolongada alarmou os plantadores de cacau e destruiu muitas árvores. Em 1954, a alta nos preços veio a compensar a crise de produção instalada com a seca de 1951, o cacau alcançou a cifra de CR\$ 500,00 (Quinhentos Cruzeiros) por arroba e a produção volta a níveis anteriores, correspondentes a 150 mil toneladas. Todavia, esse preço foi uma bolha de mercado, que reagiu em razão da Guerra da Coréia, que sinalizava uma terceira guerra mundial. (TOSTA FILHO, 1960:9).

⁵⁰ Campos em Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus (2006:708) relata fatos e movimentos ocorridos em prol da melhoria dos preços do cacau, o autor narra: Luciano Magnavita, um dos mais esforçados propagandistas e defensores dos interesses da lavoura cacaueira da Bahia, telegrafava da capital, no dia 3, ao diário da Tarde, nos seguintes termos: “Aconselho lavradores não venderem cacau promovendo resistência”. É que havia vergonhosa especulação dos exportadores. Fechavam estes os seus negócios a preços baixos e, não querendo perder na transação, forçavam a depreciação para não comprar agora aos produtores a mercadoria encarecida.

O cacauicultor em princípio demonstrava acreditar piamente na natureza, imaginava quando coincidia um ano bom de produção e de preços isso se prolongaria, não soube estabelecer o método da poupança para sobreviver nas próximas crises, pois o produto embutia o processo de crise na sua existência. Os preços voltavam a cair, os monopólios internacionais começavam a tecer o fio para os golpes baixistas promovendo uma verdadeira queda vertical de R\$180,00 (Cento e oitenta cruzeiros), representando uma baixa drástica, da ordem de 64%. Há de se levar em conta, os preços do cacau enquanto caíam verticalmente, os níveis de preços da economia brasileira agigantavam a inflação e se juntava aos demais fatores constituintes dos custos de produção, levando o produtor a aumentar os esforços para elevar a produção como forma de compensação.

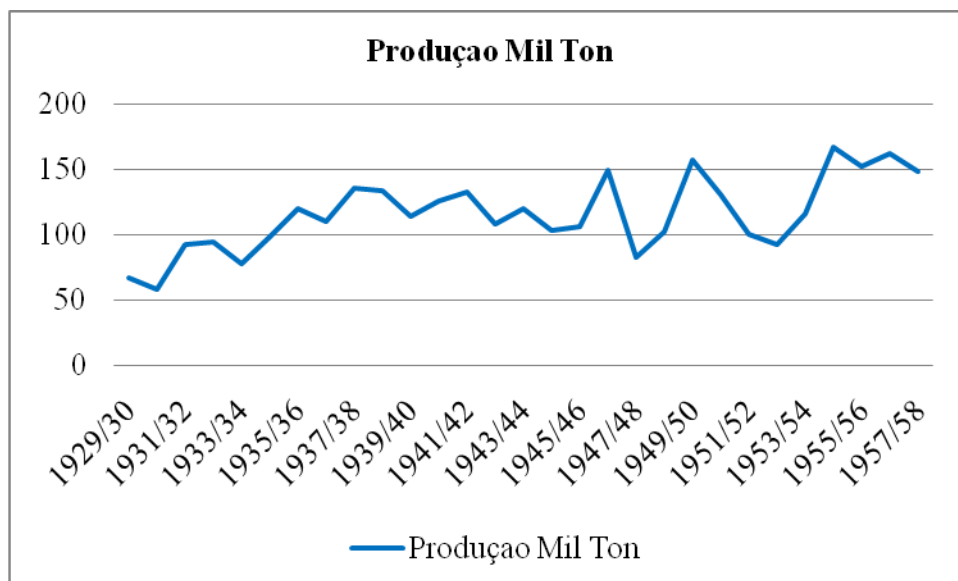
Chayanov argumenta o fato de cada queda nos preços dos produtos suceder-se ao aumento da produção, demonstra uma racionalidade não capitalista, do contrário a razão capitalista seria, imediatamente, a de reduzir a produção, quando os preços caem. (CHAYANOV, 1974:38).

Os monopólios internacionais tapavam a goela da lavoura, a inflação estrangulava o cacauicultor. Os lavradores ansiosos esperavam dias melhores e só viam dificuldades criadas pela falta de recursos e de crédito. (ICB, 1956:6). Os economistas de plantão sentenciavam o desmoronamento da lavoura, com grandes dívidas vencidas e sem possibilidades de resgatá-las. O Instituto de Cacau desviou-se da sua emérita missão, perdeu o elã, se tornou impotente, portanto enfraqueceu-se. (TOSTA FILHO, 1960: 12)⁵¹.

A produção de cacau no período 1930-1957 obteve um crescimento de 100%, passando de 70 para 140 mil toneladas, porém a chaga dos preços continua a atormentar o produtor, pois o mercado mundial de cacau passa por novo desequilíbrio, com o advento da II Guerra Mundial e a reconstrução da Europa após a ressaca do embate no continente do norte. O gráfico 3 abaixo, exhibe tal condição:

Gráfico 3. Produção de cacau, período 1930-1957

⁵¹ Você disse que o Instituto acabou na hora certa? Pergunta feita a Sá Barreto em entrevista prestada em Testemunha para a História (2001:261): *No início foi uma beleza, a minha família foi beneficiada, minha mãe tomou empréstimo.*



Fonte: CEPLAC/SEAGRI,2011. Adaptação de MENDES COSTA, F.

O aumento de produção está aliado à expansão de áreas plantadas, portanto, não está diretamente relacionada exclusivamente a aplicação de tecnologia. Verifica-se nos dados acima no período, o plantio de cacau se tornando uma febre na Região, tanto os produtores tradicionais, como grande levas de aventureiros se colocavam na árdua tarefa de plantar novas glebas de cacau, fato de dimensões multiplicadoras, a ponto de nos 30 anos em análise, mesmo a lavoura passando por crise, não servia de anteparo para limitar a entrada de novos produtores. Assim, pode-se afirmar que os programas do ICB serviram como alavanca para o aumento de produção de cacau na Bahia.

Todas as ações do órgão se identificaram como catalisadores para os produtores tradicionais continuarem acreditando no futuro da cacauicultura, por osmose servia como absorvedor de novos candidatos a ricos, pois esse era o sentimento existente na Bahia. A imagem do Estado para o Nordeste é que aqui as terras são boas e abundantes, portanto, estimulavam a chegada de representativo volume de colonizadores. Pela coragem ajudaram a desenvolver a cacauicultura no sul do Estado, construindo e consolidando-o no cenário econômico nacional.

2.1.4 A cacauicultura x Industrialização

Os anseios da população baiana e suas elites pela obtenção de uma taxa de crescimento econômico mais satisfatório dependiam do encontro das possíveis causas e as soluções eventuais para o problema que emperrava o Estado, até então assolado por uma crise econômica crônica, que a mídia denominou de *enigma baiano*, provocando repercussão e debates em todos os meios de comunicação estadual, que buscava a explicação para o impasse econômico que a Bahia se envolveu. (Pinto de Aguiar, 1958:11).

A não industrialização da Bahia e a explicação do atraso por esse caminho de desenvolvimento consistia no tão propalado “enigma baiano”. Desvendar o enigma para poder superá-lo era a missão da elite econômica e intelectual. Assim, buscavam as causas, que explicassem o perfil pouco empreendedor dos baianos.

Em linhas gerais, Alban, (2005:2) aliou os seguintes fatores como causas primordiais do marasmo econômico da Bahia, na década de 1950:

- ao não participar do dinamismo do café, a Bahia não gerava grandes excedentes passíveis de serem canalizados para a indústria;

- os excedentes do cacau, além de serem relativamente pequenos, eram em parte, canalizados para o Sudeste do país em razão da política de câmbio vigente⁵². Por outro lado, o que ficava em mãos dos produtores baianos era, em boa medida, transformado em consumo suntuoso, nem sempre realizado na Bahia;

- a Bahia, nesse sentido, vivia um processo de baixa acumulação de capital, o que impedia o desenvolvimento de economias urbanas geradoras de mercados para o desenvolvimento industrial;

- as elites e a população baiana, por fim, decorrentes da colonização escravocrata-lusitana não detinham capacidades empresariais e tecnológicas para a aventura industrial. O lucro, salvo raras exceções, era sempre perseguido dentro de uma perspectiva mercantil.

De acordo o autor, dentro dessas condições era natural uma involução constante da economia com a canalização dos parques excedentes gerados para o Sul e Sudeste do país, através do sistema financeiro. A Bahia nem de longe, apresentava as condições mínimas necessárias ao desenvolvimento do processo de industrialização. Para superar o enigma, portanto, tornava-se necessário reverter essa dinâmica involutiva natural, o que só poderia ser feito via planejamento. (ALBAN, 2005:3).

Conforme Cunha, (2003:5) outra razão apontada para a *involução* seria o início do processo de substituição das importações, implantado em benefício, sobretudo, da indústria paulista. Segundo Tavares (1972), se até 1920 observamos uma relativa expansão da indústria, após 1930 prevalecerá a estagnação e o declínio, ou mesmo antes, devido à crise financeira que se abateu sobre o comércio baiano na primeira metade da década de 1920. Haveria, portanto, ainda a partir de 1930, uma concorrência sulista que impediria a indústria baiana de competir e progredir. O pressuposto da tese de Tavares é a existência de um processo industrializante prévio na segunda metade do século XIX que envolveria nas primeiras décadas do século XX.

A microrregião Ilhéus/Itabuna, a despeito de sua opção econômica ter determinado um processo de capitalização mais eficiente em relação às demais microrregiões (em função de

⁵² Em linhas gerais Mariani (1977:38) explica os efeitos da política de câmbio na exportação do cacau como altamente nefasta para os resultados esperados pelo cacaucultor e pelo governo baiano.

um produto de exportação forte) nem por isso desenvolveu, paralelamente, o setor industrial. CEPLAC, (1976:46). Como área tipicamente monocultora, a Cacaueira assumiu o papel de maior geradora de lucros, não só regionais, como do próprio Estado. A própria região nunca conseguiu canalizar os recursos oriundos dos negócios do cacau em benefício de um desenvolvimento econômico consistente. A evasão de rendas, na compra de bens de consumo que ela mesma poderia produzir, e particularmente a fuga de capitais, está na raiz da persistente fragilidade de seu desenvolvimento industrial, notadamente no momento em que os incentivos governamentais estimulavam o país para a sua industrialização (CEPLAC, 1976:53-58).

Ainda de acordo o autor, apesar dos desgastes da lavoura cacaueira vir apresentando, com índices de produtividade decrescentes e flutuações de preço determinantes, de violentas oscilações nos lucros, a atividade cacaueira ainda permite uma margem de poupança considerável para a região. Paralelamente, a monocultura de exportação alimentou o setor comercial que, por sua vez, concorre com o setor agrário no processo de capitalização regional. Não se processou na área, senão o surgimento de débeis iniciativas de industrialização, incapazes de promover a captação dos capitais oriundos dos setores agrário e comercial.

Os municípios líderes da Região, Ilhéus e Itabuna, os maiores produtores de cacau, portanto, os de economia mais fortes são os concentradores do capital regional, mesmo assim, não conseguiram instalar centros industriais pujantes, as indústrias criadas foram de pequenas manufaturas, voltadas para o consumo local e que não sofreram mudanças economicamente expressivas na sua estrutura inicial. Proliferaram pequenos fabricos de matéria prima regional, tipo serrarias, padarias, olarias, sabão, vinagre, mas sem conseguirem amplitude regional ou nacional e tinham baixa longevidade. Assim, os possíveis clusters industriais não receberam estímulos para se tornarem alternativas econômicas na Região. (CEPLAC, 1976:47).

Registros da Associação Comercial de Ilhéus dão por conta, a existência de uma usina de beneficiamento do cacau em Ilhéus, em 1908, por não ter recebido o apoio do produtor, veio a fechar imediatamente. Em 1927, a mesma usina é reaberta, ampliando-se para uma congênere em Itabuna. A iniciativa, porém, geraram poucos impactos econômicos, ela absorvia um pequeno volume do cacau produzido nos dois municípios, vindo a representar apenas 1,6% do volume total das exportações do produto.

O polo industrial do cacau baiano era situado em Salvador, capital do Estado, até então quem controlava o comércio de cacau e subprodutos no Estado. Com a finalidade de ampliar o dinamismo da lavoura voltada para a sua expansão física e qualitativa do produto, o polo industrial de cacau na Região seria a redenção da lavoura, pois a partir daí o produtor de cacau poderia obter vantagens com a elevação dos preços da amêndoa. No meio da década de 70, a CEPLAC incentiva a instalação do Polo Industrial de Ilhéus, oportunidade quando a Região começa a manufaturar o cacau, visando exportar subprodutos e derivados. O quadro 9

demonstra a quantidade de cacau em amêndoas e subprodutos exportados, cujos dados foram separados em duas etapas. A primeira, de 1958 a 1972, subdividida em 03 períodos de 05 anos, onde prevaleceu o Pólo Industrial de Cacau de Salvador-BA. A segunda, de 1973 a 2010, subdividida da mesma forma, em períodos de 05 anos, representando o Centro Industrial de Ilhéus.

Quadro 9. Exportações de Cacau em Amêndoas e derivados. Período 1958 – 2010

Períodos	Amêndoas	Derivados	Geral	Média Anual
	(A) US\$ 1,00	(B) US\$ 1,00	(A + B) US\$ 1,00	US\$ 1,00
I Etapa	Pólo	Industrial	de	Salvador
1958/1962	288.369.000	123.720.000	412.089.000	82.417.800
1963/1967	207.426.000	89.511.000	296.937.000	59.387.400
1968/1972	351.281.000	163.959.000	515.240.000	103.048.000
II Etapa	Pólo	Manufatureiro	De	Ilhéus
1973/1977	1.173.447.000	772.272.000	1.945.719.000	389.143.800
1978/1982	1.659.971.000	1.857.919.000	3.517.890.000	703.578.000
1983/1987	1.433.439.000	1.879.743.000	3.313.182.000	662.636.400
1988/1992	651.341.000	1.233.546.000	1.884.887.000	376.997.400
1993/1997	285.490.000	943.499.000	1.228.989.000	245.797.800
1998/2002	26.818.000	925.756.000	952.574.000	190.514.800
2003/2010	12.838.000	2.907.916.000	2.920.754.000	417.250.571

Fonte: MDIC/CEPLAC. Elaboração Mendes Costa, F.

No período quando a industrialização do cacau era praticada na capital baiana, a venda de amêndoas predominou, representando em média 70% do volume das exportações baianas. Considerar-se-á as grandes restrições do mercado americano quanto à importação de manufaturas do cacau, que ainda vinculava as exportações de cacau brasileiro, via operações em bolsas americanas, controladoras das compras da commodity, através do oligopsonio instalado nas bolsas estrangeiras.

Com a instalação do Pólo em Ilhéus, observa-se a partir de 1973 a exportação de derivados começando a evoluir, saindo de 30 para 53% nos dez anos seguintes, dividindo o volume de exportação com a de amêndoas. Com a incidência da vassoura de bruxa a partir de 1988, houve uma redução considerável da produção baiana de derivados do cacau, quando este pólo industrializava 65% da produção baiana passa a importar amêndoas para manter-se em funcionamento. O pólo industrial do cacau de Ilhéus se qualifica para transformação total

da produção, tanto interna quanto a importada, tornando a Região Cacaueira da Bahia uma exportadora de manufaturados de cacau.

Mesmo o pólo industrial regional manufaturar todo o cacau produzido no Estado, não houve externalidades positivas para o produtor, pois o preço das amêndoas não alcançou ganhos. O preço internacional do cacau é um mecanismo comercial estabelecido pelas Bolsas de Nova York e Chicago nos EEUA. Portanto, o fato de ser manufaturado em Ilhéus não promoveu agregação ao valor tradicionalmente praticado pelas empresas exportadoras. O acréscimo proporcionado ao produto passa a ser lucro exclusivo do industrial. No exemplo, ganha duplamente, pratica subpreço na amêndoa e sobre preço nas manufaturas.

A referida estrutura demonstra a parte crítica da cacauicultura ao não ter se industrializado com capital próprio ou de grupos regionais que pudessem transformar os excedentes do cacau em outros investimentos industriais na própria região. Nem mesmo pequenas chocolateiras foram implantadas com o capital regional, perdendo a Região de tornar-se um importante pólo de chocolate caseiro no país, deixando regiões não produtoras de cacau dimensionar interessantes clusters de chocolate no Brasil.

Pode considerar ainda ser a montagem do pólo de derivados de cacau na Região caracterizada como “industrialização tardia” e equivocada, pois além da consolidação do Distrito Industrial se dar no final da década 70, contradições foram estabelecidas com a sua conformação em Ilhéus, concebido para se tornar clusters de manufaturas de subprodutos para exportação, jamais um clusters de fabricação de chocolate voltado para o mercado interno.

Os dados do quadro 9 demonstram ainda o impacto da manufatura do cacau quanto a entrada de capital na Região. Verifica-se no período 1958-1972, haver predominância dos valores referentes a exportação de amêndoas, refletindo a pequena densidade do Polo de Salvador, influenciado também pela falta de Normas limitando a exportação de amêndoas. Com a criação do Pólo Industrial de Ilhéus em 1974 estabeleceu-se critérios para quantidades de amêndoas para exportação, fato que veio a consolidar as vendas externas de volumosas quantidades de derivados (líquor, manteiga, massa, torta) no sentido de agregar vantagens ao produto, com isso melhorar o preço da amêndoa diretamente ao produtor.

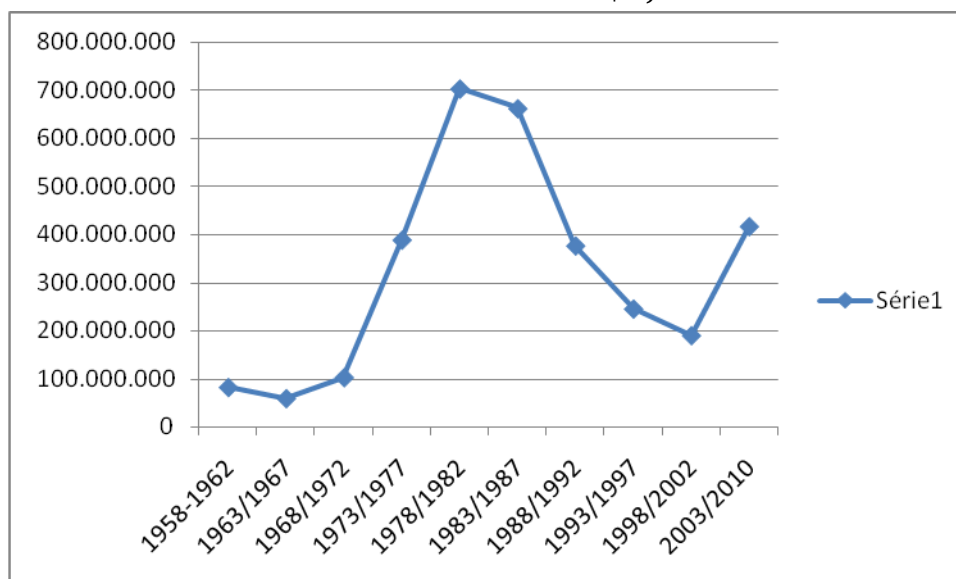
Um dado do quadro não mostrado, mas reclamada pelo produtor é quanto a indústria local, um oligopólio de multinacionais instalado em Ilhéus para nada mudar o comportamento do mercado comprador de amêndoas na Região, pois os preços continuavam sendo referenciados pelas cotações das bolsas de mercadorias de New York e Chicago para o produto in natura, conotando a agregação implementada pela indústria regional não ser distribuída para a cadeia, destarte para a sua ponta, o produtor de cacau. Esse é mais um fator indicativo da concentração da riqueza gerada ser apropriada pelos industriais do produto. Há de considerar, nem o CNPC ou Sindicatos se articularam para alterar essa premissa do industrial levar todas as vantagens patrocinadas pela manufatura das amêndoas dentro da própria Região produtora. Não estimulou, nem acordou com a indústria chocolateira nacional para se aportar na Região, nem reivindicou do Estado política de subsídios para favorecer a instalação desse segmento junto à indústria manufatureira em Ilhéus. O cacau continuou sendo industrializado no sul e sudeste do país. Esse é um cenário denotador de comodismo ou

pouca orientação do produtor, quanto aos rumos do seu principal produto, sua principal riqueza, a cacauicultura.

Para demonstrar a variação dos preços do cacau relativos a exportação, o gráfico 4 retrata o comportamento dos preços e a sua conformação no período 1958-2010.

O gráfico 4 demonstra quão irregular é o mercado do cacau. Do período em análise se verifica que entre 1967 a 1982 foi quando o cacau experimentou período de altas de preços, a partir daí até 2002, o produto se engessou em valores baixos, coincidindo ainda com a queda de produção, em razão da incidência da vassoura de bruxa. Os preços voltaram a se recuperar, a partir dessa data.

Gráfico 4. Variação dos preços do cacau com base nos valores da exportação de amêndoas e derivados. Período: 1958-2010. Em US\$ 1,00



Fonte: MDIC/CEPLAC. Elaboração: Mendes Costa, F.

A debilidade do setor industrial regional é tradicionalmente atribuída, em parte, à inércia empresarial. Prevalece a idéia do pequeno fabrico para atendimento precário das necessidades locais. O pequeno empresário regional era carente de assistência, de ajuda creditícia e de estímulos oficiais visando aumentar o investimento no setor. Por isso, foram preservados os modelos inadequados de industrialização regional, apoiados no pressuposto da substituição das importações. A melhor utilização dos fatores específicos regionais, matéria prima e mão-de-obra e a dinâmica do processo de integração do mercado regional ao nacional não foram promovidos para efetivação de uma ativa estrutura de manufaturas na Região. (FUNDAGRO, 1966:9).

Cunha, (2003) analisa ainda o fato de a Bahia ter possuído uma significativa indústria têxtil, ao lado das tradicionais agroindústrias açucareiras e fumageiras, bancos e companhias de seguros, além de uma série de empresas menores, produtoras de aguardente, velas, sabão etc., e todo esse processo industrializante ter sido abortado, justificou uma ampla produção sobre o tema, especialmente durante as décadas de 50 e 60 do século passado. Das várias

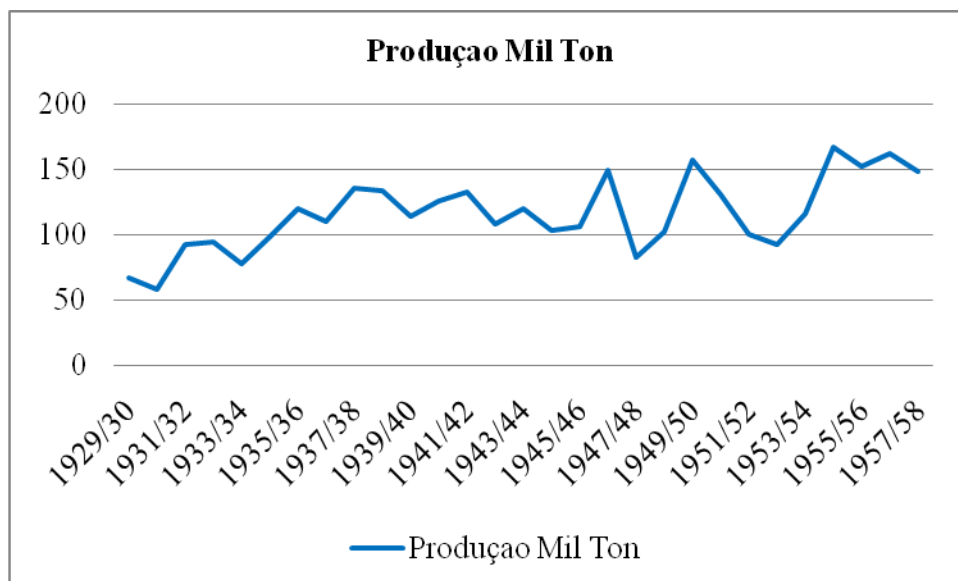
respostas ao “enigma”, sobressaem-se algumas⁵³. A primeira, comum às várias interpretações, passa pela dependência que teria o setor industrial da demanda proveniente do setor agroexportador (açúcar, fumo, café, cacau), que, em decadência, contaminaria a indústria, órfã de um pólo consumidor que a dinamizasse. Com o mercado interno baiano débil, a nascente indústria vegetaria sem chances de desenvolver-se endogenamente. Isso perduraria até o início dos anos 1950, quando uma nova configuração industrial se apresentaria. (CUNHA, 2003:5).

Erthal, por fim ressalta as contribuições de Graziano da Silva (1982), Kageyama et al. (1989) e Martini (1991) na periodização do processo histórico da passagem do denominado “complexo agrário” ao “complexo agroindustrial”, quando se encontram envolvidas a substituição da economia “natural” por atividades agrícolas integradas à moderna industrialização, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersectoriais, a especialização da agricultura e a substituição das importações pelo mercado interno (Erthal, 2006:3). Processo não experimentado pela Região cacaueira, mantida fiel a monocultura do cacau, cujas iniciativas em prol da sua industrialização não alcançaram grandes vãos de investimentos regionais. (grifo nosso).

Furtado, no entanto, pontifica o comércio exterior como também o principal veículo de transmissão do progresso tecnológico em benefício dos países de desenvolvimento retardado. Segundo o autor, para um país subdesenvolvido, suas trocas externas são, acima de tudo, um intercâmbio de mercadorias produzidas a um nível tecnológico que lhe é acessível, por outras produzidas a um nível tecnológico que não lhe é acessível. Em casos especiais, o comércio exterior de um país subdesenvolvido consiste no intercâmbio de uma única mercadoria que incorpora uma tecnologia avançada, por uma multiplicidade de outras que incorporam tecnologias modernas. Entretanto, essa vantagem somente assume a forma de fator propulsor do desenvolvimento na medida do país subdesenvolvido importar bens de capital ou técnicas superiores de produção (Furtado, 1969:192). O sul da Bahia não o fez, por isso o seu atraso tecnológico. O gráfico 5 demonstra a falta de tecnologia refletida na produção de cacau. Conforme o aludido gráfico, o período 1930-1957 apresentou os maiores problemas para a produção de cacau, nele a cacauicultura foi afetada, tanto por falta de preços, que em consequência limitava a aplicação de tecnologias de produção, promovendo variações sísmicas no comportamento da lavoura.

Gráfico 5. Produção de Cacau (1930-1957)

⁵³ O autor dar outro enfoque ao “enigma baiano”, dirigindo-se a presença imperialista como causa maior da involução da economia baiana.



Fonte: CEPLAC/OIC. Adaptação e montagem: MENDES COSTA, F.

Verifica-se no período de aproximado 30 anos, mesmo com a expansão das áreas de cultivos em mais de 300%, o aumento da produção foi de apenas 100%, demonstrando mesmo e mediante todo o problema a lavoura não parava de crescer em área plantada, mas não correspondendo em produto. Uma das razões para esse fenômeno foi o produtor tentar compensar a avilteza dos preços, através da expansão das áreas de cultivo em solos exauridos e sem a utilização de práticas mais avançadas. Período também não observado pelo cacaucultor para os custos de produção.

2.1.5 A crise dos anos 50 e o quadro político hegemônico baiano

Mariani (2009:15) ressalta para quando se falar em termos econômicos sobre a Bahia, pensar-se logo no cacau, o seu grande produto de exportação, representando 96% da produção nacional e 18 a 20% da produção mundial. Na parcela ostensiva da renda nacional produzida pela Bahia, cerca de Cr\$ 25 bilhões em 1955, e mesmo na parcela ostensiva da renda agrícola de mais de Cr\$ 10 bilhões, o cacau entrou, entretanto, apenas com cerca de Cr\$ 4 bilhões. A sua importância na vida econômica do Estado adquire excepcional vulto, porém, pelas maiores margens de lucro que proporciona tanto aos produtores como aos manipuladores do seu comércio de exportação, possibilitando, sobretudo nos anos de boas safras ou de bons preços, substanciais poupanças, quando não desviadas para gastos supérfluos ou investimentos fora do Estado, estimulam outros setores econômicos, já que a própria limitação da zona cacauzeira, o padrão modesto das instalações e o caráter primitivo do trabalho não permitem a sua integral absorção por ela própria.

O exemplo do café para S. Paulo e Paraná, do açúcar para Pernambuco e Alagoas, também na Bahia já se formou a impressão de que, “quando o cacau vai bem, tudo vai bem”. Realmente é um fato, se entendermos por “tudo” o bem-estar econômico das regiões supridoras da zona cacauzeira, a folga das finanças do Estado e as melhores oportunidades para

quantos, direta ou indiretamente, se beneficiam com essa folga ou com o maior movimento comercial da exportação. (MARIANI, 2009:16).

O autor teve oportunidade de observar no relatório do Banco da Bahia relativo ao exercício de 1955, a importância relativa do cacau no conjunto da economia baiana já se tornando perigosa, na hipótese de um declínio exagerado de preços, como agora mesmo estaria ocorrendo, não fosse a lúcida e corajosa intervenção da Carteira do Comércio Exterior, por felicidade entregue, no momento, a um profundo conhecedor da economia cacaueira, o baiano Inácio Tosta Filho. O progresso firme e contínuo da Bahia exige a constituição de outras lavouras capazes não-sómente de proporcionar um maior equilíbrio à sua economia, como, sobretudo, criar uma base sadia para sua industrialização, sem os defeitos já largamente apontados no processo da industrialização nacional. (MARIANI, 2009:16)

Mariani já pressentia o risco do Estado como dependente de apenas uma monocultura, notadamente em sendo um produto subalterno aos interesses de um mercado oligopsônico, cujas determinações são decididas em Bolsas de Mercadorias estrangeiras, além da sua fase de expansão com a entrada de novos países produtores, que mantinham o cacau como principal produto de exportação.

A classe que desponta na Bahia com capacidade de propor um projeto político hegemônico sobre o espaço regional é a burguesia, através de sua facção financeira e comercial. Além disso, era incontestável a tradição de sua influência sobre a vida política e cultural brasileira, ajudando a forjar os fundamentos da cultura nacional em aspectos decisivos para a dominação burguesa – a identidade nacional, a identidade étnica, a identidade lingüística, a identidade moral e religiosa. (GUIMARÃES, 1982:24).

A burguesia cacaueira, fração dos grandes cacaucultores, envolvida com os problemas do cacau e a perda de renda com a crise de produção da lavoura, se voltava cada vez mais para dentro das suas debilidades idiossincráticas, o que estabelecia o seu alijamento dos grandes acontecimentos econômicos e políticos, tanto a nível estadual, quanto ao regional. Esse alheamento do produtor deve-se a sua pouca convivência com os problemas da região. Problemas eram vistos apenas aqueles voltados ao cacau, somente por ele buscava soluções, as quais não eram correspondidas na mesma intensidade, que os esforços patrocinados pelos representantes da lavoura (GUIMARÃES, 1982:24).

A problemática da cacaucultura promovia a exacerbação interna da Região, representada pelo crescimento do descontentamento na lavoura, os produtores se inquietavam e se incomodavam com a ação dos agiotas, iniciadas pela tarefa de corvos sobre as desgraças alheias. As ações executivas entravam em juízo, e um ambiente, rigorosamente igual ao de 1931, dominava a lavoura cacaueira. (Pereira Filho, 1959:94). Articulações da lavoura promoveram um memorial reivindicando amparo para os lavradores de cacau. De início, o movimento da lavoura sofreu reações do dinheiro a desconfiança de que os lavradores desejavam uma moratória e reajustamento para o pagamento dos seus compromissos, à semelhança do que havia acontecido no ano de 1931. (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE ILHÉUS, 1956:12).

A conjuntura cacaueira foi assim analisada pelo Sr. Tosta Filho, que exercia a função de Diretor da Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil, no relatório que apresentou ao governo:

Calcula-se que existem atualmente dividas acumuladas na região produtora, num total entre 1 bilhão e 300 milhões a 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros. Todos esses débitos são em curto prazo, de 4 a 6 meses, exigindo, a cada momento, da parte dos lavradores, uma sucessão de démarches e apelos aos diferentes credores para que renovem esses créditos sem a exigência de grandes amortizações, etc. Nem sempre isso é alcançado e, de qualquer forma, só é feito mediante onerosos pagamentos de novas comissões ou amortizações pesadas, cuja satisfação exige novos compromissos com terceiros, etc. Tudo isso tem criado um ambiente de intranquilidade e até de desespero entre os lavradores mais sacrificados, no momento. (TOSTA FILHO, 1956:5).

Em 1956, planavam no ideário dos cacaucultores sentimentos internalizados e realçados em algumas características, cuja ênfase estaria ancorada numa monocultura, como dádiva para a existência de toda uma Região, sem a qual se sucumbirá. Os produtores justificavam nova intervenção pública em razão de argumentos, conforme registros na Associação Comercial de Ilhéus:

(i) Esta lavoura, a despeito de sua fama de altamente remuneradora, na verdade, é para o seu plantador ou cultivador, uma das mais ingratas do país. Ela, na ostentação da sua riqueza, carrega o estigma da fragilidade;

(ii) Sempre dependente de condições climáticas favoráveis, a lavoura é instável tanto no volume da produção vegetativa como em matéria de preços ou cotações, pois estes estão sempre sujeitos ao jogo dos interesses do comercio internacional;

(iii) A queda de preços aliada ao continuo aumento de custo de vida e ao de todas as utilidades indispensáveis aos misteres agrícolas, provocaram o grande desequilíbrio financeiro em que se debate a lavoura. O saldo apurado do custo e preparo da produção, não cobre as despesas de manutenção do lavrador e sua família. E como corolário desta realidade, as medidas de deflação postas em pratica pelo governo fizeram desaparecer o dinheiro. A lavoura atravessa uma das crises financeiras de maior profundidade já registradas;

(iv) Como consequência de todos estes fenômenos, uns recentes e outros mais remotos, estima-se que a lavoura cacaueira tem atualmente um passivo que vem acumulando de muitos anos representando aproximadamente o valor de uma safra de cacau calculada na base da produção média de 2.500.000 sacos ao preço corrente de Cr\$ 1.000,00 por saco, e que é igual a dois bilhões e meio de cruzeiros;

(v) A lavoura cacaueira contribui, anualmente com milhões de cruzeiros para os cofres da União, através dos ágios de exportação. É dessa vultosa soma que a lavoura reclama apenas uma parte, e a ela tem direito para assegurar a continuidade do patrimônio que a produz.

(vi) Que seja intensificado o combate às pragas e doenças do cacau, cujos trabalhos iniciais já demonstraram na prática, em muitos casos, a sua eficiência não só pelo aumento da

produção como pela melhoria lenta embora, porém, já sensível da retração da “podridão parda”, que devasta anualmente 30% da produção, que sejam incluídos na Junta de Combate às Pragas, representantes das Associações rurais da zona cacaueteira; e finalmente, que a sede da Junta seja transferida para a Região cacaueteira, onde seu raio de ação será mais eficiente, mais produtivo aos interesses da lavoura e mais consentâneo com os seus fins.

(vii) Não pleiteia a lavoura cacaueteira nenhum reajustamento nem tampouco a moratória. Moratória já lhe fora oferecida no passado, a dos pecuaristas, que dignamente recusou embora atravessasse, na época, também uma crise financeira asoberbante. A lavoura precisa e reclama a prazo longo, até vinte anos, e juros módicos compatíveis com a operação. Precisa o nosso homem do campo de tranquilidade de espírito para produzir trabalho rendoso, e despreocupar-se de compromissos a prazo curto, que não o deixam afastar-se das portas dos Bancos. A medida além de saneadora tem um cunho altamente social;

Essa linha de raciocínio serviu como pano de fundo para elaboração de um memorial endereçado ao Ministro da Agricultura, que o produtor demonstrava como a mão salvadora dos graves problemas, que a Região voltava a agonizar. (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE ILHÉUS, 1956:2).

Os problemas e necessidades elencadas demonstravam o estado de aflição por que passava a lavoura cacaueteira, caracterizando um diagnóstico da situação econômica dos cacauicultores, que de tão grave, provocava o abandono das propriedades ou a simples venda por valores aviltados, em razão da desvalorização das fazendas, que se tornaram inviáveis, naquele momento. Há de se evidenciar, que apesar da fragilidade demonstrada pelo Memorial, na Região existiam organismos de representação, que as Associações Rurais simbolizavam como o melhor tipo de amostra política interna da lavoura. (Associação Comercial de Ilhéus, 1956:3). Apesar da sua maioria não se congregar através de seus órgãos de classe, (Associações Rurais, Sindicatos Rurais Patronais), que ainda eram poucos na Região, sendo duvidoso qualquer processo de soerguimento do associativismo rural; nas esferas federais, o cacau era considerado um produto problema, e sem futuro, e o cacauicultor possuía uma imagem negativa; - A opinião dominante era de se tratar de produto superado e sem a menor perspectiva; - Constatava-se, com amargor, no sul da Bahia, um desânimo total e absoluto entre os produtores descrentes, procurando de qualquer forma, vender as propriedades, existindo até casos de abandono, puro e simples, das fazendas. (CEPLAC, 1980:85).

Com os custos se elevando em razão da inflação interna, produzir cacau era como atirar no próprio pé, o produtor tinha que pagar acima do preço recebido entre 10 a 15% por arroba produzida. Como um só corpo, a lavoura se levantou exigindo do governo melhor tratamento, pedindo ao Estado o seu auxílio para vencer os inimigos do exterior, o problema se localizava nos preços.

A lavoura encareceu do governo um fundo de sustentação econômico para pagamento dos seus compromissos, e um preço mínimo para o cacau. A lavoura esperou a promessa do governo, mas a ação do Estado não se concretizava, a situação foi piorando, o cacau caindo de preço, o crédito desaparecendo e, com ele, os recursos da praça.

Assim, o ano de 1957 começou crucial para os cacauicultores. Os exportadores apontavam as armas, o mesmo fazendo os credores internos, no objetivo de receberem as suas contas de uma lavoura em crise. A situação não poderia perdurar mais, o cacauicultor se via como num muro de execução, vários alçózes com as armas engatilhadas para disparar, esperando apenas o sinal de atirar. Era necessária uma mão salvadora, e essa somente do governo, já que todas as possibilidades internas foram esgotadas. Assim, as associações de classes da Região resolveram agir, enviando uma comissão ao Rio de Janeiro, capital da República para convencer ao governo da necessidade do seu apoio para tirar a economia regional desse imbróglio⁵⁴.

Foram incansáveis e desgastantes os trabalhos da comissão⁵⁵ para convencer o governo dos seus graves problemas passando por exaustivo processo de audiências nos Ministérios e junto ao Presidente da República. As políticas públicas voltadas para a agricultura são influenciadas pelo ambiente externo, a crise na Bahia, a perda de receita da União pela queda nas exportações, a pressão política dos parlamentares baianos foram determinantes para o governo estender apoio a cacauicultura. Nesse particular, Leite (2006) pontua característica, analisada sobre os seguintes indicadores:

“As instituições políticas irão determinar os atores fundamentais, os pagamentos o foro de interação e a frequência, tendo cada área de política, suas próprias características, as quais podem aumentar ou reduzir os custos de transação”. Porém em mercados políticos, muito mais que em mercados econômicos, os custos de transação são significativos, e os pagamentos pela cooperação, não substituirá as boas políticas, ou seja, onde instituições políticas onde os atores são bem desenvolvidos eles poderão cooperar e ajudar a superar choques econômicos e políticos, resultando assim em políticas positivas (estabilidade, adaptabilidade), ao passo que nas instituições políticas em que são promovidas despesas de transação e cooperação é mais difícil, e as políticas tenderão a ter características negativas (rigidez, volatilidade, incoerência). (LEITE, 2006)

O trabalho da Comissão dos cacauicultores foi marcado por dois momentos importantes, considerados como decisivos para formular e apresentar enfim uma proposta ao

⁵⁴ O trabalho de convencimento junto ao governo brasileiro foi árduo, mas graças a estudos técnicos e participação da representação política baiana, enfim o governo deu sinal de intervenção, através de uma política mais abrangente para tirar o cacau da crise, que tanto atormentava a região produtora e ao governo baiano.

⁵⁵ Fizeram parte desta comissão os lavradores Antonio Fernandes da Silva, Edgar da Mata Pires, Antonio B. C. de Freitas, Antonio Viana Dias da Silva, Reinaldo Sepúlveda, Mario Padre e Benedito Oliveira. A esta comissão se juntou no Rio, o prefeito de Ilhéus, Herval Soledade, e os cacauicultores Pedro Augusto Cerqueira Lima, Oscar Berbert Tavares, Aldrovando Vasconcelos, Amaral Carneiro, Alberto de Oliveira Santos, Napoleão Lopes Filho, Eliezer Moreira, Francisco da Silveira Dórea e Senador Carlos Lindenberg membros da Comissão Permanente do Cacau, órgão da Confederação Rural Brasileira. No Rio de Janeiro a comissão teve o decidido apoio de Ignácio Tosta Filho, Diretor da Carteira do Comercio Exterior do Banco do Brasil e dos deputados federais da Bahia, Aziz Maron, Manuel Novaes, Tarcílio Vieira de Melo, Carlos Albuquerque e do Senador Lima Teixeira.

governo. O primeiro, a criação da fórmula a ser apresentada para o preço mínimo do cacau. O segundo teve lugar no Ministério da Fazenda, quando o seu titular, José Maria Alkimin, ofereceu a comissão de lavradores um bilhão de cruzeiros, contanto que ela renunciasse ao preço mínimo. A comissão negou-se a aceitar outra proposta, que não fosse a do preço mínimo. Queria preço e não dinheiro.

De nada valeram as pomposas promessas feitas pelo Ministro da Fazenda, por ocasião de sua visita à região, e confirmadas a representantes da lavoura em diversas oportunidades pelo Sr. Presidente da República. Nunca se concretizaram o Plano de Recuperação Econômica ou o preço de sustentação de Cr\$ 300,00 por arroba de cacau. Jamais se concretizarão se as lideranças da lavoura não pisarem em um terreno firme e passos largos de ação, cobrando uma pequena parcela do que o cacau tem direito como base da economia nacional.

Esgotadas as reservas financeiras, vencendo-se os compromissos sem capacidade de honrá-los, a dificuldade de custear a lavoura e pagar ao trabalhador rural o salário mínimo, o produtor não dispõe de recursos para a própria manutenção, colocando em perigo, enfim, o patrimônio moral e material, construído através sacrifícios ingentes, e não tendo, sequer, a quem recorrer, porque o Governo Federal faz-se de ouvidos moucos aos apelos e zomba da aflição do cacaicultor, negando um preço de sustentação modesto de Cr\$ 300,00, enquanto embolsa polpuda divisa através de oprobioso confisco cambial.

O protesto tomou força na Região como atitude extrema para fazer ecoar nos gabinetes da República o sofrimento do produtor, ao mesmo tempo desgastado por vários problemas, sendo o mais importante, aquele que promovia o desequilíbrio econômico-financeiro da propriedade cacaueira, o preço do produto. O custo financeiro é o maior sacrifício que envolve o produtor, destacadamente quando ele reconhece apenas uma variável encarregada de esfoliá-lo, ações governamentais pode ser o anteparo para conter a fúria dos especuladores do comércio internacional do cacau. O produtor espera desse movimento a repercussão na consciência nacional e sensibilizar o Governo Federal a considerar com a seriedade de ser dispensada, honrando os compromissos assumidos e libertando a lavoura do odioso confisco cambial, sem o qual, não necessitaria pedir como favor uma parcela do que o trabalho e a produção convertem em moeda forte capaz de cobrir as necessidades da Região.

Finalmente, no dia 15/05/1957, o governo cedeu às exigências da lavoura, e foi decretado o preço mínimo do cacau. A pressão da lavoura cacaueira tomou repercussão importante, fazendo com que o governador da Bahia, Dr. Antônio Balbino de Carvalho, se locomovesse ao Rio de Janeiro para reforçar as articulações da Comissão negociadora com o governo a tão bem encaminhada medida de socorro a cacaucultura. Em discurso no Ministério da Fazenda o governador se portou com dedicação inexaurível ao lado da lavoura, conforme seu discurso:

“Senhor Ministro prefiro renunciar a ver a lavoura do cacau vencida”⁵⁶.

⁵⁶Como forma de demonstrar ao governo federal a importância que tinha o cacau para a Bahia, o Dr. Antonio Balbino de Carvalho, evoca, que naquele momento o apoio do governo federal como solução para os problemas ali requeridos era condição indispensável para o equilíbrio econômico-fiscal do governo baiano, e como tal, de todo o Estado da Bahia. Discurso proferido no dia 15/07/1957 no Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro.

Com a decretação do preço mínimo estava terminada a ultima grande batalha da lavoura cacaueteira. Nunca, na região, a geração presente tinha presenciado tanta energia e tanta decisão nos dirigentes dos seus destinos econômicos, revivendo o passado de sacrifícios, no qual a região assentou as bases da sua grandiosidade. A vitória da lavoura cacaueteira era alcançada, através dos seus representantes e da sua unidade nos salões do Ministério da Fazenda, em 15/05/1957, apresentava, de comum com as vitórias dos seus antepassados, a bravura dos seus defensores, a inflexibilidade dos seus líderes. Houve a reação de uma classe produtora contra os monopólios, contra a vergonhosa indecisão do governo⁵⁷.

Não se pode entender o Estado como uma espécie de “guardião social da benevolência”, nem considerar dos indivíduos do setor privado atuando em seu próprio interesse, enquanto os indivíduos no setor público são motivados por objetivos de justiça social. (Kruger, 1990:12). Pelo contrario, é necessário reconhecer ser o Estado constituído por um grande número de atores (políticos, burocratas, tecnocratas, etc), associados em diferentes grupos e com interesses próprios. Dado não existir indivíduos ou grupos altruístas, é mais realista assumir dos indivíduos ação por interesses próprios, estejam no setor privado ou no público. Desse modo, a dinâmica criada pela intervenção do Estado tende a ser nos países em desenvolvimento, uma dinâmica associada ao comportamento de “procura de renda” à pressão dos “interesses pessoais” e de “grupos de interesse” conflitantes, à burocratização e à corrupção.

2.3 A criação do Plano de Recuperação Econômico e Social da Lavoura Cacaueteira-CEPLAC⁵⁸.

A agudeza da problemática envolvendo a lavoura cacaueteira a mais de 05 anos, e mediante a articulação e a movimentação dos líderes da lavoura na busca de apoio governamental, enfim no dia 20 de janeiro de 1957, através do Decreto Federal n. 987, o governo institui o Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueteira, executado por uma Comissão Executiva vinda a denominar-se de CEPLAC.

Figura 1. CEPLAC

⁵⁷ O que a Região Cacaueteira não queria era perecer, porque não podia perecer. Se um povo, por um ato, por uma atitude, deve ser consagrado como exemplo de consciência da responsabilidade, esse povo é o lavrador de cacau. Se um povo pode ser apresentado ao país, pelo que trabalha, pelo que produz, pelo que cria de riquezas com o esforço próprio, esse povo é o lavrador de cacau. (Pereira Filho, 1959:107).

⁵⁸ Os produtos de exportação continuaram a ter atenção especial, já que deles provinha a reduzida entrada de divisas. Assim, no processo de substituição começa a manifestar-se a capacidade do Estado em estruturar um setor público rural de caráter gigante- mas com baixa qualidade – com a arquitetura de instituições por produto e/ou região que marcaram a política de fomento agrícola do governo Vargas (IBC,IAA,CEPLAC), num contexto de corporativismo estatal tradicional. (Romano, 2010:230-231).



Fonte: CEPLAC, Programas e Fotos. Org.: MENDES COSTA, F.

Foi dentro de um quadro de angústia e de descrédito que a CEPLAC iniciou o seu trabalho na região cacauzeira da Bahia, em 1957. A criação do órgão indicava um marco significativo na história econômica do sul da Bahia, cujo objetivo era proporcionar ajuda financeira aos agricultores para composição de suas dívidas, pois muitos deles estavam na iminência de perder suas propriedades.

O papel do Estado seria o de constituir uma ordem jurídica e econômica capaz de sinalizar para os agentes sociais a primazia de padrões de organização de relações sociais fundados em redes horizontais ou redes de parceria (ao invés de padrões de organização hierárquico-verticais, que estabelecem formas competitivas de interação social) e de modos democráticos de regulação de conflitos, ao invés de modos autocráticos de resolução dos mesmos. (Franco 2001:82). Essa ordem institucional e jurídica, mas também econômica e social, definiria o quadro das restrições e das incitações a partir do qual se desenvolveriam os diversos arranjos institucionais na Região Cacauzeira.

O leque de problemas entre vários encontrados pela CEPLAC, quando da sua criação em 1957, pode ser assim delineado: - Mais de 60% das plantações se encontravam em franco envelhecimento com baixa produtividade e graves sintomas de decadência; - Pragas e doenças nas plantações não eram combatidas estimando-se que causavam prejuízos progressivos superiores a 20% das safras, em cada ano, podendo alcançar até 40% em períodos climáticos adversos; - Os órgãos de assistência ao cacau, até então, mostravam-se inoperantes, atuando isoladamente, em base científica e sem merecer a confiança da lavoura; a tendência, em longo prazo da receita cambial do cacau, era cadente; - As eventuais poupanças geradas pelo cacau,

em poder de grandes produtores, era investida em outras atividades, inclusive fora das regiões produtoras; não existia nenhum sistema de crédito orientado para o cacau, nem serviço de extensão rural, ocorrendo ainda sérias dificuldades para legalização das terras; - A infraestrutura das regiões produtoras era das mais precárias, registrando-se falta de estradas para o escoamento da produção e total precariedade nos serviços de saneamento e de saúde. CEPLAC (1980:72-81).

Mesmo tratando-se de produto destinado à exportação em quase sua totalidade, a região não possuía um porto capaz de operar economicamente, o que encarecia sobremaneira o transporte do produto; - havia despreparo de mão-de-obra, baixa condição de vida humana, desvalorização do trabalhador rural, registrando-se uma evasão constante do operariado; - o sistema cooperativista na comercialização do cacau apresentava sintomas de descapitalização, o que viria futuramente, a transformar-se num estado de pré-falência; - era comum a venda antecipada da produção, a qualquer preço, para garantia da sobrevivência e composição de débitos atrasados, situação que conduzia ao crônico endividamento dos produtores; nenhum órgão público ou comércio local oferecia aos produtores os insumos necessários ao trato das lavouras, por falta de indicação técnica sobre a matéria. (MENDES COSTA, 2002:12).

Diante da incapacidade das políticas gestadas nas décadas de 30 e 40, em produzir mudanças sensíveis no quadro da cacauicultura, a CEPLAC foi criada para se configurar como a fórmula mais imaginativa em termos de assistência integral para o produtor, reunindo em um único órgão a pesquisa agrônômica, a assistência técnica, o crédito orientado, e a venda de insumos. O processo de modernização para a região, não tem cessado de se verificar, trazendo como resultado mais significativo o fato de o Brasil vir a ocupar o primeiro lugar entre os países exportadores de cacau com uma marca em valor da ordem de um bilhão de dólares. (Mendes Costa, 2002:58). Na visão de North (1995:15), as instituições são restrições ao comportamento predatório dos indivíduos tendentes a adotar caso se guiem apenas pelas informações precárias que detêm sobre suas propriedades e as propriedades alheias. As instituições seriam, assim, facilitadoras das trocas.

O governo federal consciente da escassez de uma consolidada rede de proteção social na região, influenciada pelas práticas antigas do mandonismo dos coronéis do cacau, ainda concentrando a acumulação de ativos materiais e políticos impedindo com que a sociedade regional se guarnecesse, através de uma aliança de relações mútuas capazes de manter canais de reivindicações e de comunicação com o estado. O objetivo da CEPLAC era restabelecer a confiança no futuro do cacau e convencer governantes e produtores, principalmente estes, já cansados de tantas experiências frustradas e habituados aos fracassos dos organismos de assistência, a manter com os seus poucos recursos, um novo órgão propondo cumprir as mesmas metas prometidas pelo outro que já havia fracassado. Em dois anos de trabalho a CEPLAC restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro dos produtores de cacau, salvando centenas de propriedades, destinando-as à modernização dos métodos de cultivo e, em 1959, iniciou a concessão de empréstimo e beneficiamento do cacau, dentro da mínima orientação técnica existente na época.

Transcorridos 54 anos de atuação ininterrupta, pode-se dividir a atividade desenvolvida pela CEPLAC, em três fases distintas. A primeira, se estendendo desde sua criação até 1963, caracterizando-se pelas operações de composição de dívidas dos agricultores realizadas em 1957/1959 e 1962/1963, com a identificação paralela dos problemas mais graves da lavoura e da Região, bem como a tentativa de recuperação dos órgãos que procuravam atuar com o cacau.

De agosto de 1957 a dezembro de 1961, todos os recursos da CEPLAC se limitavam a uma dotação fixa de Cr\$ 1 (um) milhão retirada do antigo fundo dos Ágios, porque não existia ainda a cota de contribuição cambial sobre as exportações de cacau. As necessidades regionais exigiam um trabalho de maior profundidade. Não bastava sanear momentaneamente as finanças dos agricultores sem atacar e remover as causas de seu empobrecimento. Seria cometer o mesmo erro das tentativas anteriores, optando-se pelo caminho mais fácil de solucionar os problemas de momento, através de crédito e de preços, não da planta (cacaueiro), por exigir um trabalho mais profundo de execução em longo prazo.

Numa análise real, a situação mostrava que só um esforço conjunto distribuído de forma adequada a vários setores básicos poderia liberar a principal Região produtora da crise que esmagava a sua economia e emperrava o seu progresso. Era preciso antes de qualquer coisa, reformular fundamentalmente os processos de cultivo do cacau até então utilizados gerando e levando a prática nas fazendas toda uma tecnologia nova capaz de aumentar a produtividade e a rentabilidade da lavoura, criar condições para a substituição das áreas decadentes e implantar em novas bases um processo extensivo da cultura.

Nova situação de emergência aflorou em 1962, obrigando o governo a determinar novos processos de composição de dívidas, já então atendida pela CEPLAC, através de recursos oriundos do Fundo do Cacau, constituído de uma cota de contribuição cambial sobre as exportações do produto.

A decisão governamental de canalizar para o programa a cargo da CEPLAC os recursos do 'Fundo do Cacau' se apoiou, de um lado, na constatação de serem infrutíferos os esforços para o aproveitamento das instituições regionais existentes, e de outro, na potencialidade do cacau como grande produtor de divisas com amplas perspectivas de consumo e de alto valor de negociação no comércio exterior. Em consequência dessa decisão, nova diretriz foi fixada para o cacau, cabendo a CEPLAC a responsabilidade de execução direta dos trabalhos de racionalização da economia cacaueira. Ressalta-se o esforço desenvolvido para recuperar os órgãos existentes na Região incluindo desde o suprimento de recursos financeiros e a aprovação em 17 de novembro de 1960 de empréstimo especial para reequipamento total da antiga Estação Experimental de Água Preta, ainda não utilizado por falta de apresentação de planos e projetos até o estudo e sugestão em 1961 para reformulação do Instituto de Cacau da Bahia, chegando a ser remetida pelo governador do Estado a Assembleia Legislativa e ali arquivados pela impossibilidade de um consenso sobre o assunto.

A segunda fase teve início com a criação do Fundo do Cacau e com o Decreto AI nº 539 de 23/01/1962, ensejando a ampliação dos programas e a garantia de recursos suficientes para a sólida implantação dos alicerces administrativos necessários à execução da obra da

CEPLAC. Com essa tomada de posição do governo federal, considerada duvidosa e possivelmente transitória a ação da CEPLAC tornou-se irreversível e sem paralelo na história da economia cacauêira.

2.3.1 A Pesquisa e a Extensão como fundamento para a expansão da cacauicultura

Rodrigues, (1987 a:36) relata que os primeiros institutos de pesquisa surgiram no Império, sendo a Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Campinas-SP os locais que receberam os pioneiros centros de pesquisas do país. Desses centros, apenas o de Campinas sobreviveu, porque o governo paulista assumiu a sua gestão, os demais foram extintos por não se tornarem efetivos no contexto da irradiação de suas descobertas. Segundo o autor, a falta de avanços na pesquisa agropecuária do século XIX pode ser explicada pelo fato, tanto a monarquia, e depois a república, terem na base de suas sustentações, a oligarquia agrária. Em 1909 a República Velha recria o Ministério da Agricultura e, por conseguinte instala Estações Experimentais, Institutos e Serviços Especializados para sistematizar experiências de pesquisas, até então esparsas e pouco difusas no país. Na Região é criada a Estação Experimental de Água Preta para iniciar as primeiras pesquisas em cacau, até então, era um cultivo sem indicações técnicas, o produtor era assistido pela natureza, por isso a crença transferida de pai para filho na Região: “cacau era uma planta abençoada, plantando, a natureza se encarregava de mantê-la resistente e produtiva”.

A referida Estação foi reestruturada pelo Instituto de Cacau da Bahia, reorganizando-a e contratando técnicos especializados para sistematizar os trabalhos de pesquisas, pegando a carona nas ações implementadas pelo governo federal na reestruturação das unidades técnico-administrativas de pesquisa, centralizando a sua coordenação na Diretoria Geral de Pesquisas Científicas, logo substituída pelos Departamentos Nacionais de Produção Vegetal e Animal. Mesmo sob os auspícios das novas orientações federais, a Estação Experimental de Água Preta não conseguiu se tornar efetiva na Região, tendo em vista, no período mais recrudesciente da lavoura não conseguir monitorar o produtor com novas orientações técnicas, ficando este órfão de um manual de produção condizente com as interfaces do seu próprio ambiente ecológico e de produção. A Região atravessou mais de 20 anos aplicando tecnologia defasada na sua principal lavoura, razão das quedas sucessivas de produção. O produtor não tinha uma Assistência Técnica confiável, existia uma barreira imaginária, o impedindo de avançar com tratos mais modernos de produção.

2.3.1 A Pesquisa e a Extensão na modernização da cacauicultura

Figura 2. CEPEC



Fonte: CEPLAC, Programas e Fotos. Org.: MENDES COSTA,F.

A instalação do Centro de Pesquisas do Cacau em 1963 e a criação do Departamento de Extensão Rural em 1964 foram os primeiros grandes passos no caminho da recuperação da cacaucultura brasileira com vistas a modernizá-la e torná-la competitiva frente ao mercado mundial do produto.

Apesar de o país ter na agropecuária a sua base de sustentação econômica, a assistência técnica agrícola no Brasil, tanto pública, quanto privada, até a década de 60, não respondia na mesma velocidade ao crescimento das novas áreas de produção, havia carência dos serviços de Extensão Rural para atender as necessidades da demanda agrícola. O cacau, não fugiu a regra, era uma lavoura sem um sistemático método de assistência técnica, a maior parte das fazendas da Região ressentia da presença de visitas de técnicos especializados na orientação da lavoura.

A Extensão Rural como um sistema de ajuda a população rural com os procedimentos de educação para melhorar métodos e técnicas de cultivo, eficiência crescente da produção e renda, melhorando seus níveis de vida e elevando os padrões sociais e educacionais da vida rural a Região só veio a tê-la, a partir de 1964 com a criação do Departamento de Extensão da CEPLAC. Instalou em cada município produtor um Escritório Local, inicialmente composto de Eng.º Agrônomo, depois com Técnicos e Práticos Agrícolas, que formavam uma equipe de orientação e de transferência de tecnologia emanada do Centro de Pesquisa do Cacau.

A crença profusa de a natureza tudo prover para o equilíbrio da planta no seu ambiente, fazia do agricultor um agente dependente do ambiente interno (micro clima) da cacaucultura. Ou seja, se a natureza, (chuvas regulares e temperaturas altas) respondesse com ótimas safras não havia razões para se preocupar com assistência técnica. Para que inovações,

se o cacauieiro correspondia com grande frutificação, pragas e podridão parda para o produtor eram idiossincráticas da lavoura, havia o entendimento da força da própria natureza, Deus mandava, portanto, não havia razões para combatê-los, pois os prejuízos eram inerentes a atividade cacauieira.

A CEPLAC veio retirar essa tradição internalizada na Região promovendo variados métodos de assistência ao produtor, instituindo atividades envolvendo diretamente o produtor ou suas lideranças na conformação de Semanas do Fazendeiro, visita a outras Regiões produtoras, inclusive a países concorrentes como Gana e Costa do Marfim na África, Colômbia, Equador, Costa Rica na América Latina. Prêmios de Reconhecimento por aplicação de tecnologias ou melhorias sociais na fazenda, enfim, o Serviço de Extensão organizava varias atividades dentro do município para troca de experiências entre produtores, tudo com o objetivo de melhorar a produção das propriedades da Região, através do aprendizado de seus proprietários.

O desdobramento do trabalho desenvolvido nessas áreas apontou posteriormente novas necessidades como a falta absoluta de mão-de-obra qualificada para execução das praticas agrícolas modernas, além das deficiências gritantes de infraestrutura da Região Cacaueira baiana. A CEPLAC no sentido de aperfeiçoar as práticas do produtor dentro e fora da fazenda, além do serviço de Assistência Técnica do órgão, previa transformar o médio e grande produtor como grandes contratantes de serviços técnicos. Para isso, em 1965 criou a Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira – EMARC, onde funcionou a Estação Experimental de Água Preta para preparar Técnicos Agrícolas, Práticos Agrícolas e Administradores de Fazenda.

Esses profissionais foram distribuídos na Região, parte contratada pela própria CEPLAC e parte contratada pelos produtores. Esta iniciativa possivelmente aproximou o órgão do produtor, pois parte significativa dos jovens formados pela Escola eram filhos do próprio cacaucultor ou tinha grandes vinculações com os municípios produtores para onde voltavam para exercerem a sua profissão. Em 1975, a EMARC é transformada em Centro Profissionalizante e de Treinamento Mão de Obra, local de onde uma equipe multidisciplinar se mobilizava pela Região para treinar os trabalhadores e administradores das fazendas no seu próprio local de trabalho. O sucesso alcançado pela EMARC provocou a extensão das atividades de ensino e treinamento para mais 03 Escolas criadas na Região.



Fonte: CEPLAC, Programas e Fotos. Org.: MENDES COSTA, F.

A CEPLAC mantém 04 EMARCs, sendo 03 distribuídas em pontos estratégicos da mesorregião Litoral Sul da Bahia, uma em cada das microrregiões do território, (Valença, na microrregião de Valença, Uruçuca na microrregião de Ilhéus-Itabuna e Teixeira de Freitas na microrregião Porto-Seguro). Outra em Itapetinga na microrregião de Itapetinga, pertencente a mesorregião do Planalto de Conquista, especializada na pecuária e na cafeicultura. Essas escolas capacitaram mais de 100 mil pessoas diretamente ligadas a atividade da lavoura cacaueira, pecuária, seringueira, coco da baía e outros cultivos da Região, tendo contribuído para o aumento da produção das fazendas do sul e sudeste baiano, melhorado sensivelmente as condições de trabalho do grande contingente de trabalhadores do meio rural. Atualmente, o MEC recebeu em convênio a gestão dessas Escolas, acoplando-as ao sistema IFET.

Estendendo o seu raio de ação também a esses e a muitos outros setores e serviços com o objetivo de recuperar a economia cacaueira como um todo nos seus aspectos agrônômicos, econômicos e sociais a CEPLAC alterou visivelmente as suas finalidades originais em benefício do trabalho a realizar. Evoluiu da posição de mero instrumento de apoio financeiro a uma lavoura em crise para assumir os encargos de um programa integrado de desenvolvimento agrícola. Englobou sob um mesmo comando, além do crédito orientado, a pesquisa agrônômica, a extensão rural e o ensino agrícola, também apoiando o fortalecimento da infraestrutura com ramificações que terminaram por alcançar a classificação do produto, a legalização das terras, o sistema cooperativista, a diversificação agropecuária e o associativismo rural com a formação de nova liderança, informada e autêntica e uma radical mudança na mentalidade do produtor.

2.3.2 Políticas e Programas Tecnológicos Aplicados a Lavoura

No esforço para a solução dos problemas e dificuldades dos produtores da Região e devido à precipitação dos acontecimentos, não foi possível ao órgão elaborar na época um

planejamento formal e global para sua ação, mesmo porque, praticamente tudo estava por fazer ou recompor. Assim, amoldando a sua estrutura as necessidades do cacau e da Região, instintiva e intuitivamente a CEPLAC surgiu como organização única na América do Sul, e talvez no mundo, constituindo-se realmente num programa de assistência técnica integrada pela soma do conjunto de suas múltiplas atividades. Graças a sua estrutura conferida de ampla autonomia financeira e administrativa, a CEPLAC pode coordenar de forma eficiente a sua atuação em todos esses setores, intensificando ou reduzindo os seus estímulos a cada um deles em função das necessidades de sua programação global. (CEPLAC, 1996:16)

No campo da pesquisa agrônômica, partindo praticamente do nada, uma vez os conhecimentos científicos sobre o cultivo e beneficiamento do cacau ser extremamente limitados, os técnicos do Centro de Pesquisa do Cacau conseguiram em poucos anos trabalhando em laboratórios improvisados criar e desenvolver uma tecnologia agrícola comparada e equiparada as mais avançadas do mundo. Realizaram levantamentos básicos de pedologia, fertilidade, aerofotogrametria e de geologia e continuam aprofundando estudos nos campos da genética, entomologia, fisiologia, solos, botânica, fitopatologia, bioengenharia, zootecnia, economia agrícola e sociologia rural. (CEPLAC, 1996:18)

O Centro de Pesquisa do Cacau conta com modernos laboratórios, centro de computação de dados, biblioteca e auditório e é equipado com o existente de melhor e mais avançado em instrumental científico. Os seis ou oito técnicos que trabalhavam na Região em 1957 multiplicaram-se e formam hoje uma equipe de 750 profissionais de nível superior em atuação nas diversas áreas da CEPLAC. Mais de 250 desses técnicos possuem títulos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, muito deles desfrutando de renome internacional. Vale ressaltar, 90% desses títulos foram propiciados pelo apoio do órgão ao treinamento e aperfeiçoamento de seus recursos humanos. (CEPLAC: 1995:21)

Somando-se esses profissionais aos técnicos agrícolas (nível médio), a CEPLAC colocou a serviço da cacaucultura mais de 1500 funcionários especializados. Contando com tal equipe, expressiva em termos de quantidade e de qualidade, a cacaucultura pode ser considerada como a atividade agrícola de maior acervo técnico e a mais bem assistida no país. Um desses grupos técnicos concluiu e editou em 1976 o Diagnóstico Sócio Econômico da Região Cacaueira, abordando os mais variados aspectos dos 90 municípios que a compõem. A informação contida nesse trabalho certamente tem contribuído para melhor disciplinar a própria atuação da CEPLAC e servir de subsídio na orientação dos investimentos dos diversos órgãos federais, estaduais e municipais na área. (CEPLAC: 1995:24)

As pesquisas e experimentos dos técnicos do Centro de Pesquisa do Cacau constituem um valioso acervo científico que vem sendo levado a prática nas fazendas de cacau, sob a forma de tratamentos culturais modernos. Transmitidas aos agricultores pelos extensionistas, as novas práticas agrícolas contribuíram decisivamente para elevar a produtividade das plantações. A aceitação dessa nova tecnologia modificou gradativamente a mentalidade dos agricultores que se dedicaram ao cultivo do cacau, substituindo crenças e tabus por métodos racionais e científicos comprovadamente benéficos.

O emprego dos modernos insumos agrícolas aumentou significativamente, alcançando verdadeiro recorde na aplicação de várias praticas, colocando-se em posição destacada entre as áreas do país mais consumidoras desses produtos, atraindo inclusive para instalação na própria Região indústrias operadoras de fertilizantes, inseticidas e calcário. O “pacote de práticas” como os técnicos denominavam os novos tratos culturais, incluindo adubação, raleamento de sombra, combate as pragas, controle de doenças, poda e calagem foi usado por um numero cada vez mais expressivos de agricultores com resultados de reflexos positivos sobre a produtividade dos cacauais, a produção brasileira e as exportações com o conseqüente aumento de divisas para o país e a elevação da receita tributária do Estado da Bahia.

Além da recuperação das plantações antigas acelerou-se o ritmo de formação de novos cacauais com a utilização de material genético selecionado, que apresenta excelentes características de precocidade e alta produtividade, resistência às doenças, especialmente a Podridão Parda, a mais grave enfermidade das plantações de cacau da Bahia, até então.

Na área do credito ao produtor, depois de haver utilizado esse valioso instrumento como meio de fornecer a introdução da técnica pela concessão direta do credito, inovando seus sistemas e condições com juros baixos, períodos de carência, prazos adequados, juros zero para fertilizantes, subsídios para renovação, esquema de aval e eliminação de insuficiência de garantias foram aproveitados pelos responsáveis pela legislação brasileira de crédito. A CEPLAC transferiu essa área ao Banco do Brasil e a rede bancaria particular, assegurando, todavia, com todos esses estabelecimentos, através de convênios, um sistema de assistência técnica fazendo seja o crédito realmente orientado e aplicado em favor do desenvolvimento agrícola. (CEPLAC: 1997:29)

A terceira fase teve inicio com a revenda de insumos, alcançando um crescimento de tal ordem, obrigando a CEPLAC a transferir para a Cooperativa Central do Cacau a incumbência do suprimento de fertilizantes com o apoio financeiro do Banco do Brasil, porque somente nesse item os valores alcançaram níveis que se aproximam do montante total de recursos do próprio orçamento da CEPLAC. Por outro lado, a CEPLAC foi transferindo gradativamente para a iniciativa privada regional a responsabilidade desse suprimento, estimulando com isso, o fortalecimento do comércio da Região. Ao mesmo tempo, aproveitando a estrutura técnica montada e visando ao aproveitamento de milhares de hectares ociosos na região, mas não os ideais para o cacau, a CEPLAC empreendeu um programa de assistência técnica envolvendo pesquisa e extensão, mas de forma menos dinâmica que o programa do cacau destinado ao cultivo da seringueira, dendê, coco, banana e pecuária, além da introdução e fomento do guaraná, pimenta negra e cravo da índia, buscando diversificar as atividades dos agricultores. (CEPLAC: 1996:25)

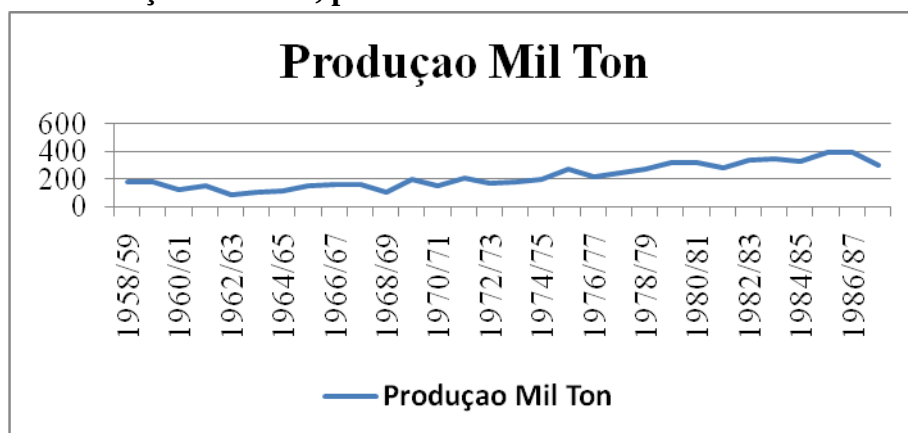
A infraestrutura representava um ponto de estrangulamento da economia cacaueira, também vem sendo ampliada e fortalecida, notando-se a transformação ocorrida neste setor nos últimos anos ter estimulado o desenvolvimento regional, melhorando as condições de vida da população e modificando a própria paisagem física do sul baiano. O sistema viário cresceu em centenas de quilômetros com a construção de novas estradas vicinais e de pontes para as zonas produtoras; as áreas de saúde e saneamento básico ganharam melhoramentos de

vulto e estenderam seus benefícios para toda a população, ampliaram-se os sistemas de eletrificação rural; projetos de melhorias de comunicações telefônicas mereceram financiamentos especiais, bem como os projetos de transporte rodoviário coletivo; construiu-se um porto moderno para a exportação do cacau e de outros produtos. Como coroamento o governo federal sensível aos reclames das lideranças locais e atendendo a uma necessidade nacional antecipou o início da construção da BR-101 na Região, coluna vertebral do sul baiano e artéria principal de ligação da Região com o país.

Na execução de todas as obras, a CEPLAC colaborou de forma efetiva ao lado de outros órgãos federais, estaduais e municipais com uma soma de recursos e de trabalho visando o fortalecimento da infraestrutura da maior região produtora de cacau do Brasil.

A produção de cacau, após as ações da CEPLAC na Região, demonstrada no gráfico 6, oferece uma visualização dos resultados promovidos pelo pacote tecnológico aplicado na lavoura cacaueira no período 1970-1987, conforme abaixo:

Gráfico 6. Produção de cacau, período 1958-1988



Fonte: CEPLAC/SEAGRI, 2011.

Observa-se entre os anos 1958 a 1988, a lavoura cacaueira foi impactada por um conjunto de práticas culturais acompanhadas de grande volume de insumos (fertilizantes, pesticidas e inseticidas) obtendo a cacauicultura um crescimento da ordem de 235%, ao passar de 170 para 400 mil toneladas. O aumento da produção promoveu a entrada de substanciais recursos financeiros, drenando a economia regional de novas oportunidades, destacadamente a de criação de empregos no campo, assim como outras externalidades nos demais setores econômicos.

Esse esforço conjunto apresentou resultados altamente positivos sobre toda a economia cacaueira, barateando custos de produção, elevando o nível de vida da população e restabelecendo a confiança da Região no próprio futuro. Embora não sendo sua responsabilidade específica, a CEPLAC colaborou de forma decisiva junto aos demais organismos governamentais com atribuições sobre a economia cacaueira. Assim, foi na área de comercialização, na harmonização das entidades que representam produtores, comerciantes e industriais do cacau no esforço para elevação do consumo interno do chocolate.

A CEPLAC incentivou o associativismo e a assistência ao cooperativismo e ao sindicalismo rural. Criou a Fundação Universidade Santa Cruz e construiu o campus da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna, transformada na Universidade Estadual de Santa Cruz.

A fisionomia da Região mudou em termos de equipamentos urbanos e infraestrutura econômica, mas as desigualdades sociais acentuaram-se a ponto de 80% das famílias deterem apenas 31% da renda, conforme detectou o diagnóstico Sócio Econômico realizado pela CEPLAC (1976:12-29).

2.3.2.1 Novo refinanciamento de dívidas

Decorridos 14 anos de ações da CEPLAC na Região, as suas externalidades mostravam de um lado reflexos na melhoria da produção, mas do outro lado, as dívidas do produtor continuavam desequilibradas, refletindo ambiente de intranqüilidade na lavoura, pois número importante dos cacaucultores ainda se mantinha nas condições iniciais de quando o órgão começou a operar na Região, continuava endividado junto aos bancos e aos exportadores.

Essa condição impedia o produtor a adotar a tecnologia orientada pela CEPLAC, pois ela implicava um pacote de insumos a ser aplicado na lavoura, por não ter como custeá-lo. Assim, o crédito agrícola seria a alternativa para o cacaucultor alavancar-se, mas se encontrava impedido junto ao sistema bancário. A meta por aumento de produção era um objetivo da CEPLAC, totalmente voltada para manter o cacau como produto importante da balança comercial brasileira necessitando ampliar a aliança com o produtor para fazê-lo coadjuvante dessa missão. A alternativa era aliviá-lo de sua maior barreira, o endividamento, traduzido na falta de crédito. Para encorajá-lo a vestir a roupa da melhoria da sua propriedade a CEPLAC convence o governo federal a abrir nova linha de crédito com subsídios para a cacaucultura, o qual constaria do seguinte Programa:

- (i) Refinanciamento de dívidas antigas;
- (ii) Financiamento de Técnicas de cultivos (adubação, combate às pragas, controle da podridão parda) com aplicação de insumos agrícolas (fertilizantes, inseticidas, fungicidas), além de práticas de manutenção da lavoura (roçagem, desbrota, poda, controle de ervas daninhas, raleamento de sombra, beneficiamento);
- (iii) Financiamento de Novos plantios (expansão da área de cultivo, através da implantação de cacaueiros híbridos).

Pelo programa a CEPLAC previa ampliar a área de aplicação das técnicas em 100% das metas até então atendidas. Conforme o Quadro 12, tais metas foram atendidas e

suplantadas, graças ao trabalho de convencimento ao produtor, que aderiu ao chamamento do órgão da lavoura. Nessa caminhada, a CEPLAC resolveu a situação de endividamento do produtor, proporcionando-lhe não somente crédito suave e parcelado, mas a capacidade de aumentar a produção e reequilibrar as finanças da lavoura.

Com a medida, foi possível implantar o pacote tecnológico se disseminando no ambiente regional a necessidade de aplicação de grandes quantidades de insumos para reverter o quadro de crise, que a cacauicultura apresentava.

2.3.2.2 Tecnologia do cacau e os impactos na produção

Estudos de Mendes Costa, (2002:57) demonstram a combinação de fatores intrínsecos a produção cacaueira, compondo um quadro explicativo da influência de variáveis que impactam no aumento da produção, conforme Quadro 12.

O Quadro 12 demonstra a relação das variáveis formadoras do pacote tecnológico aplicado na cacauicultura por orientação da CEPLAC, a partir de 1970, quando guiada pela teoria da “Revolução Verde” fez aplicar uma fortíssima carga de insumos agrícolas, grande utilização de mão-de-obra e crédito rural subsidiado, cujos efeitos podem ser observados no aumento da produção da lavoura. O crédito rural se firmou como um fundamento básico na condução da atividade cacaueira. A “revolução verde⁵⁹” ou modernização da cacauicultura, encetada no final dos anos 60, acarreta profundas transformações sociais, econômicas e ambientais. Dentre as mudanças sociais destaca-se a expropriação dos pequenos produtores, êxodo rural, urbanização e desemprego. Pela ótica econômica sobressai a elevação da produção e produtividade, expansão da área cultivada e concentração da propriedade da terra. Por efeitos ambientais desponta a degradação dos recursos naturais, destruição de ecossistemas, poluição da natureza e comprometimento da biodiversidade (AFONSO, 1991). Modernizar a agricultura define mudanças no padrão tecnológico no campo, se caracterizando, sobretudo, pelo cultivo de espécies vegetais e criações de animais geneticamente melhorados e pelo uso intensivo de máquinas (tratores, grades, semeadoras, adubadoras, pulverizadores) e insumos industriais utilizados no preparo do solo e sua correção de acidez (calcário) e adubação química, plantio, tratos culturais, aplicação de defensivos vegetais e animais, que a lavoura cacaueira recebeu em quantidades, muitas vezes desproporcional a sua capacidade de reação, pois para o cacauicultor, o cacaueiro é uma planta, cuja produção, depende mais de chuva e calor.

⁵⁹ A revolução verde, como ficou conhecida tal processo, teve Norman Bourlag (Prêmio Nobel da Paz de 1970) como seu principal precursor, através de seus estudos sobre o trigo no México, em 1943.

Quadro 12. Dados de produção e tecnologia aplicada na cacauicultura da microrregião Ilhéus-Itabuna nos anos de 1970-2010.

Ano	Mão de Obra	Inseticida	Inseticida	Fertilizante	Fertilizante	Fungicida	Fungicida	Produção	Preço(1)
	Unid.	T	Área	T	Área	T	Área	1.000@	R\$/@
1957	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	7.870	15,3
1962	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	5.420	10,05
1970	83.537	3.250	110.000	3.900	70.000	100	12.500	10.508	38,58
1971	107.000	2.875	96.000	4.000	85.000	98	12.500	13.820	27
1972	102.000	3.125	105.000	6.000	120.000	120	15.000	11.543	44,84
1973	110.000	3.600	120.000	6.300	128.000	145	18.600	12.324	84,42
1974	115.000	4.100	139.000	6.550	131.000	177	22.800	12.513	84,63
1975	160.000	4.700	158.000	6.880	136.000	316	40.500	18.117	58,7
1976	181.000	5.000	169.000	7.010	142.000	486	62.400	14.359	136,99
1977	201.000	5.300	177.000	4.180	150.000	596	76.500	15.970	178,44 ^a
1978	210.000	6.300	211.000	8.300	165.000	864	110.800	17.320	141,6
1979	218.000**	9.600	324.000**	9.000	182.000**	920	118.000**	21.555	120,66
1980	203.000	8.700	290.000	8.000	165.000	850	110.000	20.153	80,29
1981	186.700	7.900	265.000	6.900	138.000	780	101.000	18.440	65,31
1982	202.000	8.500	284.000	7.700	154.000	740	96.000	21.126	49,71
1983	220.000***	9.000	310.000	8.500	171.000	600	79.000	23.512	97,6
1984	183.000	9.100	315.000	8.600	178.000	480	64.000	20.112	103,49
1985	198.000	9.300	320.000	9.000	186.000	450	59.000	24.103	91,67
1986	217.000	9.400	330.000*	10.000	201.000*	420	54.000	26.506*	74,93
1987	186.000	8.500	284.000	8.250	165.000	330	51.000	19.978	74,69
1988	191.000	8.500	290.000	7.800	160.000	300	44.000	20.978	61,42
1989	195.000	8.000	275.000	7.100	142.000	148	22.000	21.471	38,46
1990	198.000	8.200	282.000	7.400	151.000	112	15.000	23.758	27,22
1991	145.000	3.500	120.000	5.400	110.000	75	10.000	16.928	32,6
1992	145.000	3.000	112.000	5.000	101.000	90	12.000	16.983	28,43
1993	152.000	3.000	105.000	4.800	98.000	60	8.000	18.564	32,4
1994	121.000	2.500	84.000	3.000	62.000	40	6.000	15.320	25,72
1995	85.414	750	26.000	1.900	39.000	36	5.000	10.710	20,62
1996	68.105	400	14.000	600	12.000	30	4.000	13.611	19,61
1997	55.146	350	12.000	500	10.000	15	2.000	15.032	22,41
1998	48.607	240	8.000	400	8.000	7	1000	15.661	27,09
1999	43.746	216	7.200	320	6.400	5	700	10.622	27,88
2000	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	69.300	24,32
2005	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	95.333	53,2
2010	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	102.666	83,65

Fonte: Anuários Estatísticos do Cacau , Revista Cacau Atualidades (CEPLAC), Censo Agropecuário (IBGE). Cálculos de Mendes Costa, F. (1). Valores corrigidos, ano 1999, considerando preço pago ao produtor pelas exportadoras, que atuam na Região.

A modernização da agricultura no Brasil, segundo Kageyama (1990), foi um processo contínuo de mudanças que apresentou três momentos distintos: (1) o da modernização inicial, dada após a Segunda Guerra Mundial, com o estímulo do Governo à importação, sobretudo de empresas multinacionais norte-americanas, de tratores e insumos, (DELGADO, 1985; PAULILLO, 1997) dependente de importações. No entanto, o fato das máquinas, equipamentos e insumos serem importados representava uma limitação a uma modernização em maior escala, pelos desequilíbrios que poderia provocar na balança comercial (KAGEYAMA, 1990). (2) Nesta fase o chamado milagre econômico, 1964-1973, as políticas favoráveis à agricultura (redução de impostos e de quotas de exportação, unificação da taxa de câmbio e minidesvalorizações cambiais) aceleraram o processo de modernização do setor agropecuário.

Em 1973, com o aumento nos preços do petróleo, o Governo favoreceu a exportação de produtos industrializados, em detrimento dos não processados, mas a produção agrícola foi compensada por estímulos via crédito rural farto e subsidiado (GOLDIN; REZENDE, 1993). Nesta fase a modernização apresentou, como uma de suas características centrais, uma crescente integração de produtores rurais modernizados, de forma subordinada, à agroindústria processadora de matéria prima agropecuária. “É um momento da modernização a partir do qual a indústria passa a *comandar* a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola [...]” (KAGEYAMA, 1991:122). (3) o da consolidação dos complexos agroindustriais caracterizado pelo processo de fusão ou integração de capitais intersetoriais e compreendeu não apenas o aprofundamento das relações interindustriais, mas outras formas de integração e conglomeração sob comando do grande capital.

No capitalismo as características da acumulação real de capital ocorrem sob a elevação da produtividade do trabalho, medida pela sua composição orgânica (capital constante/capital variável), simultaneamente a um crescimento mais acelerado do capital fixo, em relação ao capital circulante. Isto se torna uma barreira à saída de capital, contornada através da busca de novas maneiras de mobilização e centralização do capital. (DELGADO, 1985; MULLER, 1989).

O conteúdo ideológico da modernização da agricultura, segundo Almeida (1997b: 39), incorpora quatro elementos ou noções:

A noção de crescimento (ou fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; b a noção de abertura (ou fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; c a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

Verifica-se que o ano de 1986 foi o que mais atendeu a esse princípio, quando se utilizou a maior quantidade de inseticidas e fertilizantes na Região. Neste ano, foram aplicados 9.400t de inseticida (combate às pragas), 10.000t de fertilizantes e 420t de fungicida para controlar a podridão parda, até então a mais danosa das doenças de ataque aos cacauais. Foram necessários 216.000 homens trabalhando para aplicar a tecnologia indicada a lavoura. Em consequência, nesse mesmo ano, a produção foi de 26.506.000@ de cacau, considerada a maior do período em análise. Tal cenário demonstra que o cacau possui particularidades econômicas, sociais e políticas, inserindo-o no princípio geral da agricultura, sua autonomia é indefinida, pois sofre influências.

Assim, pode-se afirmar que a indústria de insumos conquista e até prepondera nos rumos da agricultura nacional, o cacau não pode dissociar-se ao ser influenciado decididamente pelo uso massivo de insumos agrícolas na cultura (MULLER, 1989). O apropriação, processo descontínuo, mas persistente de eliminação de elementos naturais discretos da produção agrícola (esterco, sementes próprias, por exemplo) e sua reincorporação na agricultura sob a forma de elementos processados industrialmente, como insumos químicos sintetizados, maquinários e sementes manipuladas em escala industrial (WILKINSON, 1988, GOODMAN et al, 1990).

Além da aplicação de insumos outras práticas culturais faziam parte do pacote, destacando a calagem, o raleamento de sombra, poda dos cacauzeiros, renovação de cacauais antigos e implantação de novas áreas com o aproveitamento de sementes híbridas disponibilizadas pelo Centro de Pesquisas do Cacau.

Há de se relevar no ano de 1983, o produtor ter contratado 220.000 operários rurais para tocar a lavoura, levando-se em conta, também nessa data, o produtor estar imbuído de aumentar a produção, vez as experiências na Região com a aplicação do pacote tecnológico orientado pela CEPLAC ser positivo, quando várias propriedades alcançavam aumentos de produtividade por área cultivada de cacau, havendo experiências comprovadas de até 150@/ha, crescendo no meio da lavoura o desejo de alcançar cada vez mais índices de crescimento da produção, estimulando a produtores resistentes a experimentar a aplicação de insumos e aumentar a utilização de mão-de-obra, cujo cenário na década de 80, promovia a escassez de trabalhadores aumentando o turnover nas fazendas, bem como a melhoria salarial e das instalações de moradia nas propriedades.

O sistema capitalista origina mercado para a força de trabalho ou compra da mão-de-obra absorvida pelo processo produtivo. Mercado de trabalho entende-se pela aceção compra/venda da capacidade física e mental do trabalhador para produção de bens e serviços. Considera-se emprego a ocupação da força de trabalho para produzir bens e serviços, cujo excedente apropria-se pelos detentores dos meios de produção na forma de lucro, juro ou renda (SANDRONI, 1999:203). O salário internaliza aparência do valor da força de trabalho, garante o suficiente para produção e reprodução do trabalhador, equivale ao custo de reposição das energias físicas e mentais e gera braços para suprir o mercado de trabalho.

Significa a forma transmutada do preço pago pela compra da capacidade do proletário (MARX, 1983).

O peso representado pela categoria de trabalhadores permanentes, traço singular da cultura do cacau, prende-se ao tipo de tecnologia usada de forma mais ou menos ampla no trato desta cultura, a partir das inovações técnicas introduzidas na região pela ação da CEPLAC. Chega-se ao ponto de considerar "a adoção generalizada da nova tecnologia absorve um contingente de mão-de-obra 48,2% maior do que o absorvido com a tecnologia tradicional". A importância do trabalho assalariado permanente é tão inegável e ainda hoje a região cacaueira apresenta-se "expedidora de trabalhadores eventuais e fortemente receptora de trabalhadores permanentes" (RAMALHO, 1977:34).

Nesse período vivia a Região de regozijo e esperança, pois a lavoura vinha num dinamismo inigualável, de 1976 a 1979 os preços do cacau se mantêm em níveis elevados, os mais representativos da sua história. O ano de 1977 produziu a maior receita de capital oriunda pela exportação do cacau no país em valores corrigidos de 1999, no total de R\$ 2,85 bilhões. No período, a lavoura conseguiu uma Receita de R\$ 10,35 bilhões, representando uma Receita média anual de R\$ 2,58 bilhões, valores jamais alcançados em toda a trajetória da cacaucultura.

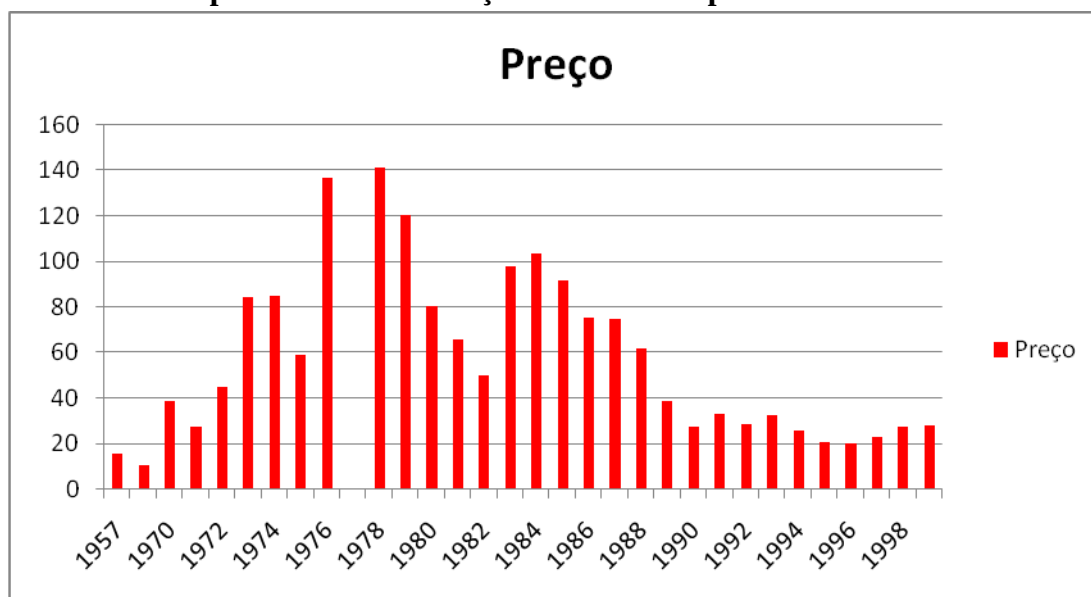
Nessa ocasião, a CEPLAC introduziu o Programa "PODE e DEVE", estimulando o produtor a adotar o pacote de controle da Podridão Parda, através da aplicação de cobre, via motores costais. A indústria de motores costais obteve um ganho de escala extraordinário na Região, chegando ao montante de mais de 100 mil equipamentos vendidos para as fazendas de cacau. Era um instrumento que toda fazenda possuía, do pequeno ao grande produtor, havendo casos, de propriedades acumularem estoques de mais de 100 motores para controlar, não somente a podridão parca, mas também as pragas, que concomitante atacavam em grandes proporções os cacauais da Região. Era divulgado na época, que a SANDOZ vendia mais cobre na Região, que para os EEUA. A CEPLAC passou a ser uma parceira importante, levando a fabricante a patrocinar pesquisas e laboratórios para o órgão da lavoura. (CEPLAC, 1966).

Mendes Costa, (2002:59) em estudo anterior (dissertação de mestrado) analisou os resultados de um modelo econométrico para identificar quais dos componentes do Quadro 12 apresentam variações positivas no aumento da produtividade. Registrou a influência da variável Tecnologia nos resultados da produção cacaueira, notadamente nas duas décadas da conjugação de esforços entre o produtor e a CEPLAC para elevar os níveis de produtividade da lavoura. A aplicação de um pacote tecnológico envolvendo além dos insumos, a engenharia genética com o cruzamento de variedades através do processo da hibridação de cacaueiros mais produtivos e resistentes a podridão parca, até então a doença que mais afetava e reduzia a produção do cacau baiano era a alternativa para elevar a produção e a produtividade do cacaueiro.

O Quadro 12 enriquece a análise de estudiosos que defendem a teoria dos preços como a causadora de crises na agropecuária. Observa-se, nos 30 anos demonstrados, apenas em quatro deles, a lavoura vivenciou preços extraordinários, quando nos três primeiros a curva

ascendente fez a Região delirar com tanto dinheiro circulando. De 1976 a 1979 os preços foram altos, mas com variações destoantes, enquanto 1977 cresciam 30,25% em relação a 1976, (R\$ 178,44/R\$ 136,99) em 1978, mesmo com preço considerado alto, de R\$ 141,60, caiu 20,65% em relação a R\$ 178,44 de 1977. A manutenção dos preços altos registrados nestes 04 anos proporcionou a entrada do valor médio anual de R\$ 2,5 bilhões, considerados como anos de ouro da cacauicultura. Em 1979, os preços ainda altos, decaem 15% em relação aos de 1978. A variável preço em toda a história da cacauicultura se comporta como o fator desequilibrador da lavoura, não se observa grandes períodos de preços altos. O gráfico 7 demonstra o estado de aflição de um produto, cuja performance é determinada pela variável preço, conforme gráfico abaixo:

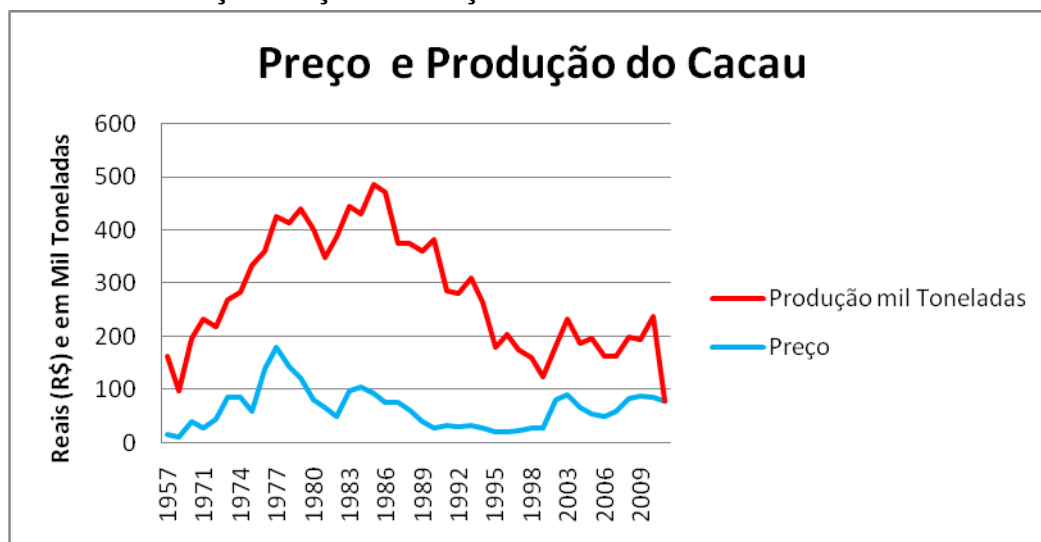
Gráfico 7. Comportamento dos Preços de Cacau no período 1957 a 1999.



Fonte: Anuários Estatísticos do Cacau, Revista Cacau Atualidades (CEPLAC), Censo Agropecuário (IBGE). Adaptação: Mendes Costa, F.

O gráfico 7 demonstra a trajetória dos preços do cacau, a partir da criação da CEPLAC em 1957, o qual denota o comportamento do mercado do produto, em cuja performance apresenta uma característica própria do mercado de commodities, quando os preços nem sempre acompanham os princípios da lei da oferta e da procura, mas pela determinação dos controladores das bolsas de mercadorias localizadas nos países compradores. O mercado de cacau é controlado por um cartel formado pelos chocolateiros americanos e europeus. Verifica-se na figura acima nos 42 anos em análise, apenas o período 1976/79 os preços superaram a quota de R\$ 120,00/@. Do período 1957/72, a cotação média foi de R\$ 20,00, enquanto de 1990 a 1999, ela se situou em R\$ 30,00, representando valores abaixo de uma linha de preços que remunerasse os custos de produção. O gráfico 8, no entanto, faz uma correlação entre Preço e Produção do cacau, demonstrando certa simetria das duas curvas, conforme abaixo:

Gráfico 8. Relação Preço x Produção de Cacau. Período 1957-2009



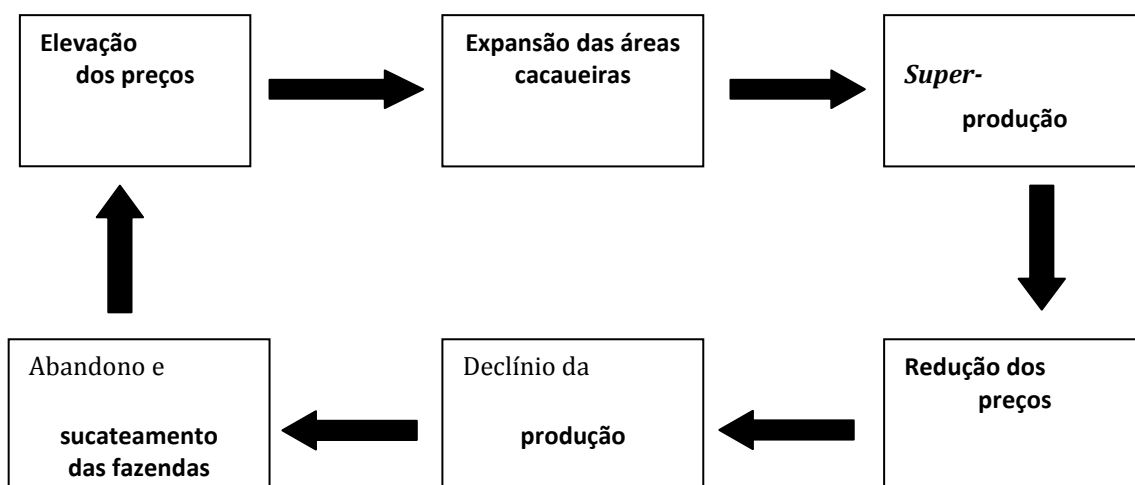
Fonte: Anuários Estatísticos do Cacau, Revista Cacau Atualidades (CEPLAC), Censo Agropecuário (IBGE). Adaptação: Mendes Costa, F.

O gráfico 8 acima permite fazer uma relação entre os preços e a produção de cacau sob a análise do custo benefício, denotando o aumento da produção não ser proporcional ao comportamento dos preços. A forma de compensá-los seria com a elevação do produto para adequar a manutenção da lavoura como atividade econômica. Apreende-se, os preços baixos não permitirem ao produtor a redução dos custos de produção do produto, restando-lhe compensá-lo com a aplicação do pacote tecnológico recomendado pela CEPLAC financiado pelo crédito oficial e subsidiado. Valia a pena arriscá-lo, cujo passivo o aumento de produção compensaria. Nessa situação, não se pode avaliar uma relação direta sobre a origem da causa, se a oferta promovia a própria demanda ou vice-versa, mas como se sabe, os preços não são estabelecidos pela oferta, as commodities se incluem no caso típico da demanda formular os preços do produto. Havia um refrão dos produtores, que alardeavam: *na região só dar cacau, portanto, ruim como ele, pior com ele*. Isso demonstrava o comodismo reinante na classe produtora regional.

Segundo Nascimento, (2002:6) o fato da produção ser perene e o produto perecível, os países produtores se apresentam em desvantagem com os demandadores, que por se constituírem de grupos transnacionais tem poder econômico para controlar o mercado, cuja consequência é de reduzir os preços dos produtos desse controle, do qual o cacau faz parte. O comportamento do mercado se transforma no termômetro para aumento ou diminuição da produção. No caso baiano a produção de cacau oscilou drasticamente, levando ao esfacelamento das propriedades cacaueiras (Figura 3).

Têm sido repetidos os ciclos da cacauicultura (crescimento, apogeu, recessão e recuperação), de um país para outro, ou de uma região para outra, em escala internacional. A partir de 1900, países líderes experimentaram o apogeu e o declínio na produção mundial. O surgimento de um novo líder equivale à estagnação ou redução da produção de outro.

Figura 3. FLUXOGRAMA: O efeito perverso do ciclo do preço/produção do Cacau.



Fonte: Fundação Centro de Projetos e Estudos — CPE — (1993).

A consolidação das técnicas modernas de produção aliado ao crédito farto beneficiou o empresário do cacau, notadamente o grande produtor, que se aproveitava do seu perfil para contrair cada vez mais empréstimos agrícolas bancários e com os exportadores, cujos recursos se somavam a da produção lhe atribuindo grandes vantagens competitivas para angariar novas propriedades, ampliando a sua capacidade predadora dos médios e pequenos produtores, lhe permitindo uma visão exclusivamente maximizadora ao acumular cada vez mais propriedades (fazendas) deslumbrando uma compensação ilusória de mais terra aumentar a riqueza pessoal, mesmo porque quantidade era perfil de poder e prestígio político, independente da qualidade da produção, deixando a lavoura desguarnecida dos tratos culturais importantes para o aumento da produtividade. Em consequência, as desigualdades sociais acentuaram-se a ponto de 80% das famílias deterem apenas 31% da renda, conforme detectou o Diagnóstico Sócio Econômico realizado pela **CEPLAC** (1976: 12-29).

São inquestionáveis os resultados produzidos pela ação da CEPLAC, em termos de aumento de produção, elevação de produtividade, melhoria do padrão de qualidade do produto, aproveitamento dos subprodutos etc. Dias (1978, p. 113) comenta a opinião corrente de que desde sua criação, a instituição tem concorrido para a ampliação da concentração de renda e de terras na região, ademais de se constituírem raro exemplo onde a ligação entre o setor produtivo capitalista e o Estado se dá de forma direta, na medida em que parte expressiva dos quadros técnicos operantes dentro do aparelho da CEPLAC é composta de

membros das famílias de médios e grandes produtores de cacau, os quais fazem reverter em benefício do grupo, uma parcela da assistência técnica propiciada pelo órgão. Há de se interpretar nas palavras do autor, na ausência de normas e regras (North, 1990:12) os indivíduos tenderiam a agir como predadores – cada um buscando defender a propriedade de seus bens, serviços e capacidade de trabalho e se apropriar dos alheios.

Os indivíduos foram ao longo do tempo construindo regras de comportamento que reduzissem os custos de transação – conformando o aparato institucional de cada sociedade, abrangendo regras legais formais, formas organizacionais, normas culturais de comportamento, mecanismos para fazer cumprir as normas e regras. No caso geral, sempre haverá custos de transação remanescentes, por mais aperfeiçoado o aparato institucional. Custos de transação são os custos decorrentes do fato de as trocas terem de se realizar num ambiente complexo e incerto. Pode-se atribuir parte desses custos a gestão do negócio transferido para terceiros, pois o não envolvimento do produtor diretamente na condução da propriedade pode indicar que determinadas despesas poderiam ser eliminadas ou a não realização de algumas técnicas de cultivo reduzir a produção. Conhecia-se apenas o lucro, cujo montante era consequência do comportamento dos preços fornecidos pelo mercado.

Santos, (2010:2) estudou os custos das principais tecnologias aplicadas ao cacau, demonstrando o impacto produzido nos resultados finais da produção. O estudo denota as várias técnicas com aplicação de insumos deixarem de ser calculadas para medir os seus resultados em termos de aumento de produção. O gestor da fazenda não sabia identificar quais delas e as circunstâncias a serem utilizadas ou trocadas por outras de menor custo, mas com os mesmos resultados. Nesse caso, aplicar tecnologia com uso de insumos é uma aventura do produtor. O autor demonstra que se a lavoura não responder com quantidade ideal de produto, a utilização de algumas técnicas de produção com uso de insumos, torna a atividade deficitária, portanto, o produtor tem de aliar orientações técnicas precisas com a aplicação de insumos na cacaucultura.

O custo da tecnologia se constitui um importante instrumento para orientar o processo de decisão do agricultor, pois na sua rotina de trabalho, ele está sempre buscando informação que lhe permita responder, com certo grau de acerto, se a adoção de determinada tecnologia é viável economicamente. Evidentemente o preço é um componente importante no processo decisório, contudo é indispensável que se conheça a relação entre o custo da tecnologia e o impacto desta tecnologia na produção, para que cenários, envolvendo preços, possam ser construídos para subsidiar estas decisões. (SANTOS, 2010:2)

Com relação aos fertilizantes, por exemplo, a maioria dos agricultores sabe que esta tecnologia, se realizada corretamente, eleva a produtividade das plantações, e por isso eles desejam adotá-la, entretanto, mesmo com esta convicção da eficiência técnica, ele não tem segurança para decidir, pois eles precisam saber se este impacto positivo na produção, provocado pelo uso de fertilizantes é suficiente para cobrir os custos da aplicação, ou seja, a tecnologia é eficiente também economicamente? (SANTOS, 2010:3)

2.3.2.3 Os Insumos aplicados e o meio-ambiente

“O meio ambiente não é tratado de forma ética porque a natureza é vista como um bem de consumo sem ônus ou custo algum”
Gianetti da Fonseca (*1957-)

“Conservação e aproveitamento racional da natureza podem e devem andar juntos. O desafio é: como conservar escolhendo-se estratégias corretas de desenvolvimento em vez de simplesmente multiplicarem-se reservas supostamente invioláveis? Como planejar a sustentabilidade múltipla da Terra e dos recursos renováveis? Como desenhar uma estratégia diversificada de ocupação da Terra, na qual as reservas restritas e as reservas da biosfera tenham seu lugar nas normas estabelecidas para o território a ser utilizado para usos produtivos? O uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural” (SACHS, 2.000:12). Precisamos de indicadores de progresso que não sejam a métrica monetária cega. (GIANETTI DA FONSECA, 2012:57).

A análise do processo de modernização, apesar dos debates que enseja, pode ser sintetizado em duas conseqüências: (i) os impactos ambientais, com os problemas mais freqüentes, provocados pelo padrão de produção de monocultura como a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos; a (ii), os impactos socioeconômicos, causadas pelas transformações rápidas e complexas da produção agrícola, implantadas no campo, e os interesses dominantes do estilo de desenvolvimento adotado provocaram resultados sociais e econômicos.

O que há de errado, seriamente errado, com o modelo econômico vigente é que ele está calcado no sistema de preços, o grande balizador para produtores e consumidores, determinando o que vale e o que não vale a pena fazer. O sistema de preços é extraordinariamente eficiente como alocador de recursos, direcionando-os para setores nos quais sejam demandados. (Gianetti da Fonseca, 2011:58). E se mostrou enormemente superior ao modelo de planejamento central, adotado na União Soviética durante 80 anos e com resultado desastroso. No entanto, se percebe hoje o sistema de preços padecer de uma falha muito seria, porque deixa de sinalizar de maneira adequada os custos reais envolvidos nas nossas escolhas tanto ao produzir quanto ao consumir.

Há de se considerar os efeitos negativos da aplicação de uma carga ininterrupta de inseticidas e fungicidas na lavoura cacaueira. Até antes da CEPLAC já se aplicava na lavoura por orientação do Ministério da Agricultura, quantidades importantes desses pesticidas. O mais grave desde esse período, o inseticida BHC (Hexa Cloreto de Benzeno) era o único utilizado no combate às pragas do cacaueiro, o qual já era proibido ser aplicado na agricultura dos EEUA e Europa. O BHC era o inseticida preferido dos produtores, pela sua eficácia nos resultados de combater as inúmeras pragas do cacaueiro. Na década de 80, era aplicada em média 9.000T/ano nas áreas ocupadas por cacaueiros. De acordo a OMS o poder residual do BHC é de 500 anos, com efeitos residuais e letais ao meio ambiente e ao ser humano acontecer em curto prazo.

Com a tal modernização, [...] estão nos forçando a dedicar à monocultura [...] Junto [...], estão vindo [...] técnicas agrícolas que não se casam com a natureza. As nossas terras estão [...] mais pobres [...]. Não é justo que continuemos com uma agricultura desse jeito. Nós precisamos ter responsabilidade sobre o futuro e [...] os bens naturais que teremos que deixar para nossos filhos. (ICKERT, 1980 apud GRAZIANO NETO, 1982).

No controle da Podridão Parda⁶⁰, até então a mais importante doença a afetar a produção de cacau, o insumo químico mais adaptado e utilizado na pulverização dos cacauais era o cobre, que em conjunto com algumas práticas culturais, (redução de sombreamento, cobertura dos casqueiros e drenagem das áreas baixas), tinha efeito na redução da infestação dos cacauais. Era aplicada uma media de 320T/ano do cobre nos cacaueiros da Região, produto que se impregnava nos cacaueiros e nas arvores da mata que compõem as roças de cacau, cujo efeito residual ao meio ambiente e ao ser humano se manifesta em longo prazo.

Nas praticas de raleamento de sombra o insumo aplicado era um arboricida, cujo efeito devastador abatia uma arvore em uma semana, começando pelas folhas e partes superiores das plantas, indo se desintegrando e se espalhando pelas roças de cacau. Em menor proporção, também se utilizava herbicida como insumo para controle de ervas daninhas. Tais práticas potencializavam o poder de contaminação dos mananciais do lençol freático e das bacias hidrográficas do sul baiano.

A biodiversidade pode ser vista como um valioso recurso global de grande importância para assegurar o que os cientistas denominam – a teia da vida. (Souza, 1999:7). Devido às perdas nessa área e com a situação agravada pelo nível crescente de extinções é evidente uma parcela significativa da diversidade da vida na Terra poder perfeitamente desaparecer dentro de poucas décadas. É também claro, para os cientistas, essa perda poder trazer sérios impactos negativos para a sociedade (Brady, 1997). As implicações econômicas são óbvias. Elas estabelecem um sólido elo entre desenvolvimento econômico e conservação dos recursos biológicos (WILSON, 1997; BRADY, 1997).

Ressalta-se, que após a utilização massiva dos insumos orientados pela CEPLAC, com vistas ao aumento da produção (Revolução Verde), visando impactos econômicos para tirar a cacauicultura das frequentes crises, o meio ambiente regional fora sensivelmente abalado, pois a flora e notadamente a fauna foram drasticamente afetados. Os animais desapareceram dos cacauais, que viviam em simbiose com a floresta, é tanto algumas espécies nativas da Mata Atlântica, como o jupará, o sagüi, o macaco, preguiça, tatu, paca, cobras e outros chegarem a entrar na lista de animais em extinção na Região. São muitas as evidências das perdas de diversidade biológica no planeta. Myers, (1997:36) – afirma que durante o período de maior concentração de vida na Terra – os últimos 600 milhões de anos – a taxa natural de

⁶⁰ A podridão parda era provocada por um fungo denominado (phythophira palmivora), que durante os períodos de chuvas intensas e temperaturas altas encontrava o ambiente adequado para se desenvolver, através do processo de multiplicação pelas áreas, cujas condições permitiam a sua esporulação e conseqüente contaminação. O fungo era sensível ao cobre, por isso a sua grande utilização para controlá-lo. (CEPLAC, 1975:56).

extinção tem sido da ordem de uma espécie por ano, aproximadamente. “Hoje em dia a taxa é, com certeza, cem vezes maior, podendo até mesmo ser milhares de vezes maior”. Os efeitos nocivos dos produtos, que se depositaram na flora e na fauna da Região ao longo dos vários anos que foram aplicados, são de uma externalidade perigosa, cujas doenças daí advindas ainda não foram motivos de estudos, tanto pela CEPLAC, quanto dos demais órgãos de saúde pública atuante na área por não terem dado importância aos efeitos maléficos da agricultura tecnológica no meio ambiente.

Não há registros estatísticos comprovados do número de trabalhadores infectados pela ação direta desses agrotóxicos aplicados na lavoura. Depoimentos do setor de Assistência Social da CEPLAC dão por conta número considerável de operários do órgão e da Região, que trabalhavam na aplicação desses produtos terem sido acometidos de cânceres linfáticos, estômago e intestino, mas por falta de exames e equipamentos especializados na época não permitiu confirmar a relação direta, mas na prática parte importante desses trabalhadores foi tratada dessa doença. Conforme as Assistentes Sociais do órgão foram necessárias várias intervenções do setor para afastar operários do órgão da atividade em razão dos sintomas constituintes de um leque de doenças que eram acometidos por suspeita de contatos diretos com esses agrotóxicos.

Pode-se adotar um enfoque simplificador para quantificar as externalidades ambientais negativas de acordo a importância do bem perdido ou deteriorado ter para o agro-sistema CAMPANHOLA et alli (1997). Neste caso, o custo da erosão seria dado pelo valor dos nutrientes contidos no solo que foi perdido, ou em outros casos mais graves onde a área torna-se inapta para a agricultura o custo é obtido pelo preço de mercado da área de terra afetada. Entretanto, este tipo de abordagem não mede os danos sobre outros bens e serviços ambientais, como por exemplo, perdas da biodiversidade e, também, não mede outros efeitos decorrentes do processo erosivo que afetam outras partes do ecossistema, como, por exemplo, a contaminação dos recursos hídricos.

Discute-se muito sobre a poluição dos rios infestados por agrotóxicos aplicados na lavoura cacaujeira. Os rios são a fonte de abastecimento de água potável in natura das fazendas e nas cidades da Região. Havia grande infestação de verminose, além da contaminação por inseticidas e fungicidas, que de forma transversa proporcionava algum tipo de debilidade na saúde da população rural. A Saúde pública não aferiu uma relação direta dos agrotóxicos com doenças na Região, por não ter na época áurea da cacauicultura instrumentos de diagnóstico para aferição das causas. Havia uma desconfiança em razão de inúmeros casos de infecções ligados aos intestinos e pulmões dos trabalhadores, que procuravam os serviços médicos do SUS e dos Postos Médicos da Região. A disseminação do uso dos pesticidas na lavoura cacaujeira foi causada pelos estímulos embutidos na política da CEPLAC de ampliar a área plantada e aumentar a produção de cacau oferecido pelo Programa de Expansão da Cacauicultura, o PROCACAU.

2.3.2.4 O PROCACAU

A CEPLAC era vinculada ao Ministério da Fazenda e as suas receitas oriundas da Taxa de Exportação, denominada como Taxa de Retenção, incidindo 10% sobre o cacau em amêndoas e derivados exportados. Em 1974 foi transferida a sua submissão para o Ministério da Agricultura e as suas receitas passaram a ser fornecidas pelo orçamento do próprio Ministério, já que a taxa foi revertida para Imposto. Como tal, não tem aplicação específica, pertence ao Tesouro Nacional. O Decreto que determinou a transferência, além de ratificar suas responsabilidades pela coordenação do programa cacau nos Estados da Bahia e Espírito Santo, também a incumbira de promover a expansão da cacauicultura que julgasse mais adequadas nas regiões do território nacional.

A partir de 1976 o Governo Federal deu início, através da CEPLAC, ao Plano de Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional – PROCACAU, que previa a implantação de 300 mil hectares de novos cacauzeiros e a renovação de outros 150 mil hectares em plantações decadentes e de baixa produtividade da Bahia e Espírito Santo. O projeto objetivava a maximização da produção brasileira para elevá-la a um patamar de 700 mil toneladas de amêndoas secas/ano e garantir a consolidação do Brasil como principal produtor mundial.

Assim, fundamentada nas novas atribuições e responsabilidades, e tendo em vista a impossibilidade das regiões cacauicultoras tradicionais assumirem sozinhas as diretrizes e metas estabelecidas pelos planos de expansão da cacauicultura, a CEPLAC sincronizou seus objetivos com as ações do Governo Federal de apoio e incentivo à ocupação da Região Amazônica e também direcionou para o norte do País uma parcela desse programa.

Com a aprovação do Procacau, a Amazônia foi contemplada com uma meta inicial de 170 mil hectares a serem implantados, obedecendo a seguinte distribuição: Amazonas, 10 mil hectares; Pará, 50 mil hectares; Rondônia, 100 mil hectares; além de outros 10 mil hectares a serem implantados nos Estados do Acre, Maranhão, Mato Grosso e Goiás. Com isso, o embrionário programa de pesquisa e implantação iniciado timidamente anos antes, não só tomou vulto, como também possibilitou à CEPLAC assumir integralmente a responsabilidade pelo fomento e desenvolvimento à cacauicultura nos Estados do Norte.

O objetivo do Programa previa também o aumento da receita da União para US\$ 650 milhões, gerada pelo aumento das exportações de cacau, além de atender a crescente demanda internacional pelo produto até então, haver forte déficit da oferta, sendo favorável aos países produtores tirarem proveito da circunstância atual do mercado com propensão de comprador.

A ampla perspectiva de crescimento, oferecida pelo comércio internacional, e a capacidade da cacauicultura brasileira em responder a essa expansão da demanda apresentam-se como oportunidades de o país ampliar sua participação no mercado mundial. Com efeito, o desempenho brasileiro se mantinha numa faixa de 18% no período 1930/60, decresceu para 11,5% no decênio seguinte. Em decorrência do trabalho realizado pela CEPLAC, e em função de melhor produtividade nas áreas existentes, o Brasil vem se recuperando, tendo alcançado 12,7% no triênio 1970/72 e no último triênio essa média elevou-se para 15,7%. (CEPLAC, 1977:26).

A proposta do Procacau é de colocar o cacau como destaque dos produtos tropicais como uma das melhores alternativas agrícolas, senão a melhor, para a obtenção de receitas cambiais pelos países produtores. O Brasil tem aproveitado satisfatoriamente essa condição do comércio, elevando nos últimos anos, a mais de sete vezes a receita gerada pela exportação desse produto, devido aos melhores preços internacionais e ao aprimoramento da produção decorrente da melhor tecnologia utilizada nas áreas tradicionais de cultivo. (CEPLAC, 1977:26).

No campo social, a expansão da área projetada, além de contribuir decisivamente para a abertura de inúmeras áreas pioneiras, notadamente na Amazônia, proporcionará a criação de duzentos mil novos empregos, dado o alto poder de absorção de mão-de-obra fixa, e benefícios diretos a um milhão de habitantes. (CEPLAC, 1977:27).

De acordo, ainda a CEPLAC, o programa prevê consumir nos dois primeiros anos de execução, recursos financeiros da ordem de Cr\$ 729 milhões (a preços de 1975), assim distribuídos:

Quadro 13. Orçamento do PROCACAU

PERÍODO	CEPLAC	UNIÃO	TOTAL
1977	228	114	342
1978	258	129	387
TOTAL	486	243	729

Fonte: CEPLAC. Elaboração: MENDES COSTA, F.

A assistência financeira programada para o mesmo período foi da ordem de Cr\$ 879 milhões, sendo que Cr\$ 362 milhões em 1977 e Cr\$ 517 milhões em 1978. Para a assistência técnica, com recursos da União, foram fixados em Cr\$ 243 milhões, provenientes dos seguintes programas:

POLAMAZONIA _ 100 milhões

POLONORDESTE – 143 milhões

A política governamental para o cacau inclui:

- * recuperar a posição do Brasil no mercado mundial;
- * elevar as receitas cambiais provenientes da exportação do cacau;
- * promover o aperfeiçoamento econômico-social da lavoura cacaueira;
- * definir e criar novos polos de produção de cacau no país;
- * incentivar a introdução e desenvolvimento de alternativas agroindustriais nas tradicionais regiões produtoras de cacau; e
- * participar do fortalecimento da infraestrutura das regiões produtoras de cacau.

Nesta amplitude, a CEPLAC atua no sentido de conciliar os interesses imediatos dos lavradores com os de estímulo à produção, adotando uma política permanente de exportação, sem perder de vista o desenvolvimento das regiões produtoras e os superiores interesses da política econômica nacional.

2.3.2.5 A crise dos preços, a incidência da vassoura de bruxa em 1988 e as políticas de controle.

“Aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo”

George Santayana (1863-1952)

Repetindo o que aconteceu em 1957, como causa da criação da CEPLAC, 30 anos depois esse órgão é desafiado pelas mesmas dificuldades do passado. Desta vez, as causas, cujas semelhanças vinham a representar a mais violenta crise na economia regional, reproduziam sintomas muitas vezes elevados comparados há 30 anos. O tema volta a ser exortado, apesar da similaridade das causas, a discussão vai ao encontro de um foco, que insere o órgão como base de aprofundamento para a instalação da crise regional ocasionado pela imperícia em limitar a capacidade endêmica de uma doença que a Região temia. A crença enraizada no produtor da indissolubilidade da lavoura, por entendê-la como uma atividade, cuja simbiose com o meio em que vive independente das variáveis exógenas, resistiria a ação da natureza de cuja associação já decorria mais de 100 anos em que crises de produção jamais a anularam, apesar dos problemas que proporcionaram aos agentes envolvidos com a sua exploração.

Desta feita, os preços, fator decisivo na consecução de crises voltaria a afetar decisivamente no desempenho da cacauicultura. Concomitantemente, a mais temida doença da lavoura, a vassoura de bruxa, se instala na Região contaminando os cacauais de tradicionais e importantes municípios produtores. Tal evento veio a dizimar preponderantes áreas da lavoura, promovendo a queda de 2/3 da produção. Com tais acontecimentos, o produtor foi apanhado de surpresa, mesmo porque, os preços isoladamente ocasionariam uma crise financeira, como fora de outras oportunidades, a vassoura, porém veio solapar a estrutura de produção, não encontrando saída para debelá-la. A crise dura aproximados 25 anos sem solução a vista para dirimir o desequilíbrio provocado na economia regional.

O final dos anos de 1980 teve o seu fechamento coroado com a mais danosa crise da lavoura cacaueira baiana, a qual consternou a todos os setores da economia regional, cujos malefícios atingiram a toda população regional, promovendo além do desequilíbrio econômico, graves problemas sociais, inclusive já descritos no Capítulo I desta pesquisa.

Os seguintes acontecimentos foram os mais danosos para a cacauicultura baiana:

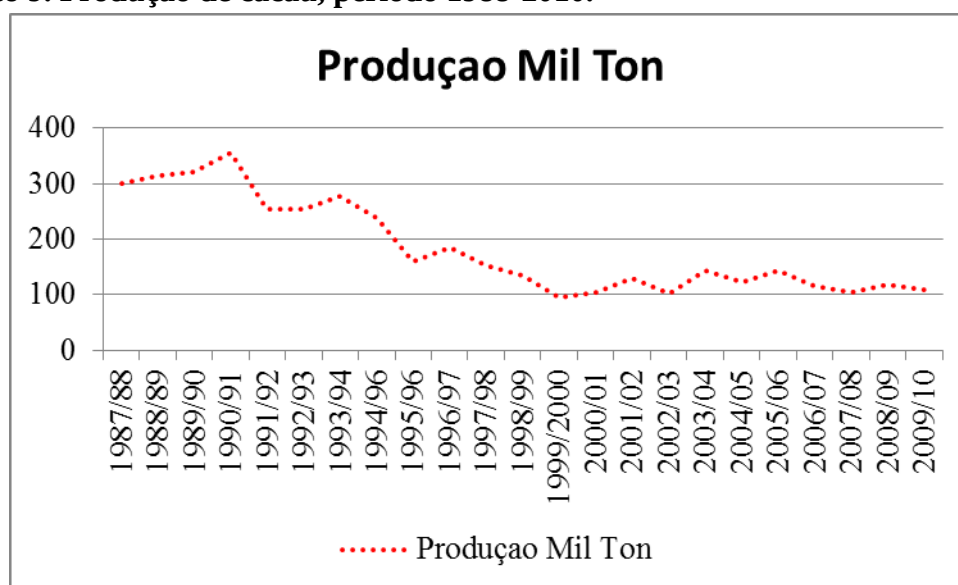
- (i)- Acentuada queda nos preços;
- (ii)- Infestação da lavoura pela doença “Vassoura de Bruxa”.⁶¹

Esses dois fatores foram responsáveis pelos seguintes problemas na lavoura cacaueira:

- (a) Queda vertical da produção;

A situação da lavoura em termos produtivos em razão da infecção pela Vassoura de bruxa foi a mais crucial dentre todas já acontecidas com a cacauicultura. Antes, a produção variava para cima e para baixo, sempre ligada a fatores climáticos ou por tratamentos mal aplicados. Desta vez, conforme demonstra o gráfico 9, a queda de produção é verticalizada, a ponto de $\frac{3}{4}$ da produção ser dizimada pela doença, conforme os dados abaixo:

Gráfico 9. Produção de cacau, período 1988-2010.



Fonte: CEPLAC/SEAGRI, 2011. Organização: MENDES COSTA, F.

O gráfico acima apresenta o resultante da incidência da vassoura de bruxa. A partir de 1988 a produção de cacau sofre uma queda vertical da ordem de 75%, passando de 400 para 80 mil toneladas, refletindo situação de total debilidade econômica na área de influência da cacauicultura.

- (b) Acentuada descapitalização e definido grau de endividamento dos produtores

Dados da CEPLAC⁶² dão por certo no ano de 1994, o setor bancário regional ter de crédito junto aos produtores o valor de R\$ 200 milhões. Com o novo pacote orientado para

⁶¹Em 1989, foi detectada, no sul da Bahia a doença denominada Vassoura-de-bruxa, causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa*, a qual se atribui como a principal praga responsável pela queda da produção brasileira de cacau nos últimos anos.

rebaixamento de copa dos cacaueiros o débito da lavoura em 1998 alcançou a cifra de R\$ 800 milhões, correspondentes a 05 safras do produto;

- (c) Fraca competitividade do produto pelos custos de transação determinantemente altos;

Os preços praticados pelo mercado exportador chegavam aos níveis mais baixos da história da lavoura, cujos preços não compensavam produzir cacau com o mínimo pacote tecnológico. Os preços aviltados promoviam a elevação dos custos da atividade, situação ocasionador da falência das propriedades, por conseguinte até o seu abandono.

Nessas condições o cacau se transformava da posição do mais importante produto agrícola estadual, a condição de igualdade aos cultivos de menor valor econômico e social.

Assim o cacau foi reduzido a:

- (d) Perda de importância na participação relativa do produto do Estado da Bahia;
- (e) Falta de interesse por parte dos governos federal e estadual em estabelecer uma política específica, em função da perda de importância do produto na pauta de exportação brasileira;
- (f) A formação de arranjos organizacionais cooperativos por meio da perspectiva dos laços sociais no sul da Bahia sempre estar atrelado a compensações de curto prazo.

A dinâmica que orientou e conduziu o complexo sistema econômico do cacau – produção, exportação, comércio e indústria – sistema estável durante toda a história do cacau, quando das suas relações de afinidades, fato de marco substancial na vida da cacaucultura. Não estabeleceu derivações que pudessem dar suportes para resguardar a lavoura dessa crise, Garcez & Freitas (1975:71), (Mendes Costa, 2002:33) e desta vez se conotou pela debilidade tecnológica da CEPLAC, como órgão de defesa do cacau claudicou nas salvaguardas para impedir a sua infecção por uma doença já conhecida no país e que faz parte da cultura do cacau.

Na análise de Menezes & Carmo Neto (1993:10), pelo fato do cacau ser um produto de forte inserção global, a crise interna implica numa imagem em decadência com relação à produção mundial; também a perda líquida de produção, transferência direta de divisas para países ou regiões (antes) menos competitivos, queda progressiva na participação do mercado mundial e redução na capacidade de investimento, portanto, no longo prazo também perdendo competitividade e contribuindo para aumentar o *gap* (tecnológico e produtivo) já existente.

As crises cacaueiras são creditadas a dois fenômenos tradicionais, a de natureza conjuntural e outro de natureza estrutural, como consequência, reflexos negativos nos níveis regionais de investimentos, renda, emprego, poupança e consumo, acentuando a pobreza e reduzindo o crescimento econômico e a sua auto sustentação. Desta vez, o desemprego e o êxodo rural se constituem em duas das consequências danosas provocadas pela crise que se abate sobre a agropecuária da região desde o final dos anos 80. De acordo a Dimensão

⁶² Relatório da CEPLAC/CENEX demonstram os valores financiados aos produtores pelas agências dos Bancos: Brasil, Nordeste e Estado, bancos estatais que operavam os financiamentos agrícolas na Região.

Consultoria (1997:15) por efeito deste fenômeno os agronegócios reduzem em 67% a absorção da mão de obra (entre 1980 e 1996 os postos de trabalho decaem em 65%), ou seja, dois terços da força de trabalho vão constituir exércitos da terra.

A região por mostrar-se bastante vulnerável aos efeitos estruturais e conjunturais da monocultura não desenvolveu outras potencialidades capazes de contrabalançar os impactos das crises cíclicas e frequentes desequilíbrios de preços, pois o cacau como commodity é um produto de vantagem comparativa, não conseguiu sair dessa dependência. Acrescenta-se a isto, a existência de excedente de estoques provocados por novos países produtores, cada vez mais dependente da comercialização por pequenos grupos de compradores.

Como o Estado brasileiro, por excelência é o provedor de políticas e leis de intervenção no mercado, não priorizou o cacau como produto sob proteção de normas comerciais como feitas a outros congêneres nacionais. Isso denota a pouca força do produto nas esferas governamentais, representando o fraco elo político da Região produtora com as esferas de poder. A relação entre Estado e sociedade civil, pode ser expressa em duas teses, de acordo com Bresser-Pereira (2010). Primeiro, o Estado é o instrumento de ação coletiva por excelência da sociedade politicamente organizada; é através dele que a sociedade realiza seus objetivos políticos. Assim, a nação e a sociedade civil são os agentes, constituem a variável independente, enquanto que o Estado é o instrumento. Segundo, a ação através da qual a nação ou a sociedade civil reforma o Estado é a política; é através dela que os cidadãos reformam permanentemente o Estado; é através da permanente reforma do Estado e da permanente discussão das normas e dos valores que cidadãos mudam a sociedade e promovem o progresso.

Dagnino avalia: [...] o impacto da sociedade civil sobre o desempenho do Estado (governance) é uma tarefa que não pode se apoiar num entendimento abstrato dessas categorias como compartimentos separados, mas precisa contemplar aquilo que as articula e as separa inclusive aquilo que une e opõe as diferentes forças que as integram, os conjuntos de interesses expressos em escolhas políticas: aquilo está sendo aqui designado como projetos políticos.

Estímulos externos à agricultura engendram sobre ela, evidentemente, reações variadas, em função do meio em que está inserida, do nível tecnológico, da estrutura de comunicações, transportes e comercialização etc. Souza (1999:123). Porém, existindo interdependência entre o crescimento agrícola e o resto da economia, o desenvolvimento agrícola exerceria um papel ativo no desenvolvimento econômico. Desse modo, a expansão agrícola (incluindo outros cultivos) estimularia a indústria, o comércio e os serviços em todos os municípios da microrregião cacaueira. Tal modelo poderia ser comprovado acaso o cacau continuasse como a sua principal fonte de riqueza como fora até a década de 90, mesmo a lavoura sendo uma grande concentradora de riquezas (22 mil produtores) tinha o efeito benéfico de ser grande empregadora (200 mil trabalhadores rurais e 1.5 milhão de população rural) num território de 90 municípios e 3 milhões de habitantes. MENDES COSTA, (2002:41).

2.3.2.6 Programa de Controle da Vassoura de Bruxa

Com a infestação da vassoura de bruxa, a partir de 1988, a queda de produção provocada pela doença e os preços aviltados do cacau sufocavam o produtor já esvaído pela perda de receita, chegando a considerar a atividade cacaueteira como um retorno a pior crise econômica em toda a sua história, aliás, foi um período de abandono das fazendas, fato que veio a preocupar decididamente a CEPLAC, que para saná-la viabilizou um novo programa como instrumento de contenção da crise que se avizinhava como a mais arrasadora na Região Cacaueira.

Era missão da CEPLAC preparar novas orientações técnicas, desta vez, através de recomendações para barrar o avanço da incidência da vassoura de bruxa, se constituindo como a primeira política com essa finalidade, tendo como premissa a indicação de técnicas caracterizadas pelo rebaixamento da copa do cacaueteiro, acompanhado da aplicação de fertilizantes e fungicidas, estendido de forma indiscriminada a todos os níveis de produtores, através de crédito agrícola junto aos bancos oficiais.

A referida técnica se apresentava como a solução do problema da cacauicultura. Foi totalmente adotada pelos produtores, pois acreditavam na CEPLAC e necessitavam deter de imediato o avanço da vassoura de bruxa. Passados dois anos, a orientação do órgão se mostrava ineficaz, e o pior, aniquilou extensas áreas de cacauais provocando prejuízos irremediáveis ao produtor, cujas consequências, além da perda de cacauais e produção, o endividamento bancário sem condição de liquidá-lo. A partir daí, a crise se acentuou não aportando novo socorro por parte do poder público. A referida situação começou no governo FHC, passaram os dois governos de Lula e os adjutórios proporcionados pela União foram de empurrar apenas os prazos de pagamento, continuando o produtor endividado e sem poder contrair novas modalidades de financiamento para a recomposição da lavoura.

O produtor debilitado e sem poder aplicar novas práticas tecnológicas, aliado ao esvaziamento da CEPLAC, que nesses quase 25 anos de crise, se dedicou a pesquisar novas variedades de plantas, através da engenharia genética, visando resistência à doença e ao aumento de produção. Os resultados das pesquisas, porém, ainda não ofereceram plenamente o material desejado pelo produtor.

A dificuldade do órgão em prover as limitações técnicas e financeiras da lavoura deixou o produtor “num beco sem saída”, no dizer regional, pois havia chegado ao ápice das dificuldades, sem um pacote tecnológico e sem crédito para custear as práticas de produção. Além do mais se esgotava as articulações para sensibilizar o governo federal a abrir novas linhas de financiamento para conter o avanço da doença nos cacauais da Bahia, fato motivador para o governo baiano inserir no seu programa agrícola, uma política que amparasse o cacau.

2.3.2.7 Programa Baiano de Tecnologia Apropriada -PBTa

O PBTA como uma política do governo da Bahia para incentivar a produção de diversos arranjos produtivos⁶³ no estado, através de programas técnicos, cujo objetivo é fomentar o desenvolvimento socioeconômico do Estado reduzindo a distância entre o conhecimento científico e tecnológico da base produtiva, permitindo a capacitação e a difusão de tecnologias apropriadas e consequentemente a melhoria na qualidade de vida das populações beneficiadas, cujos resultados visam:

- Contribuir para a elevação da competitividade com sustentabilidade socioeconômica e ambiental da unidade produtiva familiar;
- Apoiar organizações sociais de interesse público com atuação nas áreas urbana e rural, através de fóruns e conselhos municipais de desenvolvimento sustentável, mediante o atendimento das demandas de capacitação e de apoio técnico de suas respectivas clientelas;
- Proporcionar a melhoria econômica e social de pequenos produtores rurais nas áreas periféricas, através da implantação de agrovilas estruturadas para a produção, processamento agroindustrial e comercialização de seus produtos;
- Promover a modernização dos processos produtivos dos pequenos produtores e das micro e pequenas empresas absorvidas pelo programa, objetivando ganhos de qualidade e produtividade e a inserção dessas empresas na atividade exportadora de forma sistemática.

Uma definição construída coletivamente esclarece que as Tecnologias Apropriadas-TAs também chamadas de Tecnologias Sociais-TS são um conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida (LASSANCE & PEDREIRA, 2004:14). Dagnino, (2004: 8), complementa o conceito como um processo de inovação a ser levado a cabo, coletiva e participativamente pelos atores interessados na construção de um cenário desejável, se aproxima de algo que se denominou em outro contexto, “inovação social”, entendido ali a partir do conceito de inovação, concebido como o conjunto de atividades que pode englobar desde a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico até a introdução de novos métodos de gestão da força de trabalho, tendo como objetivo a disponibilização por uma unidade produtiva de um novo bem ou serviço a sociedade. No dizer do autor é hoje recorrente no meio acadêmico e cada vez mais presente no ambiente de *policy making*.

⁶³ Com esse objetivo foi criada a Rede de Apoio aos Arranjos Produtivos do Estado da Bahia, que reúne as Secretarias Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri), Indústria, Comércio e Mineração (SICM), Planejamento (Seplan), Sebrae, Fieb/IEL, Centro Internacional de Negócios da Bahia (Promo), Desenhahia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e o Laboratório para o Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (Labap/Unifacs).

Para serem eficientes na agricultura moderna, de acordo Trouvé (2007:5-6) os produtores necessitam renunciar parte de seu saber tradicional e se apropriar de um novo saber, constituindo-se num processo de (re) profissionalização. Tal processo ocorre no ritmo das exigências do mercado e não no da maturação de um aprendizado ou do saber reelaborado, levando muitas vezes à perda do saber técnico herdado. O reconhecimento neste processo ocorre à exclusão de parte dos produtores, deve-se a fatores ligados à imposição de condições tecnológicas e de valores, símbolos e hábitos racionais que alteram os tradicionais. Este processo, com dimensões objetivas e subjetivas, se opera, ao mesmo tempo, pela exaltação da competitividade do mercado e pela adoção de identidade profissional. O Relatório do PBTA publicado pela Rede de Tecnologia Social mostra os itens que formatam o programa baiano, devendo ser entendido como parte dos princípios discutido por Trouvé:

2.3.2.7.1 Premissas Básicas do PBTA:

Diante dos gargalos apresentados para cada atividade, o Programa Baiano de Tecnologias Apropriadas fundamentou-se como uma ferramenta de articulação e alicerce, proporcionando maior interação entre os diversos atores que participam dos processos produtivos do Estado da Bahia, desenvolvendo ações conjuntas para garantir melhor definição de foco nas ações de suporte aos Arranjos Produtivos Locais (APL's)⁶⁴ e setores produtivos considerados estratégicos, alavancando maior volume de recursos, controlando e definindo sua aplicação.

No Brasil, essa agenda, especialmente a pautada pelo enfoque neo-schumpeteriano, privilegia o caráter local da inovação e a importância da interação e cooperação para o processo de geração e difusão de inovações intensificar, desenvolver o conceito de Arranjos Produtivos Locais como uma extensão do conceito evolucionista de Sistemas de Inovação (SI) desenvolvido por FREEMAN (1988:28).

A premissa básica de direção dos esforços à modernização tecnológica e desenvolvimento do Estado foi o envolvimento dos processos na busca de melhorias socioeconômicas juntamente com a preservação do meio ambiente. Tomando por referência a sua integração com o processo educacional, o Governo da Bahia considerou CT&I como o

⁶⁴ Segundo a RedeSist (2005), Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção a financiamento, etc.

conceito básico para fundamentar alguns dos poucos e muito eficazes instrumentos capazes de promover uma redução das desigualdades regionais dentro do estado, gerando uma dinâmica virtuosa de crescimento econômico. Tais instrumentos estão contemplados em ações dentro deste Programa. Entre eles, destacam-se as ações de capacitação e de serviços tecnológicos, permitindo em última instância, o acúmulo de conhecimento estratégico de forma alterar o perfil econômico, estimulando novos ciclos, tornando-os particularmente importante para regiões mais pobres e menos dinâmicas.

Este novo paradigma da economia regional (Gehlen, 2008:4) enfatiza a questão das externalidades positivas proveniente da aglomeração produtiva, já enfatizadas por Marshall (1890), como também, sofre uma forte influência do pensamento de Schumpeter (1942) e da corrente evolucionista neo-schumpeteriana, sobretudo se referindo às peculiaridades dos processos de inovação no desenvolvimento regional (PIORE; SABEL, 1984; STORPER, 1994; CASSIOLATO; LASTRES 2003; SCHMITZ, 1997).

2.3.2.7.2 O PBTA e o desenvolvimento da cacauicultura na Bahia

Destacamos para análise, dentre os diversos atendidos no Estado, 01 (um) deles, sendo o cacau, pela abrangência social e econômica que se constitui dos mais importantes no Estado. A Região Cacaueira constitui um bom exemplo de polo produtor de uma commodity agrícola tradicional. A partir da crise desde o final da década de 80, vem passando por um processo de reconstrução, ou “reinvenção” de sua organização produtiva. Para tanto, o Governo do Estado vem procurando recuperar este setor, agravado por uma crise que influenciou toda a cadeia produtiva, atingindo desde o setor de fertilizantes e defensivos, à indústria de beneficiamento e o comércio regional.

Devido à crise, a produção baiana caiu de 420 mil toneladas em 1985 (85% da produção nacional) para 96 mil toneladas na safra 1999/2000. A região produtora de cacau da Bahia ocupa uma área de 600 mil hectares inserida em 90 municípios do sul e sudeste baiano. No início da crise do cacau, a região era considerada eminentemente rural, do total da população 60% residiam no campo. Essa população se resumiu a 20%, significa ter essa mão de obra sido liberada para o meio urbano provocando um inchaço nas cidades da região, proporcionando um caos na estrutura urbana e social das grandes cidades, que compulsoriamente tiveram de aportar esse contingente populacional migrado do campo. Esse perfil demanda o apoio para este setor se reestruturar, pois as culturas tradicionais ainda são responsáveis pela geração de boa parte do emprego no espaço rural baiano. Mendes Costa, (2002:18).

Cabe destacar a implantação, pelo Governo do Estado da Bahia em parceria com o Governo Federal e o Banco do Brasil, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, em 1995, e sua reorientação estratégica, em 1998, quando foi incorporada a diretriz de renovação da lavoura via clonagem de mudas resistentes. Essas mudas serão multiplicadas pelo Instituto Biofábrica de Cacau, experiência pioneira em todo o mundo no que se refere à multiplicação contínua de mudas de cacau, em escala industrial.

Dentre os arranjos de cooperação construídos com o objetivo de amparar a lavoura, destaca-se a formação de um consórcio interinstitucional de pesquisa, coordenado administrativamente pelo Governo do Estado da Bahia, via SEAGRI, aglutinando competências da UESC, da UNICAMP e, também, da CEPLAC, para o mapeamento do DNA do cacau e do fungo causador da doença vassoura-de-bruxa batizado de “Rede Genômica do Estado da Bahia”. Porém não se pode esquecer a queda expressiva da produção devido à falta de financiamentos contratados pelo Banco do Brasil, respeitando os cronogramas estabelecidos em contrato; esgotamento da capacidade de endividamento da maioria dos cacauicultores; limitações da capacidade de produção da Biofábrica; ineficiências e baixa capilaridade do sistema de extensão; ausência de relações cooperativas entre o elo agrícola e o elo de processamento. Tais dificuldades justificam a inserção da atividade cacauífera dentro do PBTA vez as políticas de C&T serem cruciais ao desenvolvimento desta atividade. (RTS - RELATÓRIO TÉCNICO, 2004:3).

O PBTA CACAU teve como Objetivo geral a geração e adaptação de tecnologias que aumentem a eficiência do manejo de plantações de cacau principalmente na condução e proteção da planta assim como no aproveitamento integrado do fruto de cacau e seus derivados, fundamentado em estudos de mercado.

Quanto ao manejo da cacauicultura traçaram-se os seguintes Objetivos Específicos, visando adaptar algumas praticas rotineiras dentro de um novo *modus operandi*:

- Desenvolver um sistema de poda que permita a formação de copa equilibrada, que permita a penetração de radiação solar e que não compita com seus vizinhos.
- Desenvolver duas recomendações preliminares de fertilização, uma orgânica e outra inorgânica, para nutrição do cacau até 2004;
- Aperfeiçoar uma técnica de poda de formação e de condução de plantações de cacau clonal; 2004;
- Aperfeiçoar dois protocolos de multiplicação de mudas de cacau em viveiros, até 2004;
- Selecionar dois substratos alternativos utilizando matéria prima regional que sejam eficientes e mais baratos.
- Controlar em 100% as invasoras nas plantações de cacau.
- Aumentar a concentração de nutrientes no solo através de adubo verde.
- Avaliar a eficiência de 2 pulverizadores costais manuais a jato lançado no controle da infecção, vassoura-de-bruxa, nos frutos, 2003;

2.3.2.7.3 Transferência de tecnologia

- * Compilar sob a forma de **Manual de Cultivo do Cacaueiro** as tecnologias atualizadas sobre o cultivo e beneficiamento em 2003;
- * Publicar 1 Manual de Cultivo do Cacaueiro em 2004;
- * Realizar 200 treinamentos, 20 seminários, 10 dias de campo, 100 palestras para divulgação de novas tecnologias, 2003 e em 2004.
- * Formar 200 facilitadores em técnicas de manejo e aproveitamento do fruto do cacaueiro em 2004.

2.3.2.7.4 Mercado

- * Determinar a viabilidade econômica e financeira do chocolate não tradicional em 2003;
- * Determinar viabilidade econômica e financeira para os subprodutos de cacau em 2003/04. .
- * Estudar os diversos fluxos de opções de produção de subprodutos, determinando qual o de maior valor agregado para o produtor em 2003/04;
- * Estudar os principais entraves ao desenvolvimento da agro-industrialização, propondo medidas sustentáveis para o seu funcionamento em 2003/04.

2.3.2.7.5 Resultados da Implementação do Programa Cacau

De acordo Relatório Técnico FAPESB (2004:3) foi elaborado um projeto cooperativo encaminhado e aprovado pela FINEP para dar suporte ao APL Cacau. Os Recursos envolvidos no projeto foram de R\$ 936.638,21, sendo R\$ 650.748,00 recursos aplicados pela FINEP, R\$ 249.622,11 advindos da FAPESB e 36.268,10 da UESC. A seguir são apresentadas as atividades desenvolvidas no projeto Cacau:

- * Determinação da época e tipo de poda em cacaueiros clonados com ramos plagiotrópicos.
- * Respostas de clones de cacau tolerantes à vassoura-de-bruxa, à aplicação de N, P, K e Ca+Mg.
- * Determinação de substratos alternativos no enraizamento de estacas de clones de cacau tolerantes a vassoura-de-bruxa.
- * Eficiência de utilização de nutrientes na interação enxerto x porta-enxerto n de cacaueiros tolerantes à vassoura-de-bruxa.
- * Cultivo não convencional de clones tolerantes a vassoura-de-bruxa

Os referidos trabalhos permitiram ao produtor renovar as práticas costumeiramente usadas na lavoura. Assim, (CEPLAC, 2006) foram renovados mais de 200 mil hectares com clones adaptados. A safra 2005/2006 produziu 120 mil/t e a perspectiva de que se eleve a 150 mil/t na safra 2008/2009. Há de se considerar, que as referidas tecnologias são disponibilizadas a todos os produtores, independente do seu tamanho e da sua localização.

A ação das políticas públicas implantadas para estimular a formação de APLs na Bahia poderá contribuir para a obtenção de vantagens competitivas, advindas dos processos de interação, por parte das empresas agrícolas inseridas nos arranjos, na medida em que as condições institucionais e culturais particulares permitam o intercâmbio de conhecimento, sobretudo o conhecimento tácito fundamental para o processo inovativo.

A Tecnologia Social como orientadora da PCT baiana tem como premissa direta à promoção do desenvolvimento social, notadamente no meio rural. Buscou neste caso, apoiar ações que conectem diretamente a produção do conhecimento com as demandas sociais. Supera-se, desta forma, a relação indireta entre o empreendimento científico-tecnológico e o desenvolvimento social. Isto é, a intermediação da ação da política pela empresa privada, como constituinte da condição de reprodução do capital e da apropriação privada do excedente econômico.

As empresas atendidas pelo Programa baiano se comportam como meras receptoras de assistência técnica, onde a prevalência do técnico, do pesquisador, do extensionista está além da participação do produtor, quase sempre aguardando a indicação de novas tecnologias, em princípio geradas pelas Universidades e Centros de Pesquisas baianas para serem aplicadas na propriedade. No exemplo do cacau, se observa as tecnologias pesquisadas pela CEPLAC, utilizando o potencial científico do Centro de Pesquisas do Cacau vir desenvolvendo pesquisas genéticas para identificar um produto resistente à vassoura de bruxa. Os resultados do esforço técnico do órgão são repassados a Biofábrica, como instrumento industrial do sistema para produzir as mudas de cacau e distribuí-las aos produtores. Marques, (2006:8) aduz a forte legitimidade da racionalidade burocrática e o saber técnico-científicos outorgados aos técnicos das empresas de assistência técnica e extensão rural. Reforçada pelo conhecimento do grupo social para o qual as intervenções públicas se orientam. Estas competências lhes permitem, incessantemente, impor seus pontos de vista ao conjunto dos agricultores.

Na experiência do cacau, no início da crise da lavoura, a CEPLAC orientou uma técnica de rebaixamento de copa do cacaueiro como alternativa de recuperação e de aumento da resistência da planta a doença, cuja aplicação demandou vultoso investimento do produtor, financiado junto ao crédito bancário, graças à política específica do governo federal para a cacauicultura. O método foi um desastre, não combateu a doença, nem elevou a capacidade de produção da lavoura, instalando uma verdadeira derrocada ao provocar o endividamento dos produtores e a quase destruição da lavoura, além da desilusão generalizada em acreditar nas novas tecnologias sugeridas pela CEPLAC, até então o órgão máximo da lavoura, em termos de pesquisa e assistência técnica.

Em razão dessa conjectura, o governo estadual ao criar o PBTA tenta inovar os métodos de assistência técnica acoplando o saber rural no conjunto de medidas para se estabelecer redes de orientação, a partir da experiência do próprio agricultor, através de

Tecnologias Apropriadas. Há experiências de pesquisas de produtores, através de tentativas isoladas ou em redes terem criado algumas tecnologias, cujos resultados têm se mostrado positivos em termos do aumento da produtividade e da resistência da planta ao vírus da vassoura.

Verificou-se no transcurso do Programa o predomínio do efeito top down das políticas públicas, onde todas as ações foram iniciativas do Estado, o agricultor se perfilava como repositório das orientações emanadas das organizações conectadas ao Programa.

Com o destaque dos movimentos sociais na formação da agenda dos demandadores e formuladores dos bens e serviços gerados pela C&T passou a ser desafiador para as organizações do terceiro setor como um ator importante na concepção de políticas públicas, razão do envolvimento e maior participação desse ator, que passou a compensar e dignificar a eficiência do sistema para corresponder às expectativas dos desafios tecnológicos e científicos de alta complexidade e elevado impacto econômico e social.

Nessa caminhada o produtor de cacau criou uma entidade (Associação dos Produtores de Cacau- APC), para intermediar os interesses da lavoura junto ao PBTA, reivindicar novas ações, fazer uma maior interação junto aos órgãos de pesquisa (CEPLAC, Biofábrica, Universidade) e ampliar o nível de discussão dos temas junto ao próprio associado, através de uma rede de comunicação, via internet, que passou a se constituir como fórum de debates do produtor.

Assim, consideramos estar o PBTA cumprindo as premissas caracterizadas, ao permitir ao produtor participar da avaliação do programa não somente como coadjuvante, mas acima de tudo como ator importante na determinação dos resultados das metas propostas, atuando satisfatoriamente como policy makers do processo de tomada de decisão. É como ressalta Flexor & Leite (2006), os gestores e políticos, podem pressionar o responsável pela introdução de uma reforma da política, no intuito de limitar o escopo da proposta de alteração. Eles podem também modificar os procedimentos de organização do processo decisório ou produzir regras e normas (sociais e políticas) que limitam drasticamente a classe de opções possíveis. A APC ao conquistar uma posição no Conselho de Avaliação do PBTA baiano deu destaque ao problema do cacau como prioridade para amparo das políticas a nível estadual, não obstante o Programa não ter ainda indicado resultados que promovessem aumento de produção satisfatório com as expectativas da sua premissa, vez não ter alinhado tecnologia

com crédito para ter o alcance necessário para impactação no aumento da capacidade produtiva das propriedades cacaueiras.

Desta forma, concluímos que as políticas públicas introduzidas para amainar a infestação da vassoura de bruxa, apesar do objeto de sua missão, elas tiveram dificuldades operacionais para livrar a lavoura da endemia que a abateu. Por essa razão, a Região ressentida da ausência do Estado em prover uma nova política capaz de oferecer os mecanismos para realavancar a cacaucultura, através do reequilíbrio financeiro do produtor. O que quer dizer, uma política de crédito, onde o refinanciamento dos débitos da lavoura seja o próximo ato de auxílio a combalida economia regional.

CAPITULO III

3. SISTEMATIZAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO, ESTRUTURA DE PODER DA LAVOURA CACAUEIRA

Este capítulo tem a função de explicar como aconteceu a organização da atividade cacaueira, sendo destaque a participação da CEPLAC como iniciadora das providências para estruturação modernizada da economia cacaueira, sobretudo pela sua história de crise, que se apresentava tacitamente como uma atividade de coleta. A CEPLAC como programa de recuperação da lavoura cacaueira se dimensionou como uma Agência de Desenvolvimento. Como tal, estabeleceu sinergias capazes de modificar o status até então ostentado pelo cacau. Assim, arregimentou recursos financeiros e humanos fundamentais para arrancar do sul da Bahia a pecha de um território problema, vindo a colocá-lo como o mais fausto, tornando-o o mais importante e pujante do Estado da Bahia até o final da década de 1980, quando em razão da vassoura de bruxa perde a sua expressão econômica.

Aqui serão analisados os passos da sistematização do funcionamento da economia cacaueira nacional, as organizações, representações e elos do sistema, a sua organização, as regras, a formalização do funcionamento da economia do cacau. As condições para a etiqueta da estrutura de poder e como ela foi exercida, tanto antes, quanto após a instalação da atual crise regional.

O PROCACAU foi à política pública que criou o mais forte Programa de desenvolvimento da cacaucultura no Brasil. A sua execução promoveu a grande

transformação da cadeia produtiva do cacau, que para se expandir necessitava estruturar a sua economia para cumprir os objetivos traçados. Assim, o fato do cacau brasileiro (88%) destinar-se ao suprimento de mercados externos, o governo federal orienta a política de produção para duas grandes missões:

- (i) Amparo às áreas de produção (desenvolvimento socioeconômico regional)
- (ii) Maximização de receitas cambiais provenientes de maiores volumes de exportação.

Dessa forma, a economia cacauzeira das principais regiões produtoras brasileiras tem os seguintes componentes, nas quais se estrutura:

- Subsistema de Produção de Cacau
- Subsistema de Infraestrutura Agrícola
- Subsistema de Apoio Creditício
- Subsistema de Comercialização (Externa e Interna)
- Subsistema de Relações Internacionais
- Subsistema de Político-Normativo

O Subsistema Político-Normativo, como tal, tinha a participação do Governo Federal e organizações de pressão, cabendo ao primeiro, às atividades de controle e supervisão, conforme a seguir:

Controle

- CEPLAC, no Subsistema de Produção de Cacau;
- BACEN, no Subsistema de Apoio Creditício;
- CACEX no Subsistema de Comercialização Externa
- Ministério das Relações Exteriores no Subsistema de Relações Internacionais

Supervisão

- Ministério da Agricultura, no Subsistema de Produção de Cacau;
- Conselho Monetário Nacional (CMN), no Subsistema de Apoio Creditício;
- Ministério da Indústria e do Comércio, através do Conselho Nacional de Comércio Exterior (CONCEX), no Subsistema de Comercialização Externa;
- Ministério das Relações Exteriores, no Subsistema de Relações Internacionais.

As organizações não governamentais de pressão, que também fazem parte do subsistema Político-Normativo são:

- Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau; (CCPC)
- Comissão de Comercio de Cacau da Bahia; (COMCAUBA)
- Associação Brasileira das Indústrias de Cacau (ABIC);
- Sindicato das Indústrias de Chocolates e Balas de São Paulo (SICAB);

- Comitê Nacional de Expansão do Consumo Interno do Chocolate (CONEC);
- Sindicatos Rurais Patronais;
- Sindicatos Rurais de Trabalhadores;
- Federação da Agricultura do Estado da Bahia;
- Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo;
- Confederação Nacional da Agricultura;
- Associação Baiana dos Exportadores de Cacau (ABEC)

Este subsistema relaciona-se com todos os outros Subsistemas e é um dos propulsores do crescimento da economia cacaueira. Sua responsabilidade além de incluir atividade reguladora, controladora e supervisionadora, se estende à justiça social (Sindicatos Rurais dos Trabalhadores).

As decisões sobre a política de cacau e seus derivados em qualquer Subsistema, são postas em prática após exame das consequências de seus efeitos sobre outros Subsistemas, e complementadas com medidas adequadas à manutenção do equilíbrio do seu inter-relacionamento. (CEPLAC, 1977:34)

Apesar do envolvimento das entidades representativas dos produtores e de Trabalhadores no Subsistema Político-Normativo, verifica-se a participação do governo e da iniciativa privada (representantes da Indústria e do Comércio) preponderar sobre as classes representativas do cacau (produtores e trabalhadores), denotando certa influência dessas entidades na montagem de programas e de orientação dos caminhos da CEPLAC, podendo contrariar interesses da lavoura, acerca de eficácia das medidas planejadas. Registre-se que o referido sistema funcionou até a década de 80, pois com o desmoronamento da cacaucultura baiana e o enfraquecimento da CEPLAC, deixou de exercer a funcionalidade antes presente nos assuntos ligados ao cultivo. Isto quer dizer, o governo foi presente até que a vassoura de bruxa tornasse o cacau uma cultura problema no país.

2.3.2.6 A Institucionalização da Economia Cacaueira

“O fazendeiro da Região é o gigolô do cacau”

Sinval Palmeira 1913-1995⁶⁵

Frustrada pela impossibilidade de extirpar os vícios consolidados, e pela reação saudosista de alguns agricultores, geralmente de economia poderosa, e de algumas

⁶⁵ Sinval Palmeira - Presidente da Cooperativa dos Produtores do Vale do Rio Pardo – COOPARDO, em seus pronunciamentos acerca dos problemas do cacau chamava a atenção dos produtores de cacau com a frase: o fazendeiro da Região é o “gigolô do cacau” numa demonstração, que o fazendeiro pouco fazia, mas do cacau tudo retirava. Palmeira foi um fazendeiro inovador, criou a 1ª Central de Inseminação Artificial no Norte Nordeste brasileiro no município de Itororó-BA. As suas fazendas de cacau apresentavam produtividade acima da média regional, pela utilização de tecnologia, orientada pela CEPLAC.

autoridades estaduais, ambos acostumados a pequenos favores pessoais e a obter a satisfação de seus interesses através de pressões, a CEPLAC iniciou um trabalho de verdadeira catequese, de cunho missionário e de árdua realização para extirpar a cultura dominante do individualismo implantando novas regras (o institucionalismo) para convivência normativa da organização com os interesses esparsos e difusos dos produtores.

Nesse particular vamos encontrar a explicação teórica para entender o intrincado jogo de interesse predominante na região do cacau em North (1990), que investiga os determinantes do comportamento humano, dos custos de transação e da construção de instituições – os três fatores, por sua vez, determinam as circunstâncias para levar os atores a influenciarem na construção das instituições (ao menos as formais) a moldá-las de forma socialmente eficiente, e não apenas como instrumentos de seus próprios interesses, em detrimento dos interesses coletivos. Critica a concepção norteadora da teoria dos jogos, em circunstâncias gerais, os agentes econômicos tenderiam a atuar de forma cooperativa, nos processos de troca, em seu próprio interesse. Ao contrário, diz ele – no mundo real de alta tecnologia e enorme especialização e divisão do trabalho aquelas circunstâncias não se aplicam, porque as trocas não são repetidas, os agentes têm carência de informação sobre seus parceiros, que são em número muito grande. As transações, portanto, seriam onerosas. Para North:

Se algumas economias usufruem os ganhos da troca através da criação de instituições relativamente eficientes, é porque sob certas circunstâncias os objetivos privados daqueles que têm poder de barganha para alterar instituições produzem soluções institucionais que resultam socialmente eficientes, ou evoluem nesse sentido. O modelo subjetivo dos atores, a efetividade das instituições em reduzir custos de transação e o grau em que as instituições são maleáveis e respondem a mudanças das preferências e de preços relativos determinam essas circunstâncias. (North, 1990:16).

Começando pelo comportamento das pessoas, o autor apresenta duas retificações relevantes ao modelo convencional – no qual as pessoas agem simplesmente como agentes maximizadores de riqueza. Do ponto-de-vista motivacional, as pessoas também agem levando em conta o altruísmo, as ideologias ou outras “restrições auto impostas” ao comportamento meramente maximizador. Segundo ele, há um *trade-off* entre motivações econômicas e não econômicas do comportamento dos agentes, que pende para o lado não econômico tanto mais quanto menor for o custo do “desvio” frente à norma econômica. Mais especificamente – quanto maior a riqueza de um indivíduo, maior o peso da motivação econômica em suas ações. Segundo North, as instituições, ao reduzir os custos de transação, aumentariam o espaço para as motivações não econômicas dos indivíduos.

O Decreto Federal n. 73.960 de 18 de abril de 1974, altera a vinculação institucional, assegura autonomia administrativa e financeira do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, instituído pelo Decreto n. 40.987, transferindo-o do âmbito do Ministério da Fazenda para o Ministério da Agricultura. Essa autarquia passou a ser denominada Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, cujas incumbências eram:

→ Promover o aperfeiçoamento econômico-social da lavoura cacaueira;

- ➔ Definir e criar novos pólos de produção de cacau no país;
- ➔ Incentivar a introdução e o desenvolvimento de alternativa agroindustrial nas tradicionais regiões produtoras de cacau;
- ➔ Participar do fomento de infra-estruturas das regiões produtoras de cacau.

Pode-se analisar em Putnam (1993) como este comportamento influenciou o desempenho agregado da economia regional e voltando deste nível agregado para o indivíduo, (macro micro) o mecanismo de retroalimentação cria um círculo virtuoso entre comportamento social (normas, valores, hábitos políticos, etc) ao desempenho macro (seja o bom desempenho político, econômico ou institucional), não aumentou o capital social da comunidade ou região para novamente retornar ao comprometimento dos agentes com as normas sociais e de comportamento preestabelecidas, para criar mais capital social. Esta mediação não se tornou importante como medida de progressiva incorporação das instituições e do capital social para explicar o desenvolvimento econômico da Região Cacaueira.

Mendes Costa (2002:41) verificou em razão do aparato proporcionado pela CEPLAC, a economia cacaueira experimentou um surto de crescimento por três décadas (1957-1987), mas há de se ressaltar que em função da dependência da lavoura cacaueira pelo mercado internacional, (exclusivamente exportadora), apresentou ao longo de sua trajetória uma performance de crise, marcadamente pelas interfaces que consignam o cenário da economia regional, dependente de um só produto destacado pelas suas peculiaridades, o cacaueiro brotava pela força da natureza (mesmo sem os devidos tratos), permitindo ao produtor coletar o “fruto de ouro”, como era popularizado regionalmente, permitindo contrair gastos acima da capacidade assumida, provocando em contrapartida passivo desproporcional ao poder de pagamento, mas o fazendo transitar pelas aflições em razão da facilidade em vender o produto a diversas firmas compradoras.

Essas condições proporcionavam um personalismo exacerbado do produtor, que o isolava das relações idiossincráticas da classe, notadamente por ser a segunda atividade econômica. A maioria tinha a fazenda como uma mina de cacau, colocava os capatazes para administrá-la. Caldeira (1954:36) pontificou sendo as médias e as grandes fazendas de cacau propriedades de profissionais do meio urbano (comerciantes, advogados, engenheiros, médicos, funcionários públicos, juízes, promotores), cuja relação com a fazenda acontecia em situações especiais, poucas vezes ao ano. O negócio agrícola completava a principal atividade profissional do cacaucultor, que estava no meio urbano, não se interessando, portanto com as interfaces do dia a dia da propriedade, nem mesmo da propriedade com o ambiente externo, pois a cacaucultura nessa situação já não era a sua principal atividade profissional.

Até este momento, os laços sociais entre cacaucultores não exerciam papel direto no processo de formação de arranjos cooperativos na região em estudo. Isso se torna evidente, quando se assume que as organizações estão imersas em relações sociais e que tais relações sociais moldam as trocas econômicas. Para Fligstein, (2001) a habilidade social (social skill) é a capacidade de induzir, de obter a cooperação alheia. É com base nessa capacidade que se constroem ordens locais decisivas no funcionamento das organizações e, em particular, dos mercados. Tais questões, postas inicialmente por Polanyi (1944) e mais tarde desenvolvidas

por Granovetter (1973, 1985), Whitley (1992), indicam que tal pressuposição é também adequada para explicar a adoção de estruturas organizacionais e práticas organizacionais.

Para Granovetter, “as instituições econômicas não emergem automaticamente. São, antes, construídas por indivíduos cuja ação é facilitada e limitada pela estrutura e pelos recursos disponíveis nas redes sociais onde se encontram *embedded*” (1991:9). Também as empresas, os grupos de empresas e as indústrias “se e quando são organizadas, é uma construção social” (1991:14). No caso da evolução de uma indústria (ou de firmas ou grupos de negócios), instituições econômicas estáveis começam como um acréscimo de padrões das atividades ao redor de redes pessoais. “Sua estrutura reflete aquela das redes e, mesmo quando estas não existem mais, as instituições adquirem vida própria” (1991:15).

Assim, “ações coletivas e individuais, canalizadas através das redes pessoais existentes, determinam quais possibilidades de fato ocorrerão” (1991:15). Dessa maneira, “mesmo em condições econômicas e técnicas idênticas, os resultados podem ser muito diferentes, se as estruturas sociais são diferentes” (1991:16). A CEPLAC encontra uma região totalmente desarticulada e sem organismos de representação capazes de contribuir com demandas mais sustentáveis. A lavoura imaginava se o órgão seria a dádiva oficial, capaz de solucionar todas as mazelas do produtor, através do sistema top down, o Estado proveria todos os milagres para retirar a lavoura das dificuldades, tidas como crônicas ou idiossincráticas da cacauicultura.

A questão das relações entre instituições e desempenho (ou crescimento) econômico pode estabelecer-se do seguinte modo: “as instituições estruturam incentivos que determinam a forma como as economias se desenvolverão”. Hodgson (2006:16) define instituições como a estrutura de interações sociais e como os sentidos são estabelecidos e incorporados. Em parte, a durabilidade das instituições decorre do fato de poder ser útil para criar expectativas sobre o comportamento estável dos outros. Geralmente, as instituições permitem ordenar o pensamento, a expectativa, e por ação impor a forma e consistência às atividades humanas. Eles dependem dos pensamentos e atividades dos indivíduos, mas não são redutíveis a eles. A CEPLAC ficou limitada ou impedida a manter o cordão de ligação ao produtor e a Região, pois ela era a maior fonte de interações do sistema cacauero.

A velocidade e a consistência de um movimento em direção à formação de um sistema local de produção (SLP) vão depender do grau de consolidação da “comunidade cívica”, segundo Putnam (2006:31). Existindo esta consolidação, abre-se a possibilidade de acumulação de “capital social” nos arranjos produtivos, ou seja, aumenta a capacidade desses arranjos produtivos para formar as bases do sistema de governança da comunidade. Quando isto ocorre, a comunidade passa a se organizar em torno do trabalho coletivo, incentivando a troca de experiências e informações e aumentando a capacidade inovativa do sistema. Esta seria uma das principais funções do capital social.

No dizer de Hodgson (2006:23) sendo relativamente estáveis, as instituições tem qualidades de equilíbrio, mesmo o equilíbrio podendo ser perturbado. Estes equilíbrios são reforçados e as preferências ou efeitos tornam-se moldados pelos resultados. Voltando às normas e regras, eles não são simplesmente o “ambiente” como o ator (racional) deve decidir

e agir, pois eles também são internalizados nas preferências, e replicados através do comportamento do indivíduo. Repetida, condicional, como regra de comportamento adquire peso normativo como as pessoas aceitam o costume como moralmente virtuoso e, assim, contribuir para estabilizar o equilíbrio institucional. Depois vemos os efeitos das instituições sobre os indivíduos, bem como os efeitos das pessoas sobre as instituições, os três aspectos das instituições de tornarem-se entrelaçadas.

Nesse particular são inquestionáveis os resultados produzidos pela ação da CEPLAC, em termos de aumento de produção, elevação de produtividade, melhoria do padrão de qualidade do produto, aproveitamento dos subprodutos etc, mas são questionáveis as poucas intervenções em prol da sustentabilidade da região produtora de cacau, a partir de uma sinergia mais voltada para o social no sentido participativo e de interação entre os próprios produtores, bem como das lideranças, que se isolavam nas organizações criadas para esse fim.

Higgins ressalta Putnam pela sua rejeição ao hobbesianismo estrutural (força do Estado) à medida que o considera uma saída muito custosa e pouco eficiente para atingir um equilíbrio estável na sociedade. Apela à confiança, na forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação, como solução motivacional mais relevante. O principal problema desta perspectiva está no fato de atribuir “pouca chance de intervenção à iniciativa das burocracias estatais (institucionalismo) na criação da confiança social”, além de levar a pensar que o capital social é uma solução “quase misteriosa nas profundezas da história de um povo”. (HIGGINS, 2005:249).

A explicação do crescimento econômico sustentado das nações não é sua capacidade inovadora, a democratização do ensino e a valorização do conhecimento: “inovação, economias de escala, educação, acumulação de capital, etc. não são causas do crescimento: eles são o crescimento” (North e Thomas. 1973:2). Mas o que quer dizer organização eficiente – a verdadeira *causa* do desenvolvimento - e por que a ênfase na organização representa uma virada tão significativa na compreensão do desenvolvimento? Nesse contexto, a teoria institucionalista e das redes sociais pode identificar as causas do novo desastre econômico e social ocorrido no sul da Bahia, território identificado como “Região Cacaueira da Bahia” responsável pela produção de uma commodity, que representou por mais de 100 anos a principal sustentação econômica do Estado da Bahia, e em particular de um território de 70 municípios e uma população de 2 milhões de habitantes.

A importância das instituições se traduz na própria visão do mercado como instituição e não como espaço neutro de encontro de compradores e vendedores. Mercados são construções sociais refletindo o ambiente institucional em que se inserem e não simplesmente sistemas universais de formação de preços. (Abramovay, 2001:122). North procura demonstrar como o crescimento de longo prazo, ou a evolução histórica de uma sociedade é condicionado pela formação e evolução de suas instituições, que no sul da Bahia foi cortada pela fragilidade como os órgãos e as regras foram instituídas no entorno da cacaucultura.

2.3.2.7 Estruturas de poder e representação da lavoura cacaueira

Há de se atribuir à estrutura de poder fator preponderante e influenciador da situação de desequilíbrio da economia regional. Diferentemente das duas tradicionais monoculturas do país como a cana-de-açúcar e o café que pontificaram formidáveis sistemas de sustentação, através da influência política de amparo aos interesses dos produtores dessas lavouras, a cacauicultura não soube tirar proveito da sua importância econômica. A cana-de-açúcar na figura do usineiro dominou o poder político e econômico do Nordeste, o café transformou os seus produtores em banqueiros, industriais e dominadores dos partidos políticos, transformados em Presidentes e orientadores das políticas agrícolas, enquanto o produtor de cacau chegou a garantir por algum tempo a pauta de exportação brasileira, mas se imiscuiu de florescer na Região uma importante representação política capaz de influenciar o governo baiano e brasileiro com políticas públicas mais eficazes de amparo a lavoura.

A estrutura de poder do cacau era representada pelos exportadores e industriais, situados em Salvador, próximos do poder político estadual, davam sustentação aos partidos para elegerem os governos que mantivessem o jogo de interesse desses segmentos. Isso patenteia o deslocamento do dinamismo da economia para além das suas fronteiras. De acordo Romano as relações de poder estão embutidas nas práticas da vida diária: são inerentes às relações sociais de todo tipo, incluindo aquelas nas quais nem a coerção nem a resistência são evidentes. O poder não é algo que sempre tenha uma origem, uma intenção ou um dono; não é sempre algo que possa ser atribuído a esforços de determinado grupo social para dominar outro. E não é sempre uma propriedade negativa: pode ser uma força facilitadora, que produz possibilidades libertadoras. (ROMANO, CORNWALL, SHANKLAND, 2007:277).

A sociedade sul baiana de base agrária não se organizou adequadamente para promover as transformações que as outras monoculturas souberam fazer com maestria. O café e a cana-de-açúcar, conforme já descrito no Capítulo I, foram exemplos de monocultivos, que os seus líderes souberam realçar a força da economia dessas atividades para conseguir o apoio de políticas públicas mais duradouras. Durante a história do território sul baiano, a região nunca chegou a eleger bancadas de deputados que pudessem transigir políticas importantes para o próprio espaço de origem. Dados do TSE (2010) dão por conta desde 1950, o sul da Bahia eleger de 1 a 2 deputados federais e um máximo de 05 estaduais com políticos da própria região, denotando a pouca aptidão política da população regional para eleger bancadas próprias fortes, mesmo chegando a ostentar 1/3 do eleitorado baiano.

Para Delgado (2002:4), o poder é um processo social pelo qual as pessoas, as comunidades, as organizações transformam seus recursos em ativos de capital e colocam-se numa posição de poder mudar sua relação com os mercados, o Estado e a sociedade civil. Para o autor, empoderar-se é conquistar poder, ou seja, adquirir a capacidade (o poder) de mudar a posição que ocupa em um determinado campo social de disputa (no caso o do desenvolvimento rural). A comunidade do cacau desconheceu a sua própria capacidade de utilizar o potencial de força cívica, ela internalizou a pobreza, que conforme Delgado uma de suas dimensões fundamentais é precisamente a ausência de direitos e de poder: quem não tem

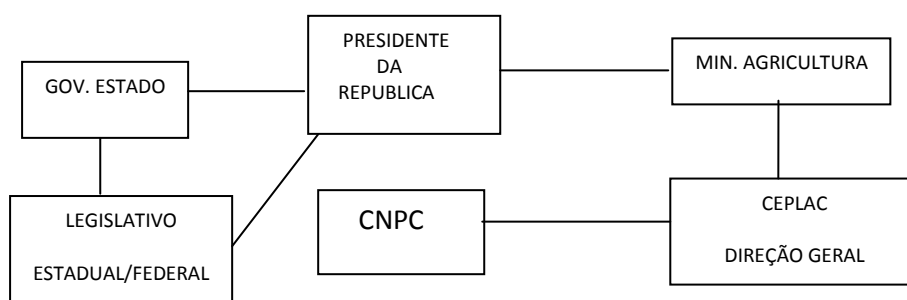
qualquer poder é condenado a uma situação de pobreza, que é não um fato da natureza, mas uma relação social que nega poder e direitos humanos básicos a certos grupos sociais.

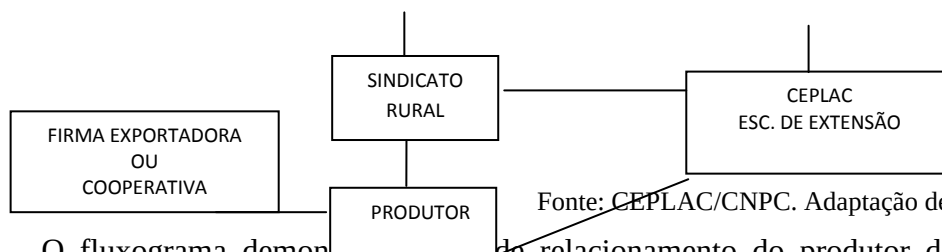
Nesse mesmo pensamento Bebbington, (1999:1-4) argumenta a necessidade de um largo entendimento dos recursos que as pessoas necessitam acessar no processo de formar uma trajetória de reprodução (livelihood), especialmente, talvez, em um contexto onde as trajetórias de reprodução das pessoas mudam de uma situação onde estão diretamente baseadas em recursos naturais, para trajetórias de reprodução baseadas em um conjunto de ativos, fonte de renda e mercados de produto e de trabalho. Esses ativos estão tão envolvidos com o empoderamento (empowerment) e com a mudança, como estão com a sobrevivência.

Numa analogia entre a performance do cacauicultor e os argumentos de Bebbington, também os de Romano, (2002:17), entendem empoderamento como um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir, se evidencia o cacauicultor não entender a fazenda como a arena mais importante para o processo de reprodução, pois não ser a propriedade o local de suas relações sociais e fornecedora do seu status, ali não era o palco das suas realizações, o ambiente externo estava desplugado das relações diretas da propriedade. Nessa direção Bebbington enfatiza nesse sentido ser acesso e capital social elementos centrais do esquema de análise, vez servirem como conceito para analisar as relações e as transações entre os membros de uma família rural (rural household) e outros atores -relações mediadas pela lógica do Estado, do mercado e da sociedade civil. (BEBBINGTON, 1999:1-4).

A CEPLAC na composição do seu Conselho Administrativo fez inserir uma representação dos produtores, através de uma entidade associativa, estimulando e apoiando com recursos orçamentários próprios a criação do Conselho dos Produtores de Cacau – CPC, composto através do sistema sindicalista patronal da Região Cacaueira baiana, vindo a se desenvolver para uma organização nacional, passando a chamar-se Conselho Nacional de Produtores de Cacau – CNPC. Esta organização funcionava no modelo de mandato democrático, cuja direção era eleita pelos e entre os presidentes dos Sindicatos Rurais Patronais, representando os anseios dos produtores locais, constituindo uma perfeita rede de interesses da lavoura cacaueira. O CNPC passou a ser a voz das reivindicações da lavoura em termos de melhor atuação da CEPLAC, cognominada de o “órgão da lavoura” por representar o algo mais que tanto o produtor desejava para estabelecer melhorias do futuro da economia regional. O fluxograma a seguir explica a rede de relações do produtor de cacau, de acordo o jogo de poder político estabelecido:

Fluxograma 2. Relações de Poder do Produtor de Cacau.





O fluxograma demonstra o grau de relacionamento do produtor de cacau com as esferas de poder do país, observando as suas relações diretas se dando em níveis imediatos, ou seja, politicamente era ligado ao Sindicato da classe, tecnicamente ao Escritório Local de Extensão da CEPLAC, comercialmente ao Exportador ou a Cooperativa⁶⁶. Pelo que se apresenta, não havia o cuidado do produtor se ligar ao poder político, pois conforme mostra o gráfico, não há uma linha de contato com o Poder Legislativo, tanto Estadual, quanto Federal, pois não tendo representantes da lavoura nessas Assembléias, o fio de relação se tornava tênue ou inexistente, pois poucos deputados não tinham a mobilização ideal para representar a Região.

Há de se registrar, em a Região não elegendo bancadas do cacau para as Assembléias legislativas, o governo estadual se ausentava para responder anseios da população⁶⁷. Durante os 30 anos da CEPLAC como organismo forte, ela teve de assumir o papel de governo para suprir ações de infraestrutura no sul da Bahia. Por isso, teve de construir obras típicas de governo estadual, como estradas, hospitais, postos de saúde, escolas, além de entidades filantrópicas. Tais investimentos eram patrocinados com recursos orçamentários do órgão, bem como repasses do Tesouro Nacional autorizados pelo governo federal. Ressalta-se que o prestígio da CEPLAC junto ao Planalto era referência do governo para comparar os resultados dos órgãos e ministérios da União.

O organograma demonstra ainda, a ligação plena do produtor se dar diretamente com a CEPLAC. No seu entender era o governo na Região, pois através dela, os seus anseios de

⁶⁶Um pequeno número de produtores era filiado a cooperativa do município ou a Cooperativa Central em Ilhéus. Dados da COOPERCACAU, informam que apenas ¼ dos produtores de cacau vendiam o produto a Cooperativa. A partir de 1974 com a passagem da Revenda de Insumos da CEPLAC para a COOPERCACAU é que o produtor foi impulsionado a se associar na Cooperativa local para ter acesso aos insumos agrícolas, antes revendidos pelo órgão da lavoura.

⁶⁷ O autor ressalva o termo ausência do governo estadual para indicar que com a presença da CEPLAC, o Estado da Bahia se desincompatibilizou das responsabilidades típicas do governo estadual, como educação, saúde, transportes e outros no sul da Bahia. Os governadores acomodaram as demandas da Região Cacaueira por considerá-la rica, além do mais, ter um órgão federal forte e prestigiado era um privilégio no Estado.

melhorias da produção eram atendidos. Politicamente, pode-se observar que a linha de representação se extinguiu no CNPC, se qualificando como o nível mais alto da classe produtora. Esse órgão, no entanto, mantinha uma linha direta com a CEPLAC ao participar do seu Conselho Deliberativo. Através dele eram decididas ações do órgão em termos de políticas para a lavoura. Assim, atendia diretamente aos desejos do produtor, pois ele participava das decisões políticas do órgão.

Em termos políticos, considerando a representatividade e a relevante importância para a tipologia de perfil do desempenho das associações de classe da Região, as diretorias dos sindicatos e por extensão a do CNPC se cristalizavam nos postos, havendo exemplos de diretorias que se perenizaram por mais de 20 anos na direção dessas entidades. (CNPC, 2011). Tal comportamento mostra o vínculo do produtor por sua entidade política, pois se não há revezamento de nomes demonstra desinteresse da grande maioria por aquela organização, mesmo sendo importante para transigir pelas reivindicações da classe produtora. Putnam, depois de desenvolver pesquisas em vários países, chegou à conclusão de que as pessoas que se unem em associações têm maior consciência política, confiança social, participação política e “competência cívica subjetiva”, pois, conclui: “tanto maior a participação em associações locais, maior a cultura cívica será; quanto maior a cultura cívica da região, mais eficaz será o seu governo. O desempenho de um governo regional está de algum modo, estreitamente relacionado com o caráter cívico da vida social e política da região”. O civismo, conclui Putnam, tem a ver com igualdade e, também com engajamento⁶⁸.

O comportamento do produtor pode ser reflexo do isolamento mantido com a fazenda, com o seu município ou com a Região produtora. Isso pode ser causa para no âmbito individual e social perder-se alguns valores essenciais, que levou à fragilidade das relações interpessoais, à perda da ação coletiva, ao individualismo, à falta de cooperação, à desconfiança e à prática desenfreada do hedonismo. No âmbito político, o resultado não poderia ser diferente: efetiva-se o surgimento de uma cultura política caracterizada pela apatia e pela desconfiança dos cidadãos em todas as esferas da vida cotidiana.

Granovetter (1985) ao defender a proposta do comportamento e as instituições econômicas serem afetados por relações sociais, lança a proposição do enraizamento (*embeddedness*)⁶⁹, ou seja, “o argumento do comportamento e as instituições serem analisadas encontrando-se de tal forma condicionadas por relações sociais existentes que concebê-los como independente é um erro sério”. A individualização do produtor de cacau evidencia a distância que tinha da gestão direta do seu Sindicato ou do seu Conselho. Por residir fora do imóvel, deixava de se interessar pelo desempenho desses organismos.

⁶⁸ PUTNAM (2000:112-113).

⁶⁹ Significa o forte grau de relação (a “incrustação” ou “enraizamento”) entre “ação econômica” e “estrutura social”. O conceito de enraizamento, ou *embeddedness*, passou a ser amplamente utilizado, em várias ciências sociais – sociologia, economia, antropologia geografia e teoria das organizações - após a divulgação de um trabalho de Granovetter (1985).

Entende-se que os esforços das lideranças regionais para solução dos entraves geradores de graves problemas da cacauicultura tiveram efeitos cíclicos. Isso pode ser relacionado com o desempenho do ICB, cuja efetividade para a Região durou 20 anos, depois a CEPLAC conseguindo proporcionar ações e programas impactantes durante 30 anos. Da mesma forma que as crises, essas organizações tiveram duração cíclica, podendo ser analisadas sob o prisma da contradição, pois elas foram criadas graças aos esforços e duras lutas das lideranças passadas, mas deixadas sucumbir, graças ao comodismo, descaso ou esforços não desprendidos pelas lideranças presentes, que desarticuladas demonstraram o isolamento reinante na classe produtora, não conseguindo reunir alianças inter e intra regionais para repercutir em ações políticas em prol da lavoura.

Pode se considerar como outro agravante importante a favor das lideranças do passado é que naquele período o cacau era insubstituível, a curto prazo, a economia não oferecia alternativas para surgimento de outras atividades já que a dinâmica econômica do país era incomparável ao momento atual de economia globalizada. Pode-se comparar os atuais produtores como o de um lutador que joga a toalha frente ao seu competidor, por julgar temerária continuar a luta. É como se tivessem todos ilhados sem uma luz no horizonte indicando uma saída do isolamento, creditando-se ainda ter a geração de produtores entrado na atividade de carona, não participaram nem referenciam as lutas dos seus antepassados como mecanismo de encorajamento para repetição dos fatos da época.

A última e atual crise já dura aproximados 25 anos, a CEPLAC, que antes assumiu o papel de governo na Região, não foi alvo de manifestações da lavoura para sensibilizar o governo federal a reestruturá-la, já que ela tem importante fator para acelerar o retorno do cacau como produto de indispensável papel na recondução da economia regional: expertise em recursos humanos e logísticos (técnicos qualificados, laboratórios, Estações Experimentais) capaz de criar tecnologias para dirimir os efeitos da vassoura de bruxa e aumentar a produtividade com clones mais adaptados.

Decorrido esse período e a não indicação do governo federal pela efetivação do órgão, o entendimento é que ele se agoniza, esperando pela aposentadoria do último funcionário para a União decidir pelo vasto e importante patrimônio construído nas regiões produtoras do país.

O presente capítulo demonstrou ainda, as dificuldades da cacauicultura para se acertar como atividade econômica capaz de irradiar efeitos positivos para a comunidade regional em termos de distribuição da riqueza gerada, pois os lucros advindos se dividiam em uma pirâmide inversa, a grande parte para o exportador, pequena parte para o produtor, cuja cadeia eximia a ponta da relação de usufruir das benesses criadas pelo produto, principalmente, a classe trabalhadora e os demais agentes participantes, que somente se utilizavam de migalhas do sistema. A falta de uma política pública abrangente e saneadora também foi determinante para o prolongamento da crise atual.

A questão das relações entre instituições e desempenho (ou crescimento) econômico pode estabelecer-se do seguinte modo: "as instituições estruturam incentivos que determinam a forma como as economias se desenvolverão". Definindo instituições como "restrições informais e regras formais do jogo da interação humana", consideram-se incluídas na

definição também as organizações (as organizações com finalidade específica, como empresas, sindicatos, grupos de agricultores, aparelhos políticos). A natureza da relação entre instituições e desempenho econômico depende de saber como vão ser usadas as competências e os conhecimentos adquiridos pelas organizações (visto ser com isso que elas vão sobreviver, alterar o quadro institucional e desenhar a evolução da economia) – se forem usadas produtivamente a economia cresce; se forem usadas para atividades redistributivas ou "atividades monopolistas" (*rent seeking*) a economia não cresce (NORTH, 1993: 243).

A CEPLAC é hoje um órgão enfraquecido e sem grandes ligações com o cacauicultor. Para Hodgson as instituições são os tipos de estruturas de maior importância no âmbito social: eles compõem o material da vida social. O reconhecimento crescente do papel das instituições na vida social envolve o reconhecimento de grande parte da interação da atividade humana está estruturada em termos de regras ostensivas ou implícitas. Sem fazer muito alarde para a relevância da literatura, podem-se definir as instituições como sistema social estabelecida e regras prevalentes que estruturam as interações sociais. Linguagem, dinheiro, direito, sistemas de pesos e medidas, modos à mesa, e as empresas (e outras organizações) são, portanto, todas as instituições. (HODGSON, 2006: 32).

O cacauicultor criou uma relação de dependência com o Estado, pois no transcurso das crises de produção sempre esperou pela ajuda governamental para solução das pendências de ordem produtiva, destacadamente o crédito bancário oficial com subsídios generosos ou perdão de dívidas contraídas no passado, bem como a de assistência técnica. (MENDES COSTA, 2002:22).

As políticas públicas de amparo à lavoura deixaram um vácuo entre promessas e efetivação, pois ações de governo necessárias para contornar a crise foram escassas, a ponto de decorrido esse período até a presente data, o sistema bancário oficial não ter definido as regras de refinanciamento das dívidas dos produtores. Da mesma forma, o reconhecimento⁷⁰ da CEPLAC como autarquia, fundação ou empresa continua uma incógnita, o órgão perdeu a efetividade no território que atua ao não apresentar alternativas de assistência técnica e pesquisa tecnológica, atividades que fez com eficácia no passado. O institucionalismo existente na região desapareceu, nem órgão federal, nem políticas públicas de amparo a economia regional, nem as organizações de defesa da lavoura. É um território, cujas regras e redes terão de ser reformuladas e incentivadas para a construção do novo desafio desenvolvimentista. O quadro 14 demonstra o estado de dificuldade financeira que o órgão alcançou fato que o deixa sem recursos suficientes para operacionalizar suas atividades nas regiões produtoras do país, indicando o seu insucesso nas ações de retomada de pesquisas mais eficazes para controle da vassoura de bruxa ou de outros cultivos compensatórios para a Região.

⁷⁰ A Região Cacaueira entende institucionalização da CEPLAC como a sua transformação em uma autarquia ou empresa de pesquisa e extensão estatal. Ela é ainda um departamento ligado ao MAPA, que a qualquer momento pode ser extinta, por desejo da pasta, como já foi ameaçada algumas vezes.

Quadro 14. Evolução do Orçamento da CEPLAC. Em R\$ milhões

Ano	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Valor	130	110	120	130	10	10	25

Fonte: CEPLAC, 2011.

Os dados acima indicam sendo a CEPLAC o órgão público responsável pela assistência técnica do cacau no Brasil, os valores orçamentários colocados a sua disposição, a partir do ano 2000 a coloca na condição de inanição, pois para quem teve valores fluentes e capazes de promover importantes programas a favor da cacauicultura nacional, no momento fica condicionada a valores para manter-se apenas de portas abertas, sem, contudo, corresponder aos anseios da lavoura por melhor assistência técnica. A Região ressentida do descaso do governo federal ao órgão, que no passado foi titulado como o modelo mais eficaz de pesquisa, extensão e ensino reunido numa mesma instituição na América latina. O Centro de Pesquisa do Cacau assumia o mérito do maior centro de pesquisa em cultivos tropicais do mundo, vendo-se na iminência de fechar as portas por falência de suas ações, por falta de recursos financeiros.

Segundo Couto (2000), a crise foi atacada via expansão do capital agroindustrial a montante, pela implantação da CEPLAC e seu “pacote tecnológico”, fatos que levaram a integração produtiva da lavoura e melhoria no processo produtivo das amêndoas. Quanto à definição do que vem a ser política pública, Souza (2005) defende não existir uma única, nem melhor definição. Lynn (1980) define-a como um conjunto de ações do governo para produzir efeitos específicos. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política de análise do governo à luz de grandes questões públicas. Para Peters (1986), política pública é a soma de atividades dos governos, agindo diretamente ou através de delegação que influencia a vida dos cidadãos.

Conclui-se, portanto, que a sistematização, a institucionalização e a estrutura de poder da lavoura cacaueira estão relacionadas com a CEPLAC, a política pública que mais vigorou na Região. Este capítulo indica que as ações do órgão transformaram todos os segmentos econômicos e sociais do sul da Bahia ao fazê-los alvos de sua missão desenvolvimentista, inserindo-os no objetivo de seus Programas, cujas finalidades visavam melhorar a estrutura material e comportamental da forma como o produtor e os líderes da lavoura tratavam as suas rotinas para condução da economia cacaueira. É de se observar que as mudanças proporcionadas no limiar de sua existência como órgão forte foi condutor de inúmeras alterações no desempenho da comunidade regional, destarte não ter conseguido manter sustentabilidade nesse particular, pois no momento mais crucial, a Região se calou. O seu emudecimento foi um indicativo da fragilidade das instituições estabelecidas no ambiente, apesar de mesmo com atraso as novas lideranças dão sinais de formação e articulação de movimentos em busca de soluções para a retomada da lavoura cacaueira como a principal atividade rural da Região.

CAPITULO IV

4.AS CRISES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONCEPÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DAS REDES SOCIAIS NA ECONOMIA CACAUEIRA

A atual crise motivou grande movimentação do produtor para encontrar alternativas para solução do problema, cuja oportunidade vai dar importância ao valor das Redes Sociais como decisivas para congregar mais incisivamente a participação do produtor na busca de alianças e orientações para juntos encontrarem um desfecho digno para aquela que foi a mais importante lavoura do nordeste brasileiro no século XX. Apesar da mobilização e articulação promovidas, elas ainda não motivaram resultados práticos, como a sensibilização do governo para instituir um programa de crédito que restitua a liquidez do produtor e o fortalecimento da CEPLAC para enfim descobrir clones ou fungicidas para controle da vassoura de bruxa.

Serão abordadas neste capítulo, teorias do Capital Social com ênfase ao grande valor das relações sociais, sua imbricação com o desempenho das entidades representativas para explicar a tumultuada situação que enfrenta a Região Cacaueira baiana. Assim, serão desenvolvidas análises contemplando a concepção do Social na raiz das crises da cacaucultura, objetivando lustrar o enfoque das políticas públicas sob a ótica da participação do produtor, lideranças e entidades representativas da lavoura do cacau. Desta forma, faz sentido representar o papel dessas organizações frente a problemática instalada nesses 25 anos de crise da lavoura. A bibliografia utilizada aborda as várias contribuições da base teórica para a análise das Políticas Públicas e das Redes Sociais sob as seguintes óticas: Tecnologia Social, Estado e Sociedade e Desenvolvimento. O enfoque aqui abordado tem o significado de imergir o homem no ambiente da crise perlustrando-o nos caminhos percorridos, sem entanto pretender dar-lhe o troféu da maior causa, mas inseri-lo como uma delas.

4.1 Papel dos órgãos e das Associações de Classe (CNPC, Sindicatos, Associações).

O cacaucultor não esteve comprometido com a efetivação das organizações de classe da região, pois com a nova crise as organizações vigentes desapareceram perdendo o eixo de movimentação e reivindicação deixando a própria CEPLAC órfão da proteção do estado, que virou as costas para solução da crise implantada.

Não entendiam os líderes da lavoura a explicação da influência dos laços sociais na formação de arranjos organizacionais cooperativos como indispensáveis para a manutenção de uma economia estável, em razão dos laços sociais poderem gerar confiança entre os parceiros, o que reduz os custos de transação decorrentes da realização de contratos detalhados, os laços sociais representarem apoio alternativo, quando as instituições

responsáveis pelas regulações de troca não disporem de credibilidade. Laços sociais podem agilizar transações de mercado, viabilizando pular etapas de negociação, normalmente presentes em relações mais formais, que envolvem atores desconhecidos e a negociação baseada em laços sociais poder ser uma situação esperada onde o personalismo constitui traço cultural chave. (GRANOVETTER, (1985:481)

Os benefícios estratégicos e econômicos entram como primeira consideração na formação e gerenciamento de arranjos cooperativos. Os fatores econômicos e tecnológicos, por sua vez, estão imersos em relações sociais, sendo moldados por elas (GRANOVETTER, 1985; POLANYI, 1944; UZZI, 1997). Até o advento da Vassoura de bruxa no território sul baiano a CEPLAC conseguia imprimir-las, a doença, entretanto apanhou o órgão desprevenido para detê-la, razão da fragilidade técnica e posteriormente a perda de institucionalidade, que tanto serviu de referência para as ações implementadas em prol da agricultura regional.

A hipótese do construtivismo social de Peter Evans (1996) baseia-se na construção de uma base social propícia para o estabelecimento de relações sinérgicas entre agentes do Estado e membros da sociedade civil. A estrutura dessas relações sinérgicas compõe-se, de um lado, em uma complementaridade entre o poder público local e a sociedade civil e, de outro lado, em relações que cruzam a fronteira entre o público e o privado, nas quais os agentes do Estado corporificam metas que beneficiam as comunidades e os agentes das comunidades internalizam, em suas ações, o bem estar público. Esta imbricação entre agentes do Estado e atores da comunidade foi chamada por Evans de *embeddedness*⁷¹.

Evans, (1996) incita a uma reflexão do porque nos países do Terceiro Mundo a dotação de capital social ser tão pequena a ponto de excluir a possibilidade de criação de sinergia ou se, contrariamente, as normas, costumes e redes⁷² que caracterizam suas comunidades podem se constituir em um terreno suficientemente fértil para a construção de projetos de desenvolvimento levando em consideração a articulação entre os agentes públicos e privados. Através de uma série de estudos empíricos, Peter Evans pôde concluir ser uma

⁷¹ O termo *embeddedness* foi utilizado antes por Polanyi (1944) e Granovetter (1985), mas com um significado mais amplo do que o proposto por Peter Evans (1996). Enquanto este último autor está mais preocupado com a construção de relações sinérgicas entre o Estado e a sociedade local, adquirindo o conceito um conteúdo mais pragmático, Polanyi o utiliza para exprimir o caráter social e histórico da construção dos mercados, enquanto Granovetter estava preocupado com a propriedade de imersão social dos atores econômicos. Para Evans, o capital social é formado a partir do momento em que agentes públicos introjetam em seus projetos profissionais os anseios de uma determinada localidade, fazendo com que aqueles que fazem parte do aparato estatal façam também parte da comunidade na qual eles trabalham. Redes de confiança e de colaboração são criadas entre agentes públicos e a sociedade civil, relações que perpassam a fronteira entre o público e o privado e que movem o Estado e a sociedade civil em uma ação conjunta (Evans, 1996).

⁷² Rede Social. Uma rede social é uma coleção de pessoas, cada um dos quais é familiarizado com algum subconjunto dos outros. Essa rede pode ser representada como um conjunto de pontos (ou vértices) denotando pessoas, unidas em pares por linhas de bordas (ou) que denota conhecimento. Pode-se, em princípio, construir a rede social para um sociedade ou empresa, para uma escola ou universidade, ou por qualquer outra comunidade até, inclusive, o mundo inteiro. (NEWMAN, 2000:2)

dotação preexistente de capital social como o não principal fator restritivo para o estabelecimento de um processo endógeno de desenvolvimento econômico.

Os limites parecem ser menos impostos pela densidade inicial de confiança e redes no nível micro (estoque preexistente de capital social) do que pela incapacidade ou dificuldade em transformar estas formas latentes de capital social em uma teia mais abrangente e complexa de criação de laços de solidariedade e ação social (coletiva), podendo ser incluída a economia cacaueira como imanente a esse predicado, mesmo porque as instituições regionais perderam a sustentação representativa dos saberes e anseios da sociedade civil em razão de pouco participar da vida efetiva dos órgãos de representação, proporcionando a que as direções não tivessem *turnover*, os seus dirigentes se pontificavam nessas entidades por intermináveis gestões, através da petrificação de nomes que se permutavam na condução das entidades regionais utilizando-as como propriedades privadas, portanto demonstrando poucos resultados em favor do coletivo.

Dentro desse quadro, os elementos de composição da indefesa economia regional comportam-se pelo estado complicado do jogo de interesses pontuais e não convergentes. Cada segmento funcionou ditado por visão isolada como se fosse atividades estanques, cada um em plano separado. Os produtores voltados para um universo cada vez mais interno (na região), os exportadores localizados em Salvador, os industriais sob a batuta das multinacionais, a indústria chocolateira e os consumidores localizados no exterior e no sul e sudeste do Brasil.

É obvio esse comportamento não assegurar coesão nem grande coerência nos resultados. Acrescentem-se os produtores não sendo organizados, não há uma visão de conjunto envolvendo todos os segmentos, e nem o governo do Estado participa; os interesses e os objetivos regionais tornam-se então desprezíveis, ou na melhor das hipóteses, secundários. Evidentemente a ausência de convergência de interesses (localmente e em cada segmento), com a presença de conflitos de metas e objetivos, torna-se se não impossível, improvável solução ótima, mesmo se admitisse imperativo do acaso.

Uma região antes pujante e dinâmica se transforma e se desarticula economicamente, se deprime em um território sem perspectiva e sem apoio de políticas públicas. Outros fatores, como (história e cultura), mas também, em grande dose, de seus “ativos relacionais”, é parte do elo de determinação da perda de desenvolvimento das aglomerações produtivas cacaueiras, visto da perspectiva do capital social representado por um conjunto de recursos enraizados (*embedded*) em redes sociais, de usufruto de atores (individuais ou coletivos) e resultante de relacionamentos, conexões e laços⁷³, que não mostraram.

⁷³ O conceito de enraizamento, ou *embeddedness*, passou a ser amplamente utilizado, em várias ciências sociais – sociologia, economia, antropologia geografia e teoria das organizações - após a divulgação de um trabalho de Granovetter (1985). Seu impacto, tanto nos estudos organizacionais quanto nas abordagens territoriais, tem sido crescente. Granovetter, defendendo a proposta de que o comportamento e as instituições econômicas são afetados por relações sociais, lança a proposição do enraizamento (*embeddedness*), ou seja, “o argumento que o comportamento e as instituições a serem analisadas encontram-se de tal forma condicionadas por relações sociais existentes que concebê-los como independente é um erro sério” (1985:481).

A partir, sobretudo, da década de 1980, o sucesso alcançado por algumas regiões do estado, em termos de inserção competitiva no mercado global, associado a elevado padrão de sustentabilidade socioeconômica, passou a atrair a atenção. Projetaram-se, nesse contexto, o polo petroquímico de Camaçari e as experiências bem sucedidas dos polos agrícolas localizados no oeste (soja) e norte baiano (frutas), os quais foram amplamente apoiados por incentivos do governo baiano ao apresentarem maior densidade produtiva.

Ressurgem, nesse contexto, novas indagações e provocações. Por que esses territórios se desenvolveram e a do cacau empobreceu? Por que aquelas aglomerações produtivas foram mais dinâmicas que a do cacau, já que esta detinha a tradição de região rica e de melhor assistência técnica nacional? Questões deste tipo despertaram a atenção desse estudo como forma de comprovar os limites ao desenvolvimento da agricultura regional. A temática aqui abordada espera-se ajudar a esclarecer essas questões⁷⁴.

Dizia-se na época, ser o Diretor Geral da CEPLAC mais importante que o Governador do Estado para a Região. Era recebido com honra de estadista. Outra particularidade, como barreira importante na relação da lavoura com o poder estadual é que pela ausência das ações do governo baiano na Região, ela se tornou um território de oposição ao poder político baiano. A oligarquia política da Bahia se acentuava com a adesão a ditadura militar, cujo partido a ARENA, depois PFL governou o Estado por mais de 40 anos, período do político Antônio Carlos Magalhães- ACM cristalizar na Bahia o comportamento despótico. Dantas Neto, (2006:366) descreve ser esse despotismo emancipado de amarras ainda obrigado da convivência com um arranjo de poder regional colegiado, no qual diversas lideranças políticas concorriam e repartiam recursos de poder e bases eleitorais. Ao enfeixar boa parte dos primeiros em suas mãos, ACM partiu para subtrair bases dos seus antigos parceiros, em direção à construção de um esquema de poder monocrático.

Segundo o autor, ACM entronizou-se no governo baiano. Apesar da complexidade do processo sucessório, o ambiente ditatorial fez prudente e conveniente para se apresentar simplesmente como “o candidato escolhido pelo Presidente Médici”, de quem ouvira que não “devia a ninguém, senão a ele mesmo, a sua escolha” e a recomendação de só ter compromissos com o Estado e com a sua consciência. Da *carta branca* obtida do general, deduzia só a este dever lealdade, em nome da *Revolução*, e “ao povo da sua terra”, estando pronto para ser fiel a ambos, pois “nada mais fácil que unir Revolução e povo”, pela identidade de interesses haver entre esses credores.

⁷⁴ Granovetter (1973), na sua análise sobre os vínculos sociais, recorre a noções intuitivas sobre a potência de um vínculo interpessoal, que levam em consideração “uma combinação de quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade e reciprocidade de serviços que caracteriza um vínculo” (1361). Tais atributos, embora fortemente interconectados, seriam, segundo o autor, independentes entre si. Granovetter salienta que “quanto mais forte os vínculos conectando dois indivíduos mais similares eles são” (1362). Dessa maneira, enquanto vínculos fortes sugerem redes (comunidades ou conjuntos) coesas e interconectadas, vínculos fracos sugerem contatos e relacionamentos eventuais e mais superficiais, que se estabelecem entre diferentes redes.

Dantas Neto, 2006:368) reflete a marca do poder centralizado que ACM iria pontificar sintetizando um discurso do deputado federal Theódulo Albuquerque, egresso do PR de Manoel Novais natural de Pilão Arcado, reduto coronelístico da região São Francisco, na Câmara Federal:

(...) O atual sistema não comporta nem versatilidade pessoal nem ação isolada de grupos. Os atuais partidos são blocos monolíticos e só funcionam bem sob comando único (...) o sucesso da Arena tem origem na sua rápida assimilação do espírito do sistema (...) comandada de cima para baixo, a Arena obedece, no plano nacional à orientação do Presidente Médici e no plano estadual às diretrizes traçadas pelos governadores. Na Bahia, a partir de quinze do corrente, só haverá uma liderança, que será do Governador Antônio Carlos (...). Como delegado da Revolução na Bahia, ele terá de agir revolucionariamente, dando ao seu governo o sentido de renovação que as circunstâncias estão exigindo (...) Dep. Fed. Theódulo Albuquerque, em A Tarde, (04.03.1971: 3).

ACM governou discricionariamente, através do mandonismo, semelhante ao do coronelismo do início do século passado. O carlismo, como era alcunhado o modelo sob a égide do ACM, patrocinava um governo de exceção para o Sul da Bahia, apesar de seus discursos colocarem a Região Cacaueira como alvo de suas ações para o desenvolvimento da área, que transversalmente eram cumpridas, pois a CEPLAC, apesar de ser ligada a União, fazia o papel de governo na Região. Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista eram redutos de oposição na Bahia, politicamente se faziam representar pelo MDB, depois PMDB e mais recentemente PT, PSB. Os dois primeiros municípios não souberam tirar proveito dessa condição para eleger bancadas do cacau independentes, tanto a nível estadual e federal, enquanto o terceiro soube transformar a ideologia política do município num forte reduto do Partido dos Trabalhadores, que a mais de 20 anos lidera o poder daquela localidade.

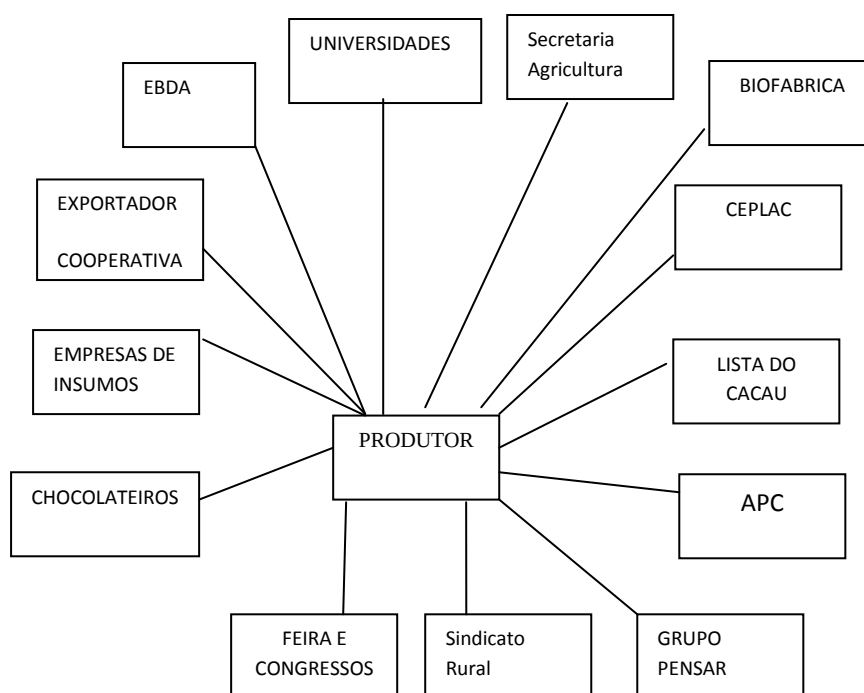
Talvez ACM tenha se desincompatibilizado da Região Cacaueira, porque politicamente era um território de liderança omissa, os municípios pulverizavam seus votos por todos os candidatos que disputavam a legislatura no Estado e na União, lhe deixando órfã de maiores compromissos do poder político, “nem era poder, nem era oposição”, deixando-a fora das pretensões governamentais. Faltou a Região uniformidade ou alinhamento a um grupo ou a um partido político como fez Vitória da Conquista, que mantém um forte corporativismo pelo partido que governa o Estado, retirando importantes vantagens do poder baiano em termos de ações e programas para o município e Região que lidera. A população do Sul baiano, nem mesmo no momento de crise, foi capaz de se unir para votar somente em candidatos comprometidos com o problema da cacauicultura.

O declínio da participação em todos os níveis da sociedade, a falta de confiança mútua e a desconfiança nas instituições políticas, assim, configura em um déficit de capital social. É necessário, por isso, que se restabeleça a confiança, a participação e se fortaleça o capital social, pois só ele pode proporcionar novos caminhos na direção de pensar mecanismos que potencializem a capacidade participativa da sociedade, podendo assim permitir a que se façam alianças com os seus pares, para unidos poderem fortalecer a classe. Com a falência dos

Sindicatos e do CNPC, surge a Associação dos Produtores de Cacao – APC, posicionando-se junto ao governo do Estado para participar das decisões junto ao PBTA baiano voltado para o cacau, o Presidente da APC foi nomeado Diretor da Biofábrica, misturando cargo político com a organização representativa.

Com base nas articulações da APC, o produtor melhorou o nível de suas relações econômicas, sociais e de poder, conforme demonstra o fluxograma 3, como transformações relevantes objetivando ajustar a produção de cacau com o universo, que o envolve.

Fluxograma 3. Relações Sociais e de Produção do Cacaucultor na atualidade.



Fonte: Pesquisa junto ao cacaucultor. Montagem e Adaptação de Mendes Costa, F.

Com a derrocada da lavoura o produtor perdeu o status e a empáfia de rico. Antes ao residir fora da propriedade só fazia receber as receitas do cacau, na atualidade teve de retornar para ficar mais próximo a fazenda, de onde tem de impulsionar os apoios locais para alavancar o seu negócio.

O fluxograma demonstra como estão as relações do produtor com vistas a incrementar a cacaucultura, que tanto acredita. Há de se notar o antes, conforme o fluxograma das Relações de Poder, a linha de relação do produtor se caracterizava por uma linha direta com o Sindicato e a CEPLAC, as organizações ou os níveis de poder se situavam distantes. A relação com o Estado se fazia através da CEPLAC, obstando ser um órgão técnico tinha força econômica e política para atender as principais reivindicações da lavoura, sendo uma das razões pelo distanciamento do produtor ao poder político nacional e estadual.

A partir da APC, criou-se a Lista do Cacau (network social), se tornando a tribuna do produtor para junto aos seus pares discutirem decisões políticas, bem como troca de informações tecnológicas. Através da lista de cacau, algumas cisões foram acontecendo, culminando com a formação do Instituto Pensar Cacau - IPC, outra Associação de Produtores, cujo lema é “Pensar para compreender e idealizar” fundada em 15.03.2011, visando construir uma representação mais identificada com os anseios do cacaucultor.

O IPC nasceu convicto de que a crise da lavoura cacaueira da Bahia, a partir de 1989, decorreu em razão da introdução criminosa da vassoura-de-bruxa. De acordo o IPC além de ser um fator inerente à prática cotidiana da agricultura, cabia ao Estado à prevenção, o combate e o controle da doença. Assim, o IPC pontua em folhetos distribuídos na Região:

O Poder Público não cumpriu devidamente o seu dever e, em razão disso, materializou uma realidade esdrúxula, injusta e vergonhosa, que há mais de vinte anos transita pela contramão dos princípios legais, morais e éticos, transpondo todos os limites da razoabilidade. (IPC, 08/2011).

O IPC, também cognominado de “Grupo Pensar” propõe ao cacaucultor não mais aceitar a condição lhe imposta, uma vez, além de ser vitima de um ato criminoso, ainda foi submetido ao fracassado Programa de Recuperação, fatos reconhecidos respectivamente pela Polícia Federal, no relatório do Inquérito Policial nº 2-169/2006 e pela própria CEPLAC, através de Notas Técnicas. Tais verdades jamais podem ser ignoradas, pois são os principais elementos geradores da crise da lavoura cacaueira baiana.

“O Grupo Pensar” assume o compromisso de buscar desde as soluções tecnológicas carentes ao setor, até as ações necessárias para a resolução do endividamento, pois o IPC não reconhece como legítimas as dívidas geradas ou não pagas em razão das consequências do ato criminoso e do Programa de Recuperação que fracassou.

Há evidências de mudanças das relações do produtor, agora ampliada para um círculo de maior abrangência. Antes, a linha de relação do produtor com os industriais do chocolate era inexistente, no momento há uma linha de contatos mais ampla, o chocolateiro europeu vem a Região estimular a produção de cacau fino, que muda o produto da situação de vantagens comparativas para vantagens competitivas, pois com a aplicação de tecnologias de preparação do cacau (colheita, fermentação, secagem, armazenamento) dentro de prazos e

cuidados, que proporcionam mais qualidade ao produto final, o produtor obtém até 100% do preço de mercado, que o diferencia, no quesito preço, ao cacau produzido tradicionalmente.

Da mesma forma, o mercado de insumos também realiza parcerias com os produtores, não somente para a venda de defensivos, mas também patrocinar a realização de Feiras e Exposições, acontecimentos idealizados pelo produtor que no passado não aconteciam, pois esses tipos de eventos sempre eram realizados pela CEPLAC ou patrocinados por ela. Um empresário do ramo de insumos implantou um canal de TV, usando a internet como forma de facilitar a integração com o produtor. O canal denominado TV Mercado origina notícias do mercado de cacau e tecnologias aplicadas dentro e fora do país.

As Universidades buscam se aproximar dessas Associações para realizarem pesquisas visando descobrir novos métodos de produção, bem como técnicas de defesa da vassoura de bruxa. Assim, a UESC em Ilhéus-BA e a UNICAMP em Campinas-SP são instituições de ensino e pesquisa participantes de ações junto aos produtores da Região para acelerar descobertas no controle da doença nos cacauzeiros da Região.

Assim, pode-se vislumbrar o crescimento e a ampliação das linhas de relação do produtor de cacau quanto a aspectos de produção e de socialização, em consolidação pela rede social (Lista do Cacau). Ainda não foi internalizada pelo cacaucultor suas relações com o poder político, não se deslumbra uma campanha intra classe para definir posição quanto à votação em candidatos a deputados e senadores totalmente definidos e comprometidos com a problemática da lavoura. Registra-se ainda, a Região nunca ter elegido um Governador da Região. Outra particularidade nesses últimos 40 anos, somente na primeira gestão do atual governador foram nomeados 03 Secretários de Estado, incluído o da Agricultura, período em que o cacau foi contemplado no PBTA baiano.

O exposto caracteriza o perfil do produtor de cacau, pelo desempenho, o faz diferenciar-se de outras classes produtoras da agricultura nacional, aliás, distinção conhecida nacionalmente pela influência da famosa obra literária de Jorge Amado, que o decantou como singular, pois o cacau era sinônimo de luxúria, desperdício e ostentação, hoje é a representação do ocaso, do desprestígio e da pobreza.

4.2. Contribuições da base teórica para a análise das Políticas Públicas e das Redes Sociais na cacaucultura

4.2.1 A Política Pública de Tecnologia Social

A inovação caracterizada pela Tecnologia Convencional (TC) ou empresarial tem sua apropriação privada garantida pelo Estado através da propriedade intelectual criando riqueza para as empresas, enquanto no espaço da Tecnologia Social (TS) o resultado positivo da inovação é coletivo. Nesse caso, a capacidade do empreendimento de natureza social contém como elemento constitutivo, a capacidade de reproduzir-se e difundir-se coletivamente ao cumprir o objetivo de conseguir a partir dos seus elementos constitutivos e de ineditismo a sua propagação e utilização sem restrição gerando mais riqueza pela abrangência de seu uso em termos coletivos. DAGNINO *ET ALII*. (2004:189-91).

O autor completa seu raciocínio citando que a condução das políticas públicas de ciência e tecnologia ao seguir a lógica ofertista e inspirada nas políticas adotadas pelos países desenvolvidos é feita sobre uma orientação capitalista. Nesse caso o Estado deve ter um papel relevante no processo de construção da TS. Mas, nem sempre as políticas públicas privilegiaram o tema.

O avanço da TS como política pública passa por dois possíveis obstáculos. O primeiro é a tendência conservadora por parte dos dirigentes governamentais, que dificulta a adoção de posturas criativas e inovadoras. O segundo é a existência dos processos de captura de recursos dentro do Estado, normalmente dirigidos a políticas macroeconômicas. *Nessa expectativa* a TS, mesmo se mostrando uma alternativa interessante para os objetivos pretendidos, perde prioridade, mesmo com pequenos custos de produção. LASSANCE JR. *ET ALII*. (2004:69-71)

Na perspectiva neo-institucionalista da escolha racional, a importância desses custos associados aos mercados políticos depende em grande parte dos arranjos institucionais, formais e informais, que estruturam os padrões de interação entre os diferentes participantes do jogo político. Nesse contexto, as instituições políticas têm um custo para a formulação de determinadas políticas públicas. Esses custos derivam: 1) do fato das instituições determinarem quais são os atores relevantes, seus ganhos esperados, a arena onde interagem e a frequência das interações e; 2) dos custos de transações políticos. FLEXOR & LEITE, (2006:5).

A PCT brasileira vem sendo orientada para o estímulo à geração de tecnologia nacional, a partir das experiências de políticas dos países desenvolvidos e sancionadas por um

referencial teórico construído a partir de uma realidade distinta. Barbieri, (1990:3). Exemplos disso envolvem a concepção do avanço da tecnologia solucionar todos os problemas da sociedade.

Para se está na presença de uma política, é necessário ser igualmente definido, pelo menos como tendência, um quadro geral de ação. Richard Rose propõe para tal fim, se utilizar a noção de programa de ação governamental (Rose, 1985:13), definida como “uma combinação específica de leis, de atribuições de créditos, de administrações e objetivos mais ou menos claramente definidos”. O problema é se esta noção incontornável levanta dificuldades consideráveis. Se for evidente uma política ser mais do que uma coleção de decisões e de ações, é fácil constatar-se serem as inúmeras declarações governamentais sobre a necessidade de reduzir o desemprego, por exemplo, da mesma forma das decisões que as acompanham, não resultam necessariamente na implantação de políticas de emprego. (Muller & Surel, 2004:10). Para os autores para que uma política pública exista é preciso as diferentes declarações e/ou decisões sejam reunidas por um quadro geral de ação que funcione como uma estrutura de sentido, ou seja, mobilize elementos de valor e de conhecimento, assim como instrumentos de ação particulares, com o fim de realizar objetivos construídos pelas trocas entre os atores públicos e privados.

4.2.2 Políticas Públicas - Estado x Sociedade

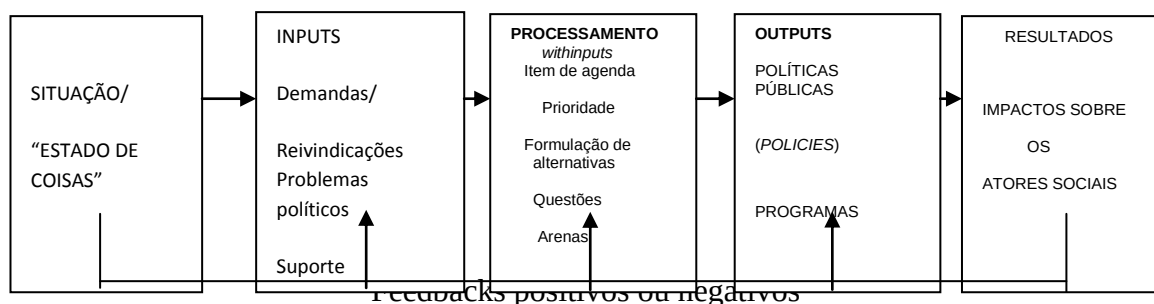
As políticas públicas na sua essência (Souza, 2006:21) estão ligadas fortemente ao Estado, quem determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos, onde faz uma síntese dos principais teóricos trabalhadores do tema das políticas públicas relacionadas às instituições que dão a última ordem, de como o dinheiro sob forma de impostos deve ser acumulado e de como este deve ser investido, e no final fazer prestação de conta pública do dinheiro gasto em favor da sociedade.

A necessidade de “enraizamento” do Estado na sociedade, ou seja, de relações mais próximas entre os interesses da sociedade e do Estado. Takagi faz leitura em Evans (1996), para pontuar que juntamente com uma autonomia do Estado, o enraizamento é indispensável, pois as políticas públicas devem responder aos problemas percebidos pelos atores privados, ao mesmo tempo do Estado depender dos atores privados para sua implementação. Ou seja, quando a burocracia decide sozinha, acaba definindo mal e distanciando-se dos anseios do setor produtivo. A aproximação com o setor privado serve para legitimar as ações burocráticas. (Takagi, 2002:2-3).

Ao defender a idéia das políticas públicas se manifestarem através de duas dimensões que se complementam entre si Fernandes, (2007:203) pontuou ser costume pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizadas como administrativo ou técnico, e assim livre, portanto do aspecto ‘político’ propriamente dito, por ser mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Este é uma meia verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnica administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez está relacionado ao processo decisório.

David Easton (1965:21) elaborou a proposição da visão sistêmica de políticas públicas como respostas a problemas (*outputs*) e demandas (*inputs*). A visão do autor sobre o sistema político proporcionou um modelo de análise de políticas públicas. Nessa concepção, o sistema político aparece como um conjunto de elementos inter-relacionados por padrões de comportamento e ações. O propósito do sistema político é converter *inputs* (demandas e apoios) em *outputs* (decisões). Os principais elementos do sistema são ações políticas (decisões, demandas, apoios, ações de implementação etc.). O limiar do sistema estabelece positivamente ou não quais ações são consideradas políticas (endógenas) ou não (exógenas ações e condições do ambiente). Essa visão está desenvolvida na Figura 1, formulada por Easton.

Fluxograma 4. Um modelo heurístico de análise de políticas públicas.



A terminologia da abordagem sistêmica são as demandas e apoios (*inputs*) dos grupos de pressão que vão delinear as políticas públicas (*outputs*). O governo e suas políticas são vistos como resultado dos *inputs* vindos da sociedade. O Estado é considerado como algo neutro, cuja função é promover a conciliação dos interesses que interagem na sociedade, segundo a lógica do mercado (Dahl, 1988:85).

Hoje estamos chegando a um meio termo. Tende-se, cada vez mais a considerar que vindo de dentro para fora e vindo de baixo para cima seja muito importante, mas ficam cada vez mais claros os limites desse tipo de processo, especialmente num país como o Brasil. Passa-se, assim a propor a construção de estratégias combinatórias em dois movimentos: o de fora para dentro como o de dentro para fora. “É isso que eu chamo de terceira geração de políticas regionais. Valoriza-se a iniciativa local, mas reconhece-se a importância de políticas nacionais”. (BACELAR, 2008:2).

Apesar do boom das duas últimas décadas, (Faria, 2003) a estruturação do campo da análise de políticas públicas ainda é bastante incipiente no Brasil, o qual padece como também mostrado por Melo (1999), de grande fragmentação organizacional e temática, tendo

uma institucionalização ainda precária. Porém, se essas características podem tornar compreensíveis determinadas lacunas, a notória ausência de investimentos mais sistemáticos no estudo dos processos de implementação e avaliação parece evidenciar também o status privilegiado de que desfrutam os processos decisórios na ciência política do país. No entanto, [...] a escassez dos estudos pós-decisão no país parece explicada não apenas pela frágil institucionalização da área no Brasil, que faz com que a análise de políticas públicas continue gravitando na órbita das questões analíticas mais tradicionalmente valorizadas pela Ciência Política, mas também pela debilidade no país do campo de estudos da Administração Pública (FARIA 2003: 22).

Em sua leitura a cerca de redes de política, Romano (2007:228) apud Rhodes e Marsh (1992 e 1995) e Hassenteulf (1995) ressalta ser resultado da cooperação mais ou menos estável, não-hierárquica entre as organizações – e /ou indivíduos- que se conhecem e se reconhecem, negociam, trocam recursos e partilham, em medida variável, de normas e interesses. Assim, as redes conformadas por laços institucionais, mas também por relações interpessoais, desempenhariam um papel importante na elaboração da agenda, no processo de decisão e na implementação da ação pública.

De acordo Favareto (2008:6) o erro dos críticos mais ácidos do Território da Cidadania é não reconhecer a integração de políticas como um dos princípios mais elementares do planejamento governamental. Algo para evitar a pulverização de esforços, devendo ter ocorrido desde muito tempo. Leite e all (2008:) lembram que as políticas territoriais foram estruturadas com o propósito de oferecerem soluções inovadoras, com respeito às políticas setoriais, frente aos novos ou antigos desafios da sociedade e da economia nacional, tais como a pobreza, a desigualdade regional ou, ainda, a emergência do desenvolvimento sustentável e a sua compatibilidade com o desenvolvimento econômico e social.

Defender os Métodos racionais para ser usados na construção de ótimas políticas é o que Bovens et all (2006:8) enfatizam no seu estudo. A eficiência e a eficácia de uma avaliação podem, então, medir a distância de resultados reais de políticas a partir deste ideal. Assim, avaliação dos rendimentos de políticas são informações relevantes sobre as discrepâncias entre o desempenho factual esperado da política (Dunn, 2004). Bovens et all citam Berk e Rossi (1999) para enriquecer a idéia de que a pesquisa de avaliação é essencialmente sobre o fornecimento de informações mais precisas praticamente possível, mesmo de forma imparcial. As decisões políticas e julgamentos exigem depoimentos de conhecimento baseado na aplicação geral e cientificamente válido, pois raramente é prudente para introduzir um debate político ardente armado em apenas um estudo de caso. (BOVENS APUD CHELIMSKY 1987:27).

No processo de produção de política, (Alston et all, 2006:4) os atores políticos realizam operações complexas intertemporal freqüentemente assoladas por custos de transação políticos. Estes custos são determinados pelo país, instituições políticas e pela natureza da política a ser considerada. As instituições políticas determinam os principais intervenientes, os pagamentos para os jogadores, o fórum em que interagem e a frequência de

sua interação. Além disso, cada área política tem suas próprias características para poderem aumentar ou reduzir os custos de transação, no local, por exemplo, regional versus nacional, contra em longo prazo, complexa vs transparente, etc. Na ausência de custos de transação políticos, atores políticos que sempre têm um incentivo para se adaptar aos choques econômicos e políticos de forma a maximizar o maior ganho com o intercâmbio político, com o lado de pagamentos compensam aqueles que poderiam bloquear essas mudanças.

4.2.3 Políticas Públicas x Desenvolvimento

É possível observar uma clara transição dizendo respeito às políticas de desenvolvimento regional (Diniz e Crocco, 2006:16). Até meados da década de 1970, as políticas regionais eram do tipo “de cima para baixo” (*Top-Down*). Após esse período, o desenho das políticas regionais centra-se na estrutura “de baixo para cima” (*Bottom-up*), focado na produtividade endógena das economias regionais e locais. Esta mudança nas estratégias das políticas de desenvolvimento regional reflete as alterações das concepções teóricas da chamada Economia Regional.

Cabe ressaltar, propositadamente não ter sido utilizado o termo desenvolvimento no título desta pesquisa. Em concordância a Maluf, (2000), quanto ao uso do termo, e ainda no seu entendimento, o procedimento mais adequado e, sem dúvida, mais cauteloso quanto ao significado da noção de o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo. Desenvolvimento é o de ater-se ao sentido literal do termo e às duas idéias principais nele contidas, que são as de melhoria e de processo. De acordo o autor daí deriva o sentido a ser atribuído ao desenvolvimento econômico e sua definição como:

O processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo. (Maluf, 2000).

Pode-se fazer uma apologia do crescimento da economia cacaueira com as duas visões antagônicas do desenvolvimento, sob a ótica de Sen (1999). A primeira delas sustenta ser o desenvolvimento um processo violento, sofrido, envolvido inevitavelmente em “sangue, suor e lágrimas” e onde o desafio de acumular riquezas o mais rapidamente possível pode levar até ao sacrifício imediato do bem-estar, vindo depois, aí então, sobre bases sólidas. Nesse particular, as bases sólidas do bem estar da região eram utópicas, pois se desfaleceriam com as crises. O autor mostra a existência de outra corrente para a qual o desenvolvimento é um processo “essencialmente amigável” e “pode ser exemplificado por coisas como trocas benéficas ou pelo trabalho de redes de segurança social, ou por liberdades políticas ou por desenvolvimento social – ou uma ou outra combinação destas atividades de apoio”, fatores não combinados na Região cacaueira.

Douglass North responde a questão do desenvolvimento promovendo uma tríplice ruptura com o pensamento neoclássico. Em primeiro lugar, ele coloca as instituições, a

organização e as representações mentais – e não unidades autônomas, atomizadas, independentes e soberanas – no centro da própria sociedade humana. É o que permite encarar o desenvolvimento como resultado histórico de certas formas determinadas de coordenação.

Castells, (2001:173) enfatiza a possibilidade do desenvolvimento, atrelando-o ao nível de informação que a sociedade dispõe para nivelar o bem estar à capacidade de crescimento dos meios de produção. Destaca como a sociedade atual tem na informação – ampliada com as avançadas tecnologias - sua maior fonte de produtividade e poder, já que se constitui a mola propulsora desse novo modo de produção social.

Após um século de predomínio econômico a região sul baiana é sobrepujada pelo crescimento e desenvolvimento do norte, anteriormente um território pobre. Graças aos laços de solidariedade, mesmo incentivados pelos programas de APL (Arranjos Produtivos Locais) introduzidos pelo governo do Estado, o norte baiano soube tirar proveito da política pública de inclusão produtiva, vindo a se tornar uma região com níveis superiores de qualidade de vida ao do sul baiano.

Trazer a conceituação de Oliveira (2001), que traça um paralelo entre desenvolvimento local e democracia, para inseri-lo no exemplo discutido neste trabalho, cuja descrição abaixo, denota a fotografia da evolução da atividade econômica atrelada ao modelo de poder, que se instituiu na Região Cacaueira baiana:

A primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar o governo local e ela aparece como um resgate da ágora grega, posto que a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna. Essa separação aparece como vantajosa para os grandes grupos econômicos e grupos políticos que formam uma verdadeira oligarquia, mas é inteiramente daninha para o cidadão comum. Essa separação tampouco é dada: ela é produzida exatamente pelos grupos citados, como uma forma da dominação e para evitar que a democracia seja, realmente, o governo de todos. O desenvolvimento local poderia criar um locus interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. Sugere-se assim, que o governo poderia estar ao alcance das mãos dos cidadãos. (OLIVEIRA, 2006:14)

As propostas de desenvolvimento local têm como fundamento a criação, concertada entre os agentes locais, de um entorno territorial propiciador da renovação do tecido produtivo e empresarial. Para isso, devem ser reforçadas as políticas descentralizadas que propiciam a organização e a gestão produtiva e asseguram a capacidade de introduzir inovações tecnológicas nos diversos territórios. No raciocínio do autor, o desenvolvimento local pode ser definido como um processo de transformação da economia e das sociedades orientado a superar as dificuldades e melhorar as condições de vida da população, mediante uma atuação decidida e acordada entre os agentes locais (públicos e privados), com vistas ao aproveitamento mais eficiente e sustentável dos recursos endógenos, ao fomento das capacidades empresariais e à criação de um entorno inovador no território (ALBUQUERQUE, 1997:8).

Abramovay, (1998: 2-3) ao discutir as bases sobre as quais deve ocorrer a formulação das políticas de desenvolvimento rural, destaca, para o Brasil, a necessidade de criar

condições que alterem o ambiente institucional local e regional, de forma a permitir que sejam reveladas as “[...] potencialidades com que cada território pode participar do processo de desenvolvimento”. Para enfatizar essa posição, ressalta que, a exemplo do que vem ocorrendo nos países capitalistas centrais, “[...] o desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial”. Ademais, considera que o desafio brasileiro consiste “[...] cada vez menos em como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, em como criar condições para que a população valorize certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercado”. Para tanto, são necessárias “[...] políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento”. Por melhor que tenham sido as ações da CEPLAC, ela, no entanto, distanciou-se da execução de políticas mais abrangentes na atividade agroindustrial, já que representava o Estado, presente na região, provocando um estágio de industrialização tardio quando o excedente gerado pelo setor agrário exportador já não era representativo.

4.2.4 As Redes Sociais e o Desenvolvimento

Através da análise do relacionamento das instituições na rede é possível verificar quem possui mais recursos, quem passa mais informações, quem tem mais poder de articulação. Na sociedade contemporânea as relações de poder definem as territorialidades. Confrontando com a discussão de território, as redes qualificam o espaço, interferindo na forma como este território está organizado. Castells (2003:35) esclarece que “o espaço não pode ser definido sem referência às práticas sociais”, o espaço é o lugar da luta, da resistência, onde aparecem as dificuldades das populações. Conforme o autor, o que qualifica o espaço são as interconexões existentes na sociedade:

Os principais processos dominantes em nossa sociedade são articulados em redes que ligam lugares diferentes e atribuem a cada um deles um papel e um peso em uma hierarquia de distribuição de riqueza, processamento de informações e poder, fazendo que isso condicione o destino de cada local. (2003:439)

As redes podem ter definições e conceituações diversas, mas é possível agrupá-las em duas grandes matrizes. A primeira é aquela considerada pelo aspecto, sua realidade material, toda a sua infraestrutura instalada. A segunda leva em conta, também, o dado social, as pessoas, as mensagens e os valores presentes nas relações dos elementos presentes na rede. As redes são formadas por quantidades e qualidades instaladas em diversos momentos. Portanto é possível considerar a existência de produção e vida nas redes, já que através delas é possível favorecer a “fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessantes aos atores hegemônicos.” (SANTOS, 2003:274).

O papel do Estado seria o de constituir uma ordem jurídica e econômica sinalizadora para os agentes sociais a primazia de padrões de organização de relações sociais fundados em redes horizontais ou redes de parceria (ao invés de padrões de organização hierárquico-verticais, que estabelecem formas competitivas de interação social) e de modos democráticos de regulação de conflitos, ao invés de modos autocráticos de resolução dos mesmos. (FRANCO, 2001). Essa ordem constitucional e jurídica, mas também econômica e social,

definiria o quadro das restrições e das incitações a partir do qual se desenvolveriam os diversos arranjos institucionais na Região Cacaueira.

O processo de desenvolvimento de uma região pressupondo o seu crescimento econômico, dependerá, segundo Boisier (1999), fundamentalmente da sua capacidade de organização social que se associa: a) ao aumento da autonomia regional para a tomada de decisões; b) ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local; c) a um crescente processo de inclusão social, d) e, a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional. Esta capacidade de organização social da região é o fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, através de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional. (HADDAD, 1999: 10).

Há ainda muita insistência na falação das redes serem baseadas na cooperação. Isso é verdade, mas não pelas razões que em geral elas apresentam. Há de se pensar das redes como uma nova forma de organização baseada em princípios cooperativos, sendo uma condição a priori, para alguém se conectar a uma rede, aderir a tais princípios. Assim, as redes seriam colaborativas porque, ao compô-las, as pessoas fariam uma espécie de profissão de fé nas vantagens da cooperação e mudariam pessoalmente seu comportamento para participar das redes, como quem toma uma decisão crucial de mudar de vida e faz um voto sobre isso para poder ser aceito em uma organização religiosa.

Nos movimentos sob a forma de redes, as *estruturas de poder não* se dissolvem. Pressupõe-se, freqüentemente, que, numa organização em rede há uma distribuição do poder, os centros de poder se democratizam, ou, como há muitos centros (nós/elos), o poder se redistribui. Isso é parcialmente verdadeiro, porém, mesmo em uma rede há elos mais fortes (lideranças, mediadores, agentes estratégicos, organizações de referência, etc.), detendo maior poder de influência, de direcionamento nas ações, do que outros elos de conexão da rede. Tais elos são, pois, circuitos relevantes para o empoderamento das redes de movimento. As redes, assim como qualquer relação social, estão sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento. Portanto, o que interessa é saber como se dá o equilíbrio entre essas tendências antagônicas do social e como possibilitam ou não a autonomia dos sujeitos sociais, especialmente os mais excluídos e que, freqüentemente, são as denominadas “populações-alvo” desses mediadores. (SCHERER-WARREN, 2006:121-2)

Chiapetti (2009:186) enfatiza a despeito de toda a riqueza produzida nos áureos períodos da produção do cacau na Região Sul da Bahia, nem as elites, nem os trabalhadores, nem o lugar se beneficiaram, ou seja, no lugar também se aprofundam as fragmentações sociais e territoriais e, por conseguinte, se esgarça qualquer possibilidade de solidariedade orgânica na região e, afinal, da região como território nacional. É todo um processo de fragmentação do território, resultado de forças organizacionais, as quais subordinam tanto a instalação de sistema de objetos, como os sistemas de ações, organizando-os, segundo os desígnios do capital, tornando-os assim, espaço derivado do projeto capitalista.

Verifica-se no transcurso dos programas de revigoramento da lavoura cacaujeira o predomínio do efeito top down das políticas públicas, onde todas as ações foram conduzidas pelo Estado, o agricultor se perfilava como repositório das orientações emanadas das organizações conectadas ao Programa. Assim, como se comportou em relação à natureza, o produtor foi um ator passivo, sempre esperou os favores do governo, foi incapaz de construir um sistema de salvaguarda econômica para a sua própria sobrevivência.

A transformação do cacau em chocolate na Região entende-se como um esteio que faltou para assegurar a permanência da lavoura cacaujeira como o motor capaz de engendrar um pólo industrial dinâmico capaz de absorver outras matérias primas produzidas na própria Região. As causas prováveis foram de ordem empreendedora e política, o produtor rural conservador reaplicava suas reservas em novas fazendas ou exportava seus lucros para investir em outras regiões, limitando a poupança interna para investimento regional. O Estado não a privilegiou com incentivos, tanto para investidores internos e externos, quando o fez, a cacauicultura não era mais o dínamo da Região, não atraiu investidores externos. Do ponto de vista da relação agricultura-indústria, até bem recentemente, não se podia falar de nexos diretos tipo integração vertical, pois a indústria regional, toda ela de pequeno porte e voltada para o aproveitamento de alguns recursos naturais ou para o atendimento de certas parcelas do mercado urbano. Somente na década de 90 se instala uma pequena fábrica de chocolates em Ilhéus, mesmo assim, voltado para o consumidor externo, chocolate para turista.

Em termos de Redes Sociais, a trajetória da lista do cacau pela importância do seu crescimento, através do fluxo de contatos dos seus membros na memória da cacauicultura ser um momento único da sua história, quando os produtores virtualmente se encontram diariamente para discutir os seus problemas e trocar experiências. O surgimento da APC, a lista do cacau (Network Social), a criação do Grupo Pensar, formou-se intrinsecamente dentro da cacauicultura uma competitividade de movimentos, viabilizados como fator positivo, pois são três núcleos, cujo foco é de defender os interesses da cacauicultura baiana, se desarmados da ação predatória, mas funcionem em aliança, em Rede.

As redes sociais convertem, de fato, competição em cooperação, mas como resultado da sua dinâmica. Elas não convertem indivíduos competitivos, beligerantes e possuídos de forte ânimo adversarial, em indivíduos cooperativos, pacíficos e amigáveis. Ao favorecer a interação e permitir a polinização mútua de muitos padrões de comportamento, o resultado do “funcionamento” de uma rede social é produzir mais cooperação, conforme o conceito de capital social. As pessoas podem continuar querendo competir umas com as outras, porém, quando conectadas em uma rede, esse esforço não prevalece como resultado geral na medida em que, na rede, elas não podem impedir as outras fazerem o que desejam fazer e nem podem obrigá-las a fazer o que não querem. Assim, a rede não é um instrumento adequado para alguém adquirir mais poder (que é sempre o poder de obstruir, separar e excluir).

Pode-se analisar estribado em Putnam (1993) como este comportamento influenciou o desempenho agregado da economia regional e voltando deste nível agregado para o indivíduo,

(macro-micro) o mecanismo de retroalimentação de criar um círculo virtuoso entre comportamento social (normas, valores, hábitos políticos) ao desempenho macro (seja o bom desempenho político, econômico ou institucional), não aumentou o capital social da comunidade ou região para novamente retornar ao comprometimento dos agentes com as normas sociais e de comportamento preestabelecidas, para criar mais capital social. Esta mediação não se tornou importante como medida de progressiva incorporação das instituições e do capital social para explicar o desenvolvimento econômico da Região Cacaueira.

O crescimento das organizações de blocos de construção de uma sociedade civil autônoma em um ambiente autoritário (o governo desprezou o produtor de cacau, a própria Região) depende da "construção política" do capital social. Pode ser capital social co-produzido por estado e atores da sociedade local ou pela interação de atores sociais locais e atores externos da sociedade civil. O capital social também pode ser produzido a partir de baixo, mas **aliados externos** tornam ainda a ser crucial na capacidade dessas organizações para sobreviver.

O estado de Chiapas no México é um exemplo vivo da capacidade das redes sociais, que extirparam o autoritarismo do Estado no trato dos problemas do lugar. Região extremamente pobre, maioria constituída de população indígena, soube construir uma horizontalidade nas ações do seu povo combatendo a elite econômica e a oligarquia do poder político encastelado no governo, cuja prática do clientelismo era um modelo de enraizamento desses políticos no comando das políticas públicas, habito, aliás, comum na América Latina. (FOX, 1996). Essa experiência o sul da Bahia não repetiu, por não ter criado redes sociais como adjuvantes para discutirem amplamente proposições e ações que se revertissem em respostas e soluções para os graves problemas da lavoura cacaueira.

A elite política e os conflitos independentes do efeito causal da capacidade da sociedade civil se organizar, porque determinam a vontade do estado e à capacidade de encorajar ou dismantelar esse capital social. A vida associativa não se desdobra em um vácuo: estado ou atores sociais externos podem apresentar quer incentivos positivos ou de sanções negativas para a ação coletiva. A abordagem de "estrutura de oportunidade política", onde a ação coletiva surge principalmente em resposta à: "mudanças nas oportunidades para reduzir os custos da ação coletiva, revelam potenciais aliados e mostra onde as elites e as autoridades estão "vulneráveis" (TARROW, 1994:18)". Eles incluem: oportunidades políticas, sociais e energia de idéias, e os processos de "intensificação" representação local e poder de barganha.

No contexto desse quadro, cabe analisar a formação do quadro de representação política da Região eleita nas últimas eleições, podendo ser um símbolo do "modus operandis" enraizado dentro dela, a pouca importância dada pelo seu povo ao apoio externo necessário para sustentar os movimentos de sensibilização ao governo para a implantação de políticas públicas para reativação da economia cacaueira. Os deputados eleitos na Bahia com alguma relação com a Região Cacaueira são numericamente 06 deputados federais e 07 deputados estaduais.

Observando ainda as estatísticas da votação no sul baiano, 211 candidatos a Deputados Federais e 354 deputados estaduais obtiveram votos na Região, demonstrando a despreocupação dessa população com a eleição de seus representantes. Este território poderia ter elegido duas bancadas fortes, entre 10 federais e 15 estaduais dos candidatos declaradamente relacionados com a região, pois possui um coeficiente eleitoral importante no Estado. Poderia dispor de maior reconhecimento junto aos governos federal e estadual, mas como diz o adágio, “quem herda não rouba”, a população regional ainda guarda a prática do individualismo de seu antepassado, cada um por si e deixa ficar como estar.

Os prefeitos são uma amostra disso ao apoiar candidatos de fora da Região, em troca de favores, que a população não sente nem vê. Os dirigentes municipais não dão importância a parte relevante das Receitas da Prefeitura advir do repasse do ICM, um imposto resultante da produção do lugar. Nesse sentido, não se notou algum movimento dos prefeitos regionais para engrossarem as fileiras pela recondução do cacau como fonte de receita dos municípios, é como se estivessem descompromissados com o futuro e o bem-estar da comunidade que lidera, por entenderem estar a economia cacauzeira em fase de extinção?

O mais interessante são os representantes eleitos não terem apresentado em suas plataformas de campanha alguma proposta pró-cacau. Na prática não se espera serem defensores dos interesses da cacauicultura, nem compor uma forte bancada do cacau nas respectivas assembleias legislativas, que irão atuar.

Salvo juízo de valor, de forma isolada, um ou outro representante poderá revestir-se de algum compromisso. Resta na atualidade uma reposição para salvar-se do erro de não ter arregimentado uma campanha de esclarecimento ao eleitor da região pela importância do voto regional, movimentos da sociedade civil, a exemplo da Lista do cacau, APC, Instituto Pensar Cacau e outros não caminharem na direção do agir unisonamente buscando articulações para estabelecer o compromisso desses representantes legislativos da região com os produtores de cacau, (até como ato de libertação da prática histórica de não ter bancadas específicas). Exemplo desse tipo de comportamento social encontra registro histórico em situações semelhantes no movimento zapatista, onde as forças internas puderam se capacitar e remover as barreiras políticas e institucionais para criar novos rumos de aliança entre o público e o privado.

O que se apreende é a fragilidade social do Sul da Bahia repercutir na fraqueza das administrações municipais, do distanciamento do governo do Estado com a Região, que é histórico, se constituindo na falta de respeito político dos poderes executivos nos três níveis para com a economia regional, no passado recente o grande esteio dos orçamentos desses poderes.

Assim, as políticas públicas como instrumento de aproximação do público ao privado, notadamente na agricultura, segmento da maior importância para o país, além de fornecedora de alimentos e matéria prima se destaca pela entrada de capital no país, via exportação, equilibrando a balança de pagamento nacional. As políticas promovem a instrumentalização dos meios de produção, sejam através da extensão rural, do crédito subsidiado, dos preços mínimos, de proteção alfandegária, enfim oferecendo as condições para o meio rural se

consolidar como uma base indispensável de fixação do homem nas atividades do setor primário.

Uma estratégia agrícola auxiliada pelas políticas governamentais é de estimular a produção e a produtividade para compensar a competitividade de congêneres internacionais para tentar manter o equilíbrio de preços dos produtos internamente, amenizando a elevação dos custos de transação para permitir a manutenção do produtor rural na atividade. O cacau foi participante dessa tática oficial, pois sendo um produto de forte inserção internacional, sofre a influência de variáveis externas, que afetam e determina os preços da amêndoa e derivados no mercado interno, tornando o produtor um mero tomador de preços, pois são controlados por um cartel poderosíssimo, que determina por quanto comprá-lo, deixando o produtor sem opção de negociá-lo junto aos prepostos das companhias exportadoras.

Para Chiapetti, (2009:183) um projeto de desenvolvimento deve ser construído a partir das possibilidades existentes nos lugares, só assim uma nova realidade se apresentará como algo factível. Pensar um projeto de desenvolvimento adequado para uma região não é tarefa de um homem só, nem de um governo, mas deve passar por uma ampla discussão com a sociedade. “Numa democracia verdadeira, é o modelo econômico que se subordina ao modelo cívico. Devemos partir do cidadão para a economia e não da economia para o cidadão” (SANTOS, 1987, p. 5).

Recapitulando o discutido nesta seção, entende-se que a atividade cacaueira voltada para a produção deve buscar alternativas para agregar valor ao produto, devendo a fazenda se tornar uma base de criação de outras atividades agrícolas capazes de em aliança com o cacau tornar a atividade agrícola regional mais competitiva, reservando o cacau o papel de carro chefe, mas sem preponderar como a alternativa mais viável ou insubstituível. A Região deve se tornar policultora, aproveitando as potencialidades de clima e solo para produzir espécies tropicais exóticas, criando intrinsecamente uma rede de cultivos próprios do sul da Bahia, instalando assim, uma marca de produtos exclusivos capazes de retornos igualáveis ou superiores ao da cacaucultura, assim como fez os Estados do Norte com o açaí e a castanha, que se tornaram produtos de consumo nacional e internacional, mostrando como se tornaram importantes mantenedores do homem no campo com qualidade de vida.

Há de se instalar uma consciência empreendedora para permitir a abertura de novos *modus operandis*, com isso, o território sul baiano experimentar novas atividades econômicas e que sejam democráticas como foi à implantação do cacau no século XIX. Introduzir o “*honus regional*” na formação e na obtenção das vantagens advindas da nova realidade econômica que a Região pode experimentar. Será uma vantagem competitiva para o sul baiano, assim como está sendo o norte do Estado com o pólo de frutas e a Amazônia com frutas exóticas.

Quando uma região deixa-se investir pelo projeto político externo, sem considerar a sua formação, cria-se principalmente mais desordem do que ordem. Para Santos (2006: 63), “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.

Considerando as análises incorporadas nesta pesquisa relacionadas ao desenvolvimento regional, há de lembrar o ensinamento de Abramovay, (2011:1), o desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola. Por mais relevante que seja o estudo das atividades não agrícolas no meio rural, a questão do desenvolvimento, porém, não se restringe às possibilidades de sua expansão. É bastante recente o interesse pelas razões para explicar o dinamismo de certas regiões rurais e o declínio de outras. É imprescindível ressaltar o exemplo do Sul da Bahia, território ocupado pela lavoura cacaueira baiana, convertida numa economia importante e numa região dinâmica, repentinamente se quebra, perde essa consideração - talvez o exemplo mais simbólico do Nordeste, caracterizar-se pela falta de uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas.

Segundo o autor, mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais são o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente onde atua e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores. Esta proximidade supõe relações sociais diretas entre os atores. É neste sentido em torno do desenvolvimento rural, convergem duas correntes contemporâneas de pensamento: por um lado a que vem enfatizando a dimensão territorial do desenvolvimento. Não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim de estudar a montagem das "redes", das "convenções", em suma, das instituições que permitem ações cooperativas – incluindo, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação - capazes de enriquecer o tecido social de certa localidade. (ABRAMOVAY, 2011:1).

Por ultimo, ressaltar que só depois do fundo do poço é que o produtor começa a dar importância a rede de relacionamento, é como no dizer popular, “depois de roubado é que se toma os cuidados para fechar as portas”. Assim, as articulações em conjunto visando encontrar as alternativas para solução dos problemas começam a ganhar corpo, através da formação de organizações representativas da classe, antes abandonadas. Mesmo assim, já há demonstração de disputas, divisões de idéias e de ações, significando a falta do pensamento uníssono pelos mesmos objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante indicar a agricultura brasileira no decorrer das últimas 3 décadas experimentando rápida acumulação de inovações tecnológicas, constituindo-se como uma das mais importantes formadoras de riqueza nacional aliada a sua participação preponderante na pauta de exportação. Nesses 30 anos apresentou uma performance importante no desempenho do setor primário brasileiro, notadamente pelo incentivo e apoio das políticas públicas, que foram indispensáveis para o avanço do agronegócio (contribuição de 70% de exportação dos produtos agrícolas para exportação) e mais recentemente com a prioridade da agricultura familiar como fornecedora de alimentos e de manutenção da população do meio rural, (além de contribuir com a exportação de 30% dos produtos agrícolas).

Desde o período que prevaleceu o modelo de produção alicerçado no genericamente intitulado "revolução verde", materializou-se de fato sob um padrão tecnológico o qual, integrou fortemente novas formas de racionalidade produtiva, determinou novo perfil na qualificação do agricultor e suas relações com o mercado, notadamente o de commodity, passando a determinar novos rumos das relações de produção e da vida social-agrícola, quebrando a relativa autonomia setorial de outros tempos. As políticas públicas foram determinantes para a mudança do comportamento da agricultura nacional, elas tiveram papel positivo de acompanhamento dos rumos da agricultura mundial, pois foi referência para o apoio inequívoco do crescimento mundial ao se tornar parâmetro no fornecimento de matérias-primas para consolidação do crescimento mundial.

O cacau por não receber o apoio de uma política pública de estabilização no momento quando a crise da lavoura se agudava, perdeu sua importância econômica, apesar do papel relevante para a geração de emprego e para a preservação da Mata Atlântica. Esse fruto moldou a identidade de uma parte expressiva da Bahia e parece ter cumprido sua função histórica como importante commodity. Há mais de duas décadas, a economia da região sul do estado atravessa as turbulências que todo sistema baseado na monocultura de exportação está fadado a enfrentar. Porém, de trabalhadores que se transformaram em sem-terra a grandes produtores ainda resistentes à força das dívidas, todos clamam por uma merecida atenção do governo. Resta saber a maneira de quando esse socorro virá e a quem ele irá de fato beneficiar.

Dezesseis anos se passaram desde a publicação do Artigo Saga do Cacau e poucas transformações foram implementadas em termos de políticas públicas de resguardo da economia cacaueira. Há de ressaltar, portanto se o processo de formulação do progresso econômico e social da Região Cacaueira baiana foi prejudicado em razão do baixo aprendizado da comunidade regional ou se a sustentabilidade da economia regional, por consequência o bem-estar social duradouro depende da manutenção da lavoura cacaueira como eixo e líder de uma cadeia produtiva responsável pela fixação de uma população laboriosa, entendendo a construção coletiva como forma de expressão do sentimento proativo capaz de estabelecer proteção para

uma atividade que historicamente mostrava ser vulnerável a diversos insights tanto naturais como identitários. A economia cacaueteira, não diferente de outras economias agrícolas provém de um complexo conjunto de fatores endógenos e exógenos da própria atividade, levando em conta a prevenção de ciclos constantes.

A discussão aqui formulada, apesar do ineditismo do tema, possivelmente deixou de polemizar sobre assuntos que ainda merecem descobertas indispensáveis para completar o ciclo da literatura regional sobre os diversos impasses, por certo cruciais para desembocar na mais árdua e voraz das crises acometidas na cacauicultura baiana. A proposta da referida pesquisa foi de se reportar aos entraves formadores da estrutura da economia baiana, situando a economia cacaueteira como o símbolo do desequilíbrio nos primeiros 100 anos de existência, período quando predominou a mais importante atividade do Estado.

Há de ser considerado, não obstante as interfaces negativas que a economia cacaueteira como responsável pela manutenção do elevado grau de concentração da riqueza gerada no estado baiano, também foi capaz de convergir e absorver importante camada populacional e edificar uma Região composta de 70 municípios, referenciada como a mais rica do Estado. A capacidade de o cacau conviver com crises é que lhe deu a sobrevida mais longa entre as monoculturas brasileiras convivendo no mesmo local.

A trajetória da cacauicultura baiana apresenta peculiaridades jamais experimentadas por outros monocultivos, representadas pelos métodos utilizados para a sua expansão, inicialmente, pela capacidade de adaptação com o ambiente escolhido para aportá-lo, que lhe permitia o sentido democrático de cultivo, independente da capacidade de investimento, bastava ter força física para dominar pequenas áreas de plantios. Em seguida, a simbiose com a floresta atlântica lhe permitia produzir independente de tratos culturais, condição promotora do comodismo do produtor, que levou mais de 50 anos para entender que faltavam tecnologias de cultivos tão indispensáveis para amenizar o ciclo de perdas da lavoura. Outra característica dominante era a sensação ilusória de riqueza que ela transmitia, o produtor se transformava num aventureiro, ficando na expectativa da atividade representar o sonho fácil de opulência. Por isso, a tendência unânime de gestão à distância (o absenteísmo) ficar marcado como o método mais presente de condução do negócio cacau.

Outro traço marcante na vida da Região foi deixado pelo coronel do cacau, a volúpia de ampliar o seu poder pela quantidade de fazendas conquistadas, antes conseguidas por métodos feudais, depois pela força financeira dos descendentes e dos entrantes na atividade, que passaram a incorporar novas áreas, notadamente a de pequenas propriedades. Ressalta-se, que há grandes produtores não alinhados a grandes possessões de terras, basta possuírem algumas pequenas fazendas de cacau, normalmente adquiridas de pequenos produtores. A relação de propriedades, conforme indicada no Quadro 2, onde aparece um grande número de pequenas propriedades, não quer dizer o mesmo tamanho de pequenos produtores, pois grande quantidade dessas fazendas pertence a grandes produtores. Por essa razão o ranking formulado pela CEPLAC esconde uma realidade sobre a posse da terra e, por conseguinte o domínio da produção. Pode-se inferir ainda, que boa parte dessas propriedades pertence a exploradores sem vinculação direta com a terra, são indivíduos ligados diretamente a

atividade urbana, residem na cidade e exercem outras atividades profissionais. Este é mais um fator adjuvante da grande concentração da riqueza originada na cacauicultura.

Mediante tais características, as políticas públicas implantadas na Região foram pontuais para afastar as mazelas criadas em razão da sinergia circundada no ambiente da cacauicultura. Foram grandes decisões governamentais ao criarem dois órgãos para amparar a lavoura em momentos distintos, coincidentemente para atender aos mesmos objetivos. O ICB e a CEPLAC foram modelos de organizações, que pela missão foram moldes referenciados como exemplos de programas voltados para desenvolvimento da agricultura nacional. O ICB foi extinto e a CEPLAC sobrevive a duras penas. Pela ótica do utilitarismo isso tem um significado para a Região, elas foram ótimas enquanto adolescentes ou jovens, a primeira sobreviveu eficazmente durante 20 anos, enquanto a segunda por 30 anos. Da mesma forma, as organizações representativas do produtor acompanharam esses órgãos públicos, enquanto eles estavam ativos, essas representações desempenharam algum tipo de interesse da lavoura.

Nesse sentido fica patenteado o comportamento do produtor quanto ao utilitarismo de suas ações, grandes articulações no momento crucial da crise, mas sem a persistência indispensável para edificá-las permanentemente como atributos para tornarem as instituições como procedimentos vitais para manutenção da atividade econômica da Região. O sucateamento da CEPLAC é um exemplo de descaso do produtor, pois ao considerar o órgão como frágil para resolver o problema da vassoura de bruxa, nada foi feito para sensibilizar o governo federal da necessidade de fortalecê-lo para alcançar essa missão, pois é ainda a maior e mais equipada estrutura de pesquisa da Região.

Finalmente, merece ser mencionado que o produtor em tempo descobriu o isolamento como uma ferramenta prejudicial a nova forma de convivência das pessoas e das organizações na sociedade atual. Atendendo a essa premissa aderiu ao convívio social estabelecendo canais de comunicação e reivindicação, bem como implantação de novas entidades representativas para transigir a sua indignação com a fraqueza da lavoura frente ao ambiente externo, incluindo o desprezo do governo, que antes atendia aos apelos das lideranças regionais resolvendo as crises acontecidas. Há de se avocar ainda, a miopia do produtor e da própria sociedade, quanto as suas relações políticas, pois a Região continua sem a representação de políticos da Região afetando seriamente o apoio governamental as reivindicações da cacauicultura.

A Rede Social tem sido a interlocutora dos produtores, através dela há uma profusa discussão dos problemas da lavoura, defendendo pontos de vista ou providências excepcionais para solução da grave crise que ainda ameaça a extinção da cacauicultura como a principal atividade agrícola do sul baiano. Mesmo assim, esses ideais vêm encontrando dificuldades de se consolidarem em razão ainda dos interesses difusos engessados na classe. Já existe a formação de grupos diferenciados na busca dos mesmos objetivos, comportamento que serve como desencadeador de cisões e desconfianças dentro da classe, assim como, o enfraquecimento das organizações criadas e das lideranças surgidas em razão de dispersão de forças.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural** : agricultura familiar e desenvolvimento rural. Brasília : s.n., 1998. p.2 e 3.
- , **O Capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza – CE. Disponível em: www.abramov@usp.br. Acesso em 10.12.2011.
- ADONIAS FILHO, Sul da Bahia: **Chão do Cacau**: Uma civilização regional. Rio de Janeiro: Editora civilização Brasileira, 1976.
- , **Léguas da Promissão**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1975.
- AGUIAR, A.P, CHIARELLO,A.G, MENDES, S.L e MATOS, E. N. **Os Corredores Central e da Serra do Mar na Mata Atlântica brasileira**. In Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas/editado por Edma Reis Lama, Ibsen de Gusmão Câmara. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005.
- AGUIAR, D. V. **A Província da Bahia**.
- AFONSO, Carlos **A.Teoria do Estado**: uma contribuição crítica do estado capitalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- AFONSO, João M. **O Sabor Amargo do “Manjar dos Deuses”**: estudo sobre as formas de subordinação da pequena produção familiar ao capital na Mesorregião Sul Baiano. Ilhéus-BA: Universidade Estadual de Santa Cruz, 1991
- ALBURQUERQUE, Francisco. **Metodología para el desarrollo económico local**. Santiago de Chile : ILPES, 1997. 49p.
- ALGER, K. & CALDAS, M. **Cacau na Bahia – Decadência e Ameaça à Mata Atlântica**. Ciência Hoje – Rio de Janeiro, V. 20, n. 117, p. 28-35. Jan/fev. 1996.
- ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável**. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997b:33-55.
- ALSTON, L. J, Melo M. A., Mueller, B. Pereira, C. **As instituições políticas, de Formulação de Políticas e Processos**: Resultados da política no Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo Latin American Research Network Red de Centro de Investigación, Research Network Working Paper # R-509 , 2006.
- AMADO, J. **Cacau**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- **Coronéis do Cacau**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- **Gabriela Cravo e Canela**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- **São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- **Terras do Sem Fim**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- AMARAL, Braz. **Recordações Históricas**. Porto: Typographia Econômica, 1921, 336p.
- ANDRADE-BREUST, A.D. **Itabuna: historia e estórias**. Ilhéus: Editus, 2003
- ANDRADE, J. C. **Missões Capuchinhas na Comarca de S. Jorge dos Ilhéus (1886-1875)**. Ilhéus: CEDOC EDITUS, 2005.

ANDRADE, M.P. **Estudos Sociais da microrregião cacaueira**. São Paulo: Atlas, 1980.

ARAÚJO, A.C. de, CAMPOS, R.T. **Análise da evolução do valor da produção de cacau no Estado da Bahia**. In AGUILAR, D.R, PINHO, J.B. Eds. O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. Poços de Caldas. V. 1 Brasília: SOBER, 1998, pp. 1029-1039.

ARAÚJO, A.C. de. **Os preços do cacau e suas implicações sobre a economia cacaueira baiana**. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1997, 94p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

ASMAR, S.R. **Geografia da Microrregião Cacaueira: A terra, o homem, o desenvolvimento**. Ilhéus: CEPLAC, 1977.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE ILHÉUS. **Relatório e Atas de Reuniões**, 1957.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE ITABUNA. **Relatório e Atas de Reuniões**, 1957.

AURÉLIO. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BACELAR, Tânia. **Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. In Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais / Carlos Miranda e Breno Tibúrcio (organizadores); - Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.8.).

BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia**. Salvador: Hucitec, 1983.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e Instrumentos**. José Carlos Barbieri. – 2.ed. atual e ampliada. –São Paulo: Saraiva.

BARROS, F.B. **Memória do Município de Ilhéus**. Salvador: Typografia Bahiana de Cincinato Melchiades, 1915.

BASBAUM, L. **Historia Sincera da República: Das Origens até 1889**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

-----, **Historia Sincera da República**. São Paulo: Ed.Alfa-Omega, 1975-76.

BEBBINGTON, A. **Capitals and Capabilities**. A Framework for Analysing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty in the Andes. London: IIED-DFID, Policies that Work for Sustainable Agriculture and Regenerating Rural Economics, 1999, 54p.

BOISIER, S. **Teorias e Metáforas sobre o Desenvolvimento Territorial**. CEPAL, 1999.

BOSI, A. **A Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BOURDIEU, P.F. **As Estruturas Sociais da Economia**, Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BOVENS, M; HART, P; KUIPERS, S. **The politics of blame avoidance**. Pp. in When Things go Wrong, ed. H.K. Anheier. London: Sage.

BRADY, Nyle C. – “**Desenvolvimento Internacional e a Proteção da Diversidade Biológica**”, em Biodiversidade. E.O. Wilson (Org.). Rio de Janeiro, Nova Fronteira – 1997, 667 pp.

BRITO, E. de S. **O livro de Ilhéus**. Ilhéus: 1924.

BUKARIN, N. **Tratado de Materialismo Histórico**. São Paulo: Edições Caramuru, 1934.

CALDEIRA, C. **Fazendas de Cacau na Bahia**: documentário da vida rural, n. 7 Rio de Janeiro: Min. Agricultura, 1954.

CAMPOS, J. S. **A Crônica da Capitania de S. Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: MEC/CEF, 1981.

CAMPANHOLA, C.L.; Alfredo J.; RODRIGUES, G.S. **Agricultura e impacto ambiental**. I Simpósio sobre os Cerrados do Meio-norte. Teresina, 09, a 12 dez., 1997 (Embrapa), 159-168.

CAMPOS SALES, M.F de. **Da Propaganda à Presidência**. Brasília: UNB, 1983.

CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (dês) ordem internacional**. Campinas: Unicamp, 1993.

CARRARA, A.A. **Fiscalidades e Estruturas Agrárias: Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, séculos XVI-XVIII**. Ilhéus: Editus, 2007.

CARVALHO, J.M. **Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Rio de Janeiro: Scielo, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 617 págs.

CEPLAC **Anuário Estatístico do Cacau**. Brasília: CEPLAC, 1979, vol. 1.

----- **Anuário Estatístico do Cacau**. Brasília: CEPLAC, 1984 vol. 2.

----- **Anuário Estatístico do Cacau**. Brasília: CEPLAC, 1989 vol. 3.

----- **Anuário Estatístico do Cacau**. Brasília: CEPLAC, 2000 vol. 4.

----- **Aspectos Sócio-Econômicos da Mão-de-Obra na Cacaicultura Baiana**. Rio de Janeiro: CEPLAC, 1979.

----- **Cacau Informe Econômico**. V.3 Brasília: CEPLAC, 1980.

----- **Diagnóstico Sócio-econômico da Região Cacaueira**. Ilhéus: 1976, v.8.

----- **Informações Estatísticas do Cacau**. Ilhéus: CEPLAC, 1996.

CHIAPETTI, J. **O Uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na Região Cacaueira da Bahia**. Rio Claro: UNESP, 2009.

CHONCHOL, Jacques. **O Desafio Alimentar: a fome no mundo**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

CNPC. Conselho Nacional dos Produtores de Cacau. Relatórios, Livros de Atas. Itabuna: CNPC, 2011.

COLEMAN, J.S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge MA: Harvard University Press. 2000.

-----, “**Social capital in the creation of human capital**”. American Journal of Sociology, 94/Supplement. pp. 95-121. (1988).

COUTINHO, Carlos N. **A Dualidade de Poderes: estado, revolução e democracia na teoria marxista**. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

COUTO, Vitor Athayde. **O Território do Cacau no Contexto da Mundialização**. In: Bahia Análises e Dados. Salvador-BA, SEI, v.9, n.4, p.38-52. 2000.CPE.

CPE – FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS. (BAHIA). **A modernização do agribusiness cacau**. Salvador: 1993, 180 p.

CUNHA, J de S. C. – **A dominação do imperialismo na Bahia**. Caderno do CEAS Salvador, BA: Centro de Estudos e Ação Social n. 204, (jan/fev. 2003), p.25-50

DAGNINO, Renato. **Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social**. Fundação Banco do Brasil. In: Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

DAHL, Robert. **Análise política moderna**. Brasília: Editora UNB, 1988.

DANTAS NETO, P.F. **Tradição, Autocracia e Carisma: A política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006, 587p.

DELGADO, G. D. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. Campinas: Ilcone/UNICAMP, 1985.

DELGADO, N.G. **Extensão e Desenvolvimento Local: Em busca da construção de um diálogo**. Palestra feita na Mesa 1 – Desenvolvimento Rural no Nordeste do Brasil do

Seminário Nacional sobre a Extensão e o Novo Espaço Rural no Nordeste Brasileiro. Recife, 6 de novembro de 2002.

DELGADO, N.G. & ZIMMERMANN, s. Gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto das novas institucionalidades. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA/UFRJ, 2010.

DIAS, Artur. Imprensa Nacional, 1904, 501 p.).

DIAS, G.M. **Depois do latifúndio, continuidade e mudança na sociedade rural nordestino**. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1978. 248p.

DICKSON, D. **Tecnologia alternativa y políticas del cambio tecnológico**. Madri: H. Blume, 1978.

DIMENSÃO CONSULTORIA. **Sinopse Sócio Econômica do Município de Itabuna**. Itabuna: Grafita, 1997.

DINIZ, C. C; GONÇALVES, E. **Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil**. In: DINIZ, C. C, LEMOS, M. B.(Org.). Economia e território. UFMG, 2005. p.131 – 170.

DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939.

DUARTE, Rodrigo A. de P. **Marx e a Natureza em o Capital**. São Paulo: Loyola, 1986 (Coleção Filosofia – v. 4).

DUPAS, G. **Economia Global e Exclusão Social**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

EASTON, D. (1965a). **A Framework for Political Analysis**. Prentice Hall. (1965b). *A Systems Analysis of Political Life*. Prentice Hall.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 10ª ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985 (Coleção Perspectivas do Homem, v. 99).

FALCÓN, G. **Os coronéis do cacau**. Salvador: Ianamá/Centro editorial e didático da UFBA, 1995.

FARIA, C.A.P. **A política da Avaliação de Políticas Públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais- v. 20 n. 59, 2005.

FARINA, E.M.M.Q. **Organização Industrial no Agribusiness**. In: Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares. Org. Decio Zylbersztain e Marcos Fava Neves. São Paulo: Pioneira, 2000.

FAVARETO, A. **Três Instantâneos sobre a gestão social do desenvolvimento territorial nos anos 2000** – notas para um balanço. Fortaleza: IICA, 2008.

FEENBERG, A. **Alternative modernity**. Califórnia: University of Califórnia Press, 1999.

FERNANDES, A. S. A. **Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social**. IN DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). Introdução à política brasileira, São Paulo. Paulus. 2007.

FLEXOR, G; LEITE, S.P. **Análise de Políticas Públicas: Breves Considerações Teórico-Metodológicas**. CPDA/UFRJ, 2006.

FOX, Jonathan. **How Does Civil Society thicken?** The Political Construction of Social Capital in Rural Mexico. World Development, Vol. 24, Nº 6, pp. 1996, 1089-1103.

FRANCO, A. (2001): **Capital Social**, Brasília, Instituto de Política: ed. Millennium.

FRANCO, O. L. **A Civilização do Cacau : Uma análise sócio-cultural de Ilhéus no final do séc. XIX e início do séc. XX na visão de Adonias Filho**. Ilhéus: CEDOC EDITUS, 1995.

FREEMAN, C. **The economics of industrial innovation**. Francis Pinter, Londres: 1982.

FREITAS, A. F.G. **Caminhos ao Encontro do Mundo: a capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul de Ilhéus**. 1534-1940. Ilhéus: Editus, 2001.

------. **Os donos dos frutos de ouro**. Salvador: UFBA, 1979. Dissertação de Mestrado.

FUNDAÇÃO DE PESQUISAS DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades**. Salvador: FAPESB, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 17ª ed., São Paulo: Nacional, 1980.

GARCEZ, Angelina; FREITAS, Antônio F. G. de. **História Econômica e Social da Região Cacaueira**. Ilhéus, BA: CEPLAC/IICA, 1975 (Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira, v. 8).

----- **Introdução ao Estudo dos mecanismos de formação da propriedade no eixo Ilhéus-Itabuna**. São Paulo: 1976, v.2.

GASPARETTO, A. **Cacau, mitos e outras coisas mais**. Itabuna: Gráfica Agora, 1995.

-----, Agenor. **O trabalhador rural na crise da lavoura cacaueira** www.socioestatistica.com.br. Acesso em 10 de jun. 2010.

GAZETA MERCANTIL. **A Saga do Cacau**. São Paulo: 1995, Edição 10.005, ano 28, n. 201, 15/07/1995.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GEHLEN, I. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**, UFRGS, 2008.

GIANETTI DA FONSECA, E. **Economicamente Incorreto**. Guia Exame Sustentabilidade, Novembro/ 2011, São Paulo: Abril Editora, 2011.

GOLDIN, Ian; REZENDE, G.C. de. **A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

GOMES, L. **1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: editora Planeta do Brasil, 2007.

-----, **1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GOODMAN, D. SORJ, B. WILKINSON, J. **Das Lavouras às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRANOVETTER, M. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. American Journal of Sociology, Chicago, Illinois, v. 91, n. 3, p. 481-510. 1985.

----- **The strength of weak ties**. American Journal of Sociology, Chicago, Illinois, v. 6, p. 1360- 1380. 1973.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

------. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 239 p.

------. **O novo mundo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2000. 151. Serie Pesquisas.

------. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. In BRASIL RURAL – ENCONTRO DE PESQUISADORES E JORNALISTAS, 2001. São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2001.

HADDAD, P.R. **A Competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil**. Brasília: CNPQ/Embrapa, 1999.

HERRERA, Amílcar O. **Transferência de tecnologia e tecnologias apropriadas. Contribución a uma visión prospectiva de largo plazo**. [S.l.: s.n; 1982]

HIGGINS, S.S. **Os Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos Ed. Universitaria, 2005, 263p.

HIRSCHMANN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

HIRSCHMANN, A. **Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento**, in A.O.HIRSCHMANN, A economia como ciência moral e política, S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

HODGSON, G. M. **What are institutions**. Journal of Economic Issue, Vol. XL n. 1 march, 2006. <http://cje.oxfordjournals.org/cgi/reprint/27/2/159>. Acesso em 10/07/2011

-----, The Hidden Persuaders: Institutions and Individuals in Economic Theory. Cambridge Journal of Economics 27:159-175, 2003. Disponível em <http://cje.oxfordjournals.org/cgi/reprint/27/2/159> Acesso em 10/07/2011.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

HIRST, Paul. **Classes Econômicas e Política**. In: HUNT, Alan. Classes e Estrutura das Classes. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1982.

IANNI, Octávio. **Revoluções Camponesas na América Latina**. In: SANTOS, José V. T. dos (Org.). Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo: ICONE/UNICAMP, 1985.

ICKERT, I. Depoimento. In: GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 154p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26.10.2010.

----- **Censo Agropecuário**, 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

----- **Censo Agropecuário**, 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

----- **Censo Agropecuário**, 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

----- **Censo Agropecuário**, 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

----- **Censo Agropecuário**, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

----- **Pesquisa Agrícola Municipal**. Brasília: PAM/IBGE. 1985, 1999, 2010.

----- IPEA. **Informes de Conjuntura**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 e 2010.

IPC. **Pensar para compreender e idealizar**. Disponível em www.ipccacau.com.br Acesso realizado em 01.12.2011.

JANOTI, M. de L.M. **Coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., 1992.

KAGEYAMA, A. (coord). “**O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**”, In: DELGADO ,GC; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M (ORGS). Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, Serie IPEA 127, 1990.

KOOGAN, A, HOUAISS, A. **Enciclopédia e Dicionário Ilustrado**. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1994.

LASSANCE JR.A.E & PEDREIRA, J.S. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004. 216p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 3.ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

LEITE, S.P; Delgado, N.G; Bonnal,P; Kato,K. **Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. In Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais / Carlos Miranda e Breno Tibúrcio (organizadores); - Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.8.

LINHARES, S.V. **As representações da violência no romance Cacaú**. Cad. de Pós Graduação em Letras São Paulo, v. 3, n. 1, p. 111-119, 2004.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo: anticrítica. 3ª ed., São Paulo: Nova Cultura, v. 2, 1988.

MALUF, R.S.J. **Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA 15, outubro 2000: 36-68.

MAHONY, Mary Ann. **Um passado para justificar o presente**: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaueira da Bahia. *Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria*. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 737-793. Ilhéus: Editus, 2007.

MARQUES, P.E.M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Mimeo, 2009.

-----, E.C. **Redes Sociais e Instituições na Construção do Estado e da sua permeabilidade**. ANPOCS. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14 n. 14.

MARTINS, José de S. **O Cativo da Terra**. 2ª ed., São Paulo: LECH, 1981a (Coleção Brasil Ontem e Hoje, nº 36).

-----, **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981b.

-----, **Não há Terra para Plantar neste Verão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 3. O processo global da produção capitalista. 10ª ed., São Paulo: DIFEL, v. 2, 1983.

MELLO, J.M.C **O Capitalismo tardio, contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1991, 182p.

MENDES COSTA, F. **Reestruturação da Economia Cacaueira do Sul da Bahia pela adoção de novas tecnologias**. Salvador: UFBA, 2002.

MENDES, J.L.F. **Do Imobilismo à mudança acelerada nos meios rurais**. Disponível em [HTTP://analise.social.ics.ul.pt/1224075503K8rYR2zv7Bj93HI5.pdf](http://analise.social.ics.ul.pt/1224075503K8rYR2zv7Bj93HI5.pdf).

MENESES, J.A.S & CARMO NETO, D. **Modernização do Agribusiness Cacau**. São Paulo: Cargill, 1993.

MUELLER, P; SUREL, Y. **A Análise das Políticas Públicas**, Pelotas: 2ª Ed. Educat; 2004.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**, São Paulo, Editora Hucitec, 1983.

MULLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: HUCITEC:EDUC, *Estudos Rurais*; 10, 1989.

MYERS, Norman. **“Florestas Tropicais e suas espécies – sumindo, sumindo...”?** em **Biodiversidade**. E.O. Wilson (Org.). Rio de Janeiro, Nova Fronteira – 1997, 667 pp.

NASCIMENTO, V.A. **A Parceria agrícola: uma contribuição para reestruturação das propriedades cacaueiras**. Salvador: UFBA, 2002.

NETO, E. **Dicionário das Roças de Cacau e arredores**. Ilhéus: Editus, 2001.

NEWMAN, M.E.J. **The structure of scientific collaboration networks**. Santa Fé, California, Murray Gell-Mann, 2000.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D & THOMAS, R. **The rise of the Western World: A New Economic History**, Cambridge University Press, Cambridge, 1973.

OLIVEIRA, Francisco de. **A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil**. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C08DeOliveira.pdf>. Acesso em 07/12/2011.

-----, **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003 a.

-----, **A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: boitempo, 2003b.

-----, Território e soberania: ainda há nação? Palestrada proferida no II Colóquio de Pesquisa **O Tamanho do Brasil: território de quem?** Rio claro-SP: Núcleo de Estudos Territoriais (NET). 17 e 18 de março de 2008.

PAULA de Paoli. **A máquina de armazenar e o ingresso da Bahia na modernidade. 2º Seminário Docomomo N-Ne, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia Salvador, 04 A 07 de Junho de 2008.**

PAULANI, L.M. Capital Financeiro e Estado de emergência Econômico no Brasil: abandonando a perspectiva do desenvolvimento. 2007.
http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/713Paulani.pdf.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943**. A Bahia na Primeira República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PAULILO, L.F. Sobre o Desenvolvimento da Agricultura Brasileira: concepções clássicas e recentes. In Batalha, M.O. (coord.) *Gestão agroindustrial: GEPAI – Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais*. São Paulo: Atlas, v,1, 1997.

PEIXOTO, M. **A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2009.

PIORE, M.J; SABEL. C.F. **The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity**. New York: Basic Books, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985 (Biblioteca de Ciências Sociais, v. 19).

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo; colônia**. 20ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987a.

_____. **História Econômica do Brasil**. 35ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987b.

PRADO, J.F.A. **A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil (1530-1626)**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945.

PUTNAM, R. **A Comunidade Próspera**. In. *Prospeto Americano*, 13, Mola, 1993.

-----, **Rolando Sozinho: capital social declinando na América**. In. *Jornal da democracia*, 6, (1): 65-78. 1995.

-----, **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RAMÍREZ-RANGEL, H., **Avaliando o terreno: os fundamentos sociais e institucionais da cooperação da pequena empresa**. In: GUIMARÃES, N. A, 1982.

MARTIN, S., **Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais**. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 149-175.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Avaliação da Política Científica e Tecnológica**, Brasília: RTS, 2004.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Relatório de Atividades**. Salvador: RTS, 2004.

REZENDE, F. C. B. **História Econômica Geral**: São Paulo: Contexto, 1991

RIBEIRO, A.L.R. **Memórias e Identidade: reformas Urbanas e Arquitetura Cemiterial na região cacaueira (1880-1950)**. Ilhéus: Editus, 2005.

RODRIGUES, C.M. **Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil – da instalação da Corte Portuguesa ao início da República**. Cadernos de Difusão de Tecnologia . Brasília: EMBRAPA, vol. 4, nº 1, jan-abr/1987, p. 21-38. Disponível em: HTTP://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v04/cc04n3_01.pdf Acesso em 28.11.2011.

------. **A pesquisa agropecuária federal no período compreendido entre a República Velha e o Estado Novo.** Cadernos de Difusão de Tecnologia . Brasília: EMBRAPA, vol. 4, nº 2, mai-ago/1987, p. 129-153. Disponível em: [HTTP://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v04/cc04n3_01.pdf](http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v04/cc04n3_01.pdf)> Acesso em 28.11.2011.

------. (c) **A pesquisa agropecuária federal no período Pós-Guerra.** Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília: EMBRAPA, vol. 4, nº 3, set-dez/1987, p. 205-254. Disponível em: [HTTP://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v04/cc04n3_01.pdf](http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v04/cc04n3_01.pdf)> Acesso em 28.11.2011.

ROMANO, J.O. **Redes de Política Pública na Trajetória do Setor Público Agrícola Brasileiro.** CPDA/UFRRJ, 2008.

ROSE, Richard. **What is lesson drawing?** Journal of Public policy, v.11, 1991, p.3-30.

ROSE, Richard. **A Patologia das Políticas Públicas** (New York: Oxford University Press, 1985),...Nações (Cambridge: Cambridge University Press, 1985).

RTS. Rede de Tecnologia Social. **Relatório de Atividades de Ciência e Tecnologia do governo da Bahia.** 1995.

------, Relatório de Atividades, 2005.

SACHS. I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Coleção Idéias Sustentáveis. CDS-UNB. Editora Garamond. Rio de Janeiro. 2.000.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTAYANA, G. **The Life of Reason.** Stanford Encyclopedia of Philosophy. 2010.

SANTOS, A.M. **Relações Econômicas na Produção de Cacau.** Ilhéus: CEPLAC, 2010.

SANTOS, M. **Zona Cacaueira da Bahia.** Introdução ao Estudo Geográfico. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957.

------. **A natureza do espaço.** São Paulo: FDUSP, 2003. Cap. 11.

------. Espaço e Sociedade: ensaios. Petrópolis: vozes, 1979.

SANTOS, V.O dos. **Entre Cultivar a Fé e Colher o Cacau:** Memória, Cotidiano e Religião (1950-1990). Dissertação de Mestrado, UESB, 2009.

SAUER, A.H. **Participação social na Região Cacaueira da Bahia:** Uma análise regional e uma investigação empírica com produtores de cacau em dois municípios. Porto alegre: UFRGS, 1981, 182p. Dissertação de mestrado.

SCHERER-WARREN, I. S.- **Sociedade e Estado,** Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHUMPTER, J.A. **Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Ed. Abril, 1982.

SEBRAE –**Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais.** Brasília, 2003.

SCHWARTZ, S. **Segredos Internos.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SEN, Amartya (1999) – **Development as Freedom** – Alfred A. Knopf – New York

SILVA CAMPOS, J. da. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

SILVEIRA, A. K. **Cronicontos.** São Paulo: Melhoramentos, 1979.

SINGER, Paul. **Economia Política do Trabalho.** São Paulo: Hucitec, 1979 (Coleção Economia e Planejamento. Série Teses e Pesquisas).

------.**Dinâmica Populacional e Desenvolvimento;** o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico. 4ª ed., São Paulo: Hucitec, 1988.

SOUZA, A.L de. **Baianos Ilustres:**1567-1925. 3ª Ed. Revista. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1978.

SOUZA, A. P. **Tensões do Tempo: A saga do cacau na ficção de Jorge Amado**. Ilhéus: Editus.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. IN Sociologias nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

SOUZA, J.P. de. **Biodiversidade e Economia: Algumas Reflexões** Nov/99. Google, disponível em 08.11.2011.

SOUZA, N de J. **Desenvolvimento Sócio Econômico**. São Paulo: Atlas, 1999. 242p.

STEIN, Leila. **Sindicalismo e corporativismo na agricultura brasileira (1930-1945)**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

STIGLITZ, J. **The contributions of the Economics of Information to Twentieth Century Economics**. Quarterly Journal of Economics, 1441-1478, November 2000.

TAKAGI, M. **As Câmaras Setoriais Agroindustriais: da reivindicação para a auto-regulação?** São Paulo, Agric. 2002.

TAVARES, J. da S. **O comércio do cacau, particularmente no Estado da Bahia**, 1915.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **O problema da involução industrial da Bahia**. Salvador, UFBA, 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capital financeiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

THIRLWALL, A.P. **A Natureza do Crescimento Econômico: Um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações**. Brasília: IPEA, 2005.

TROUVÉ, A. **O desmantelamento da Política Agrícola Comum: Iluminação da abordagem regulacionista**. atrouve@enesad.inra.fr CESAER (INRA-ENESAD) CESAER UMR1041, F-21000 Dijon, França, 2007.

VERGUER, P. **Notícias da Bahia**, 1850. Salvador: Editora Corrupio, 1981.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil; período colonial, monarquia e república**. 12ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1975.

VIEIRA, Jorge R. C. **Alguns Aspectos Socioeconômicos Relacionados com a Mão-de-Obra em Fazendas de Cacau**, Ibirapitanga, Bahia, Brasil. Instituto Interamericano de Ciências Agrárias da O.E.A. Turrialba, Costa Rica, 1969.

VIEIRA, J.H.C. **Uma experiência nova na agricultura brasileira**. Ilhéus: CEPLAC, 1976. 243p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Capitalismo Histórico**. Lisboa, Portugal: Estratégias Criativas, 1999.

WANDERLEY, L. A. **Economia Regional e conceitos de Espaço e Região**. Salvador: FCE/UFBA, 1995.

WILKINSON, John. **Agricultura x Indústria: os espaços da produção familiar**. Recife: MIRAD/PNUD/SUDENE, Programa de Capacitação técnica, 1988 (mimeo).

WILSON, Edward O. **“A Situação atual da diversidade biológica”** em Biodiversidade. E. O. Wilson (Org.) Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997. 657 pp.

ZEHNTER, L. **Le cacaoyer dans l'état de Bahia**. Berlin: Friedland & Sonh, 1914.

ZILBERSZTAJN, D & Farina, E. M.M.Q, Santos, R.da C. **O Sistema Agroindustrial do Café**. Porto Alegre: Ortiz, 1993.

ANEXOS

METODOLOGIA UTILIZADA PARA A PESQUISA

Do ponto de vista de seus objetivos, classificamos a pesquisa realizada como do tipo exploratória, a qual visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Este tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico; entrevistas ou questionários; e análise de exemplos que estimulem a compreensão, e assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

A metodologia de pesquisa concentrou-se em três processos básicos:

- Pesquisa bibliográfica, através de livros, periódicos e da Internet, para identificar o estado da arte e fazer uma revisão teórica da colonização da Capitania, a difusão da cacauicultura, as inovações, a economia institucional e revisão histórica do processo rural brasileiro e baiano.
- Levantamento pela Internet das fazendas e dos proprietários a serem pesquisados.
- Envio de questionários semi-abertos pela Internet, elaborados com recursos de formulários do Microsoft Excel, e interpretação e análise dos dados primários.
- Para investigar a originalidade do tema proposto para estudo (políticas públicas, preços e Capital social da Região Cacaueira Baiana) pesquisou-se em banco de dados da CAPES, CEPLAC, UESC (<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>), ((<http://www.ceplac.gov.br/>) (<http://www.uesc.br/servicos/banco-de-dissertações/teses>)).

Na leitura dos títulos de todos os trabalhos e resumos dos que poderiam apresentar alguma aproximação com o tema em estudo, constatou-se não haver documento com o tema ou a abordagem proposta. Disso concluímos que é um tema em abeto para estudos.

1.1 Pesquisa e revisão bibliográfica de artigos, livros teses e outras fontes.

A pesquisa em bibliotecas (do CPDA, da CEPLAC e da UESC) de títulos que tratassem diretamente do objeto de pesquisa (isto é, as políticas públicas, o capital social relativos a cacauicultura) mostrou-se infrutífera. Se por um lado esta busca frustrada trouxe dificuldades para o trabalho, ela reforçou a convicção que, no âmbito das ciências sociais (economia e sociologia) este tema era algo novo e que ainda demanda estudo e investigação.

Diagnosticada a escassez de títulos e fontes tradicionais de pesquisa bibliográfica, optou-se, sobretudo, pela Internet como fonte de consulta. A fantástica evolução da pesquisa virtual disponibilizada pela Internet no momento atual, onde as fontes de consulta são ilimitadas, tem-se acesso a um volume de informações e referências bibliográficas em sites especializados, que permitem a busca de textos e estatísticas compensando as dificuldades de acesso via livros e documentos históricos. Assim, a Internet tornou-se o mecanismo mais rápido e de menor custo para se realizar uma pesquisa bibliográfica, embora não substitua a pesquisa tradicional em bibliotecas. Em sites especializados sobre políticas públicas, desenvolvimento rural e redes sociais, foram pesquisados os seguintes temas em língua espanhola e inglesa (no título e no conteúdo das publicações):

Português	Espanhol	Inglês
Políticas públicas	Las políticas públicas	Public policies
Redes Sociais	Redes Sociales	Social networks
Capital Social	Capital Social	Social Capital
Desenvolvimento econômico	Desarrollo económico	Economic development
Desenvolvimento Rural	El desarrollo rural	Rural development
Extensão Rural	Extension rural	Rural extension
Extensão Agrícola	Extension agrícola	Agricultural Extension
Assistência técnica agrícola	Assistencia técnica agrícola	Agricultural advisory service
Estratégia competitiva	La estrategia competitiva	Competitive strategy
Preços agrícolas	Los precios agricolas	Agricultural prices
Sociologia Rural	Sociologia Rural	Rural sociology

Foram pesquisados e identificados os seguintes sites de busca institucional, nacionais e estrangeiros de editoras e de diversas instituições que atuam no desenvolvimento rural e da agropecuária.

Principais sites de instituições pesquisadas (em ordem alfabética)
ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural- http://www.asbraer.org.br
Agecom Search – Reseach in Agricultural and Applied Economics – http://agecon.lib.umn.edu/index.html .
Agricultural economics – http://www..blackwellpublishing.com/journal.asp?ref=0169.5150&=1site
Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) – http://www.ciat.cgiar.org
Centro Latinoamericano para El Desarrollo Rural (RIMISP) http://www.rimisp.org/seccion.php?seccion=9
CEPLAC- www.ceplac.gov.br
Desarrollo Rural Sostenible- http://infoagro.net/codes
Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) – HTTP://www.fao.org/
Instituto de Economia Aplicada de São Paulo (IEA)- http://www.iea.sp.gov.br
Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura (IICA)

http://www.iica.org.br .
Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)- http://www.mda.gov.br
Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD) - http://www.nead.org.br
UESC- Universidade Estadual de Sta Cruz. www.uesc.br
UFBA- Universidade Federal da Bahia. www.ufba.br
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. www.ufrj.br
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. www.ufrrj.br
UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas. www.unicamp.br
World Bank – Document & Reports- http://www.wds.worldbank.org

Sites de busca e de editoras utilizadas
AGORA – Access to Global Online Research in Agriculture - http://www.aginternetwork.org/en/index.php .
Google – www.google.org.br
Google Scholar http://scholar.google.com
Wikipédia- www.wikipedia.com.br

A pesquisa via Internet, apesar da diversidade e multiplicidade de fontes apresenta ainda algumas limitações. Muitas vezes, títulos, artigos e livros não são disponibilizados integralmente, o que dificulta a pesquisa. O pesquisador muitas vezes tem de abandonar raciocínios em elaboração pelo material consultado não contemplar um conteúdo completo, tendo de voltar a consultar livros ou documentos do mesmo tema em estudo. De modo geral, dar para contemplar muitos estudos, não podendo o estudioso confiar demasiadamente na Internet que em materiais escritos.

Delimitação do universo das propriedades a ser pesquisado

A lista do Cacau é o site administrado por um professor da UNICAMP, criado para discutir o universo do cacau na Região. Pela lista (social network) os produtores trocam informações, que através do acesso o público em geral pode acompanhar os acontecimentos da cacauicultura diariamente. Abaixo, exemplo de informação circulada no site e acessada pelos usuários da lista:

[Cacau-l] Fwd: FW: ARTIGO DO FINANCIAL TIMES DE LONDRES

De: ADILSON REIS 

Leiam o artigo do Financial Times .

Sds. Adilson

A crise do euro afeta o cacau

A crise da dívida soberana na Europa fez uma vítima inesperada – o preço do cacau.

A Europa é o maior consumidor de cacau, principal ingrediente do chocolate, e os temores quanto à desaceleração do consumo da região, combinados a safras recordes na

África ocidental, principal supridora, levaram os preços aos níveis mais baixos dos últimos três anos.

O mercado de amêndoas é vulnerável à contração econômica, tendo o consumo caído na Europa e Estados Unidos em seguida à crise financeira anterior em 2008. Da Bélgica à Suíça, fabricantes de chocolate por toda a Europa, que representa 40% da demanda global, se afastaram do mercado nos últimos meses.

O contrato referencial de Março atingiu na segunda-feira o nível mais baixo desde dezembro de 2008, uma queda de 42% do pico do ano passado. Os preços atingiram o nível maior dos últimos 33 anos no ano passado em função de uma safra desapontadora na Costa do Marfim – que fornece 40% do cacau mundial – causada por baixa utilização de fertilizantes e envelhecimento das árvores, como também por temores que os fazendeiros abandonassem suas plantações ou saíssem do cacau para a borracha. A suspensão das exportações devido ao caos político no início deste ano agravou ainda mais esses temores.

Os preços começaram a cair quando a Costa do Marfim retornou às exportações após o final da luta pelo poder entre os líderes de dois governos paralelos. Chuvas fortes causadas pelo fenômeno climático *La Niña* levaram a um aumento significativo da safra..Desta forma, analistas projetam que a produção global da safra 2010/11, recém finda, deve superar a demanda em expressivas 400 mil toneladas, contra expectativas anteriores que variavam entre um déficit de 100 mil e um superávit de 100 mil.

Tradicionalmente, as chocolateiras compram cacau nesta época do ano, porém o distúrbio político na Costa do Marfim forçou-as a cobrir suas necessidades no mercado futuro com maior antecedência. Conforme dados da CFTC (comissão reguladora das operações em commodities), as indústrias de chocolate e confeitos começaram a realizar fortes compras a partir do segundo semestre o ano passado. Desde junho de 2010 quase triplicaram suas posições compradas.

Para a safra 2011-12, iniciada em outubro, as previsões variam de um pequeno déficit para um pequeno superávit, com analistas e comerciantes esperando que a demanda asiática compense o enfraquecimento dos Estados Unidos e da Europa.

Embora o aumento dos preços no ano passado tenha proporcionado um incentivo aos fazendeiros para adubarem suas plantações, ajudando a incrementar a produtividade, a queda de preços agora poderá ter o efeito contrário, à medida que se sintam desencorajados a produzir. Como declarou um executivo da corretora Marex Spectron: “Acho que não estamos longe do nível onde os preços desencorajam os produtores de cuidarem de suas árvores.”

Com a criação do IPC, esse grupo disponibilizou também um site, onde suas janelas nivelam os associados e o público em geral acerca das atividades do Instituto e as providências em pauta.

Assim, foram pesquisadas e visitadas as páginas dessas organizações:

CORRESPONDÊNCIA AOS PRODUTORES

Prezados Srs.

Sou professor da Área de Economia e Agricultura do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC e doutorando do CPDA - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Minha tese será sobre “A Influência de Políticas Públicas, Preços e Capital Social na determinação dos ciclos do cacau da Bahia”.

Para conclusão da referida tese faz-se necessária à participação do cacauicultor, principal foco do tema a ser concluído. As informações e pontos de vista do produtor de cacau serão indispensáveis nesse mister. Para tanto, uma entrevista, neste caso, virtual, através do questionário, em anexo, tentará trazer para o corpo da pesquisa a atualidade do universo da cacauicultura baiana, da qual o produtor é o mais importante ator do sistema. O questionário em anexo é em sua maior parte fechado, mas também há espaço para comentários e observações. A precisão das respostas fornecidas é importante para uma análise fiel à realidade do projeto em estudo. O questionário preenchido (ainda que incompletamente) deverá ser gravado e retornado para o e-mail do autor (frameco@ibest.com.br ou frameco@bol.com.br). Os dados de cada empresa levantados no questionário não serão identificados na tese, salvo autorização. Os produtores que responderem o questionário terão acesso privilegiado ao conteúdo e às conclusões da tese e serão relacionadas na mesma, excetuando-se que optarem por manter sigilo sobre sua identidade no trabalho final, o que é assegurado pelo autor. Gostaria ainda de saber se sua empresa se dispõe a participar de uma entrevista pessoal, para fins de estudo de caso.

Desde já agradeço a atenção e resposta

Atenciosamente,

Francisco Mendes Costa - Professor Assistente da UESC/DCEC

Questionário

Identificação da Fazenda

Nome:		
Município:		
Nome do Administrador:		
Relações de Trabalho (parceria , mensalista, misto) Especificar:		
Quantidade de trabalhadores permanentes: Numerar		
Quantidade de trabalhadores provisórios: Numerar		
Cultivos explorados na propriedade. Especificar:		
Em termos percentuais, quanto representa o cacau no faturamento da propriedade:		
Qual a produção atual:		
Qual a produção em 1988:		
Em área ocupada na fazenda, distribua cada cultura por exploração:		
Identificação do Proprietário		
Nome:		
Profissão: (Indicar outra atividade profissional, além da cacauicultura, que aufera rendimentos. Ex: advogado, agrônomo, comerciante, médico, funcionário público, etc.		
Município de residência:		
Telefone:		
E-mail:		
Tempo de existência na atividade como produtor de cacau:		
A sua propriedade tem origem em ancestrais?	Sim	Não
Serviço de Assistência Técnica		
CEPLAC		
EBDA		
Profissionais Autônomos		
Número de visitas à fazenda no mês pelo proprietário:		

Aplicação de tecnologia.	Sim	Não
Das práticas agrícolas, abaixo, aplica-as anualmente na sua propriedade?		
Clonagem		
Fertilizantes		
Inseticidas		
Fungicidas		
Irrigação		
Outras, Especificar:		
Relações Institucionais	Sim	Não
Sindicato Rural		
CNPC		
APC		
IPC		
Cooperativa de Produtor		
Biofábrica		
Outros: Citar:		
Relações Políticas	Sim	Não
Filiado a Partido Político		
Exerce cargo político		
Outros: Citar:		
Relações Comunitárias	Sim	Não
Participa de clube de serviço (se sim, indique-o)		
É sócio ou participa de Clube Social		
Participa de alguma entidade filantrópica		

PONTOS DE VISTA- (Detalhe resumidamente o seu ponto de vista, sobre as questões abaixo):

1. Quais as razões que limitaram a industrialização do cacau em chocolate na Região?
2. A que atribui a falta de políticas públicas mais consistentes na solução dos graves problemas da cacauicultura baiana?
3. Considera irrelevante para a cacauicultura a inexistência de uma bancada do cacau na Assembléia Estadual e Nacional?
4. Indique as causas da falência das instituições, antes tidas como representativas da classe patronal na Região.

IMPORTANTE:

Em relação à divulgação dos dados acima prestados, bem como a identificação de sua origem na tese final e em outros documentos que venham a ser elaborado pelo autor:	Assinale com X
Autoriza a divulgação dos dados e sua origem	
Não autoriza a divulgação dos dados e sua origem	
A fazenda se disponibiliza para participar de estudo de caso, para a tese do autor, que aprofunde as informações prestadas?	Assinale com X
Sim	

Não	
-----	--